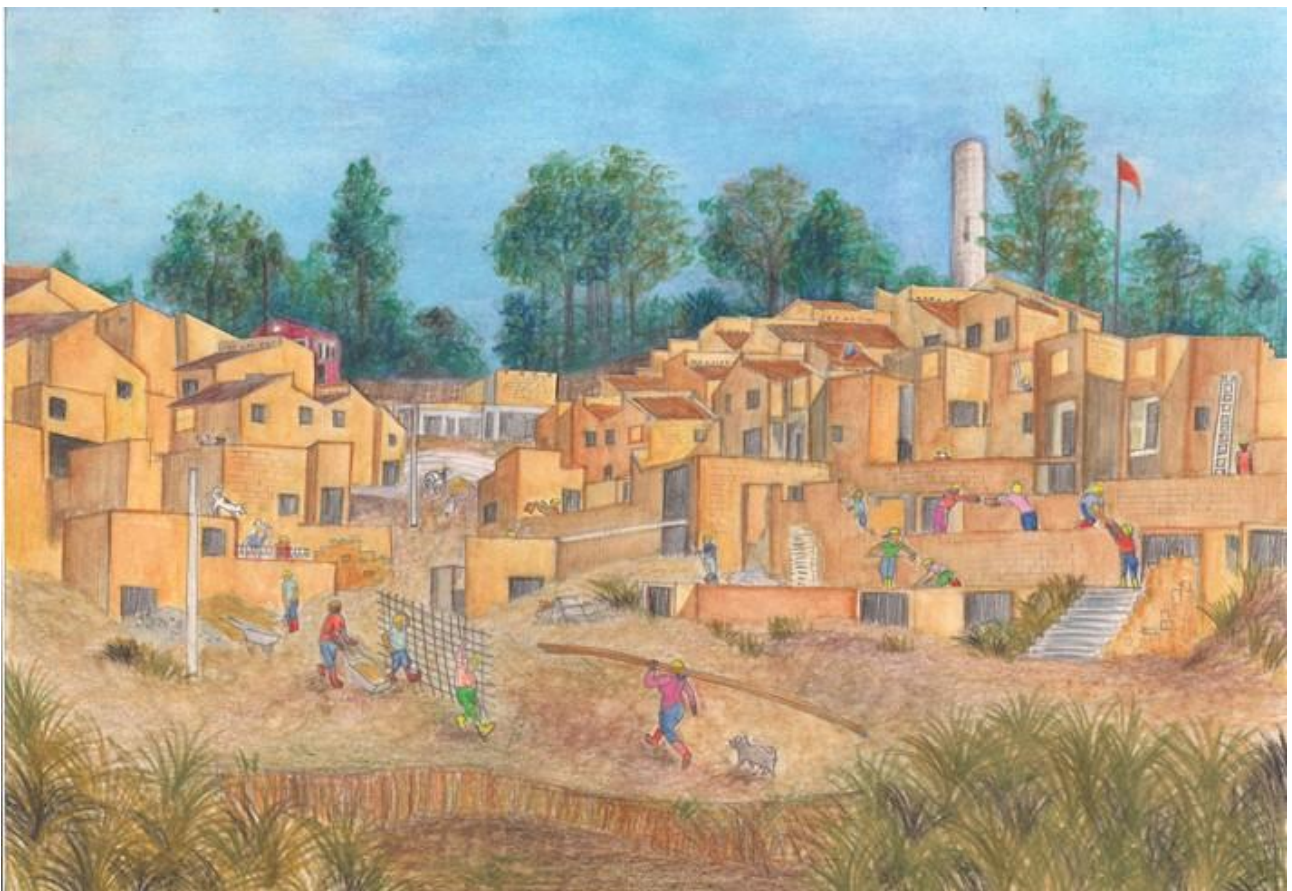


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

SANDRO BARBOSA DE OLIVEIRA



Desenho: Carolina Silva Oukawa. Colaboração: Núcleo Audiovisual da Usina.

**REPENSANDO A (RE)PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO:
a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara do MST na redefinição urbana**

**Guarulhos
2013**

SANDRO BARBOSA DE OLIVEIRA

**REPENSANDO A (RE)PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO:
a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara do MST na redefinição urbana**

Dissertação apresentada à Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Pensamento Político e Social, Estado e Ação Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim

**Guarulhos
2013**

Oliveira, Sandro Barbosa de

Repensando a (re)produção social do espaço: a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara do MST na redefinição urbana / Sandro Barbosa de Oliveira. – Guarulhos, 2013.

256 f.

Dissertação de mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013.

Orientador: Henrique José Domiciano Amorim.

Título em inglês: Rethinking the social reproduction of space: the Urban Commune Dom Helder Camara MST on urban redefinition

1.Produção do espaço. 2.Reprodução social. 3.Autogestão.
4.Mutirão. 5.Setor imobiliário. 6.Política habitacional.

Sandro Barbosa de Oliveira

**Repensando a reprodução social do espaço:
a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara do MST na redefinição urbana**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em 17 de outubro de 2013.

Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim – Orientador
Universidade Federal de São Paulo

Prof(a). Dr(a). Amélia Luisa Damiani
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Davisson Charles Cangussu de Sousa
Universidade Federal de São Paulo

Aos meus avôs
Osório Oliveira,
Maria Oliveira,
Trabalhadores rurais

e

Francisco Oliveira,
Trabalhador rural
Francisca Oliveira,
Trabalhadora lavadeira,

Pelos caminhos da roça
e pela Bahia.

Ao meu pai
Faniel Oliveira
Trabalhador operário,

e

À minha mãe,
Vera Lúcia Oliveira,
Trabalhadora doméstica

Pelos caminhos da cidade
e por Sampa

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho,
por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa,
desde que citada a fonte.

Agradecimentos

Este trabalho não é só meu, mas sim de muitas pessoas em trajetos, momentos e lugares distintos.

Por isso, agradeço a todos aqueles que ajudaram a construir direta e indiretamente essa pesquisa, ao compartilharem juntos utopias, angústias e reflexões sobre os desafios humanos da classe trabalhadora na *urbe*.

Agradeço o empenho e o companheirismo de meu orientador, Henrique José Domiciano Amorim, por me lembrar da ternura em tempos de dureza na redação da dissertação.

Agradeço à FAPESP pela bolsa concedida que me proporcionou as condições de realização da presente pesquisa.

À Universidade Federal de São Paulo pelo suporte técnico e pela base teórica no desenvolvimento da pesquisa.

Ao amigo e parceiro Ricardo Baitz, pela geografia crítica e diálogos intermitentes.

Aos amigos e compas da Usina pela prática-crítica urbana, apoio intelectual e utopia da autogestão. Heloísa Rezende, pelas certezas e incertezas dos caminhos. Isadora Guerreiro, pelo companheirismo e ensinamentos sobre arquitetura, sobretudo, por fazer jus ao sobrenome. Flávio Higuchi, pelo engajamento. Letícia Sigolo e Roberta Menezes, pelos aprendizados em Diadema. Kaya Lazarini, pela firmeza e atitude. Fernanda Ferreira, pela militância de sempre. Wagner Germano, pela maestria. Pedro Arantes, pelas sugestões. Cecília Lenzi, pelos cuidados e revisão atenta do texto. Leonardo Nakaoka, pela sensibilidade. Leila Petrini, pela alegria. Adriana Maiolini, Ana Carolina, Beatriz Tone, Carol Laiate, Eduardo Costa, Fernando Minto, Graziela Kunsch, João Marcos Lopes, José Baravelli, Leslie Loreto e Mário Braga.

Aos colegas e amigos de grupo de pesquisa e estudo da Unifesp. André de Oliveira, Angelina Moreno, Breno Augusto, Bruna Fávaro, Caique Ferreira, Carlos Tauil, Clarissa Sanchez, Jair Batista, Lais Pimentel, Leandro Galastri, Luciane Lins e Mauricio Reis, Renata Zambelli, Rodolfo Magro e Sávio Cavalcante.

Aos compas e amigos de luta do MST-SP, que resistem em ocupações e trincheiras. Dona Almerinda, pela resistência. Tio Mauro, pela sabedoria. Rosana Santos e Silvana Silva pela militância. Chico Barros, pelos diálogos. Jade Percassi, pelo social. Adriana e Pedro Suarez, Ligia Cavalheiro, Célio Romoaldo, Maria Alves e demais compas de movimento.

Aos companheiros da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara e MST que edificaram a história com as próprias mãos. Érica Aparecida, pela força na luta. Laércio Moreira, pela capacidade de renascer. Regiane Pereira, pela fibra. Jane e Cláudio pela acolhida. Lizandra Guedes, Paulinha Sasaki, Janaína, Seu Lucas, Mineiro, Dona Ana e demais compas pelas vivências e entrevistas marcantes.

Aos compas e amigos de Coletivo Dolores pela arte e poesia militante. Érica Viana, Tiago Mini, Didi, Nica Maria, Maria Silva, Karina Martins, Cristiano, Yago e Luciano Carvalho, Luciano Costa, Tita Reis, Tati Matos, Xandi e Quinho Gonça, e demais compas dolorianos.

À compa e amiga Iná Camargo Costa pelas contribuições.

Aos amigos de ontem, hoje e sempre: nossas histórias estão entrelaçadas.

Tiarajú Pablo, pelo sujeito periférico e irmandade de perifa, samba e política. Danilo Chammas, pelo BrasCuba e a poesia militante. Júnior e Thiago Pacheco, irmãos de quebrada. Israel Pacheco, pela inspiração militante. Luiz Eduardo, por mostrar o que é ser gavião em tempos difíceis para vôos. João Campos, pela Unidos e a Comuna. Fátima Rocha, pela irmandade. Rogério Bandeira, pela criatividade de manter viva a essência de ser gavião. Márcio Mendes, pela perspicácia. Kelly Carmo, Jefferson Lima, Douglas Mariano, Rosemeire Modesto, Júlia Saragoça, Frieda Nossack, Liliane Dantas, Elaine Pereira, Roberto “Celio Silva”, Glauciana Souza e Rodrigo Altair.

Agradeço especialmente aos meus familiares e parentes pela força, presença e paciência em minhas ausências. Por tudo o que me deram e ensinaram: Dona Vera, Fanuel, Adriano, Fábio, Juninho, Sheila, Keli, Ariele, Israel, Anninha, Gabriela, Nicole, Tia Rita, Tio Baltazar, Juliano, João Vitor, Tia Vera, Luana, Fabiana, Anderson, Vanessa, Douglas, e aos parentes paternos.

Aos meus tios falecidos Antonio Batista e Adilson Batista, pelo Corinthians e o popular.

À Renata Eleutério, pelo amor e companheirismo na tempestade acadêmica do mestrado.

Resumo

Esta dissertação trata da particularidade da reprodução social mediante a produção do espaço a partir da experiência da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara. Produzida por sujeitos diversos, a experiência da *Comuna* permitiu analisar os processos de trabalho e urbanização com o objetivo de compreender os impasses e as potencialidades da autogestão na produção habitacional entre os anos de 2008 a 2012. Depreende-se da descrição e da análise o processo e o contexto de problematização dos limites da forma urbana da habitação unifamiliar e individual, em um momento em que a produção habitacional aumentou vertiginosamente em decorrência da lógica produtivista do setor imobiliário. Discute-se as diversas formas de habitação na formação da metrópole paulistana: autoconstrução-favelização, produção estatal, produção imobiliária e mutirão autogerido e, em seguida, investiga-se a relação entre os processos de industrialização e urbanização como mote de contextualização histórica de entendimento dos impasses das políticas urbana e habitacional. Em contraposição ao processo de urbanização segregador e individualizador, é analisado o “fazer-se” coletivo da classe pela experiência da *Comuna* e sua forma de organização política e espacial que resulta num projeto arquitetônico inovador e complexo, que reuniu espaços sociais distintos para além da habitação como expressão da busca do social, da reunião e da simultaneidade do urbano.

Palavras-chave:

Comuna urbana, produção do espaço, reprodução social, autogestão, mutirão, setor imobiliário, política urbana, política habitacional, espaço cotidiano.

Abstract

This dissertation deals with the particularity of social reproduction through the production of space from the experience of the Commune Urban Dom Helder Camara. Produced by different subjects, the experience of the Commune allowed to analyze work processes and development with the goal of understanding the dilemmas and possibilities of self-management in housing production between the years 2008-2012. It appears from the description and analysis of the process and context of questioning the limits of the urban form of the single-family dwelling and detached, at a time that housing production has increased dramatically due to the productivist logic of the real estate industry. It discusses the various forms of housing in the metropolis training: self-slums, state production, production and self-managed real estate task force and then investigates the relationship between the processes of industrialization and urbanization as a theme of historical context of understanding impasses of urban and housing policies. In contrast to the process of urbanization and individualization segregated, is considered the "make up" class for the collective experience of the Commune and its organizational and political space which results in a complex and innovative architectural design, bringing together different social spaces beyond housing as an expression of social search, the meeting and the simultaneity of the city.

Keywords:

Commune urban, space production, social reproduction, self-management, mutiron, real estate, urban policy, housing policy, everyday space.

Lista de ilustrações

Figura 1: Mapa de Localização de Jandira na RMSP	44
Figuras 2 e 3: Mapa de localização e imagem do lugar da <i>Comuna</i> em Jandira	45
Figura 4: Favela de Vila Esperança, Estação Sagrado Coração	46
Figura 5: Creche e Centro Comunitário de Vila Esperança	54
Figura 6 e 7: Reintegração de posse com despejo para a população de Vila Esperança	62
Figura 8: Evolução da composição ocupacional segundo faixa de remuneração (em %), Brasil...77	
Figura 9: Mapa de condomínios e loteamentos fechados de alto padrão na microrregião	87
Figura 10: Área central da metrópole paulista: antiga tendência à verticalização	91
Figuras 11 e 12: Novos empreendimentos imobiliários e reconfiguração urbana	91
Figuras 13 e 14: Novos empreendimentos imobiliários e reconfiguração urbana	92
Figuras 15-18: Novos empreendimentos imobiliários e de reconfiguração do espaço urbano.....	92
Figura 19: Edifício dos Salesiano, Jd. Alvorada	97
Figura 20: Mística na ocupação do edifício no Jd. Alvorada	101
Figura 21: Mapeamento de lançamentos e estoques de imóveis	120
Figura 22: Distritos de São Paulo com o maior número de apartamentos em estoque	122
Figura 23: Projeto da CDHU (Governo Estado) apresentado pela Prefeitura de Jandira	129
Figura 24: Projeto participativo – arquitetos concebem com moradores	133
Figuras 25 e 26: Discussões do projeto participativo	138
Figura 27: Espaços públicos, comerciais e vicinais	140
Figura 28: Casas e urbano no Projeto Comuna Urbana Dom Helder Câmara	141
Figura 29: Habitação e urbano – praças a cada 10 habitações	142
Figura 30: Obra no terreno da Comuna	178
Figura 31: Trabalho na obra da Comuna	186
Figura 32: membros da atual Coopuc com alguns da antiga T-T	197
Figura 33: Ato político pelo término da infraestrutura Julho 13	219
Figura 34: Festa Agostina de 2013	219
Figura 35: Crianças pintam com educadora convite para a Ciranda	220
Figura 36: Missa com Pe. João Carlos na Comuna	220
Figuras 37 a 63: Processo da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara	241

Lista de Tabelas

Tabela 1: Crescimento populacional das Regiões Metropolitanas do Sudeste 1970 a 2010	37
Tabelas 2 e 3: Famílias assentadas por governos	71
Tabela 4: Vínculos empregatícios – Jandira ano 2006	78
Tabela 5: Incidência de pobreza	79
Tabela 6: Domícilios Particulares Permanentes	80
Tabela 7: Rendimento por amostra de domicílios	80
Tabela 8: Unidades habitacionais produzidas por município – CDHU	84
Tabela 9: Distribuição percentual do déficit habitacional por faixa de renda	115
Tabela 10: Metas e modalidades do PMCMV versus Déficit Habitacional Urbano	116
Tabela 11: Domicílios vagos em condições de serem ocupados ou em construção / reforma	116
Tabela 12: Aumento da produção de unidades habitacionais – CDHU	122
Tabela 13: Cronograma de atividades de preparação para o mutirão	173

Sumário

Apresentação	014
Introdução	018
Capítulo 1: A Comuna Urbana Dom Hélder Câmara e o sentido do urbano	028
1.1. Habitação, (re)produção e espaço urbano	028
1.1.1. Reprodução social no espaço urbano	032
1.1.2. A Comuna Urbana na metrópole	042
1.2. Favelização e pauperização metropolitana do trabalho	046
1.2.1. Do individualismo desesperado à solidariedade eclesial e social	050
1.2.2. Superpopulação relativa, propriedade fundiária e favelização	054
1.3. Das Comunas da Terra à Comuna Urbana	062
1.3.1. Campesinato e questão agrária	065
1.3.2. Do rural ao urbano	070
1.4. O lugar da Comuna na redefinição do urbano	076
1.4.1. Divisão socioespacial do trabalho	077
1.4.2. Desajuste como fundamento da segregação socioespacial	081
1.4.3. Reconfiguração urbana e tendências do setor imobiliário	088
Capítulo 2: Luta e política habitacional pós-boom imobiliário	097
2.1. A mística da ocupação do Edifício dos Salesianos: em busca da alvorada do habitar....	097
2.1.1. Do sagrado coração ao alvorada	100
2.1.2. Do social ao político: o fazer-se da classe	101
2.2. Os impasses da política urbana e habitacional: a outra face do setor imobiliário	106
2.2.1. Estruturação da política e demanda habitacional	111
2.2.2. Produção habitacional: duas faces, uma lógica	119
2.3. Projeto participativo: a concepção	125
2.3.1. O espaço concebido com a Usina	127
2.3.2. Projetar entre a necessidade e a intencionalidade	135
2.3.3. Desenho como espaço de representação	138
2.3.4. Espaço político, financiamento público e questão fundiária	143

Capítulo 3: Autogestão e mutirão na produção do espaço diferencial	150
3.1. Base manufatureira e trabalhador coletivo	150
3.1.1. Dinâmica no canteiro de obra, trabalhador coletivo e alienação	157
3.2. O operário em (des)construção: a produção	162
3.2.1. Dos candangos aos mutirantes	164
3.2.2. Início do canteiro de obra	172
3.2.3. Formação das comissões e dos núcleos de trabalho	174
3.2.4. Do mutirão à autogestão na obra	176
3.2.5. O efeito “Treme-Treme”	187
3.2.6. Formação, Cooperativismo e Economia Solidária	197
3.2.7. Último dia de mutirão e ocupação da “casa-própria”	205
3.3. Os espaços vividos além da habitação: a apropriação	206
3.3.1. Entre a Creche e a Ciranda Infantil	207
3.3.2. Nos batuques da Unidos da Lona Preta e da Comuna do Samba	212
3.3.3. Núcleo Audiovisual e Documentário da Comuna	217
3.3.4. Espaço diferencial: o cotidiano no espaço produzido	218
Considerações finais	222
A Comuna Urbana no espaço-tempo da reprodução	223
Espaço político na política do espaço	227
Espaço cotidiano na vida urbana: o elo perdido da classe?	229
Referências Bibliográficas	236
Anexos	241
Figuras 37 a 63: Processo da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara	241
Reportagens sobre a Comuna e o setor imobiliário	249

Apresentação

Lá estava a cidade. Suas possibilidades aterrorizavam.

Mas nunca esta se revelou!

Clarice Lispector, *A cidade sitiada*, 1971.

Um caminho, outros trajetos

Certa vez um educando me disse: “devagar se vai longe”. Pensei sobre o real significado desta afirmação, mas até hoje não encontrei todas respostas – apenas novas questões. Era o ano de 2008. Mudanças e novidades ocorreram. Eu estava na condição de educador popular no Centro de Profissionalização de Adolescentes Pe. José Bello, no Jardim São Gonçalo, distrito do Iguatemi, zona leste de São Paulo. Nesse mesmo ano, fui convidado para colaborar como educador e “técnico social” no coletivo Usina, assessoria técnica interdisciplinar, um dos sujeitos analisado nessa dissertação. Em decorrência da experiência que adquiri como educador popular na zona leste, aceitei o desafio de reforçar a equipe dos sociais da Usina contribuindo com o desenvolvimento da educação popular e no chamado “trabalho social”. Pensei então que o questionamento do educando se relacionava com a história e por isso decidi realizar outros trajetos para sair do lugar comum.

No mesmo ano comecei a participar da Escola de Samba Unidos da Lona Preta¹ (MST), experiência retomada no início das obras na Comuna Urbana Dom Hélder Câmara,² estudo de caso desta pesquisa. Foi um ano de transformações e incursões pela questão urbana que me ajudaram a construir indagações pessoais e sociais sobre as causas do crescimento desigual da metrópole paulistana. Na condição de morador da Cohab 2 de Itaquera e “filho” rebelde do BNH, sempre questioneei o fato de acordar todos os dias, abrir a janela do quarto e se deparar com outras janelas de um prédio à frente. Nunca foi possível ver a cidade dessa janela. Mas outras janelas se abriram com o processo de luta.

Após vivenciar importantes experiências com a *Unidos* na *Comuna* e debater a experiência no coletivo Usina, assumi o compromisso de estudar a experiência com o propósito de compreendê-la no contexto das recentes lutas por espaço urbano nas cidades. Isso posto, como explicar o envolvimento de um pesquisador com seu objeto de pesquisa sem que isso comprometa a análise e impossibilite a crítica? Por uma razão direta tornou-se necessário a apropriação de um teoria que contribua na mediação da exposição que vou desenvolver a seguir. Por uma razão inversa, a teoria permitiu enxergar os nexos e explicar o conjunto de relações que se segue.

¹ Doravante *Unidos*.

² Doravante *Comuna*.

A implicação do pesquisador advém daquilo que Lefebvre (1974) definiu por concepção de mundo, que constitui o que chamamos tradicionalmente de filosofia. Para o autor, tal definição possui um significado amplo

Em primeiro lugar, toda concepção do mundo implica uma ação, isto é, algo mais do que uma ‘atitude filosófica’. Mesmo que tal oração não esteja formulada e explicitamente unida à doutrina, mesmo que seus vínculos permaneçam indefinidos e a ação implícita não produza um programa, nem por isso sua existência é menos real. Em segundo lugar, uma concepção do mundo não é, forçosamente, obra deste ou daquele ‘pensador’. Trata-se, antes, do produto e da expressão de uma época. Para atingir e formular uma concepção do mundo, devemos estudar as obras dos que a enunciaram, mas pondo de lado os matizes e os pomenores; precisamos nos esforçar por abarcar o conjunto (LEFEBVRE, 1974: 10-11).

Os riscos de analisar um processo em curso, cujas tendências gerais estão se desenvolvendo e em movimento, são grandes. Ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo e meu estimado orientador, prof. Dr. Henrique Amorim, topou assumir junto esse risco para realização do projeto de pesquisa. Essa parceria não foi apenas acadêmica, mas da associação de uma concepção de mundo ancorada no materialismo histórico dialético junto à outro tantos, por entender que tal concepção contribui na compreensão do mundo contemporâneo ao permitir uma investigação do modo de produção capitalista e do modo de reprodução mediante as suas contradições sociais e suas crises conjunturais e estruturais.

Os resultados desse projeto de pesquisa não são de uma ou duas pessoas. Estão inserido em um conjunto de relações sociais que explicitam diálogos, necessidades, indagações e utopias que almejam a transformação e a superação das contradições da sociedade. Por isso, nesse caminho houve diversas trajetórias que se encontraram, projetos coletivos e pessoais que se desenvolveram, descobertas aferidas e conhecimentos construídos oriundos de vivências intensas de sujeitos que “querem ser mais”, como na perspectiva de Paulo Freire.

A *Comuna* apareceu com traços de utopias. O seu processo procurou atender necessidades imediatas e outras mediatas. Uma vivência, em parte por seu cotidiano na *Unidos* e outra por meio de longas discussões no coletivo *Usina*, construíram uma implicação recíproca entre o pesquisador e seu sujeito-objeto de análise.

A exposição

A exposição do tema desta pesquisa – a particularidade da reprodução social mediante a produção do espaço a partir da experiência da *Comuna* –, se inicia com a problematização da forma

urbana da habitação. A partir daí, discute-se o processo de (re)produção do espaço com referências as diversas formas de habitação inseridas no processo de urbanização da metrópole paulistana: autoconstrução-favelização, produção estatal, produção imobiliária e mutirão autogerido. Em seguida, investigamos a relação entre os processos de industrialização e urbanização como mote de contextualização histórica, com objetivo de discutir os impasses das políticas urbana e habitacional.

A experiência da *Comuna*, por sua vez, é discutida ao longo da exposição por meio da reconstrução de seu processo histórico, iniciado com a ocupação da favela Vila Esperança no ano 2000, passando pela ocupação do Edifício dos Salesianos em 2005, a discussão do projeto participativo até chegar ao canteiro de obras em 2008 com a construção das casas e da autogestão.

Na introdução, será abordada a estrutura geral da dissertação com referência ao texto e contexto de sua problematização. Expõe-se aqui o objetivo principal – compreender os impasses e as potencialidades da autogestão na produção habitacional na *Comuna* entre os anos de 2008 a 2012 – e os seus desdobramentos de acordo com as discussões dos capítulos.

O Capítulo 1 – *A Comuna Urbana Dom Hélder Câmara e o sentido do urbano*, analisa a relação entre habitação e espaço urbano, ao expor as mediações da reprodução social na dinâmica da produção do espaço. Neste capítulo, situamos o lugar da *Comuna* na redefinição do urbano, caracterizamos a divisão socioespacial do trabalho e problematizamos as tendências de produção do espaço com o recente crescimento da produção habitacional – estatal e imobiliária. Desta produção, identificamos três tendências correlatas em curso na metrópole: 1ª) a *reconfiguração urbana*; 2ª) o *desajuste espacial*; 3ª) o *individualismo desesperado*; analisados junto à problemática urbana tal como a relação entre superpopulação relativa e favelização. Em contraposição a isso, analisamos a trajetória das Comunas da Terra à Comuna Urbana e as disputas espaciais na metrópole.

De modo distinto, no Capítulo 2 – *Luta e política habitacional pós-boom imobiliário*, descrevemos e analisamos a mística da ocupação ao Edifício dos Salesianos no Jd. Alvorada com a chegada do MST. Da organização política na ocupação, se originou as bases apreendidas pelos arquitetos da Usina para a produção do projeto arquitetônico da *Comuna*. Discute-se o “fazer-se” da classe pela experiência, em seguida analisamos os impasses das políticas urbana e habitacional com referência à sua estruturação. Analisamos a trajetória desde sua concepção no projeto participativo junto à Usina, ao destrinchar a construção, os aprendizados e o desenho como processo político

Ao aprofundar a análise a partir da produção, no Capítulo 3 – *Autogestão e mutirão na produção do espaço diferencial*, discutimos as relações de produção no canteiro de obras mediante a sua base manufatureira. Analisamos o canteiro de obras e trabalhador coletivo em (des)construção por meio da autogestão na construção de um coletivo de trabalhadores, ao problematizar a

reprodução da heterogestão com a experiência da Cooperativa Treme-Treme. Encerramos com a análise da apropriação por meio dos espaços vividos além da habitação.

Por fim, nas *Considerações finais* será desenvolvida a articulação da *Comuna* no espaço-tempo da (re)produção do espaço, com referência a fragmentação dos trabalhos nos processos de trabalho e urbanização, o espaço político na política do espaço e o espaço das lutas no cotidiano no cotidiano da luta. Refletimos alguns elementos urbanos presentes na conjuntura da histórica mobilização popular ocorrida em junho de 2013 com referência ao direito à cidade. Nesse sentido, esta dissertação procurou demonstrar as conexões existentes entre reprodução social e produção do espaço urbano pelas formas de apropriação na dinâmica da sociedade.

Introdução

*A favela nunca foi reduto de marginais.
Ela só tem gente humilde marginalizada
E essa verdade não sai no jornal.
A favela é um problema social*
Bezerra da Silva, *Eu sou favela*.

Esta dissertação teve por objetivo principal compreender os impasses e as potencialidades da autogestão na produção habitacional a partir da experiência da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara (*Comuna*) entre os anos de 2008 a 2012. Por isso, trata do recente crescimento da produção habitacional com o propósito de problematizar os meios e os fins desta produção e os conflitos espaciais em torno da questão da habitação, que dificultam visualizar a (re)produção do espaço urbano na metrópole paulistana, ao mesmo tempo em que faz parte deste processo. A construção do texto se desenvolveu no contexto da pesquisa e de sua problematização.

Ao partir da experiência, do processo da *Comuna* e de sua origem na favela de Vila Esperança no ano 2000, o estudo descreve e analisa a trajetória de uma população de trabalhadores inserida na dinâmica de produção social do espaço urbano. Essa trajetória está inserida num período de intensa produção do espaço através do aumento da produção habitacional, tanto pelo Estado como pelo setor imobiliário, e de infraestrutura urbana – avenidas, rodovias, pontes, viadutos, etc., intensificadas à partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Na tentativa de abarcar e refletir sobre o conjunto dos fatores de nossa época recente – o fenômeno urbano – partimos especificamente do processo e do contexto da *Comuna* para se discutir a produção da obra num duplo sentido: obra como objetivação de uma necessidade humana e obra como reprodução de um processo social. Ademais, em todo processo de produção não se produz apenas objetos e necessidades de uso, mas se produz o sujeito desse processo.

Esse estudo analisou o processo de produção e reprodução das relações sociais de produção do espaço urbano a partir da experiência da *Comuna* e verificou como este está inserido na reprodução da periferia metropolitana de São Paulo. Ao observar as mudanças, os conflitos e as perspectivas de (re)produção do espaço, através dessa experiência que se configurou como tentativa de luta autônoma de trabalhadores pauperizados que se construiu mediada por relações e ações em contradição com as forças do setor imobiliário, procuramos demonstrar o conjunto de relações sociais que constituem determinadas práticas sociais e suas contradições inerentes.

Com referência ao objetivo principal, pretende-se compreender a particularidade da reprodução social mediante a produção do espaço a partir da experiência da *Comuna*, com a perspectiva de discutir as contradições das relações entre propriedade e apropriação, cooperação e socialização. Nesse sentido, em que medida a *Comuna* possibilitou uma relação de associação livre entre os produtores? Ela se contrapõe às tendências gerais de produção do espaço na metrópole?

Por meio desse estudo problematizamos os mecanismos e as mediações que reforçam a lógica do espaço como espaço de recorte administrativo municipal e local, ao explicitar o caminho construído que viabilizou a *Comuna* em relativa contraposição a aliança da gestão urbana entre governos e empresas, sobretudo, aquelas associadas ao setor imobiliário que financiam campanhas eleitorais e movimentam a máquina de crescimento econômico por meio da produção do espaço.

Devido ao aspecto de o espaço urbano ser a expressão das contradições e conflitos sociais onde se manifestam as lutas, disputas e relações entre as classes sociais em formação na apropriação desse espaço, tais conflitos permitem analisar as características da produção espacial que concentra investimentos públicos e privados na valorização de determinadas regiões da metrópole, enquanto que outras carecem de investimento em infraestrutura urbana. Essas lutas que ocorrem *a partir, por e no* espaço urbano ocorrem como vida cotidiana, ao evidenciar o cotidiano da luta e a luta no cotidiano desses sujeitos na apropriação do espaço. Partindo desses pressupostos iniciais, desenvolvemos quatro discussões ao longo dessa dissertação.

O ponto de partida foi a problematização da questão da habitação oriunda do recente ciclo de produção espacial da metrópole paulistana e determinada pelo processo de urbanização da sociedade. Discutimos o seu processo de produção sob a forma mercadoria induzida por uma lógica produtivista de valorização do capital, operada pelo setor imobiliário e seguida pelo Estado político. Em tal processo, percebemos a contradição entre a tendência de padronização e diferenciação na concepção e apropriação do espaço pelas classes sociais que demonstra distinções em sua *forma, estrutura e função* urbana referenciada no padrão unifamiliar e individual. Nesse sentido, a análise do problema da habitação precisa considerar a habitação como um problema inserido no modo de reprodução da sociedade. Por isso, foram analisadas as tendências do setor imobiliário e o recente estímulo para aumento da produção habitacional por parte dos governos estadual e federal.

A produção habitacional está inserida na dinâmica da reprodução social do espaço urbano. Como um produto do fenômeno urbano em expansão, habitações unifamiliares foram produzidas (e se reproduzem) enquanto movimento que segue um padrão na reprodução da própria sociedade. Tal forma urbana unifamiliar e individual representa a generalização da forma *habitat* (habitação como necessidade à sobrevivência), que está numa relação contraditória e em oposição ao *habitar*

(apropriação do lugar para a vida).³ A análise de tais tendências nesse contexto histórico-social permite situar a experiência da *Comuna*.

O caso da *Comuna*, primeiro projeto de habitação urbana sob a bandeira do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST) no Brasil, nasceu como experiência inspiradora e emblemática nesse período. Iniciada em 2007 com 128 famílias sob o regime de mutirão autogerido, a *Comuna* se desenvolveu como um projeto de habitação popular a partir de sujeitos distintos numa tentativa de ir além dos limites da habitação. Sua concepção nasceu de um processo de luta urbana com referência ao processo das Comunas da Terra,⁴ à proposta de “comunidade cristã” do Pe. João Carlos, à proposta urbano-libertária da assessoria da *Usina – centro de trabalhos para o ambiente habitado* (Usina) e à organização política dessa “comunidade” em formação para garantir o direito à moradia após o despejo em 2005 da favela Vila Esperança, favela que estava localizada no terreno da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), no município de Jandira, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Nesse contexto, uma segunda questão a ser discutida refere-se à tendência de favelização metropolitana do trabalho, numa relação direta entre trabalho informal pauperizado e habitação precária. Ao reconstruir o processo histórico da favela de Vila Esperança, pretendemos analisar as disputas iniciais pelo território entre moradores, tráfico e Igreja. Com a presença da Cáritas Brasileira e das Pastorais de Moradia e da Terra, viabilizou-se uma organização inicial desta população que tem como referência ao espaço da Creche. O espaço das crianças, portanto, tornou-se o espaço de reunião e política ao apresentar o uso do espaço como importante nexos de transformação. Assim, com a iminência do despejo e a chegada do MST, foi proposto a reconfiguração do conflito para outros patamares, o que provocou a relação inversa do que foi a construção da favela: realizar a ocupação do edifício abandonado ao se forçar a negociação que viabilizasse o projeto habitacional.

Essa discussão foi importante por evidenciar o contexto histórico de reconfiguração do conflito urbano que, entre as décadas de 1970 e 1990, foi marcado pela atuação dos movimentos sociais urbanos – sob suas variadas matizes – em enfrentamentos políticos diante do Estado como centro das reivindicações por direitos civis e sociais, e recentemente configura-se pela atuação de diversos sujeitos em amplitude e diversidade de trajetórias e atuações, que demonstra a intensa fragmentação de atuações políticas. Não por acaso, a intervenção do MST, chamado para contribuir na organização desta população, demonstrou a necessidade de um movimento social organizado na

³ Oposição discutida por Henri Lefebvre, *A revolução urbana*, Belo Horizonte, UFMG, 2008.

⁴ A Comuna da Terra é uma proposta de ampliação de uma nova forma de assentamento rural no Estado de São Paulo. Adiante dialogarei com o estudo sobre as Comunas da Terra de Yamila Goldfarb, *A luta pela terra entre o campo e a cidade: Reforma agrária, movimentos sociais e novas formas de assentamentos*, São Paulo, Annablume, 2011.

realização dessa luta. O MST aparece como uma organização com características camponesas que realiza a luta pela terra no campo, mas que percebeu a necessidade de resolver o problema desta população na própria cidade em vez de convocá-la para a luta no campo, como fez com diversos trabalhadores pauperizados das periferias. Na ausência de um movimento urbano organizado e atuante no município, a presença do MST foi essencial para os desdobramentos do processo e permitiu levantar a questão: o MST “chegou” à cidade ou foi o urbano que chegou ao MST?

Uma terceira questão a ser problematizada refere-se aos impasses da política urbana e habitacional. Nessa discussão, procuramos caracterizar as formas de produção habitacional e como estas definem as cadeias produtivas da construção civil. Como a lógica da produção define formas políticas e econômicas que predominam num modo de produção, aspectos que ocultam o social numa tríade invertida da realidade, os sujeitos que detém o poder de produção do espaço definem as formas, estruturas e funções dos espaços produzidos. Essa produção ocorre mediada pela dinâmica do mercado imobiliário e se referencia na mediação entre terra, capital e trabalho. Com efeito, a recente estruturação da política pública e a própria demanda habitacional estão à *mercê* da lógica da propriedade fundiária e imobiliária que predominam nas relações de produção espaciais. Nesse sentido, até o Partido dos Trabalhadores no governo federal atua como sujeito indutor ao reforçar as relações de propriedade, realizar a valorização do capital através da compra dos terrenos para a produção de habitação popular e ao não conseguir enfrentar o *nó* fundiário que tornou a terra cativa.

Com a reestruturação da política habitacional a partir do ano de 2003, mediante a criação do Ministério das Cidades, do Sistema Nacional de Habitação (SNH) e do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) – resultado histórico das reivindicações progressistas dos movimentos que atuaram no Fórum Nacional de Reforma Urbana, – procurou-se discutir as mudanças com o PMCMV que, distinto de uma política pública – apesar de operar com os mesmos pressupostos – modificou a atuação do Estado que passou a agir como indutor da produção habitacional em parceria com as construtoras e empreiteiras do setor imobiliário. O PMCMV foi lançado com o propósito de salvar as construtoras da crise financeira desencadeada em 2007, atender parte do déficit habitacional e gerar empregos, ao promover o crescimento da economia.

Nesse contexto, a quarta questão relaciona-se com a produção do espaço a partir das práticas espaciais inseridas na contradição entre forças homogenizadoras e forças diferenciadoras. Para discutir e problematizar a questão, procuramos reconstruir o processo da *Comuna* desde sua concepção, passando pela organização da produção até as formas de apropriação do espaço (e do processo). A concepção da *Comuna* ocorreu durante o projeto participativo, com a atuação da Usina, desde a ocupação do Edifício dos Salesiano, ao apontar os caminhos do financiamento habitacional e urbano até o processo de produção das casas, ao orientar esses trabalhadores-

mutirantes nas formas de organização coletiva do canteiro de obras referenciados na prática experimental originária com a Arquitetura Nova.⁵ A Usina desenvolveu um caminho próprio a partir das experiências de mutirão autogerido com os movimentos de moradia ao final da década de 1980 e início da década de 1990, inserida no amplo movimento popular desse período, ao estabelecer importante embente no campo da arquitetura sobre desenho e forma, estrutura e função.

Atualmente, a trajetória da *Comuna* está inserida num momento de efervescência da produção habitacional no Brasil, aspecto que remete à compreensão da dinâmica e características da construção civil, setor que jamais foi despojado de sua autonomia e poder de atuação. Historicamente, a construção civil se configurou como um setor com forte presença da manufatura e baixa mecanização dos procedimentos produtivos, o que permitiu a apropriação dos trabalhadores de parte do processo de trabalho e da proposição de um canteiro de obras experimental.

Com referência a essas condições, nossa hipótese é de que ao participar da concepção e da produção do ambiente habitado, os sujeitos tendem a se apropriar de maneiras distintas do processo e do espaço produzido, mas sempre atuando em meio aos conflitos sociais. Em tais formas de apropriação está presente o conflito entre apropriação privada e apropriação coletiva. Nesse sentido, a *Comuna* representaria uma forma distinta de apropriação do espaço urbano porque o seu espaço físico é a representação das necessidades espaciais dos indivíduos e de suas formas de organização coletiva. Por isso, seu espaço físico materializa-se como expressão do espaço social vivido por estes sujeitos – espaço que reúne as diferenças, ao se diferenciar de condomínios fechados e edifícios do PMCMV que se multiplicaram na metrópole, espaços que disseminam o padrão homogêneo.

Por essa relação direta, analisar a produção do espaço por suas práticas socioespaciais permite a inversão das lógicas neo-kantiana e neo-cartesiana de racionalização e separação espacial. Nesse sentido, o estudo se referencia nas obras de Lefebvre, que analisou como o espaço urbano-social se tornou o lugar da reprodução das relações de produção ao destacar que

O conhecimento do espaço – o conhecimento do que nele se faz, do que nele se passa e do que nele se serve – retoma a dialética, pois a análise detecta e revela contradições do espaço. O espaço abstrato, o espaço dos matemáticos, da epistemologia, pertence ao domínio da lógica. A passagem deste espaço mental para o espaço social implica já um movimento dialético, mais a análise do espaço social. Entre esses dois espaços não podem

⁵ Arquitetura Nova nasceu na década de 1960 em um contexto de efervescência política entre os jovens. Em tal contexto houve intensas intervenções criativas com o Cinema Novo, o Teatro Arena, os Centros Populares de Cultura, as campanhas de alfabetização e o fortalecimento das Ligas Camponesas e das Reformas de Base. Nesse caldeirão de politização, nasceu na arquitetura um núcleo político que ficou conhecido como Arquitetura Nova, representado por Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro, no qual passaram a produzir arquitetura artística e criticamente. Passaram a ver e a fazer arquitetura pelo lado do canteiro ao transformá-lo no espaço de uma produção experimental que reconcilia arte e trabalho, obra e manufatura, e criticar a arquitetura e as formas de produção hegemônica.

existir uma censura que torne impossível a passagem; a unidade inclui a diferença. Quanto à análise do espaço social, aquela mostra nestas coerências (as estratégias e as táticas, os “sub-sistemas”) que entram em conflito. Há contradições específicas que se manifestam, tais sejam a contradição entre *centros* e *periferias*, que se vão encontrar também na economia política, na ciência política, na teoria da realidade urbana (LEFEBVRE, 1973: p. 17).

O conceito de produção do espaço é aberto e seu desenvolvimento partirá aqui dos processos concretos de produção da *Comuna* e do espaço urbano na RMSP. Tal conceito se desdobra de maneira triática e ajuda a problematizar as dimensões do social, do político e do econômico por meio dos espaços físico, mental e social. Nesse aspecto, entendemos que a *Comuna* tentou anunciar a vida social numa outra perspectiva, mas reproduziu a vida cotidiana das relações de produção que predominam na sociedade, aspectos discutidos nessa dissertação.

Com efeito, ainda para Lefebvre (2006), o espaço social na tradição marxista foi considerado como uma superestrutura – resultado de forças produtivas e de estruturas, de relações de propriedade entre outras. Entretanto, para o autor, o conceito do espaço (social) e o próprio espaço escapam à classificação “base-estrutura-superestrutura”, ao analisar que,

[...] Ela supõe que o espaço aparece, se forma, intervém ora a um dos níveis ora a outro. Ora no trabalho e nas relações de dominação (de propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). Portanto desigualmente, mas por toda parte. A produção do espaço não seria dominante no modo de produção, mas religaria os aspectos da prática coordenando-os, reunindo-os numa “prática”, precisamente.[...] Se o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção.[...] O conceito do espaço religa o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: *descoberta* (de espaços novos, desconhecidos, de continentes ou do cosmos) - *produção* (da organização espacial própria a cada sociedade) - *criação* (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o *décor*). Isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da *simultaneidade*; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição, na inteligência e sobre a reunião material, de elementos dos quais se *produz* a simultaneidade. [...] O espaço da “modernidade” tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. [...] Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em migalhas! O que produz guetos isolados, grupos de pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. Reina uma curiosa lógica desse espaço, que se vincula ilusoriamente à informatização. E que oculta, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos. (LEFEBVRE, 2006: p. 7-9).

A produção do espaço produz a simultaneidade como possibilidade de reunião e encontro entre as diferenças, ao mesmo tempo em que separa e segrega. Nesse sentido, enquanto partes da metrópole estão sendo produzidas como negócio sob a direção do setor imobiliário, que subsumiu o Estado político em sua lógica produtivista apesar deste ainda demonstrar autonomia relativa na indução da produção, há outras partes que ensaiaram (e ensaiam) tentativas de outra direção (quem sabe ‘nova direção’, porém carregadas ainda do velho), ainda que difusas e pulverizadas em iniciativas micro-cósmicas em um contexto de predominância do capital imobiliário. Estas experiências representam as necessidades de reprodução da classe trabalhadora nas cidades e metrópoles cujas implicações, conflitos e proposições foram analisados nesta dissertação.

Para a viabilidade desta investigação cabe destacar os principais problemas na organização espacial da metrópole paulistana e, de modo geral, das metrópoles brasileiras. Os problemas atuais nas metrópoles e cidades se manifestam sob os seguintes aspectos: 1º) *Terra*, que está atrelada ao direito à propriedade e se transformou num problema fundiário complexo e aparentemente sem solução, ao exigir uma reforma fundiária que garanta a função social da propriedade da terra. Cabe destacar que um dos conflitos mais intensos nas cidades nesse período está entre o direito à moradia e o direito à propriedade; 2º) *Localização*, como expressão de uma urbanização em cidades cada vez mais segregadas, privatizadas e desiguais espacialmente, na qual a localização também foi produzida como um produto do trabalho social, resultado da produção do espaço intra-urbano; 3º) *Deslocamento*, expressão da circulação de pessoas, mercadorias e objetos, aspecto que está relacionado à enorme necessidade de deslocamentos humanos de um ponto a outro de uma localidade, na qual percebemos ruas, avenidas e estradas intransitáveis, transporte público e coletivo caros, insuficientes, superlotados, saturados, e a emergência de conflitos frequentes nos transportes públicos; 4º) *Militarização e burocratização dos territórios*, com proibições e restrições de uso das ruas e dos espaços públicos como expressão da privatização e do controle estatal do espaço urbano.

Flávio Villaça (1998), uma das referências nesse estudo, investigou como as localizações são produzidas e analisou como a estruturação das redes urbanas e a estruturação interna do espaço urbano não seguem a mesma lógica, ao não passar pelas mesmas mediações. Por esta razão, não podem ser analisadas pelos mesmos paradigmas teóricos. Nesse sentido, Villaça analisou as consequências do que chamou de *espaço intra-urbano*, referência ao estudo da produção do espaço.

Inserida no processo de expansão urbana da metrópole de São Paulo, a experiência vivida na *Comuna* aparece como distinta – exceção e confirmação de uma regra – que explicitaria as contradições do social nas recentes transformações na paisagem no âmbito da habitação, cujo fenômeno característico está sendo o de multiplicação de condomínios fechados, as produções de habitações pelo mercado imobiliário e pelo Governo Federal através do PMCMV. Definido por

Caldeira (2001: p. 258) como *enclaves fortificados*, os condomínios fechados expressam a versão residencial de uma forma de segregação em espaços privatizados, monitorados e fechados para residência, consumo, lazer e trabalho nas cidades contemporâneas. Tais transformações, percebidas na vida cotidiana através da forma urbana da metrópole, moldam a percepção socioespacial dos indivíduos, grupos e classes sociais sobre a cidade e tende a reforçar a cegueira sobre o urbano.⁶

Atualmente, os desafios urbanos estão na pauta política de movimentos sociais populares, pesquisadores acadêmicos, jornais e revistas, que debatem sobre os seus múltiplos problemas, e procuram apontar soluções que na maioria das vezes não são atendidas.⁷ Após as jornadas de mobilizações populares ocorridas em junho de 2013 em diversas cidades brasileiras, passou a estar na agenda política de governos. Os temas mais frequentes são: transporte público; urbanização e incêndios de favelas; redefinição urbana da cidade; especulação imobiliária; apropriação da renda de localização; megaeventos esportivos; reforma urbana; política habitacional e urbana; operações urbanas consorciadas; higienização e gentrificação urbana; direito à cidade, entre outros.

O direito à cidade, por sua vez, foi amplamente discutido e formulado por teóricos como Lefebvre (2009) e Harvey (2008; 2009) e por movimentos de moradia e urbanos. Estes autores defenderam que o direito à cidade não significa simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente.

Por esta perspectiva, a questão orientadora deste trabalho se apresentou da seguinte maneira: quais seriam as dimensões sobre a (re)produção social que a *Comuna* permite repensar nesse processo de redefinição urbana? O prefixo “re” está presente em “reprodução”, “repensar” e “redefinição”, como modo de expressar a repetição, mas também a ação e o novo que nasce deste movimento contraditório. Esse modo expõe a necessidade de se repensar para se redefinir – no âmbito do processo de conhecimento sobre as práticas sociais e urbanas – as necessidades urbanas por meio da problematização analítica de seu processo de produção e apropriação.

Como a classe operária e trabalhadora não se apropriou dos meios de subsistência e trabalho para produzir e reproduzir de maneira autônoma e consciente sua existência social, a problemática urbana parece contribuir para se repensar as estratégias que podem tornar possíveis (ainda que em partes) certas formas de apropriação coletiva. Se apropriar da concepção e da produção de um processo com vistas ao seu uso (no caso, o espaço), permitiria socializar um processo importante da vida social.

⁶ Esta percepção contribui para ocultar o conteúdo perverso desse movimento contraditório e diverso de difícil apreensão, cujo componente central são as relações de força entre grupos, frações e classes sociais na produção e apropriação do espaço urbano que está no modo pelo qual se apropriam desse espaço, aspecto que está sendo investigado, analisado e compreendido por diversos pesquisadores das ciências sociais e do urbanismo sob diversos ângulos e perspectivas de análises, o que contribui para a construção de uma ciência social do fenômeno urbano.

⁷ Em setembro de 2012 a Revista Caros Amigos publicou uma edição especial sobre os desafios urbanos e de como solucionar os problemas das cidades brasileiras.

Devido a tais aspectos, a problemática do conhecimento sobre a cidade e o urbano se apresenta como uma questão de vital importância para a compreensão do movimento da sociedade e do seu devir. Por isso, a urbanização da sociedade aparece como aspecto fundamental por permitir ir além das dimensões da economia política. A partir de tais questões, investigaremos como a experiência da *Comuna* levanta outras questões para se repensar a (re)produção do espaço urbano a partir de suas relações sociais de produção, ao explicitar os elementos de utopia presentes no real, os seus limites mediante a trajetória de sujeitos distintos e suas condições sociais de atuação.

O trajeto percorrido nesta análise se constrói num movimento inverso às análises que consideram o tempo a única dimensão definidora da sociabilidade no período, ao negarem o espaço como dimensão explicativa do mundo contemporâneo. Partimos então do pressuposto de que as relações sociais se realizam nas dimensões das relações espaciais, que indica um determinado processo de trabalho e de apropriação fundamentado por formas de propriedades cuja forma predominante está sendo a propriedade privada. Com isso, pretendemos problematizar o processo urbano e suas contradições a partir das práticas socioespaciais que remetem ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade. Neste sentido, o espaço urbano se apresenta como meio e produto da ação humana – pelo uso – ao longo do espaço. (CARLOS, 2007). Se apropriar do uso do espaço e de sua dinâmica de produção pode significar se apropriar do tempo, hipótese analisada nesta experiência.

A *Comuna* permite verificar as dimensões de reprodução do espaço urbano através de um conjunto de relações sociais, ao reunir em seu processo as dimensões da produção do ambiente habitado. Em seu processo procurou a integração entre habitação, trabalho assalariado e trabalho mutirante, ao buscar a união das necessidades de moradia e trabalho num mesmo processo de produção e, conseqüentemente, reprodução da força de trabalho e de parte das condições de produção da própria habitação. Aliado aos projetos de educação, através da constituição de uma ciranda, e de cultura por meio da Escola de Samba Unidos da Lona Preta e da Comuna do Samba, essa experiência construiu uma trajetória como tentativa de apropriação de outras dimensões da vida no mesmo espaço-tempo, e se constituiu como um espaço vivido por grupos sociais diversos.

Nesse estudo, apreendemos momentos desse processo de formação social para reconstruir seu histórico por meio de entrevistas realizadas com os sujeitos distintos envolvidos no projeto, cujo material empírico resultante servirá como uma breve narrativa inserida no texto da dissertação como maneira de expor a percepção dos agentes representados por: 1) coordenação de obras; 2) alguns mutirantes; 3) membros da Cooperativa Treme-Treme e da posterior Cooperativa União; 4) Coordenação Regional do MST; 5) Padre João Carlos da Cáritas Brasileira; 6) equipe do Coletivo Usina – assessoria técnica que acompanhou a obra; e 7) equipe da ITCP-Unicamp, incubadora que orientou a constituição da cooperativa.

A experiência da *Comuna* permitiu compreender e analisar as contradições na relação entre *cooperação* e *socialização*, *alienação* e *apropriação* a partir da problematização do *trabalhador coletivo* oriundo da manufatura na construção civil. Analisamos a relação entre produção e apropriação do espaço urbano mediada pelo *processo* e o *uso* por esses trabalhadores-mutirantes-moradores, ao buscar em tal experiência vivida os nexos da relação entre meio e fim. Nesse sentido, o uso do espaço produzido aparece como uma das dimensões que remete ao modo de ser inserido no costume, dimensão que ainda não foi transformada inteiramente em troca. Sua importância está na condição de uso do espaço, do tempo, do corpo, em busca dos sentidos da vida frequentemente negados. O uso é fundante em Marx e Lefebvre. Para este último, expressa resistência e resíduo que, na relação com o costume e a diferença⁸ como existência concreta, pode permitir modos distintos de usar o tempo e o espaço. Ele viu que através do *uso* pode-se chegar a *obra*, que está em oposição a *troca* e ao *produto*, o que nos permite pensar a relação dialética entre trabalho e não-trabalho. Seabra (1993: p. 79) contribui para pensar o problema de que o conflito pelo uso do espaço estaria revelando a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação. Define propriedade como não-apropriação, restrição concreta do uso; e a apropriação como o fim da alienação. A autora, referenciando-se em Lefebvre, trata da insurreição do uso e provoca aberturas no pensamento visando a apreensão da práxis no espaço urbano.

Essa cidade invertida pelas égides dos interesses imobiliários e financeiros caracteriza a vida cotidiana de nosso tempo num processo de expansão urbana que vem ocorrendo nos últimos vinte cinco anos. Tais mudanças se inserem no processo de redefinição do urbano na metrópole paulistana que podem ser percebidas na produção de edifícios e conjuntos corporativos-comerciais; ampliação da infraestrutura com a construção de pontes, viadutos, avenidas e metrô; construção de condomínios fechados, de shoppings centers, estádios de futebol; e etc., que redefinem aspectos da relação localização-deslocamento ainda sob a lógica radial-concêntrica. Por uma razão inversa, e mediante as contradições existentes no processo de produção espacial e de valorização do capital, esta investigação pretende analisar através da *Comuna* como se construiu o processo de concepção, produção e apropriação que se pretendia autônoma do espaço urbano de uma parte da cidade pelos trabalhadores, ao analisar uma experiência oposta as principais frentes de expansão do mercado imobiliário na RMSP.

Portanto, problematizamos o contexto em que se insere o processo da *Comuna* mediante o sentido do urbano, ao analisar sua proposição coletiva pretensamente autogestionária sob relações de produção que tendem a reproduzir a hierarquia e a produtividade da forma mercadoria.

⁸ Para Lefebvre a diferença não se reduz nem ao previsível, nem ao identificado, nem ao classificável, assim como não se reduz às “representações banalizadas”, ou seja: a originalidade, a diversidade, a distinção.

Capítulo 1

A Comuna Urbana Dom Hélder Câmara e o sentido do urbano

A construção da vida, no momento, está muito mais no poder de fatos que de convicções.

Walter Benjamin, *Rua de mão única*, 1928.

1.1. Habitação, (re)produção e espaço urbano

Contemporaneamente, a habitação se apresenta como uma forma urbana que se generaliza. Esta forma se constituiu como um espaço físico (concebido e produzido) cuja finalidade foi a de propiciar abrigo e proteção em relação aos fenômenos da natureza (chuva, vento, calor e frio), possíveis ataques de terceiros e como um dos espaços de reprodução da vida em sociedade. Na condição de residência, aparece simultaneamente como um lugar territorial e social ao expressar as necessidades atuais de abrigo, referência e privacidade dos indivíduos. Constituída como o “lar” dos indivíduos e das famílias, atualmente a habitação representa tipos distintos de arquitetura que expressam modos de vida em um tipo particular de sociabilidade na história. Tal forma urbana oculta e revela os processos sociais que caracterizam a produção⁹ do espaço urbano, espaço que, no modo de produção capitalista, se configurou a partir da produção e distribuição desigual de riqueza, bens e localização, que consolidou formas de habitações que se apresentam como lugares privilegiados e desprivilegiados na reprodução social de determinados indivíduos, grupos e classes sociais. As diversas formas sociais de habitabilidade aparecem naturalizadas como um processo de conquista pessoal de indivíduos e famílias isoladas com distinções entre a vitória pessoal de quem venceu na vida e a conquista do cantinho na cidade por quem construiu sua trajetória na sociedade.

No entanto, a questão da habitação se originou com a expansão do modo de produção capitalista. O processo dessa expansão transformou também a habitação em um importante espaço de reprodução das classes sociais. A compreensão desta questão, portanto, se relaciona aos modos pelos quais a vida é produzida e reproduzida em sociedade. Entender sua problemática significa buscar a compreensão de relações e condições pelas quais as habitações são produzidas, ao implicar o entendimento da (re)produção do espaço urbano. Esse espaço é entendido aqui como um espaço social resultante da história e do tempo de certas relações sociais entre sujeitos coletivos que

⁹O conceito de produção é polêmico e historicamente diverso. Este estudo se referencia no conceito de produção de Marx em *Introdução* de 1857 e *O capital*. Para Marx (1982: p. 4): “Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais. [...] A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. [...]”. Entretanto, o conceito formulado por Spinoza e Hegel, que não superaram o idealismo filosófico, e o conceito de Smith e Ricardo no âmbito da economia política aparece de maneira diversa em Marx, que completou esta superação através do materialismo dialético.

aparecem sob as formas de grupos, frações e classes oriundas de interações, estratégias e conflitos sociais. Tal espaço social-urbano passou a ser o lugar da reprodução das relações de produção.¹⁰

A análise do problema da habitação precisa considerar a habitação como um problema inserido no modo de (re)produção da sociedade. Não referimos aqui a qualquer sociedade, mas especificamente a sociedade urbana que nos atravessa e determina os modos de vida atuais. Compreender a sociedade através do espaço urbano implica em entender como este espaço *foi e está* sendo produzido e apropriado, aspectos que remetem ao cotidiano na metrópole. Inserido e oriundo do modo de produção capitalista, o espaço urbano que (des)conhecemos reúne o setor de produção habitacional que se originou da indústria da construção civil. Diagnosticado como um setor produtivo atrasado tecnologicamente em relação aos demais setores da indústria, possui características peculiares no que tange a composição orgânica do capital na produção habitacional.

No processo de produção habitacional, há algumas características de manufatura e artesanato na construção civil que possibilitaram o desenvolvimento de experiências coletivas oriundas das práticas de mutirão e autogestão no Brasil. Tais experiências apresentaram representações sociais diversas de sua própria existência. Herdeira de uma história de produção habitacional através do regime de mutirão autogerido, o processo de produção da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara expressou a trama da história de desigualdades sociais, exploração e espoliação urbana que incidiram sobre as condições de vida dos trabalhadores. Os trabalhadores-mutirantes que construíram com o suor de seu trabalho parte da *Comuna* viviam de maneira precária na favela da Vila Esperança, ocupação localizada no terreno da CPTM ao lado do rio Barueri, município de Jandira. Foi nesse lugar onde se esboçou, com o protagonismo da *Cáritas Brasileira* (Cáritas) junto a *Pastoral da Moradia* e *Pastoral da Terra*, as primeiras formas de organização desta população, que passou a se mobilizar com o objetivo de resolver o problema da habitação, por saber que não ficariam nesse terreno. Ao antecipar o despejo desse terreno, numa ação articulada em conjunto e a partir da proposição do MST, eles realizaram a ocupação do edifício abandonado do Seminário dos Padres Salesianos no Jardim Alvorada, e viabilizaram a organização coletiva no local onde residiram por um ano como forma de luta e reivindicação de acesso a algum programa habitacional. Em decorrência deste fato e das articulações políticas locais, regionais e nacionais

¹⁰ Lefebvre (1973: p. 17) analisou como o espaço social se tornou no lugar da reprodução das relações de produção ao destacar que “O conhecimento do espaço – o conhecimento do que nele se faz, do que nele se passa e do que nele se serve – retoma a dialética, pois a análise detecta e revela contradições do espaço. O espaço abstrato, o espaço dos matemáticos, da epistemologia, pertence ao domínio da lógica. A passagem deste espaço mental para o espaço social implica já um movimento dialético, mais a análise do espaço social. Entre esses dois espaços não pode existir uma censura que torne impossível a passagem; a unidade inclui a diferença. Quanto à análise do espaço social, aquela mostra neste coerências (as estratégias e as táticas, os “sub-sistemas) que entram em conflito. Há contradições específicas que se manifestam, tais sejam a contradição entre *centros* e *periferias*, que se vão encontrar também na economia política, na ciência política, na teoria da realidade urbana. [...]”.

com o poder público, esses sujeitos viabilizaram o terreno da obra, o financiamento e o projeto de arquitetura e urbanismo junto com a assessoria técnica da Usina, que lhes orientaram na garantia da qualidade do ambiente habitado.

A história de organização popular da *Comuna* na luta pelo direito à habitação teve como característica sua construção entre *sujeitos*¹¹ distintos repleta de conflitos e aprendizados. Por isso, em que medida essa experiência de produção habitacional – com base na autogestão – permitiu aos sujeitos se apropriarem do processo de trabalho? Ela possibilitou a constituição de novas formas de organização do trabalho no canteiro de obras? Que forma de autogestão se desenvolveu nesta experiência? Ao produzir casas o que mais se produziu para além da habitação? Quais seriam os conflitos recentes e as perspectivas de apropriação do espaço urbano num contexto de intensa segregação socioespacial? E como essa experiência permitiria repensar a (re)produção do espaço urbano na metrópole de São Paulo? Estas questões serão tratadas ao longo dessa dissertação.

A *Comuna* representa a primeira Comuna Urbana do MST no Brasil, e foi produzida no período de novembro de 2008 (início da obra) à dezembro de 2012 (conclusão das casas, não da infraestrutura).¹² Tal produção se originou de uma luta por terra urbana e habitação e se desenvolveu como experiência inserida nas contradições da formação socioespacial brasileira¹³ sob a expansão urbana da metrópole paulista.

O primeiro aspecto para sua viabilização foi a concessão do terreno pela Prefeitura de Jandira, onde sua história foi construída e materializada. Em relação direta, a concessão do terreno demonstrou como a questão fundiária tornou-se uma das questões centrais na sociedade urbana, condição que viabilizou a existência da *Comuna*. Este processo remete à herança colonial da promulgação da Lei de Terras de 1850, que passou a pautar o desenvolvimento das cidades brasileiras por condições contraditórias e desiguais em que a terra passou a ser cativa.¹⁴ Em razão inversa, a questão fundiária tornou-se obstáculo que inviabiliza qualquer empreendimento habitacional popular em regiões centrais e bem localizadas, já que depende da viabilização do terreno sob compra ou concessão estatal. Estas concessões ocorrem com frequência nas periferias

¹¹ O termo sujeito é utilizado aqui por definir os responsáveis pela ação e por permitir compreendê-los como portadores de uma subjetividade a partir desta ação. Originado da tradição aristotélica, a palavra sujeito provém do latim clássico *subjectus* e significava em sua origem “estar sujeito”, “subjugado”, “submisso”, e designava a situação do escravo. Segundo o Dicionário Aurélio (1986) o termo corresponde a “posto debaixo, em posição inferior 1. Súdito. 2. Escravizado, cativo. 3. Obrigado, constrangido. 4. Que se sujeita à vontade dos outros”. Entretanto, as palavras em sua trajetória na história adquirem significados distintos de sua origem. A expressão de uma subjetividade de um *ser* que existe aparece na tradição kantiana. Na língua portuguesa sujeito se refere ao sujeito da ação e predicado ao objeto da ação. Do ponto de vista lógico sujeito significa afirmação e negação de algo, aspecto pelo qual é empregado aqui.

¹² Sobre esta questão da não conclusão da parte de infraestrutura de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Jandira analisarei no capítulo 3.

¹³ Tal como sugerido por Milton Santos, *A urbanização brasileira*, São Paulo, Edusp, 2009.

¹⁴ O nexa entre o regime de terras e trabalho de colonos europeus foi elucidado por José de Souza Martins, ao perceber que a terra no Brasil é livre quando o trabalho é escravo; no momento em que se implanta o trabalho livre, ela passa a ser cativa. José de Souza Martins, *O cativo da terra*, São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1996, 6ª edição.

das cidades (e da metrópole) e demonstram que a propriedade fundiária urbana reúne características de monopólio que garantem ao proprietário de terra a apropriação de diferentes formas de rendas: renda da terra, renda da localização e renda do monopólio.¹⁵ O solo adquiriu uma condição de produção e, em decorrência disso, o Estado assumiu por vezes o papel de regulador dos conflitos urbanos. Ao conceder terrenos públicos de sua propriedade, demonstra não enfrentar o problema da propriedade privada da terra, ponto nodal vital destes diversos conflitos. Ademais, o Estado político aparece subordinado aos interesses e a lógica produtivista engendrada pelo setor imobiliário. Adiante veremos como a atuação do Estado representa a outra face do processo de valorização imobiliária, apesar deste se apresentar como instituição imparcial e acima da sociedade.

A *Comuna* se desenvolveu sob determinada forma de produção do espaço¹⁶ na periferia da cidade de Jandira e da metrópole paulistana. A cidade de Jandira representa a periferia da metrópole e reproduziu em seu território a relação centro-periferia. A periferização das cidades advém das características específicas da produção do espaço nessa formação social, que ocorreu como um processo de separação entre as classes sociais no ambiente construído. Sua origem remonta a separação entre proprietários de terra, incorporadores imobiliários e loteadores na luta pela apropriação da renda urbana socialmente produzida, associada à luta entre as classes na ocupação e apropriação do espaço produzido mediada por um Estado de viés patrimonialista. A apropriação deste espaço está associada às diversas formas de propriedades existentes – tal como da terra e do imóvel – e está limitada por estas formas que representam diversas camadas de abstrações que vai desde a posse até a propriedade – abstração concreta.¹⁷ Esta separação entre as classes sociais no espaço foi denominada por estudiosos do urbano como *segregação socioespacial*,¹⁸ processo que evidencia a dinâmica da luta de classes de maneira espacializada e a influência das relações espaciais nesta luta.

Inserida e oriunda de tal segregação, a habitação popular se apresentou como espaço e processo de reprodução de relações sociais diversas, e sua problematização aqui busca a compreensão da redefinição do espaço urbano em expansão. O problema da habitação, portanto, oculta e revela a dinâmica do fenômeno urbano que no Brasil ficou conhecida como *a questão*

¹⁵ Eduardo G. Ewbank destacou três formas de renda: a renda de monopólio, a renda absoluta e a renda diferencial.

¹⁶ Lefebvre desenvolve o conceito de produção do espaço em *A produção do espaço*, tal como exposto na introdução.

¹⁷ Baitz (2011) problematiza os elementos formais da propriedade ao destacar que “A propriedade abstrata situa essa situação em outros níveis, pois consiste em uma transação especial na qual o que se negocia não é a propriedade de uma coisa, e sim uma abstração, ainda que concreta, dessa coisa ou de suas propriedades. [...] No fundiário, a abstração permitiu separar uma unidade, a Propriedade da terra (com “P” maiúsculo), em posse e propriedade (com “p” minúsculo por ser a redução da Propriedade. O homem proprietário pode, então, ceder a posse, reter a propriedade e iniciar toda ordem de abstrações que a capacidade inventiva do ser humano pode imaginar [...]”

¹⁸ Para Villaça (1998) a segregação espacial é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole. Para D’Andrea (2008), a segregação socioespacial refere-se à separação entre as classes no espaço urbano socialmente produzido.

urbana por causa da forte influência da sociologia urbana francesa.¹⁹ Ao participar na condição de mutirantes da produção de suas próprias casas, esses trabalhadores não produziram apenas casas, mas também um modo de fazer que remete as condições de reprodução da sociedade. Com isso, a (re)produção²⁰ do espaço urbano recria as condições gerais em que se realiza também o processo de reprodução do capital, e sua problemática situa-se num debate diverso e com divisões nem sempre bem delimitadas, aspectos que veremos a seguir.

1.1.1. Reprodução social no espaço urbano

O tema da reprodução social dividiu visões e áreas de conhecimentos nas ciências sociais. Desde que foi investigada a dinâmica de seu movimento mediante ao espaço urbano, percebeu-se o atravessar de sua existência na cidade. Como noção geral, a reprodução designa a continuidade de uma determinada forma de produção. Lessa (2006) analisou que na esfera da reprodução social, as novas necessidades e possibilidades geradas pelo trabalho vão dar origem a novas relações sociais que se organizam sob a forma de complexos sociais. O complexo social é um conjunto de relações sociais que se distingue de outras relações por sua função social exercida no processo reprodutivo, tal como Estado, família, escola, habitação, etc. Pode-se inferir que a reprodução social expressa a reprodução das relações de produção. Por sua vez, Lefebvre (1973) em sua teoria social defendeu que o conceito de re-produção das relações sociais de produção nos daria não apenas um fio condutor, mas um instrumento intelectual para a descrição e a análise crítica do real ao analisar que

A questão das relações de produção e da sua reprodução não coincide com a da reprodução, segundo Marx, dos *meios* de produção (força de trabalho, maquinaria), nem com a da reprodução *alargada* (crescimento da produção). Está fora de dúvida que, para Marx, a reprodução dos meios de produção e a continuidade da produção material vão a par com a reprodução das relações sociais, tal e qual como a própria vida vai a par com a repetição dos gestos e dos actos quotidianos. São aspectos inseparáveis dum processo que comporta simultaneamente movimentos *cíclicos* e *lineares*, a saber, nexos de causas e efeitos (linearidades), mas também resultados que geram de novo as suas condições e razões (ciclos) [...]. (LEFEBVRE, 1973: p. 08).

¹⁹ A chamada escola francesa de sociologia urbana associada ao marxismo foi constituída por autores como François Ascher, Yves Lacoste, Christian Topalov, Manuel Castells e Henri Lefebvre. Lefebvre publicou em 1970 *A revolução urbana* e Castells em 1972 *A questão urbana*, obras que revolucionaram as interpretações sobre o urbano.

²⁰ Foi Marx (1983) quem percebeu que o capitalismo só produz a sua própria reprodução. No caso brasileiro, Ana Fani A. Carlos (2008) analisou em *A (re)produção do espaço urbano* como o urbano tornou-se produto do processo de reprodução do capital e fruto das contradições e conflitos entre suas necessidades e as da sociedade como um todo.

Entre os movimentos cíclicos e lineares de um determinado complexo social, há uma abertura que, no âmbito da reprodução social, permite questionar e transformar a própria produção como momento indissociável de um mesmo processo. Visitar esse *entre* permite enxergar um hiato existente entre uso e troca, além de desvelar o campo obscuro desses opostos. Nos meandros da reprodução encontra-se o campo da produção habitacional cujo uso (habitação) está mediado pela troca (mercadoria) e por uma forma de propriedade urbana, desveladora da expansão da *segregação socioespacial* como fenômeno funcional às cidades sob a lógica de valorização do capital.²¹

Por isso, a conquista da casa própria neste tipo de sociedade tornou-se expressão de uma forma urbana (modo de vida) e do poder da ideologia²² revestido nesta conquista, e apresenta-se como um dos espaços da reprodução social da força de trabalho. A produção de habitação, ao ser determinada pela lógica da produção de mercadorias,²³ tornou-se um objeto de uso complexo e caro, apresentando-se atualmente nas formas unifamiliar e individual, reproduzido de modo predomnante sob as condições de verticalização na forma apartamento. O processo de produção da *Comuna* – distinto e sob a forma casa pretensamente integrada ao bairro, inserida na problemática habitacional –, representa a luta pela necessidade de habitar em um local permanente na metrópole, que reúne o acúmulo de experiências precedentes nas cidades e as lutas para garantir um modo de reprodução adequado na sociedade. Em seu processo inicial na favela, a precariedade das habitações foi oriunda e teve relação direta com o trabalho pauperizado. Como a produção de habitações está inserida num determinado processo de urbanização como negócios do capital, o acesso à habitação adequada exige considerar como as cidades são produzidas e organizadas. A esse respeito, Rolnik (1988) analisou que a cidade como local permanente de moradia e trabalho consolidou-se historicamente quando a produção passou a gerar excedente, ao passar por diversas formas ao longo da história – expressão de seus respectivos modos de produção – ao dizer que

A cidade como escrita, ao se fixar a memória expressa na arquitetura urbana; a cidade política (civitas), da aglomeração de indivíduos que demanda a gestão da vida coletiva e organização da vida pública; a cidade como mercado, com a aglomeração das pessoas se cria o mercado, como consolidação da divisão social do trabalho entre campo e cidade e uma especialização do trabalho na cidade; e por fim a cidade do capital, que com a Revolução Industrial modifica as relações de produção ao universalizar a produção de mercadorias mediada pela relação capital e trabalho assalariado. (ROLNIK, 1988).

²¹ Esse conjunto de relações sociais diversas e definidas por certas funções na reprodução social tende a desvelar o *modo de ser* de um determinado tipo de sociedade. Esse modo de ser remete aos diversos modos de vida cindidos pela divisão técnica e social do trabalho, oriundo de um processo de produção que se constitui como unidade do processo de trabalho e de suas relações sociais de produção, como um processo de valorização do valor caracterizado pelo desenvolvimento das forças produtivas materiais que só se desenvolvem em formações sociais concretas.

²² István Mészáros, *O poder da ideologia*, São Paulo, Boitempo, 2004.

²³ Para Marx a mercadoria é um momento da metamorfose do capital, e faz parte do mecanismo de valorização do valor.

A cidade, diante do processo de industrialização, tornou-se um objeto espacial que levantou a problemática de quais seriam as dimensões sociais do habitar. Sob o comando da lógica do capital, o processo de industrialização desencadeou um forte processo de urbanização nas formações sociais onde se desenvolveu. Habitar na cidade, sobretudo entre os trabalhadores assalariados e pobres, tornou-se tema de discussão desde o final do século XIX até os dias atuais. Em meio ao processo de industrialização, proletarianização e crescimento demográfico das cidades, Engels (1976) em sua *Contribuição ao problema da habitação* foi pioneiro ao problematizar tal questão,²⁴ e concluiu que o problema da habitação não seria o problema da habitação, ao perceber que a habitação passou a ser produzida na lógica capitalista, mas foi tal lógica que provocou a concentração de trabalhadores nas cidades para sua reprodução social. Após esta constatação, estudiosos da industrialização e do urbano perceberam que, ao longo do século XX, cidades e metrópoles expandiram o ritmo de crescimento das economias, e tal processo não permitiu acesso à moradia adequada ao conjunto dos habitantes em diversas formações sociais, o que manteve em aberto a questão levantada por Engels.

Ao ser entendida como produto social a partir da sociologia francesa nas décadas de 1960 e 1970, a cidade foi assumida como espaço de consumo coletivo e reprodução da força de trabalho. As análises sobre o espaço urbano procuraram elucidar a produção das dimensões que envolvem o ambiente construído e os sujeitos deste processo. Até a década de 1960 o marxismo não havia abordado a questão urbana, por entendê-la como parte do processo de reprodução social. A partir de então, teóricos como Castells e Lefebvre desenvolveram suas teorias para analisar o urbano. Entretanto, suas divergências são fundamentais para compreender as linhas de pesquisas sobre o urbano que influenciaram a sociologia brasileira.

A obra de Castells (2000) chegou primeiro ao Brasil e sua crítica à Lefebvre também. Sua crítica consistia em questionar a centralidade do urbano (e da sociedade urbana) defendida por Lefebvre em apenas algumas de suas obras. Da mesma maneira que não se pode compreender Marx e Engels apenas por suas obras de juventude, Lefebvre precisa ser lido no conjunto de suas obras. Lefebvre respondeu às críticas em *A produção do espaço*, na qual expôs como o espaço urbano é produzido como espaço de reprodução das relações sociais do modo de produção capitalista (produz

²⁴ Engels problematizou em três níveis a questão da habitação. Ao discutir como Proudhon, por um lado, e a burguesia, por outro, resolvem o problema da habitação, Engels analisou as possibilidades de como os trabalhadores poderiam resolver. Com efeito, questionou toda a concepção de que o operário haveria de comprar sua moradia ao analisar sua condição social, por estar à procura de trabalho e residindo em condições insalubres e precárias próximo aos locais de trabalho nas cidades.

relações e seu espaço), diferentemente de Castells que via o urbano apenas como reflexo da produção econômica.²⁵

O urbano (morfologia social) não é sinônimo de cidade (morfologia material). Por isso, o conceito de *urbano* desenvolvido por Lefebvre (1973), Harvey (2006) e Villaça (1998) é referência neste estudo. Para Lefebvre, o urbano não designa simplesmente a cidade e a vida nela, mas a forma geral da reunião, da simultaneidade e do espaço-temporal nas sociedades. O conceito está inserido numa teoria sobre o espaço enquanto produto-produtor com características de “urbanização-desurbanização”. Harvey (2006), por sua vez, destacou dois motivos para compreendê-lo:

Em primeiro lugar, nós sabemos, como disse Lefebvre, que o capitalismo sobreviveu no século vinte graças à produção do espaço, e que este espaço produzido é cada vez mais um espaço urbanizado. O estudo do processo urbano diz muito, portanto, sobre os mecanismos bem sucedidos de auto-reprodução do capitalismo. Em segundo lugar, a urbanização crescente faz com que este seja o nível mais imediato em que as pessoas experimentam, vivenciam e reagem às mudanças ao seu redor. Dissecar o processo urbano em toda a sua completude significa revelar as raízes da formação da consciência nas realidades materiais da vida cotidiana. (HARVEY, 2006).

Então, o fenômeno urbano se caracterizaria por uma enorme complexidade, e se apresentaria com tendências de uma realidade global, ao implicar o conjunto das práticas sociais oriundas da generalização da forma mercadoria no espaço produzido para além do processo produtivo em fábricas e empresas, que passou a estar inserida na dinâmica urbana – ampla e complexa. Para Villaça (1998: p. 328), o urbano é o espaço produzido e consumido por um mesmo e único processo. A sua estruturação interna, entretanto, se processa sob domínio de forças que representam os interesses de consumo (condições de vida) das camadas de mais alta renda, estruturado pelas condições de deslocamento da força de trabalho enquanto tal e enquanto consumidora (deslocamentos casa-escola, casa-compras, casa-lazer, e mesmo casa-trabalho). A relação entre localização e deslocamento passa a ser fundamental na análise do urbano por permitir repensar a relação espaço-tempo na sociedade. A expansão urbana, portanto, pode ser observada na expansão da metrópole e dos seus estilos de vida e a forma habitação é um de seus indicadores.

Neste contexto, a problemática urbana e seus conflitos inerentes estiveram às margens da teoria social por um período na história. As dimensões sociais de seu movimento apareceram de maneira fragmentada nos campos da arte, da literatura e das ciências parcelares como o urbanismo,

²⁵ Para Lefebvre (2006: 11) “o modo de produção organiza – *produz* – ao mesmo tempo em que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza. Seja dito *en passant*: o socialismo engendrou um espaço? Se não, é que o modo de produção socialista ainda não tem existência concreta”. Ademais, não cabe neste trabalho expor a crítica e o debate, apenas a menção dos pontos de divergência e a justificativa de um campo teórico em vez de outro.

a arquitetura, a geografia e a sociologia.²⁶ Ao passar ao domínio da sociologia urbana e do urbanismo, a questão urbana foi apropriada pelo pensamento crítico, fonte desta pesquisa.²⁷

Entre os autores que pensaram a formação social brasileira destacam-se dois grupos: os teóricos da industrialização²⁸ e os teóricos da urbanização²⁹ que, inseridos no debate em âmbito continental junto aos teóricos latino-americanos, formularam uma teoria da urbanização sobre as economias da periferia do capitalismo com base em sua relação com a dependência econômica, o subdesenvolvimento e o imperialismo. Cabe ainda destacar um terceiro grupo constituído por antropólogos urbanos.³⁰ Mesmo diante de diferenças explícitas e críticas controversas, as teorias dos três grupos dialogaram e mantiveram uma inter-relação. Entretanto, um dos problemas dessas primeiras teorias sobre o urbano no Brasil, apoiadas inicialmente nas reflexões de Castells (2000), esteve relacionado à compreensão da produção do urbano como *reflexo* da produção econômica, concepção que não permitiu uma interpretação própria das formas assumidas pela produção capitalista do espaço urbano e das disputas pela produção e ocupação espacial nas cidades.³¹

As formulações de teorias sobre urbanização na periferia do capitalismo problematizou a cidade e os bairros periféricos como local da reprodução da força de trabalho, ao enfatizar o consumo da cidade em detrimento de sua própria produção. Algumas destas análises levaram a interpretações que desconsideraram o conflito central na sociedade entre capital e trabalho, e enfatizam o conflito entre movimentos sociais urbanos e Estado. A resolução desta problemática foi encarada por Kowarick (1979: p. 34), que analisou o urbano no Brasil como reprodução espacial das contradições entre capital e trabalho ao destacar que a distribuição espacial da população no quadro do crescimento caótico refletiria a condição social dos habitantes da cidade, espelhando, ao nível do espaço, a segregação imperante no âmbito das relações econômicas. *Espoliação urbana*, conceito de Kowarick, permitiu desvelar as formas de produção do capital em sua periferia, ao expressar o rebaixamento de salários oriundo da externalização dos custos de reprodução da força de trabalho, espoliação que se completou através dos custos e das péssimas condições de transporte, habitação, saúde, saneamento e outras condições de vida urbana.

²⁶ Sobre a crítica às ciências parcelares e à fragmentação urbana ver Henri Lefebvre, *A revolução urbana*, 2008.

²⁷ Como destacou Ermínia Maricato (2011: p.121), o “pensamento crítico” bebeu em duas fontes teóricas principais: os marxistas que fizeram um esforço internacional para analisar o espaço urbano seguindo as lógicas de acumulação de capital e produção e apropriação do valor. Dentre eles ocupou um espaço de influência na chamada “escola francesa de sociologia urbana” que se desenvolveu na França a partir de 1968. A segunda fonte diz respeito aos autores que pensaram a sociedade brasileira.

²⁸ Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista*; João Manuel C. Mello, *Capitalismo Tardio*; entre outros.

²⁹ Lúcio Kowarick, *A espoliação urbana e a Lógica da desordem*; Paul Singer, *Economia política da urbanização*; Ermínia Maricato, *A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial*; Milton Santos, *A urbanização brasileira*; etc.

³⁰ Heitor Frugoli, *O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*; José G. C. Magnani, *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*; entre outros.

³¹ Pedro Arantes, *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970*, problematiza como alguns os teóricos da urbanização na periferia caem no dualismo que tentam evitar.

A espoliação se originou com a expansão demográfica e urbana da cidade de São Paulo, que desencadeou a expansão da metrópole paulistana, originada com o processo de industrialização na década de 1950 e intensificado nas décadas de 1960 e 1970 inicialmente na região sudeste. Com o processo de industrialização, houve uma concentração de indústrias e, conseqüentemente, de população – em sua maioria trabalhadores assalariados – que buscaram melhores condições de vida em algum lugar da metrópole e na sociedade. Esse processo intenso de industrialização – concentração de indústrias e população – provocou um desenvolvimento dos setores de serviço e comércio e desencadeou um forte processo de urbanização, do qual conhecemos alguns de seus resultados, porém, talvez ainda não a totalidade de seu processo urbano. Não é por acaso que as grandes cidades e metrópoles brasileiras são chamadas de capitais de seus respectivos estados da federação – concentração de capital pressupõe a concentração de força de trabalho (população).

Se observarmos, por exemplo, a expansão espacial da metrópole paulistana para além de sua forma urbana, é possível localizar os sentidos de sua expansão. Essa expansão esteve associada a uma série de fatores que permitem desvelar o emaranhado de relações e lutas entre as classes sociais na configuração espacial das cidades, e como essa espacialidade produzida tende a condicionar e a determinar as relações sociais e os modos de vidas diversos da metrópole. Pode demonstrar também determinadas distinções entre os padrões de urbanização dominantes de uma época, em sintonia com os interesses dominantes de grupos e classes que detém o poder de produção espacial das cidades. O crescimento populacional em três regiões metropolitanas do sudeste contribui para ilustrar um dos aspectos desse fenômeno:

Tabela 1: Crescimento populacional nas Regiões Metropolitanas do Sudeste – 1970 a 2010

Regiões Metropolitanas Sudeste	População Total				
	1970	1980	1991	2000	2010
São Paulo	8.139.730	12.588.725	15.444.941	17.970.634	19.683.975
Rio de Janeiro	6.891.521	8.772.265	9.814.574	11.257.944	11.703.788
Belo Horizonte	1.658.482	2.609.583	3.436.060	4.277.157	4.883.970
TOTAL	18.348.215	23.970.573	28.695.575	33.505.735	36.271.733

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 à 2010.

O processo de urbanização³² no Brasil³³, expansão e configuração das forças produtivas desenvolvidas através de aglomerações socialmente produzidas, foi marcado por uma expressiva

³² Por urbanização entendo o processo dialético de produção e expansão urbana da cidade para reprodução social que reúne as múltiplas necessidades relativas a habitação, canalização de água e esgoto; a pavimentação de ruas e avenidas; a instalação de escolas, creches e postos de saúde e hospitais; a consolidação de transporte coletivo e público; e espaços para prática do comércio local de alimentos e vestuários que permita a reprodução da vida em sociedade. O processo de urbanização contribuiu para gerar um modo de vida urbano na cidade, mas que se expandiu também para o campo.

concentração populacional em regiões metropolitanas, com desigualdades ao acesso de bens e serviços e elevados índices de pobreza, desemprego e violência urbana. As cidades destas regiões, sob a lógica da produção capitalista da vida e do espaço, passaram a reunir as condições de produção e acumulação através dos meios de produção (maquinário, ferramentas, instalações e matérias-primas), trabalho (força de trabalho) e localização, do capital fixo (terra, maquinário e edifícios/instalações) e do capital volátil ou circulante (sistema monetário e financeiro). Sob tal lógica, as cidades cresceram sem que a maioria da população tivesse acesso adequado à habitação e à terra urbanizada em meio à separação entre classes em bairros centrais, conurbações³⁴ e periferias.

Para Nabil Bonduki (1998), o crescimento dos bairros populares em São Paulo ocorreu a partir do tripé: autoconstrução, loteamento irregular e casa própria. As periferias que emergiram nas cidades brasileiras expressam a desigualdade de planejamento para um atendimento adequado e com qualidade dos serviços urbanos, enquanto que as elites construíram bairros exclusivos para si, com toda infraestrutura urbana necessária para a sua qualidade de vida e reprodução social, como é o caso do quadrante sudoeste³⁵ na cidade de São Paulo e de Alphaville.

O resultado desse processo foi a configuração de uma urbanização intensificadora de desigualdades no ambiente construído, que contradiz o mito da igualdade de oportunidades no capitalismo através do espaço. Ao observar como as metrópoles brasileiras estão organizadas, em particular a metrópole de São Paulo, é perceptível como há uma organização espacial que dificulta e até inviabiliza o deslocamento das classes populares por determinadas regiões das cidades, sobretudo, em regiões consideradas nobres. Em São Paulo, o quadrante sudoeste é a região de residência e trabalho das classes dominantes, lugar de difícil acesso de transporte público e coletivo onde se localizam as residências (mansões), as corporações (Centro Empresarial Nações Unidas) a Universidade de São Paulo, o Jockey Club e o Palácio dos Bandeirantes – paisagens dos poderes político e econômico. Esta localização, produzida socialmente para abrigar as elites, expressa a *segregação socioespacial* na cidade e na metrópole.

Em relação aos estudos urbanos de caráter sociológico ou antropológico sobre a cidade de São Paulo, Frúgoli (2000) percebeu que durante um longo período o enfoque deu-se em processos

³³ A urbanização no Brasil foi estudada a fundo por Milton Santos, *A urbanização brasileira*, São Paulo, Edusp, 2002; Flávio Villança, *O espaço intra-urbano no Brasil*, São Paulo, Studio Nobel, 1998; Paul Singer, *Economia política da urbanização*, São Paulo, Brasiliense/Cebrap, 1973.

³⁴ Para Villança (1998: p. 51) o processo de conurbação ocorre quando uma cidade absorve núcleos urbanos à sua volta, pertençam ou não a outros municípios.

³⁵ O quadrante sudoeste de São Paulo, onde se concentra a maior parte da pequena-burguesia e da burguesia, é a região onde se concentram oportunidades e benefícios da vida urbana. O quadrante vai desde as Avenidas Paulista e Santo Amaro, passa pelo bairro dos Jardins até o Morumbi, e concentra a maior taxa de motorização e tem o sistema viário mais desenvolvido da cidade, ao reunir a maior concentração de avenidas e vias expressas. (ROLNIK, KOWARICK & SOMEKH, 1990: p. 149).

sociais gerados na periferia, notadamente por movimentos sociais que lutavam por equipamentos urbanos inexistentes. Para o autor,

[...] o centro tradicional paulistano, que no início do século fora um espaço das elites, passou por um crescimento com a criação de áreas mais valorizadas, ao passo que as anteriores foram sendo gradativamente abandonadas e entregues à deteriorização cada vez mais identificado como espaço das classes populares, incluindo aí uma grande porcentagem de migrantes nordestinos” (Frúgoli, 2000: p. 38).

O que o autor não discute é o porque as áreas do centro (geográfico) são degradadas e abandonadas pelas elites que se transferiram para o quadrante sudoeste (centralidade urbana), ao passo que colocaria a importância da localização em relação aos deslocamentos na metrópole. A cidade de São Paulo dispõe então de duas grandes centralidades urbanas: a *tradicional* representada pelo bairro da Sé e seu entorno; e *elitista* representada pela região da Paulista, Jardins, Berrini, Butantã, Real Parque e Morumbi localizada no quadrante sudoeste.

Esse aspecto é determinante para compreender as disputas e lutas entre grupos e classes sociais por um lugar na metrópole, já que esta disputa pode ser dividida entre “ganhadores” e “perdedores” por melhor localização na cidade e menor deslocamento espacial na metrópole. A localização urbana se expressa como produto-produtor do trabalho nesta expansão urbana. Para Villaça (1998: p. 23), a localização urbana é determinada por dois aspectos: 1) rede de infraestrutura: vias de acesso, redes de água e esgoto, pavimentação, etc.; 2) possibilidade de transporte de produto e de deslocamento de pessoas e de comunicação. Villaça destaca ainda que há um consenso atualmente de que o espaço urbano é produzido, e produzido pelo trabalho social dispendido na produção de algo útil, por isso esse trabalho produz valor. Então qual seria o produto desse trabalho? Para ele, há dois valores a considerar:

O primeiro é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infra-estruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração. Esse valor é dado pela *localização* dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta assim como valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – valor que, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte. (Villaça, 1998: p.72)

Para Villaça, o capitalismo faz o possível para transformar o produto (e o processo) do trabalho em mercadoria, mas não consegue totalmente por não conseguir reproduzir as aglomerações sociais, sem as quais não há localização. O impulso que leva à produção de *shoppings*

centers, hipermercados e cidades novas é a tentativa do capital de produzir e transformar as localizações em mercadorias, se apropriar da renda da terra e da renda de localização e tornar o espaço urbano em um espaço de consumo. A produção destes lugares espaciais depende de uma aglomeração cuja reprodução escapa ao capital, aspecto que nos conduz aos embates sobre o valor de uso do solo e o papel da terra neste processo, aspectos que serão analisados no capítulo 2.

Por sua vez, Lojkin (1981: p. 163, apud VILLAÇA) chega próximo à essência da questão ao resgatar de Marx o valor de uso do solo e suas duas funções: a de instrumento de produção e de simples suporte passivo de meios de produção. Mas destaca um terceiro valor de uso do solo: a capacidade de *aglomerar*, e de combinar socialmente meios de produção e meios de reprodução de uma formação social. Esse valor de uso para o autor reside na propriedade que tem o próprio espaço urbano de fazer com que se relacionem entre si os diferentes elementos da cidade. Para Villaça, Lojkin parecia naturalizar a localização. Villaça defende que a capacidade de aglomerar é um valor de uso produzido, e não uma propriedade ou um dado da natureza como parecia expor Lojkin.

No entanto, no processo de urbanização das cidades brasileiras, trabalhadores superexplorados nas fábricas, empresas e na informalidade, precisaram “se virar” para construir suas habitações por meio da autoconstrução em locais distantes dos centros e dos postos de trabalho, a partir das décadas de 1970 e 1980. A autoconstrução teria se constituído como fenômeno funcional das desigualdades sociais brasileiras e representou entre as décadas de 1960 a 1990 em torno de 70% das habitações construídas. Até hoje a periferia é o lugar dos pobres na metrópole, mesmo que haja também muitos pobres residindo nos centros das cidades.

Decorrente do processo de industrialização dependente e urbanização desigual, o espaço urbano brasileiro se configurou com base na herança colonial patrimonialista e na privatização do espaço público. Neste processo ocorreu a explosão da autoconstrução generalizada de moradias precárias como fator das despossessões urbanas e dos grandes conjuntos habitacionais construídos no período do Banco Nacional de Habitação (BNH)³⁶ por empreiteiras subsidiadas pelo Estado nas bordas das cidades. Ambas experiências demonstram a história das periferias nas cidades, na qual os trabalhadores chegaram antes mesmo da infraestrutura urbana nestas localidades.

Esse fenômeno foi visto por um período sob o aparente caos urbano existente, mas foi desvelado por Lúcio Kowarick (1982) através da noção de *lógica da (des)ordem*, ao demonstrar que o caos na urbanização esteve relacionado a própria ordem da racionalidade capitalista que, quando

³⁶ O BNH foi criado após o golpe militar de 1964 como uma das prioridades do regime. Após 20 anos de existência produziu 2 milhões de moradias, marca que pode ser ultrapassada em 6 anos pelo PMCMV. Um dos fatores decisivos para sua implementação às avessas foram os impactos causados em todos os povos da América Latina pela reforma urbana radical do processo revolucionário cubano, aspecto destacado pela antropóloga Alba Zaluar em *A máquina e a revolta*, ao analisar também a origem dos recursos oriundos da Aliança para o Progresso, instituição estadunidense que financiou os golpes e programas “sociais” nas economias latino-americanas, com a finalidade de dar respostas a classe trabalhadora em expansão e controlar as formas de reprodução desta mesma classe.

operada por diversos sujeitos e “sem” planejamento, resultaria numa desordem urbana bem localizada. Em meio a tal desordem urbana consolidaram-se cidades que combinaram diversas formas de urbanização.³⁷ A industrialização-urbanização, portanto, se apresentou como uma crescente transferência para a cidade de funções outrora desempenhadas na casa. Por sua vez, uma parte significativa da infraestrutura urbana foi produzida pelo Estado através de um planejamento estruturador, ao expressar o crescimento das funções públicas do Estado (transportes, educação, entre outros) e demonstrar a existência das relações de classes com tendência e predominância de interesses privados sobre os públicos em determinadas localidades.³⁸ Tal lógica da desordem urbana refere-se à intensa aglomeração de populações nos centros urbanos. A compreensão da lei de acumulação capitalista permite compreender as imensas concentrações urbanas nas metrópoles brasileiras e as necessidades de reprodução da força de trabalho em contradição com as de reprodução do capital.

Essa reprodução social do capital está garantida pelo Estado político que estabelece a regulação da sociedade com forte tendência de privatização da vida e do espaço público, do transporte e da circulação, que legitima o processo de *segregação socioespacial* nas cidades. Esse fenômeno expressa a separação entre as classes sociais no espaço urbano produzido sob a lógica da separação e da privação. Desta privação há contradições e disputas entre os sujeitos sociais pelo uso (público) e a troca (privada), que se manifesta sob relações espaciais. A cidade enquanto *obra e uso*, portanto, está em permanente conflito com a cidade enquanto *produto e troca*. Produzir cidades é produzir espaços de relações e interações sociais. Mas o que está predominando nas cidades é o caráter privado destas relações espaciais que limita o acesso ao uso do espaço urbano. Por isso, problematizar a relação entre localização e deslocamento permite discutir a apropriação do uso e da obra em contraposição ao produto e a troca – a *insurreição do uso* do qual falou Odette Seabra.³⁹

Por fim, até aqui vimos como a produção habitacional se constitui como uma forma urbana, ao demonstrar o problema da habitação inter-relacionado ao processo de reprodução social mediado pelo fenômeno urbano, cuja característica principal é o seu caráter de expansão com base na exploração, espoliação e segregação urbana. O uso do solo urbano é disputado por diversos segmentos da sociedade e questionado pela luta dos sujeitos envolvidos no processo da *Comuna*. A tentativa de insurreição através do uso do espaço urbano questiona a reprodução social e expõe a relação entre habitat e urbanização. Cabe discutir alguns processos concretos da produção espacial.

³⁷ Há bairros na cidade de São Paulo com padrões europeus e/ou estadunidenses (tipo Califórnia), enquanto que outros bairros apresentam uma urbanização tradicional e, outros ainda, uma urbanização precária, incompleta e carente de equipamentos públicos, vias de acesso e de infraestrutura urbana, e há ainda bairros não urbanizados.

³⁸ Sobre a privatização do espaço público, ver a problematização na dissertação de mestrado de Tiarajú Pablo D'Andrea, *Nas tramas da segregação: o real panorama da polis*, São Paulo, FFLCH-USP, 2008.

³⁹ Odette Seabra, “A insurreição do uso”, em José de Souza Martins (Org) (1996).

1.1.2. A Comuna Urbana na metrópole

A *Comuna* foi construída através de um processo produtivo com bases no regime de mutirão autogerido conduzido por diversos sujeitos. Seu período de construção durou aproximadamente quatro anos. Oriunda do processo de redefinição do urbano, que está ocorrendo através de disputas e conflitos socioespaciais, sua experiência se apresenta como uma chave importante na compreensão das recentes transformações espaciais na metrópole paulistana. Compreender seu processo permite entender os embates e as proposições que estão alterando as formas de urbanização anteriores. A produção de habitação por provisão, neste sentido, exige formas correspondentes de urbanização. O processo de urbanização tornou-se fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista. Compreendê-lo permite o entendimento de suas influências sobre a reprodução social, em geral, e a reprodução da força de trabalho, em particular.

O processo de produção da *Comuna* ocorreu sob determinadas relações sociais de produção do ambiente habitado. O modo como foi produzida permite compreender o nexo entre produção do espaço e redefinição do urbano que está ocorrendo na metrópole paulistana. A Comuna está localizada no Jardim São João, próximo ao terminal de ônibus do Fátima, periferia do município de Jandira⁴⁰, microregião de Osasco. O município que faz fronteira com Barueri, Carapicuíba, Cotia e Itapevi, possui uma área de 22 km² e 108.344 habitantes⁴¹ segundo dados no ano de 2010, enquanto que sua densidade demográfica é de 6.468,2 hab/km².⁴² O nome do município de Jandira é de origem Tupi-Guarani e significa *abelha melífera* em referência a existência de muitas abelhas na região, o que fez a cidade ficar conhecida como “favo de mel”. Tornou-se município em 28 de fevereiro de 1964, com o desmembramento do município de Cotia, após a emancipação político-administrativa aprovada pela população em plebiscito realizado em dezembro de 1963. Faz parte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e nasceu com a expansão urbana metropolitana após forte processo de industrialização iniciado na década de 1950.

Jandira se constituiu como cidade-dormitório e se originou como distrito de Cotia a partir da Estrada de Ferro Sorocabana. A ferrovia foi inaugurada em 1875 e operou até 1971, depois foi

⁴⁰ Em 10/12/2010 a gestão pública de Jandira se destacou pelo assassinato do prefeito Walderi Braz Paschoalin (PSDB), cujo os principais suspeitos foram presos há 2 km do local. De acordo com a polícia, o crime foi encomendado pelo ex-secretário municipal de habitação Wanderley Lemos de Aquino, preso e acusado de participar de um esquema de corrupção e desvio de recursos públicos.

⁴¹ Censo de 2010, IBGE.

⁴² Curiosamente, mas não por acaso, sua área é menor que a área da vizinha rica Alphaville, que é de 26 km². Segundo Caldeira (2000: p. 263) Alphaville foi construída nos anos de 1970, e se espalha por dois municípios: Barueri e Santana do Parnaíba. No final da década de 1990 dispunha de uma área urbanizada de 13 km², e uma população residente de certa de 30 mil habitantes, e uma população flutuante de aproximadamente 80 mil pessoas (Construtora Alburquerque).

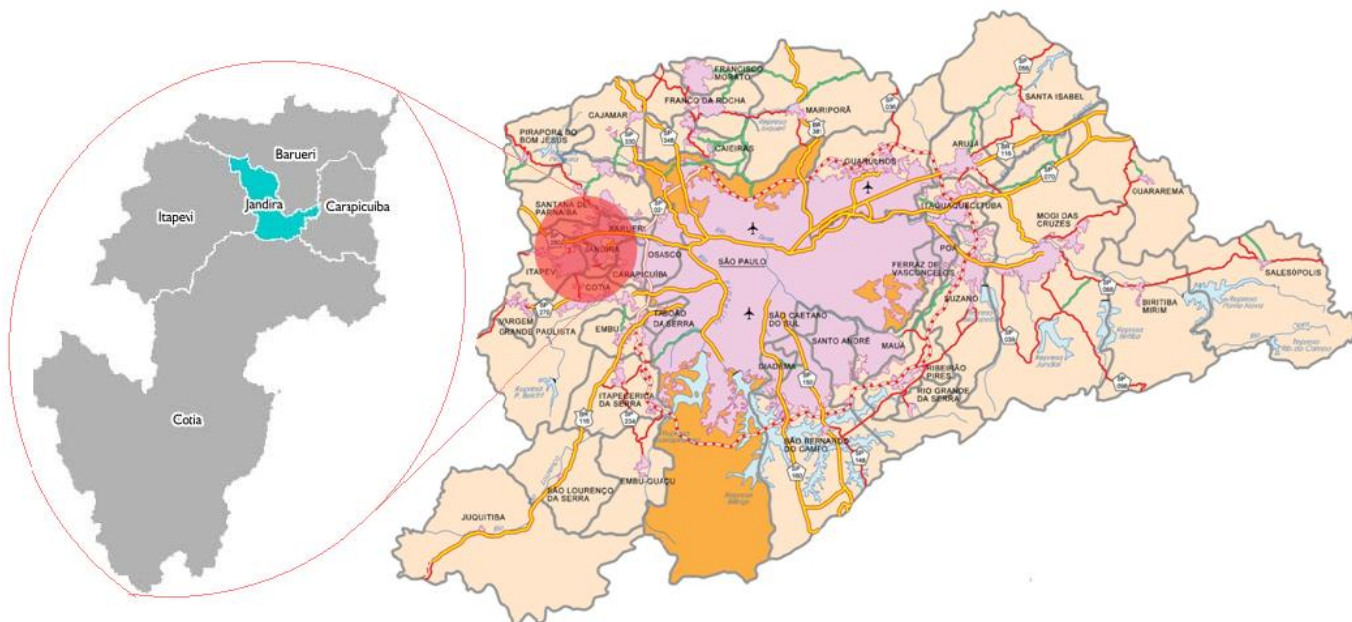
substituída pela Fepasa até ser transferida sob o regime de concessão para a Ferroban.⁴³ A ferrovia foi importante na ligação do extremo oeste do estado à capital, o que permitiu o nascimento de vilarejos em torno de determinadas estações (paradas) e ao longo de suas linhas se definiu uma forma de urbanização. O município situa-se próximo aos acessos da Rodovia Castelo Branco, autopista cujo primeiro trecho foi entregue em novembro de 1968. A rodovia foi concebida para ser a primeira autopista expressa brasileira e se tornar a principal ligação entre a RMSP ao Oeste Paulista, num modelo que visava assegurar a realização do capital das montadoras através da venda de automóveis e veículos, deixando de lado e sucateando as ferrovias como transporte de passageiros, permanecendo apenas algumas linhas de transporte de cargas. A construção da rodovia iniciou-se em 1963 pelo governador Adhemar Pereira de Barros antes do golpe militar de 1964 e foi batizada inicialmente sob o nome de *Auto Estrada do Oeste*, ao se definir em outra forma de urbanização.

Esta via interurbana transformou-se em via intraurbana nos termos de Villaça (1998), ao constituir-se como via regional urbana que liga os municípios da microregião à capital da metrópole paulistana. Foi rebatizada sob o nome de Castelo Branco em homenagem ao primeiro presidente empossado pelo regime militar, Humberto de Alencar Castelo Branco, nome de militar “linha dura” que destoa das delícias e delicadezas do favo de mel da nascente Jandira. A origem e expansão do município, portanto, situa-se num momento de mudança de função em que as rodovias imprimiram ao espaço urbano metropolitano, ao redefinir a importância de deslocamentos que passou a ocorrer através de rodovias e vias radiais, ligando o centro da metrópole ao conjunto dos municípios nesta expansão. Foi a partir da construção da rodovia que Jandira tornou-se uma localidade oportuna para a instalação de um parque industrial localizado a 28 km de São Paulo, que reestruturou a paisagem urbana de determinados bairros e imprimiu uma dinâmica industrial inexistente anteriormente. Esse parque industrial contribuiu para intensificar a urbanização periférica e generalizar a autoconstrução como forma habitacional de trabalhadores de baixa renda que passaram a habitar o município. Não obstante, até recentemente não há programas habitacionais municipais, o que demonstra que os

⁴³ A ferrovia foi gerida pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana criada em 1870 por empresários sorocabanos ligados ao comércio do algodão. Inicialmente a ferrovia foi concebida para o transporte das safras de algodão até São Paulo. Como as receitas geradas pelo transporte deste produto se mostraram insuficientes, a ferrovia passou a enfrentar dificuldades financeiras. Após mudanças de gestores percebeu-se que o sucesso da ferrovia estava condicionado ao transporte do café. Por isso, a ferrovia foi expandida em direção a Botucatu e posteriormente até Presidente Prudente. Foi na década de 1920 que começaram a circular trens de subúrbios com passageiros urbanos. Em 1971 a gestão da ferrovia passou para a Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), empresa estatal criada em 1962 sob responsabilidade do Estado de São Paulo. Em 1998 o governador de São Paulo, Mário Covas, transferiu a Fepasa para a União dentro do processo de renegociação das dívidas do Estado. Posteriormente, a União transferiu a empresa para a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) sob o nome de malha paulista. Com a extinção da RFFSA as linhas foram transferidas sob o regime de concessão para a Ferroban. Em 2006, a América Latina Logística comprou o grupo Brasil Ferrovias que matinha a Ferroban, e passou a operar a antiga malha ferroviária da Sorocabana. No trecho metropolitano de São Paulo, a partir de 1995 as linhas suburbanas da antiga Sorocabana passaram a ser administradas pela CPTM.

trabalhadores de baixa renda precisaram construir por conta própria suas habitações no município. Sua localização explicita relativamente o seu lugar na metrópole e sua função nos níveis da microregião de Osasco, bem como para o conjunto da RMSP.

Figura 1 : Mapa de Localização de Jandira na RMSP



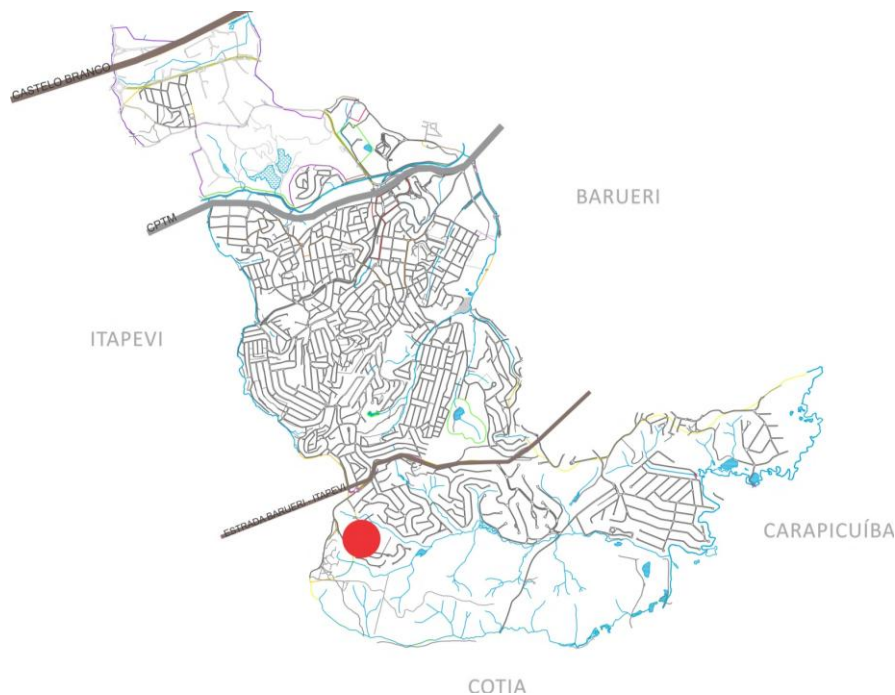
Fonte: Secretaria Estadual de Transporte. Montagem própria.

A origem e crescimento de Jandira antecede a construção de Alphaville, localidade concebida como projeto para abrigar as residências das elites e seus ambientes de gerenciamento do trabalho. Enquanto que Jandira e Barueri passaram a reunir o conjunto das classes sociais que atuam na região, com uma característica que aglutina uma parcela extensa das classes populares de baixa renda, Alphaville passou a ser o reduto de parcela das elites que se deslocaram para esta localização. A *Comuna*, em sua breve existência, localiza-se então tão distante do centro da metrópole paulista mas tão próxima de setores da elite paulistana que residem em Alphaville.

No entorno da localização da *Comuna* encontram-se a sudoeste o Conjunto Habitacional Jandira B da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU); a oeste um aglomerado de casas fruto da autoconstrução; a norte um grande condomínio fechado de casas de alto padrão (Nova Paulista Residêncial); casas de médio padrão a leste; e a sul outro condomínio de alto padrão (Residencial Lago dos Cisnes). Juntas estas unidades habitacionais constituem o bairro do Jardim São João, que expressam a expansão urbana baseada na condição de dormitório em determinados bairros e regiões da cidade. A maior parte destes conjuntos habitacionais são murados em decorrência de fatores de violência urbana e de segregação socioespacial, que muitas vezes inviabiliza as relações de vizinhança que eram características de bairros tradicionais no município e na metrópole. Cabe destacar que há um forte processo de produção dos condomínios fechados nesta

microregião, aspecto que demonstra a forte atuação do setor imobiliário na comercialização de habitações de alto padrão às vezes localizados no mesmo território de habitações populares. Abaixo um mapa com a localização da Comuna Dom Hélder e uma imagem do lugar com as habitações:

Figuras 2 e 3 : Mapa de localização e imagem do lugar da *Comuna* em Jandira



Fontes: Mapa - Prefeitura de Jandira; Imagem - Google maps.

O projeto de habitação popular da *Comuna* nasceu da necessidade de garantir o direito à habitação a uma centena de famílias despejadas em 2005 de uma favela localizada no terreno da CPTM. A ocupação do terreno, como processo social, indica a expressão da desigualdade de poder

na produção e na apropriação do espaço urbano, aspecto que o projeto procurou minimizar. Seu desenvolvimento e execução objetivava a constituição de relações sociais com base na participação popular representada na arquitetura e no espaço produzido, ao se buscar na produção do espaço os nexos com a reprodução social no âmbito da educação, da política e da cultura – e diversas outras dimensões da vida social no mesmo lugar. Neste lugar, como demonstra a imagem acima, existe no mesmo território habitações de diferentes classes que não se relacionam.

Iniciada em 2007 com aproximadamente 100 famílias de trabalhadores, o projeto da *Comuna* se constituiu a partir da iniciativa da Coordenação Regional Grande São Paulo, instância organizativa do MST. Apresentou-se como a primeira experiência de habitação urbana do MST no Brasil, ao buscar se aproximar das lutas urbanas e se lançar numa experiência de atuação urbana deslocada do meio rural, mas inserida no projeto de Comunas da Terra. Parte dessas famílias despejadas e que estava desorganizada decidiu seguir com o projeto de construção de uma comunidade organizada. Após ocuparem um edifício abandonado e com a intermediação da Caritas e da assessoria técnica da Usina, acessaram um financiamento público, projetaram as casas e os espaços coletivos numa busca de potencializar sua relação com a cidade em vez de se segregar dela. Nesse sentido, a luta por habitação é uma luta no âmbito da reprodução social. Por isso, em que medida tal experiência objetivou formas distintas de produção do espaço? O que modificou no âmbito do modo de produção e quais as formas de reprodução foram ensaiadas? Tais questões serão abordadas a seguir.

1.2. Favelização e pauperização metropolitana do trabalho



Figura 4:
Favela de Vila
Esperança,
Estação Sagrado
Coração

Foto 01. Fonte: Seu Orestes.

Em decorrência da *segregação socioespacial* oriunda do modo de produção, que define o modo de vida da classe trabalhadora, a formação do povoado em questão ocorreu em meados do ano de 1999 e resultou na construção, entre os anos de 2008 a 2012, do projeto habitacional batizado de Comuna Urbana Dom Hélder Câmara, num período de intensa redefinição urbana. Em pleno século XXI dezenas de trabalhadores, ao não disporem de recursos para garantir melhores condições de habitação em decorrência de trabalhos pauperizados e baixos salários, ocuparam gradativamente um terreno no bairro de Sagrado Coração, próximo à estação de trem da CPTM. Construíram seus barracos no terreno da CPTM próximo ao rio Barueri Mirim. Esta ocupação se constituiu em área de risco e foi iniciada por *marreteiros de trem*, que comercializavam na condição de ambulantes (força de trabalho virtual, informal e pauperizada) determinados tipos de produtos em frente à estação de trem. Esses indivíduos que participaram inicialmente construíram em um dia mais de 50 barracos, iniciativa que inspirou outros. Em poucos dias aumentou-se o contingente de trabalhadores e suas famílias que buscavam ali um lugar para realizar sua necessidade de habitar. Houve o caso de famílias que vieram de outro despejo da estação de Carapicuíba após serem indenizadas. Com o recurso da indenização, construíram os seus barracos e fizeram crescer em pouco tempo a população que chegou à 251 famílias registradas pelo último cadastro no período e a aproximadamente 900 moradores,⁴⁴ aspecto que demonstrou uma necessidade de reprodução da força de trabalho não garantida socialmente.

Este acontecimento – que ocorre com frequência nas regiões metropolitanas – demonstrou a continuidade do tripé autoconstrução, loteamento irregular e casa própria, que prevalece ainda hoje, mesmo com todos os instrumentos urbanísticos em vigor na legislação brasileira. Desta ocupação se constituiu uma favela que foi batizada por seus moradores de Vila Esperança. Em meio a um ambiente de desesperança, a favela se apresentou como expressão da necessidade de habitar com poucos recursos, sem apoio de governos e como fuga do aluguel que sobe com a valorização imobiliária. A favela, mesmo após batizada de Vila Esperança por seus moradores, era designada pelos moradores do entorno por Sagrado Coração, o que demonstrava a invisibilidade da favela enquanto lugar na cidade, e era vista como a localidade mais violenta de Jandira.

Ao longo de sua breve história na cidade, a favela de Vila Esperança se configurou em meio a um conjunto de relações sociais conflituosas e repletas de interesses distintos. Como relatou uma de suas moradoras, Regiane, 33 anos, as condições de vizinhança eram as seguintes: “Neste período tinha muita rivalidade. Rivalidade do tráfico, morador, políticos, a nossa creche que era mantida pela própria comunidade e voluntários que trabalhavam lá na creche.”

⁴⁴ Estas referências foram relatadas em entrevistas por moradores da Comuna Dom Helder que estão desde a favela.

Além da rivalidade e a disputa por território entre os sujeitos na favela, o lugar se localizava em frente ao rio Barueri, fato que ocasionava enchentes com as quais a população se deparava frequentemente. Estes aspectos estão entre os fatores identificados pelos moradores como os de maior problema de se viver ali. Os relatos foram diversificados, mas com problemas comuns. Jane, 33 anos, moradora, destacou a enchente e a criminalidade como um dos problemas mais agravantes:

Para ir lá é um pouco difícil. Depois que voce vai para o lugar, voce vai meio que acostumando com ele. As maiores dificuldades para a gente era a época de enchente e chuva. A nossa casa não enchia. Mas a rua em si enchia d'agua até o meio da cintura. Acho que a parte mais difícil era voce chegar do serviço cansada [...] e olhar de cima da estação, voce olhar para baixo e ver a água até o meio da cintura. Sua casa inundada de água. E medo né, porque o meu horário de trabalho era ruim. [...]. Era das duas as dez (noite). Ruim para chegar. Eu trabalhava na Anhangabaú. Até eu chegar em casa, chegava meia-noite. Eu saia de lá as dez. [...]. Pegava quase o último metrô e trem. Até chegar em casa. Então chegava muito tarde. E a criminalidade, né? Voce chegar meia-noite, numa favela. Muito crime. A polícia entrava de qualquer maneira. Quando eles entravam não perguntavam quem era quem, já entravam batendo. Acho que era o mais difícil. Era voce imaginar que iria criar os seus filhos assim: vendo aquilo. E toda semana, ou quase todos os dias, quando a gente via uma morte. Saia da porta de casa e os traficantes estavam passando com a arma na mão. Era o mais difícil [...] De imaginar que eu ia criar minha filha achando que isso era normal.

Dona Ana, 55 anos, moradora, destacou outros aspectos sobre as enchentes e demonstrou a recorrência do descaso em relação a solução para os problemas desta população:

As maiores dificuldades lá eram enchentes. Tinha muita enchente. A gente perdia tudo. Então quando enchia, a gente tinha que sair. Vinha a Defesa Civil. E agente ia dormir na estação. Acionava lá, arrumavam lugar na creche. E depois voltava, ia limpar tudo de novo. Não tinha como sair de lá. A gente precisava de casa, emprego. Eu pelo menos não tinha, muita gente não tinha. Os que tinham também ganhavam pouco. Tinha que ficar lá. Então a gente perdia tudo. Limpava, era só lama. Voltava e ficava lá. Era área de risco e a gente continuava. A gente ia para consultar e ninguém queria atender no início. Foi muito difícil.

As enchentes eram recorrentes nesta localidade e expressam as condições sociais que viviam estas famílias, habitantes de uma favela construída sobre área de risco. Esta construção demonstra a tendência de multiplicação das favelas em um contexto em que se ampliaram os programas e as produções habitacionais. As favelas continuam sendo produzidas sob outra dinâmica, mas expressam a condição funcional de determinadas populações de trabalhadores pauperizados, estes

que tiveram que assumir os custos habitacionais de sua reprodução social num momento de ampliação da pauperização do trabalho. Ademais, a precarização da habitação está em relação direta com a pauperização do trabalho. Tais condições explicitam um determinado modo de reprodução social assentado na urbanização periférica desigual das cidades.

As condições precárias de habitabilidade e os problemas de insalubridade também afetavam os moradores, aspectos até então negligenciados pela Prefeitura de Jandira que estava nos últimos meses de gestão de Walderi Braz Paschoalin (PSDB), sucedido após eleição por Paulo Henrique Barjud (PT) que assumiu em 2001. Após a primeira enchente, o Padre João Carlos Pacchin,⁴⁵ então responsável pela Paróquia, olhou da igreja e viu todo aquele povo desamparado. Ele foi até a favela de Vila Esperança, pisou na lama junto a sua população e a partir de então passou a realizar uma série de articulações com prefeitura, autoridades e instituições locais. Destas articulações resultou o acompanhamento da Pastoral da Moradia, que ajudou inicialmente a realizar o cadastro destas famílias. Posteriormente, outras pastorais ajudaram com ações de caridade, sobretudo, ao oferecer alimentos à população fragilizada pelo processo de favelização, fenômeno este que está revestido com o véu de aparências naturais que reforçava o descaso das autoridades locais. Com a presença das pastorais e o apoio da Cáritas Brasileira,⁴⁶ que desenvolvia uma atuação na região, iniciou-se a proposição das primeiras formas de organização desta população.

⁴⁵ Por ser uma pessoa reconhecidamente importante para a comunidade, cabe aqui uma breve descrição da trajetória do padre. O Padre João Carlos chegou ao Brasil em 1968 e ainda não pensava em se tornar padre. Nasceu na Itália, e veio para viver uma experiência como voluntário no país. Morou na Favela de Bom Juá, periferia da cidade de Salvador. Seus primeiros passos de trabalhos com a população foram nesta localidade, onde se instalou através dos trabalhos de mutirões na construção das casas de taipas com telhados de palha. Ele relata que este trabalho foi como um batismo. Apaixonou-se por este trabalho com o povo, e percebeu a importância da presença do padre no meio do povo. Vivia do que as pessoas ofereciam à ele. Avaliou na época que o a condição de padre que só pensava em celebrações distante do povo era um desperdício. Então, chegou ao entendimento de que o padre precisava viver junto no meio do povo, e ser um fermento no meio do povo. Para ele, fermento de comunidade. A partir daí, participou das primeiras formações das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) ainda nesta favela. Foi aí que nasceu a vontade de se tornar padre. Estudou teologia no Instituto São Francisco, na cidade alta. E depois voltou para a Itália, onde se formou padre em 1973. Depois, retornou ao Brasil e foi para o Acre, onde ficou por dez anos. Lá fez amizade com Chico Mendes, onde realizaram diversas caminhadas no meio da mata para fazer trabalhos com a população. Conheceu e cuidou de Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, e passou a ser uma referência em termos de Teologia da Libertação na época que ficou no Acre. Desde 1985 acompanha o MST. Depois veio para São Paulo. E desde o ano 2000 acompanha a população da favela de Vila Esperança.

⁴⁶ A Cáritas Brasileira é uma entidade que se define pela promoção e atuação social na defesa dos direitos humanos, da segurança ambiental e do desenvolvimento sustentável e solidário. Por definição, sua atuação se desenvolve junto ao que chama de excluídos em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. Foi fundada no Brasil em 1956, e faz parte da *Rede Caritas Internationalis* presente em 165 países e territórios. Reconhecida como entidade de utilidade pública federal, ela também é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e reúne 176 entidades-membro espalhadas por todo o país.

1.2.1. Do individualismo desesperado à solidariedade eclesial e social

O Pe. João Carlos acompanhou o processo do início ao fim na condição de representante da Cáritas e da Paróquia e contribuiu em conjunto com a população na organização da favela. O Padre foi uma nova esperança para a favela e relatou em entrevista as primeiras formas de organização: “Esboçamos as primeiras ideias de organização. Cada rua tinha dois representantes eleitos pelos habitantes da rua. Começamos uma creche no meio de uma parafita de madeira. Foi o jeito onde o povo começou a ter credibilidade sobre a gente.”

Ele destacou ainda que nesse processo se constituiu a liderança do tráfico de drogas e a liderança do Padre. Em seu relato nunca houve um conflito aberto, ficou sempre velado. A liderança do Pe. João Carlos foi reconhecida na comunidade. O relato abaixo de Cláudio, 50 anos, morador da Comuna, descreve um pouco deste reconhecimento:

Da Vila Esperança o que ficou marcado foi o Padre João Carlos. Quando ele chegou na Vila Esperança, ele foi o pioneiro de todo o projeto, através da creche. [...] Não era o coordenador que chamava, era o representante de rua. Através do Padre e da creche a gente se organizou minimamente para morar lá. Mas as condições eram precárias e eram sobre opressão mesmo. Sabe! Quando não era do crime organizado era da polícia. A trajetória lá foi essa. Só o Padre João Carlos, o resto era só opressão.

Do ponto de vista político, a intervenção do Pe. João Carlos através da Cáritas e da Pastoral demonstra a intervenção de vertentes da Igreja Católica ligada a Teologia da Libertação, movimento de origem latino-americano de forte expressão no Brasil, como opção de atuação com os pobres e contra a pobreza. A ação da Teologia da Libertação parte de um viés religioso, mas com um conteúdo político forte que só foi possível se desenvolver em formações sociais desiguais como as latino-americanas. Em muitas das experiências sociais reconhecidas e estudadas no Brasil, se não houvesse a intervenção do segmento da Teologia da Libertação ou mesmo de um movimento social na organização popular, a população pobre estaria jogada à sua própria sorte neste emaranhado de relações contraditórias, desiguais e opressoras, como é o caso de muitas parcelas desta população.

Os movimentos nasceram de desigualdades sociais e a Teologia da Libertação esteve ligada e foi parte constituinte desses movimentos sociais populares. Por esta característica, não é possível pensar movimentos de moradia e sociais no Brasil sem a presença deste segmento religioso politizado, ao mesmo tempo em que a religiosidade cristã, em geral, e católica, em particular, pode ser um limitador da emancipação política ao se levar em consideração o caráter conflituoso das relações de força entre as classes sociais. Do ponto de vista da população desamparada e imersa nas

condições precárias de trabalho e habitação, a presença de uma liderança carismática e religiosa contribuiu para fomentar a organização popular, ao unir as pessoas que vivem num ambiente precário, violento e de divisões sociais diversas. Foi assim nas investidas de Dom Hélder Câmara com os pobres; nos projetos de Leonardo Boff e Frei Betto; nas ações de Dom Pedro Casaldáliga, de Dom Tomás Balduino e da Irmã Alberta com trabalhadores rurais; exemplos de pessoas engajadas que veem nas lutas sociais a possibilidade de realização do evangelho. Estes “lutadores” (assim como são vistos pelos movimentos sociais) foram homenageados em vida com o batismo de seus nomes em assentamentos do MST em diversas regiões do Brasil.

Como mencionado anteriormente, Na fase inicial da favela Vila Esperança, duas formas lideranças despontaram como formas de representação nesta comunidade: a liderança do Padre e a liderança do tráfico de drogas, presentes e atuantes no bairro. As formas de lideranças se constituíram com base em determinadas formas de legitimidade, com o poder de gerar relação de dependência mútua que oscila entre a dominação, a negação e o consentimento. Por esta razão, as duas formas de lideranças tinham legitimidades distintas: uma por consentimento e caridade (o Padre) e a outra por dominação (o tráfico). Essas lideranças emergiram sob condições de vida que remetem a determinados tipos de relações sociais, cuja expressão mais imediata foi a do *individualismo desesperado*⁴⁷, noção distinta do individualismo liberal que predomina na sociedade e que se manifestou nas ações de indivíduos através de comportamentos extremos para resolver a imediatividade da vida. Beber, comer, dormir e se abrigar se apresentam como condições básicas de existência social. Ademais, o *individualismo desesperado* pode ser caracterizado por situações em que os indivíduos não conseguem se apropriar plenamente das condições básicas de existência por vias do mercado, tal como a habitação. Todavia, não se trata de questões individuais, já que vivemos numa sociedade de relações de classes.

Com referência ao fenômeno do individualismo, Marx (1991: p. 90) analisou que o homem só é individualizado mediante o processo histórico. Para o autor, o homem “[...] Originalmente se mostra como um ser genérico, um ser tribal, um animal de rebanho – embora, de modo algum, como um “animal político” no sentido político do termo. A troca, em si, é o agente principal desta individualização. Torna supérfluo o caráter gregário e o dissolve”. Neste sentido, há dois aspectos a serem analisados aqui: 1º) a relação de propriedade privada pela troca; 2º) os processos de individualização e de individuação – relação entre *troca* e *uso*, fundamentados pelas relações de classes. Nos Grundrisse Marx (2011: p. 104-105) analisou da seguinte maneira esta questão:

⁴⁷ Individualismo desesperado é utilizado aqui como uma noção sociológica e sua origem remonta ao depoimento do Pe. João Carlos em entrevista. Permite discutir também a relação entre individualização e de individuação.

A dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si. A produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros. [...] A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no *valor de troca* [...]; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o *valor de troca*, ou este último por si isolado, individualizado, *dinheiro*. [...] o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso. (MARX, 2011: p. 104-105).

Sob as relações de troca ergueu-se o nexos social dos indivíduos da favela Vila Esperança, desagregados e socializados por um único e mesmo processo de industrialização-urbanização dependente, sob as condições de pauperização do trabalho e do habitat que individualiza a apropriação da habitação, ocultando seu caráter social de classe. Como pensar então um processo de individuação para além das relações de troca? Para resolver tais condições num ambiente imerso em desigualdades e precariedades é preciso compreender o modo de produção e construir a partir daí formas de organização social e política que remetem a questão do poder popular. Parte deste poder, pelos diversos depoimentos levantados, estava nas mãos de traficantes que atuavam no local. O tráfico de drogas se constituiu como uma prática social que detém uma forte atuação em ambientes de difícil acesso para as forças policiais que, muitas vezes, são coniventes com as propinas num ambiente de ausência do Estado. A força do tráfico advém da inserção de jovens e pessoas desacreditadas em outras saídas e sob a ameaça do desemprego e subemprego, que passaram a enxergar nesta prática um caminho de ascensão social, de poder e status local. Cabe destacar que o chamado tráfico de drogas está inserido numa rede internacional ampla, já que determinados tipos de entorpecentes como a cocaína não são produzidos no país, mas em países vizinhos como a Colômbia, e atua conforme as leis da mercadoria e do valor sob relações de troca.

Neste ambiente oriundo da *segregação socioespacial* e precário da favela Vila Esperança, cuja predominância foi a do *individualismo desesperado*, o poder do tráfico se constituiu e se manteve por uma série de relações de vizinhança e poder, de punição aos delatores e proteção aos moradores por diversos mecanismos. Para o Padre, cada um vivia no seu barraco e não podia confiar um no outro. As pessoas sequer podiam falar alto na vizinhança porque se desconheciam e não sabiam as alianças que poderiam fazer. Se chegasse ao traficante, tais indivíduos corriam o risco de serem executados. Por um lado, isso impedia relativamente os indivíduos de se unirem pela

superação do *individualismo desesperado* que imperava na favela, e superar tal condição pela associação. Como a sobrevivência dos moradores dependia de forças sociais externas e alheias ao seu poder assentadas no trabalho alienado, consentir com o poder local do tráfico era uma maneira de garantir a existência física e local em um ambiente habitado precário e estruturalmente desagregador. Por outro lado, a solidariedade emergiu na convivência entre os indivíduos em sua ajuda mútua, sustentada em pequenos gestos de vizinhança potencializada com a chegada do Padre.

O Padre relatou que nunca houve um conflito aberto com as lideranças do tráfico, mas que foi um conflito velado entorno da disputa por legitimidade entre a população. Ele sempre foi respeitado tanto pela comunidade como pelos traficantes pela atuação com as crianças através da Creche, já que as crianças dos traficantes também participavam e foram acolhidas sem distinção. Por isso, o tráfico permitiu o funcionamento da Creche iniciada com o Pe. João Carlos após perceber a seriedade do trabalho de ajuda e solidariedade aos moradores. Em tal contexto, a Creche se desenvolveu como uma experiência marcante na trajetória desta população como espaço de socialização. Foi a partir dela que se iniciou um processo de organização desses trabalhadores e de suas famílias, que começaram a enxergar um caminho para superar o *individualismo desesperado* e se contrapor a *segregação socioespacial* imposta pelo capital, ao se organizar coletivamente na resolução de problemas comuns. Por trás desta iniciativa houve um componente fundante: a concepção do Pe. João Carlos de uma comunidade cristã, permeada por referências da Teologia da Libertação e do evangelho. Tal relação construída permitiu uma relativa superação do *individualismo desesperado* por meio da solidariedade eclesial. Tais aspectos, tempos depois, passariam a estar em sintonia com a proposição de Comunas que o MST estava propondo.⁴⁸

Entre becos e vielas na favela Vila Esperança um espaço coletivo marcou a vida social desta população. Do espaço educacional e recreativo para as crianças nasceu a possibilidade de encontro entre pais e mães das crianças. Deste encontro, formas de organização da favela no sentido de buscar os seus direitos sociais e civis. O espaço da Creche, neste sentido, expressou para esses moradores o espaço da reunião e do encontro entre as diferenças, da organização “cidadã” inicial para a organização política posterior com o MST. Esse espaço se manteve nos diversos momentos da história desta “comunidade” em formação, e oscilou entre as atividades frequentes e a suspensão destas durante períodos de dificuldade de organização e viabilização do seu espaço de realização.

⁴⁸ Cabe destacar que os habitantes da Vila Esperança se organizaram para obter água, energia, encanamentos, etc. para todos. A Pastoral da Moradia em conjunto com a Cáritas criou um centro comunitário onde foram realizadas diversas atividades sociais, como a creche que atendia em média 100 crianças por dia, reforço escolar, alfabetização para adultos, padaria comunitária, cursos de cultura, dança e formação de cooperativas de reciclagem. Na Vila havia 12 ruas. Foram eleitos dois representantes de cada uma delas, que formavam uma comissão que organizava o local. Além de participar das várias negociações em torno da área, também aconteciam assembleias a cada 15 dias.

Os espaços coletivos são necessários para viabilizar formas de sociabilidade que permitam outras maneiras de socialização, organização e coletividade. Esses espaços permitem não só aglutinar pessoas para uma atividade, mas contribuem para uma apropriação coletiva do uso no sentido comum de um espaço público. A Creche, portanto, fez (e faz) parte como Centro Comunitário da construção social desta população que vivia sob condições desagregadoras de *individualismo desesperado* e que buscava resolver as necessidades básicas de existência que não lhes foram garantidas e precisavam ser conquistadas. O *individualismo desesperado*, portanto, foi a expressão fenomênica das relações de classes na sociedade, e as favelas não representam um fenômeno isolado. Por essa razão, é preciso compreender os processos que levam à favelização.



Figura 5: Creche e Centro Comunitário de Vila Esperança

Foto 02. Fonte: Seu Orestes.

1.2.2. Superpopulação relativa, propriedade fundiária e favelização

A concentração da população numa determinada localidade por causa do emprego está em conflito com a propriedade da terra urbana, aspecto que o capital não pode resolver. Em meio a tal concentração, as condições de vida da população na favela Vila Esperança são resultantes de dois processos distintos e entrelaçados: o processo de trabalho, cuja inserção perversa desta população nas relações de emprego e trabalho se expressam por meio da expropriação da mais-valia e na apropriação de uma parcela pequena da renda produzida socialmente; e o processo de urbanização, cuja expressão foi a da espoliação e na apropriação desigual do espaço. A característica desse processo – desde os primórdios da industrialização – foi a separação entre local de trabalho e local de reprodução e consumo pelo capitalismo industrial, com conseqüente separação do trabalhador entre seu local de trabalho, o local de moradia e o local de lazer. As cidades modeladas pela lógica do capital constituíram uma territorialidade a sua imagem e semelhança: segregadas e desiguais

espacialmente. Nessa paisagem produzida socialmente, a favela não representa uma exceção, mas sim a regra de *espoliação urbana* e *segregação socioespacial* engendrada por relações de produção capitalistas, processo pelo qual garante a expansão do capital através da exploração da força de trabalho. A favela, portanto, expressa a função social da *espoliação urbana* e permite através de sua função, estrutura e forma acessar a dinâmica desse processo social.

A função da favela na formação socioespacial brasileira já foi devidamente discutida por pesquisadores urbanos. Sua estrutura precária é a expressão do conflito entre direito à moradia e direito à propriedade. A propriedade privada representa a expressão jurídica das formas de apropriação privada da riqueza socialmente produzida presente nas relações sociais de produção desiguais e contraditórias, definidas pela divisão técnica e social do trabalho que define, ao lado da propriedade privada, as formas de distribuição da riqueza socialmente produzida. Tais desigualdades na produção da vida e do espaço estão veladas pelo ciclo de crescimento da economia, cuja principal propagação é a ascensão da chamada “classe C”. Esse crescimento econômico está dissociado do desenvolvimento social por sua condição de produção baseada em trabalhos privados e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Essas desigualdades são perceptíveis na paisagem urbana brasileira, onde se encontram condomínios de luxo fechados, imensos conjuntos habitacionais distantes dos centros das cidades e enormes favelas como expressão da autoconstrução precária generalizada. O espaço produzido reúne as dimensões do ambiente habitado e permite entender a lógica de dominação revestida na expansão do habitat através do sistema de propriedade privada. Nesta expansão, percebe-se a exclusão de parte da força de trabalho (não-proprietários, o trabalho reduzido à subsistência) da apropriação e do uso da terra urbana e sua restrição ao acesso à habitação adequada, mediante a consolidação do poder de sujeitos do setor imobiliário exercido através do monopólio sobre a terra urbana. Este monopólio, como enfatizou Harvey (1982), lhes garante o poder de se apropriar não apenas da renda urbana, mas de exercer um “monopólio natural” sobre o espaço urbano. Por isso, pode-se inferir que a propriedade privada é entendida pelos sujeitos deste setor como sinônimo de apropriação. Essa apropriação do espaço socialmente produzido ocorre de maneira privada, o que levanta a problemática da reprodução social do urbano, em geral, e da produção habitacional, em particular.

O ambiente habitado como condição básica, aliado ao transporte, lazer, trabalho, saúde, educação, entre outras dimensões da vida fragmentada e separada pelo modo de produção capitalista, se expressa como importante espaço urbano de reprodução da vida em sociedade, especificamente do trabalhador. Muitas destas necessidades foram (e são) produzidas e apropriadas privadamente (como a habitação), enquanto outras como transporte público e o lazer em espaço

público só podem ser apropriadas coletivamente. Mesmos os transportes ingressaram nos ciclos de acumulação do capital sob licitações e Parcerias Público-Privadas (PPP). O processo de privatização, oriundo do circuito de valorização do capital, passou a se universalizar desde sua origem e a propriedade privada se naturalizou como maneira de apropriação particular das dimensões da vida social. O estádio de futebol, o cinema, o parque de diversões – enquanto espaços de lazer; o automóvel e a motocicleta – enquanto transporte; entre outros, são expressões da apropriação privada através da lógica da mercadoria. No caso da habitação, esta se transformou em mercadoria cara e complexa, diferente de uma geladeira ou um celular. Sua complexidade envolve o trabalho de projeto de arquitetos e engenheiros, incorporação imobiliária, regularização fundiária, indústria da construção civil, etc., e sua produção ocorre num tempo distinto e amplo em relação às outras mercadorias. Sua produção como fator de capital se desenvolve mediante aos mecanismos do setor imobiliário, que busca valorizar o seu capital neste tipo de produção social.

De maneira distinta, a favela de Vila Esperança foi produzida entre relações não-capitalistas e relações capitalistas, já que a casa precária erguida por esta população não passou pela mediação direta da lógica da mercadoria sob as condicionantes da valorização do capital, mas cumpriu uma função importante para o capital através da *espoliação urbana* ao justificar os baixos salários deste segmento de trabalhadores, que está em relação antagônica com a propriedade fundiária.

Harvey (1982), por sua vez, explicitou que a necessidade destes elementos colocam o trabalho numa relação antagônica à propriedade fundiária e apropriação da renda, assim como aos interesses da construção que procuram lucrar com a produção destas mercadorias. O autor destaca que a estrutura dessas lutas por espaço nas cidades se apresenta sob as seguintes vias: entre o trabalho, os apropriadores de renda e a fração representada pelas construtoras. Neste “jogo” há disputas entre “vencedores” e “perdedores”, até porque há um controle muito tênue e uma regulação jurídica formal sobre o espaço socialmente produzido. A produção, como já havia demonstrado Marx, não produz apenas o consumo, mas produz um modo de consumo. Com isso, a produção do consumo produz também um modo de vida com base neste consumo. Quando o capital intervém em lutas sobre o ambiente construído, em geral o faz por intermediação do poder de Estado como é o caso da produção de conjuntos habitacionais, da urbanização de cidades e dos territórios.

Nesta luta desigual, os trabalhadores de baixa renda iniciam sua luta por um lugar na metrópole inseridos em relações de *individualismo desesperados*, desarticulados e desorganizados pelas condições sociais de desigualdades da formação capitalista. Como caracterizar então essa grande parcela da população? Marx (1980: p. 743-746), por exemplo, definiu como *superpopulação relativa* a grande parcela oriunda do modo de produção, população que apresentou três formas distintas: *flutuante*, que se refere a relação de que os trabalhadores ora são repelidos, ora são

atraídos em quantidade maior de modo a aumentar em seu conjunto o número de empregados, embora segundo ele em proporção que decresce com o aumento da escala da produção; *latente*, que se refere ao fluxo constante da população dos campos para as cidades que pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre latente, cuja percepção é a da população rural encontrar-se na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano; *estagnada*, que constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Esta última forma proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível para sua reprodução.

Em síntese, o que Marx analisou é que o crescimento da acumulação do capital está assentado no crescimento crescente da força de trabalho (proletarização) e do contingente de trabalhadores da reserva, que assegura os mecanismos da acumulação e estabelece uma das leis da sociedade capitalista, aspectos que não se encontravam antes entre selvagens e nem entre colonos civilizados. Acumular capital, portanto, é aumentar o proletariado. Ao mesmo tempo que população excedente é produto da acumulação, ela se torna cada vez mais a alavanca desta acumulação capitalista e produz os meios que fazem dela uma população supérflua. A compreensão desta lei permitiria compreender a razão direta das imensas concentrações urbanas nas metrópoles brasileiras e, conseqüentemente, as razões inversas das necessidades de reprodução da força de trabalho em contradição com as necessidades de reprodução do capital.

No Brasil, há um debate polêmico em torno da definição dos trabalhadores de baixa renda nessa superpopulação como fração de classe. Para André Singer (2012), em sua análise sobre os sentidos do lulismo, estão no “*subproletariado*” aqueles trabalhadores que oferecem sua força de trabalho no mercado sem encontrar um preço que assegure sua reprodução, e esta condição expressaria uma singularidade de classe oriunda da escravidão, que não conseguiu incorporar-se à condição proletária, reproduzindo a massa de miseráveis. Estaria nessa categoria empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores e trabalhadores destituídos da participação na luta de classes.⁴⁹ Extraído da análise de Paul Singer (1983), o *subproletariado* representaria a “sobrepopulação trabalhadora super-empobrecida permanente” constituída, na realidade, fração de classe, e problematiza a mudança dentro da ordem operada pelas ações políticas oriunda do lulismo.

⁴⁹ O cientista político André Singer resgatou o conceito do economista e sociólogo Paul Singer, que no final da década de 1970 associou informações sobre a repartição da renda nacional, com dados sobre a estrutura ocupacional extraído do Censo, ao contingentes de trabalhadores advindos do chamado exército industrial de reserva. Paul Singer analisou que as ocupações subproletárias urbanas reuniam formas não qualificadas, semiqualficadas e subalternas de trabalho tendendo a se concentrar na construção civil (peões) e no setor de serviços pessoais (empregadas domésticas, porteiros, vigias etc.). Segundo Ruy Braga essa definição de subproletariado foi completada por um recorte de renda, na qual Paul Singer enfatizou a dimensão sociocupacional da noção marxiana de “superpopulação relativa”. No entanto, e ainda conforme Braga, sua conclusão política afastou-se de Marx, e o problema desta abordagem está em aprisionar o precariado brasileiro na participação política eleitoral.

Em contraposição, Braga (2012) analisou que há um problema nessa definição em relação à ênfase na dimensão sociocupacional da noção marxiana de “superpopulação relativa”, ao associá-la a uma fração de classe pela renda por meio de uma atualização que “inclina-se na direção de apreender o subproletariado como fração produzida pelo amálgama da população estagnada com a população pauperizada”. Para Braga, a noção de “*precariado*” (que ele propõe) distingue-se da noção de “*subproletariado*” por duas razões: em termos sociocupacionais, ao extrair tal noção da definição de população pauperizada de Marx; e em termos políticos, por não acompanhar a suposição de que as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem condições de reivindicação e mobilização coletiva.

Braga (2012: p.19) analisou que o *precariado* pode ser identificado “[...] como a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico”. Para o autor, esse *precariado* – o proletariado precarizado – é formado por aquilo que Marx chamou de “superpopulação relativa”. Ao problematizar as noções de precariado de Castel e Standing, os quais identificaram erroneamente a particularidade da cidadania fordista com a totalidade da relação salarial, Braga resgatou de Marx que o capitalismo não produz só mercadorias, mas sua população excedente. Localizou o precariado no coração do modo de produção capitalista e não como subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista tal como defendido por esses autores. Se para Castel a precariedade está se transformando num “registro ‘regular’ da ordem do trabalho”, para Braga “a verdade é que ela nunca deixou de ser a regra na periferia do sistema”.⁵⁰

Originado dessa regra e sistema social, parcela expressiva dessa massa de trabalhadores, na condição de superpopulação relativa – ora flutuante, latente, estagnada e pauperizada – passaram a ocupar terrenos em áreas de riscos para habitar, ao arriscar sua própria vida pela conquista de um lugar nas cidades. A organização política desta população aparece como o primeiro passo para superar o *individualismo desesperado* e alcançar outros patamares de organização e sociabilidade ao permitir a relação entre processo de trabalho e processo de urbanização. Entretanto, expõe um problema que as organizações políticas necessitam lidar: a luta ocorre inicialmente no âmbito da reprodução da força de trabalho (luta por melhores condições habitação) e não no âmbito da produção (luta por melhores condições de trabalho), aspecto que remete a questão urbana. Por isso, iniciar a luta espacial na cidade em condições precárias nesta disputa desigual é um fardo que pesa

⁵⁰ O argentino José Nun (2001) defendeu a tese de que no caso latinoamericano há a existência de uma *massa marginal*, parcela da população a-funcional que estaria impossibilitada de se incorporar a produção e ser utilizada pelo capital. Fernando Henrique Cardoso retrucou ao afirmar que Nun não havia apreendido direito o que era exército industrial de reserva para Marx. Ademais, consideramos a hipótese de que é possível verificá-lo como parte do desenvolvimento do modo de produção capitalista nas economias centrais desde a origem desse sistema.

para a organização popular em contextos que o capital separa trabalho e habitação. Mas é algo que não impossibilita, pois trabalhadores organizados representam lutas e possíveis conquistas.

Historicamente, o caso da autoconstrução-favelização generalizada no Brasil, diferentemente das economias sob o Estado de Bem-Estar Social, demonstrou como característica principal a externalização dos custos da reprodução da força de trabalho aos próprios trabalhadores, que estavam sob a condição de desvalorização do trabalho diante da expansão do capital com a industrialização.⁵¹ Construíram por “conta própria” suas residências e acessaram de maneira informal a terra, ao produzir a chamada “cidade informal” inseridos nos “[...] desajustes entre o regime de acumulação despótico e o modo de regulação populista”⁵² de um Estado político que mais parecia de “Mal Estar Social” como bem percebeu Francisco de Oliveira.

O próprio Oliveira (2006: p. 68) enfatizou que a industrialização brasileira foi sustentada por duas vertentes. A primeira foi a vertente estatal, pela qual o Estado transferia renda de certos setores e subsidiava a implantação industrial; a segunda com recursos da própria classe trabalhadora, que autoconstruía sua habitação e com isso rebaixava o custo de reprodução, o que gerou a favelização.

Para Baltrusis e D’Ottaviano, estudiosos da questão, este ainda é um problema crescente:

A maior parte das favelas (67%) e dos aglomerados favelados do Brasil se concentra na região Sudeste. São Paulo é o Estado que apresentou o maior número de favelas em 2000, com 1.548 favelas, seguido do Rio de Janeiro, com 811 favelas, no período de 1991-2000, 279 a mais que em 1991. Entre 1991 e 2000, surgiram 719 novas favelas. A pressão do déficit de moradias nos grandes centros também se tornou evidente no recenseamento que listou os municípios com maior número de favelas. Entre os municípios brasileiros, São Paulo lidera, com 612 aglomerados, seguindo-se o Rio de Janeiro, com 513. (BALTRUSIS E D’OTTAVIANO, 2009: p. 137).

A generalização das favelas nas cidades também foi o principal tema apontado por *O desafio das favelas* (The Challenge of Slums), relatório publicado em outubro de 2003 pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-Habitat). Mike Davis (2006) destacou que essa foi a primeira auditoria global da pobreza urbana por haver uma contrapartida empírica há muito esperada das advertências do Banco Mundial⁵³ na década de 1990, de que a pobreza urbana se tornaria “o problema mais importante e politicamente explosivo do próximo século”. No início do século XXI pesquisadores da ONU estimaram que havia no mundo pelo menos 921 milhões de

⁵¹ Nestas economias, sobretudo na França, Espanha e Alemanha, se verificou uma vasta experiência de Locação Social, que representa a construção de habitação pelo Estado alugados para famílias de baixa renda por valores acessíveis.

⁵² Ruy Braga, *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*, São Paulo, Boitempo, 2012, p.22.

⁵³ Arantes (2004) analisa as trágicas políticas para habitação do Banco Mundial em *Ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. USP, FAU, Dissertação de Mestrado, 2004.

pessoas morando em favelas em 2001, e mais de 1 bilhão em 2005. Esse crescimento demonstra as contradições presentes no crescimento das cidades em decorrência do regime de acumulação do capital baseado na produção e no consumo em massa possibilitado pelo taylorismo-fordismo⁵⁴, e que teve efeito devastador nas economias periféricas e semi-periféricas.

No Brasil, segundo o relatório da UN-Habitat, a população urbana residente em favelas representava em 2003 significativos 36,6% da população, aproximadamente 51,7 milhões de habitantes. Em 1970, a cidade de São Paulo tinha apenas 1,2% da população morando em favelas, segundo dados da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo (SEHAB). Em 2005, essa proporção subiu para 11% da população, segundo a mesma fonte, e havia aproximadamente na cidade 2018 favelas, que revelou uma extensa cidade informal dentro da cidade formal. Esse fenômeno da cidade informal⁵⁵ vêm acompanhado do emprego informal e do desemprego formal, como expressão da reestruturação e flexibilização produtiva hiper-tardia nas economias periféricas, que culminou com a intensificação da precarização do trabalho no momento em que se formulava o direito à cidade nos países centrais⁵⁶.

As favelas no Brasil expressam um fenômeno predominantemente metropolitano. Para Baltrusis e D'Ottaviano (Idem) em nove regiões metropolitanas se concentram cerca de 80% das favelas e domicílios favelados do país. Segundo os autores, o crescimento do número de favelas e da população favelada não pode ser explicado apenas pelo empobrecimento da população urbana brasileira. Ele tem a ver com a própria forma como o espaço urbano se estrutura em nossas cidades, de forma fragmentada e segmentada, ao revelar a fragilidade do processo de produção do espaço urbano nas grandes cidades e expondo a vulnerabilidade das favelas na estrutura urbana. Concluem que o crescimento dos domicílios favelados, entre 1980 e 1991, pode ser explicado, de um lado,

⁵⁴ Sobre o taylorismo-fordismo, Ferrari (2005: p. 43) analisa como nas cidades concentravam-se trabalhadores para a produção fabril padronizada e geradora de altos estoques destinado ao consumo de massa. A correspondência urbana desta concepção se configurou em cidades funcionais como “máquinas de crescimento” ou “cidades-máquinas”, construída a partir de projetos autocráticos de viés tecnicista que apagaram as diferenças. Gramsci (2001) analisou americanismo e fordismo como processo de organização do trabalho que não busca rearticular apenas o mundo da produção, mas que engendra a dimensão da reprodução da vida social, já que o controle do capital não incide somente na extração da mais-valia, mas implica no consentimento e na adesão das classes à nova ideologia. Para Gramsci, a hegemonia que “nasce da fábrica” é acompanhada por uma “moral dos produtores” e por uma “ética do trabalho”, destinadas a produzir formas de passividade e adaptação das classes trabalhadoras às estratégias de dominação capitalistas, como tentativa da indústria de superar a lei tendencial de queda da taxa de lucro. Para ele, o fordismo ganha vida dentro e fora da fábrica. Dentro, impõe ao trabalhador atividades autômatas, maquinais, repetitivo, parecido com um “gorila adestrado” (Taylor). De fora, disciplina a vida dos trabalhadores para que estejam à disposição do trabalho.

⁵⁵ A cidade informal foi caracterizada e analisada por Maricato (2009).

⁵⁶ Segundo Antunes (2005), desde o início da última reestruturação produtiva vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Este proletariado vem dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, patente nos tipos de trabalho terceirizado, subcontratados, part-time e na informalidade. Em fevereiro de 2003 o DIEESE registrou uma taxa de desemprego que chegou aos 20% na RMSP. Em agosto de 2007 se manteve em 15%, expressando um desemprego acentuado para a “metrópole das oportunidades”. Em agosto de 2010 a taxa de desemprego chegou a 12,3%, abaixo dos 13,5% de fevereiro de 2009 (após a crise) e dos 14,2% de agosto de 2009. A desregulamentação do trabalho, as altas taxas de desemprego e o aumento da precarização influenciaram diretamente o aumento das favelas.

pela falência do Sistema Financeiro de Habitação, que culminou com a quebra do Banco Nacional de Habitação (BNH) na década de 1980, e de outro, pela crise econômica que o país atravessava, que aliou um alto nível de desemprego com a hiperinflação.

Ainda para Baltrusis (2009), a apropriação da valorização de pedaços da cidade pelo setor imobiliário se relaciona intimamente com os investimentos públicos em infraestrutura que criam localizações privilegiadas. Estas localizações funcionariam como indicadores que operam alterações do estoque residencial, bem como na própria estrutura de preços transformando as oportunidades imobiliárias da cidade formal em privilégio de poucos, aspecto que alimenta a especulação imobiliária. Diante desta realidade, emerge um problema relevante diante do mercado imobiliário informal (as favelas), num momento em que as formas de regulação do mercado de terras ligadas à legalidade jurídico-administrativas se esgotam. Como as políticas de regularização fundiária e de provisão habitacional muitas vezes não incorporam em sua regulação a dinâmica do mercado imobiliário, as ações tendem a ampliar a desigualdade territorial como na favela de Vila Esperança.

Como vimos, as favelas representam um fenômeno social sob condições precárias de habitat e de trabalho pauperizado que se concentram em regiões metropolitanas, sobretudo, na região sudeste. Com a concentração de população ocorre uma série de conflitos com a propriedade fundiária, cujo maior expoente é o conflito entre direito à moradia versus direito a propriedade da terra (e imobiliário). Por isso, a história da favela de Vila Esperança nada mais é do que a história de desesperança desses *marreteiros de trem* – trabalhadores informais e pauperizados, que buscam um lugar na cidade como expressão de seu lugar na sociedade ao se deparar com a reintegração de posse do terreno da CPTM sem reassentamento – na linguagem popular: o despejo. A despeito dessa trajetória (e de suas polêmicas em torno do debate da fração de classe, do subproletariado e do precariado – dos quais manifestamos nossa ressalva), passaremos então a designá-los por população de *trabalhadores pauperizados*, como maneira de definir uma posição social momentânea na dinâmica da superpopulação relativa – ora flutuante, latente, estagnada e pauperizada.

A história dessa população de *trabalhadores pauperizados* se encontrou com a história do MST formalmente no ano de 2005, quando o Pe. João Carlos pediu ajuda de intervenção do movimento após cinco anos de luta. Percebeu que o despejo era iminente porque não havia mais condições e nem recursos para ficar naquela situação. O MST chegou com o projeto de Comunas da Terra e desse encontro nasceria a Comuna Urbana, configurando-se como um novo desafio ao movimento e aos aliados que desta experiência participaram, aspecto seguinte da descrição e análise.

Figuras 6 e 7: Reintegração de posse com despejo para a população de Vila Esperança



Foto 03. Fonte: Seu Orestes.



Foto 04. Fonte: Seu Orestes.

1.3. Das Comunas da Terra à Comuna Urbana

As Comunas da Terra nasceram do projeto do MST denominado *Comuna da Terra*, e sua concepção remonta à origem das primeiras ocupações na RMSP. O projeto Comuna da Terra foi concebido a partir das lutas dos trabalhadores pelo controle da produção como uma tentativa de negar a expansão do capital no campo – o agronegócio, viabilizar uma produção autônoma próxima aos centros urbanos e resignificar a produção e a ocupação de assentamentos numa concepção distinta do que era entendida como *rururbana*.

O termo *Comuna* se originou na Idade Média e era utilizado para designar as cidades que se tornavam emancipadas, perante a obtenção de carta de autonomia fornecida pelo rei. Na França, passou a representar a menor subdivisão administrativa do território. Em Portugal, o termo passou a remeter as comunas universitárias, residências que formam habitação e clube de estudantes universitários ou a administração de conselhos. As raízes desse movimento comunal encontram-se em aspirações contraditórias. Por um lado, por burgueses das cidades que queriam liberdade, segurança e isenção de impostos feudais para a realização do comércio e constituíram os burgos, e por outro, nas grandes unidades de produção rural que abrangia a agricultura e as pequenas indústrias. A palavra foi resignificada a partir da experiência da Comuna de Paris em 1871 a ponto de se tornar um conceito. Considerada a primeira revolução proletária e urbana da história, a *Commune de Paris* foi um exemplo de reunificação das cisões provocadas pela divisão técnica e social do trabalho e supressão momentânea da *segregação socioespacial*, cujo legado esteve em

propor as primeiras formas de autogestão da produção e do território parisiense.⁵⁷ Neste sentido, o MST resgatou o termo para construí-lo como conceito de uma práxis social em uma tentativa a partir de seu projeto de Comuna da Terra até chegar a Comuna Urbana, aspecto de análise nessa dissertação.

A primeira *Comuna da Terra* foi o Assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino que nasceu da ocupação em 2001 de um terreno localizado no município de Franco da Rocha. Um de seus objetivos era viabilizar o retorno e a inserção ao campo de trabalhadores desiludidos com a vida e o desemprego nas periferias das cidades. Só que este já não era um retorno a um campo totalmente ruralizado, mas inserido na área urbana como alternativa ao desemprego. Esta proposta de assentamento rural-urbano do MST foi gestada anteriormente com os acampamentos Nova Canudos, na região de Iaras, e Terra Sem Males, na região de Porto Feliz. As Comunas da Terra que se constituíram na RMSF foram as seguintes: Assentamento Dom Pedro Casaldáliga, no município de Cajamar; Acampamento Irmã Alberta, em Perus, município de São Paulo; e o Acampamento Che Guevara, em Franco da Rocha. Este último acampamento não chegou a se consolidar.

Com a primeira ocupação em 2001, que resultou na Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, nasceu Regional Grande São Paulo (Regional Gde. SP)⁵⁸ composta por uma direção e uma coordenação. Inserida na forma de organização política do MST, a Regional Gde. SP é uma das 10 regionais que compõem o Movimento no Estado de São Paulo e faz parte do eixo metropolitano constituído também pelas regionais de Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba. Formada por militantes e dirigentes assentados, a Regional Gde. SP passou a reunir uma militância oriunda das periferias das cidades e das universidades neste período. Diversos estudantes em busca de uma atuação política com os movimentos sociais e desacreditados em partidos políticos e sindicatos ingressaram para o MST como militantes e parceiros. Além dos militantes do MST, outras forças políticas contribuíram para a constituição da Regional. Um das organizações foi a Fraternidade do Povo da Rua, que representa um segmento religioso ligado a Teologia da Libertação e realizava um trabalho de cunho assistencialista com os trabalhadores em situação de rua no centro da cidade de São Paulo. A Fraternidade trabalhava junto aos membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Esse trabalho fez a Fraternidade perceber que o histórico de grande parte desses trabalhadores possuía algo comum: a

⁵⁷ Sobre a Comuna de Paris ver Prosper Olivier Lissagaray, A história da comuna de 1871, São Paulo, Ensaio, 1991.

⁵⁸ O MST se organiza espacialmente através de suas regionais em cada estado da federação em que está presente. A regional reúne um conjunto de municípios de atuação do MST numa determinada região, lugar onde conquistou assentamentos, realizou acampamentos e desenvolve algum trabalho de base ligado aos setores. As regionais costumam

migração do campo para a cidade e suas desilusões neste trajeto.⁵⁹ Esta foi também a ligação do Pe. João Carlos da Cáritas com o MST.

Estudiosa da questão, Goldfarb (2011) analisou que a novidade nesses acampamentos, cujos objetivos eram transformá-los em Comunas da Terra, foi a origem das famílias que os compunham. Estas famílias oriundas dos subúrbios e periferias de grandes cidades como São Paulo, Campinas e Sorocaba, possuíam uma origem rural em um passado remoto. Estas famílias viviam nos centros urbanos sob as condições precárias de trabalho e habitat. As Comunas da Terra se caracterizaram por sua proximidade aos centros urbanos de São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e São José dos Campos, cidades que reúnem a maior parte da população do Estado e por possuírem a Concessão Real de Uso da área em nome de uma associação ou cooperativa, diferentemente de outros assentamentos que os lotes estão em nome de proprietários individuais.

A proposta foi apresentada por Delwek Matheus (atualmente da direção nacional do MST) após discussões coletivas no Estado de São Paulo sob a forma de monografia. Defensor e sistematizador da proposta, Matheus (2002) defende que a Comuna da Terra consiste na criação de comunidades de economia camponesa próximas aos grandes centros urbanos como um projeto produtivo de cooperação e preservação do meio ambiente. Segundo ele, o MST definiu a comunidade como sendo de economia camponesa por se basear no trabalho ligado à terra. Esse projeto, portanto, constituiu-se como uma concepção de reforma agrária em disputa no interior do MST. Sua concepção no Movimento está em disputa com diferentes concepções acerca do modelo de desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Goldfarb, por sua vez, analisou que o projeto de produção nas Comunas da Terra buscava autonomia com garantias das características de produção assentada na cooperação coletiva e consciente dos participantes. Para a autora,

Todo assentamento precisa definir um projeto produtivo desde o início de sua constituição. Isso pautará a forma como o fomento será utilizado e mais tarde o crédito do PRONAF. Tendo a necessidade de apresentar um plano de desenvolvimento do assentamento, o que inclui esse projeto produtivo, para a obtenção do crédito, as famílias discutem junto aos técnicos do INCRA e ao Movimento, o que e como produzir no assentamento. Existe, portanto, um momento de discussão coletiva acerca das atividades econômicas que serão desenvolvidas no assentamento, de forma coletiva, cooperada ou não. [...] Às vezes, o projeto de produção da família será convergente com o que o MST ou o INCRA entende como sendo vocação de determinada região. Muitas vezes, será divergente. Porém, é mais na forma como se organizará a produção e menos no que se produzirá que ocorrerão as divergências. (GOLDFARB, idem: p. 138).

⁵⁹ Yamila Goldfarb, *A luta pela terra entre o campo e a cidade*, São Paulo, Annablume, 2011.

A inter-relação entre movimento social e Estado político vem demonstrando suas respectivas relações mútuas de dependência na construção de um determinado projeto de assentamento. A reforma agrária, nesta condição, se apresenta com limites e até impossibilidades de realização, tendo em vista como os aparelhos de Estado estão organizados para as classes dominantes e para proletariado. O projeto de Comunas – tanto rurais como a nascente urbana – reúne uma série de necessidades que se busca resolver coletivamente – diferentemente do modo de produção capitalista que está assentado na propriedade privada e individualização de necessidades sociais. Os problemas sociais oriundos das contradições do capitalismo criaram esses movimentos que buscam a socialização de trabalhadores na sociedade com bases na “desalienação” do trabalho, ao mesmo tempo em que está imersa e é produto de relações de produção alienadas a reprodução e valorização do capital. Foi por interferir nesta contradição, na condição de movimento classista e anticapitalista, que o MST apresentou um projeto amplo ao campo brasileiro fundamentado numa crítica ao modelo de agricultura que predomina e a sua conseqüente estrutura agrária. As experiências desenvolvidas pelo MST estão assentadas em relações de cooperação coletiva que busca os elementos coletivistas presentes na agricultura “camponesa” distintos da forma hegemônica pelo agronegócio, mas esbarra nas determinações das leis do valor e da produtividade do trabalho. A relação entre campesinato e questão agrária será abordada a seguir.

1.3.1. Campesinato e questão agrária

O agronegócio expressa o processo de industrialização no campo⁶⁰ e se baseia na utilização de agrotóxicos, sementes transgênicas e maquinário. O problema que o MST se deparou e procurou superar na luta contra o agronegócio foi o de que a agricultura tradicional brasileira nunca foi estritamente agrícola e camponesa, ao reunir atividades de criação de animais domésticos, artesanais e semi-industriais. Enquanto o MST propõe um modelo baseado na agricultura familiar e em cooperativas populares através da luta por assentamentos com melhor infraestrutura, diversificação na produção e preservação ambiental, o agronegócio está “nadando de braçadas” com os incentivos governamentais que dispõe e com a ampliação das fronteiras agrícolas baseadas na exportação de *commodities* da monocultura – tais como a soja, por exemplo.

⁶⁰ É possível falar em industrialização no campo mediante a generalização da forma mercadoria através da produção e de sua lógica produtivista. Esse processo implica na despossessão dos pequenos produtores (agricultura familiar) a fim de abrir caminho para as grandes empresas (agronegócio e rede de supermercados). Como analisado por Harvey (2011) isso ocorre frequentemente com a ajuda de mecanismos de crédito como prática de longa data.

Por isso, Goldfarb (idem, p. 144; 157) procurou demonstrar que o MST está propondo a construção de um “novo rural” pautado no incentivo à agricultura familiar, diferente do Novo Rural Brasileiro defendido por José Graziano da Silva e outros.⁶¹ Nesta proposição, o Movimento estaria apresentando uma nova concepção de reforma agrária que pode ser entendida como proposta de desenvolvimento para o campo. Essa concepção se configurou num momento em que as disputas de projetos no campo foi hegemonizada pelo agronegócio devido aos incentivos e prioridades por parte do governo federal e a força política deste segmento, num momento em que as Comunas da Terra se constituíram em regiões metropolitanas como maneira de formular essa nova proposta. Para a autora, isso fortaleceu o discurso de que a reforma agrária não seria mais necessária pelo fato de que a população estaria se urbanizando e o agronegócio resolveria o atendimento da demanda de alimentos no mercado interno, ao justificar a não realização da reforma com referência a alguns indicadores de que o campesinato estaria desaparecendo. Só que este discurso ocultou o aumento da migração de áreas urbanas para rurais, ao negar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos para a população brasileira. Ademais, o novo traz consigo o velho, e toda superação, uma conservação. Cabe verificar se de fato houve esse aumento entre os anos de 2008 e 2012.

O argumento da autora prossegue com a ênfase de que haveria nas Comunas da Terra “uma presença de camponeses cuja vida social simbólica e cotidiana se define pela campesinidade”. Haveria pessoas cujo universo simbólico e social remete ao urbano e outras que não podem ser enquadradas em nenhum dos dois universos, já que suas trajetórias são oriundas de uma diversidade de condições (e modos) de vida que se construíram entre o campo e a cidade em suas estratégias de sobrevivência. Mas como explicar essa campesinidade nas Comunas da Terra já que elas nascem no início do século XXI em locais próximo a mancha urbana da metrópole e oriundas da precarização de trabalho e habitat da vida urbana? Para Marques (apud GOLDFARB, 2011) a explicação estaria na seguinte formulação: “Neste movimento, verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto a adoção de valores e padrões de consumos urbanos no campo”.

O campesinato se originou com o feudalismo na Europa e se caracterizava como uma classe social com base na agricultura familiar que dedicava suas atividades agrícolas com graus variados de autonomia no trabalho com a terra. Esse trabalho era executado por servos e suas famílias através da produção de subsistência e de uma parte como forma de pagamento pelo uso da terra.

⁶¹ José Graziano da Silva (2002) defende a tese do “Novo Rural Brasileiro”, que se refere a combinação de atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas, identificada por ele em torno das atividades urbano-industriais que se desenvolvem no meio rural, como lazer, turismo, moradia, e outras. Para o autor essa é uma característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas. Esta tese foi problematizada por Goldfarb (2011: p. 141), ao argumentar que identificar o desenvolvimento de atividades econômicas não-agrícolas no campo, não é suficiente para considerar que agora ele se configure como um “Novo Rural”.

Esse campesinato foi perdendo espaço na Europa com a expansão das relações de produção capitalista no campo. Na Inglaterra, por exemplo, após a revolução industrial praticamente desapareceu. No Brasil, cuja formação social é de via colonial,⁶² o trabalho no campo teve um papel importante nas regiões Norte e Centro-Oeste com a expansão da fronteira agrícola. Na região Sudeste, por sua vez, onde a ocupação agrícola já estava consolidada com a produção voltada à exportação, a maioria desses trabalhadores do campo se incorporou ao proletariado rural configurando trabalhadores assalariados itinerantes – os conhecidos “boias frias”, enquanto outros migraram para os grandes centros urbanos em busca de trabalho e habitação. Por isso, não é possível afirmar que houve campesinato no Brasil devido as características de sua formação social de via colonial. Talvez seja difícil encontrar vestígios desse campesinato no século XXI na RMSP, considerando que seja este o local onde o processo de industrialização-urbanização mais se intensificou e o capital mais desenvolveu a produção (inclusive agrícola). O modo de vida predominante nessa região, portanto, tende a ser urbano-industrial.

De qualquer maneira, a Comuna da Terra apresentou uma proposição importante por aqueles que lutam por reforma agrária no Brasil, mas não conseguiu ainda superar as condições precárias de produção. Como sua proposição reuniu trabalhadores que buscavam no campo uma necessidade que não se realizava na cidade, cabe aqui algumas reflexões. Para Marques (2006: p. 21), por exemplo,

Vale a pena refletir sobre de que fala a proposta da Comuna da Terra. Ela fala do desejo de um urbano (centralidade e multifuncionalidade) realizado no campo. A refundação do campo como forma espacial que abriga uma nova sociabilidade, capaz de dialogar com o tempo da natureza e o tempo das modernas tecnologias, evitando a determinação do tempo do mercado. Essa nova sociabilidade guardaria elementos importantes da utopia camponesa, mas vai além dela, na medida em que reafirma a autonomia do processo de trabalho como um valor, mas propõe uma reinvenção da vida em que o morar, o produzir e o desfrutar possam se realizar juntos e se constituir como meio de emancipação política. Curiosamente, a proposta das Comunas da Terra contém muito da crítica do fenômeno urbano desenvolvida por Lefebvre.

Na crítica de Lefebvre, o urbano se apresenta como um espaço diferencial e contraditório que não nega o rural. O urbano (morfologia social) não é sinônimo de cidade (morfologia material), vai além da divisão campo-cidade. Se para Marx (1988: p. 265) a base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias era a separação entre a cidade e o campo, para Lefebvre (1999) o urbano transforma esta divisão englobando-as em seu processo. Por isso, ele

⁶² Via colonial é o termo de José Chasin (2000) em *A miséria brasileira* em que designa a via pela qual o Brasil se integra ao capitalismo, ao representar o tipo de formação social tomado pela análise já existente de Caio Prado Júnior.

analisa que a urbanização não representa o desaparecimento do campo e das atividades agrícolas, mas a constituição da sociedade urbana. O urbano se constitui como virtualidade e se apresenta como lugar e expressão dos conflitos e enfrentamentos, unidade das contradições societárias. Neste sentido, urbano e rural permanecem como conteúdos sociais diferenciados nesta transformação – “urbanidades” e “ruralidades”.⁶³

Como lugares oriundos de *segregações socioespaciais*, as Comunas da Terra estão em conflitos e enfrentamentos contra o latifúndio, o agronegócio e o setor imobiliário que vem expandindo os condomínios fechados na RMSP. Nessa luta, as Comunas foram combatidas por setores do latifundiário e do imobiliário sob as égides do governo estadual paulista. No caso da Comuna da Terra Irmã Alberta, localizada no bairro de Perus em São Paulo, desde 2003 até hoje não ocorreu a regularização do terreno de propriedade da Sabesp e que se tornaria um lixão. Isso impossibilitou que as famílias acessassem crédito para produzir nos lotes, aspecto que lhes forçaram a lidar com uma realidade que é a de produzir nos lotes com recursos próprios (e muitas vezes apenas para a subsistência) e buscar emprego fora do assentamento para sustentar a família. Esta condição de produtor agrícola no assentamento e de trabalhador assalariado fora levou algumas famílias a desistirem do projeto,⁶⁴ enquanto outras permanecem em resistência e luta.

A reforma agrária, por sua vez, tornou-se a forte bandeira de reivindicação do MST na luta contra o latifúndio por distribuição de terras como acesso a produção e ao trabalho. Tal reforma deveria ser realizada pelo Estado ou por forças políticas que expressam os interesses das classes trabalhadoras, sobretudo, de trabalhadores rurais e pequenos agricultores. O problema agrário está inserido num extenso debate entre as formas de reforma agrária clássica, ocorrida por diferentes vias: inglesa, francesa, estadunidense e russa; e reforma agrária desenvolvimentista, por vias: italiana, espanhola, portuguesa e holandesa. Este modelo de reforma, ao se diferenciar da forma clássica (que dispôs do protagonismo das classes sociais), necessitou da intervenção direta do Estado, que teve o papel de organizá-la, planejá-la e realizá-la acompanhada de reformas estruturais como investimentos em infraestrutura básica.⁶⁵

Para Silva (2002: p. 195), o objetivo das reformas desenvolvimentistas foram basicamente dois: acelerar o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e integrar essas regiões na economia nacional. Essas reformas agrárias desenvolvimentistas em geral têm um limite pré-fixado que é o tempo de maturação dos grandes investimentos realizados (barragens, infraestrutura). O caso brasileiro não se enquadraria em nenhum dos dois (apesar de se assemelhar a reforma agrária

⁶³ Yamila Goldfarb, *op.cit*, p. 161.

⁶⁴ As famílias que resistem vivem em condições precárias de subsistência e de reprodução na espera da reforma agrária.

⁶⁵ José Graziano da Silva, “Viabilidade de uma reforma agrária em São Paulo”, em João Pedro Stédile (org), *A questão agrária hoje*, Porto Alegre, 2002, p.191-202.

desenvolvimentista) já que o país foi “integrado” nacionalmente pelo forte processo de industrialização nas décadas de 1950 à 1970. De maneira inversa, as proposições de Silva, que não problematiza as determinações das relações de classes, o processo aparenta um conjunto de reformas não estruturais “sem” reformadores e de negligência às reformas de base, aspecto que o autor não discute. Neste contexto, as classes dominantes fizeram reformas pontuais que realizaram os seus interesses em relação antagônica ao do conjunto de trabalhadores (rurais e urbanos).

Por isso, o problema agrário teria sido “resolvido” pelas (e para as) classes dominantes no Brasil através de dois aspectos. Por um lado, ao tornar a agricultura um subsetor dos produtos de exportação, estabeleceu-se que ela deveria suprir as necessidades de bens de capital e intermediários da produção externa, antes de servir para pagamento dos bens de consumo; por outro lado, por ser o subsetor que estava destinado ao consumo interno, a agricultura deveria suprir as necessidades das massas urbanas para não elevar o custo da alimentação e das matérias-primas e obstaculizar o processo de acumulação urbano-industrial, que substituiu a economia de base agrário-exportadora.⁶⁶

Para Oliveira (2003: p. 43-45), esta solução representou um complexo de soluções, cujas vertentes se apoiaram no enorme contingente de força de trabalho, na oferta elástica de terras e na viabilização desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. Para o autor, o denominador comum disso residiu na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia, ao operar como “acumulação primitiva” sem expropriação da propriedade, apenas expropriação do excedente que se forma pela posse transitória da terra. Ainda para o autor, esse mecanismo foi o responsável pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios vegetais que abasteceu os grandes mercados urbanos provinha de zonas de ocupação recente, pelo fato de que a permanente baixa cotação deles tenha contribuído para o processo de acumulação nas cidades. Por isso, os dois fenômenos formam uma unidade. Tal modelo, na conclusão do autor, impediu que houvesse o crescimento dos custos da produção agrícola em relação ao industrial e teve um papel importante no custo da reprodução da força de trabalho urbana, ao possibilitar a formação de um proletariado rural que passou a servir às culturas comerciais de mercado interno e externo. Esta é uma chave importante que desvela o contexto histórico de nascimento e desenvolvimento do MST, que parece estar deslocado das possibilidades reais de realização da reforma agrária no capitalismo.

⁶⁶ Francisco de Oliveira, *Crítica a razão dualista: o ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo, 2003.

1.3.2. Do rural ao urbano

O MST nasceu como movimento que buscava impedir o forte êxodo rural e se apresentou como expressão das lutas por democratização da terra e da sociedade brasileira em uma permanente oposição e conflito aos latifundiários representados pela União Democrática Ruralista (UDR), fração da classe dominante que, para manter os latifúndios, se utilizou de violência armada contra os sem-terras em suas ocupações de terra. O ápice das lutas sociais do MST aparece com força na década neoliberal de 1990, cuja manifestação política mais significativa foi a Marcha Nacional por Emprego e Reforma Agrária em 1997 ao reunir mais de 100 mil pessoas que receberam os seus militantes no Distrito Federal em Brasília. As centenas de ocupações de terras que realizou no Brasil estiveram associadas aos sucessivos fracassos de Programas e Planos Nacionais de Reforma Agrária (desenvolvidos por diferentes governos)⁶⁷ e das reformas de base.⁶⁸

O MST se aproximou dos centros urbanos no estado de São Paulo a partir de 1995, momento em que passou a integrar indivíduos dessas cidades interessados em conquistar terra para trabalho e habitação, período de forte tendência neoliberal oriundo da última reestruturação produtiva do capital aliado às políticas de nova regulamentação trabalhista, redução dos gastos sociais por parte do Estado e de altas taxas de desemprego. Tal processo contribuiu para constituir o projeto de Comunas da Terra, cujas características são distintas dos assentamentos tradicionais ao reunir os modos de vida urbano e rural em um mesmo espaço social de convivência e lutar por terra, para realizar as necessidades de trabalho e habitação desse segmento de trabalhadores pauperizados que emigraram para as periferias urbanas, mas que em muitos casos eram de origem rural.

Foi nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002), momento de ápice do MST na luta pela terra no Brasil, e de Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003-2010), com suas diferenças, que a questão agrária foi colocada à prova. Este período foi marcado pela estabilização

⁶⁷ A primeira proposta de reforma agrária foi apresentada pelo então presidente João Goulart (PTB) em 13 de março de 1964. Ao romper a política conciliatória com os setores conservadores que bloqueavam as reformas no Congresso, Goulart, que estava desgastado com a crise econômica e com a oposição dos militares, procurou se fortalecer ao participar de manifestações e comícios junto aos sindicatos e movimentos sociais que defendiam suas propostas. Durante esse processo Goulart foi acusado por Carlos Lacerda, então governador da Guanabara e o seu maior opositor, de ser um “subversivo”. O decreto da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) assinado no comício da Central do Brasil em 13 de março provocou fortes reações dos setores conservadores, sobretudo de latifundiários e da bancada ruralista, e contribuiu para justificar o golpe militar ocorrido em 1º de abril de 1964, que enterrou por um longo período as possibilidades de realização da Reforma Agrária (e as de base). Foi em 1985 que começou a ser elaborado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), após criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário pela gestão presidencial de José Sarney (PMDB, 1985-1989). Este plano previa a aplicação rápida do Estatuto da Terra, promulgado 21 anos antes na gestão de Goulart, para assentar 1,4 milhão de famílias. Até 1989 apenas 82.690 famílias haviam sido assentadas, o que representou 6% do total previsto pelo plano, ao demonstrar atendimento insipiente das necessidades dos trabalhadores rurais em se manter no campo. A Lei Agrária (Lei 8.629), por sua vez, foi aprovada apenas na gestão de Itamar Franco (PRN, 1991-1994). Esta lei permitiu eliminar algumas barreiras jurídicas que impossibilitavam as desapropriações.

⁶⁸ Reformas de base foi a denominação para um conjunto de medidas econômicas e sociais representadas por reformas bancárias, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional proposta pelo governo para atender os anseios da sociedade.

da moeda com o Plano Real, de programas governamentais de redução da pobreza, ascensão da chamada classe “C” no lulismo e o desenvolvimento do 2º PNRA durante o governo Lula. Abaixo os assentamentos realizados por ambos os governos:

Tabelas 2 e 3: Famílias assentadas por governos

Famílias Assentadas – Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
42.912	62.044	81.944	101.094	85.226	60.521	63.477	43.486	540.704

Famílias Assentadas – Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
36.301	81.254	127.506	136.358	67.535	70.157	55.498	39.479	614.088

Fonte: INCRA, Famílias Assentadas, atualizado em 2012.

Apesar das famílias assentadas pelas políticas de criação de assentamentos em 16 anos, os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiram enfrentar a forte concentração de terras, que continuou em patamares semelhantes nos últimos 25 anos. O índice GINI,⁶⁹ que mede o grau de concentração de terras, estava em 2010 em 0,854 (quanto mais próximo de 1, maior é a concentração), ao demonstrar que não houve mudanças significativas desde 1985 (0,857) e 1995/1996 (0,856). Os estabelecimentos de mais de mil hectares, que correspondem a apenas 0,91% dos proprietários (menos de 50 mil), concentram aproximadamente 43% da área agricultáveis. Por um lado, os latifundiários acima de 2 mil hectares são apenas 15 mil fazendeiros que detém 98 milhões de hectares, por outro, os estabelecimento rurais de menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área, e as pequenas propriedade (com até 100 hectares) ocupam menos da metade da área total (40,7%), embora representem mais da metade (66%) do total dos estabelecimentos rurais.⁷⁰ Além do mais, os governos não conseguiram garantir infraestrutura e condições para que os assentamentos pudessem se desenvolver ao longo do tempo.

Esta distinção no campo brasileiro se expressa na existência de dois ministérios no Estado político: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com políticas focadas aos trabalhadores, pequenos agricultores e pobres; e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cujas políticas atendem aos interesses do agronegócio e de latifundiários. Segundo o MST, no Plano

⁶⁹ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "*Variabilità e mutabilità*", em 1912. É utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer outra forma de distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

⁷⁰ MST lutas e conquistas, *Reforma agrária: por justiça social e soberania popular*, São Paulo, 2ª edição, 2010.

Safra de 2009/2010 foram destinados R\$ 93 bilhões para o agronegócio e apenas R\$ 15 bilhões para a agricultura camponesa. Tal separação reflete as dificuldades e lentidão em realizar a Reforma Agrária para 4 milhões de famílias, num universo de aproximadamente 16 milhões de pessoas segundo dados do 2º PNRA de 2003.⁷¹

Em 2010, o MST reunia 90 mil famílias acampadas (aproximadamente 400 mil pessoas) vivendo em mais de mil acampamentos. Esses acampamentos reúnem famílias camponesas que vivem como trabalhadores rurais, arrendatários, bóias-fria e meeiros que lutam e esperam pela conquista da própria terra para plantar. Ao longo dos seus 29 anos de lutas, o MST se expandiu para 23 Estados e o Distrito Federal, e organiza mais de 1,5 milhão de pessoas que vivem acampadas e assentadas sob três objetivos principais: lutar pela terra, por reforma agrária e uma sociedade mais justa e fraterna. Além de acampamentos e assentamentos, reúne sob sua bandeira mais de 100 cooperativas agrícolas, pecuaristas e 1.900 associações, que contribuem com a produção diversificada de arroz, feijão, leite, queijo, frutas, legumes, verduras e vinho. Sua proposta é a de produção coletiva de alimentos para geração de renda no campo e elevação da qualidade de vida das famílias. Ele expande suas ações ao constituir os setores de educação, cultura, comunicação, produção e formação ao atuar em frentes diversas como organização de massas, por compreender que as áreas agrícolas reformadas não podem ser apenas lugares de produção e trabalho. Portanto, para o MST os assentamentos são espaços de vida, moradia, estudo e convivência entre os indivíduos. Por esta condição, sua forma de organização política passou a se desenvolver em instâncias: direção e coordenação, nos níveis regionais, estaduais e nacional – semelhante a de um partido. Para participar das respectivas direções e coordenações o militante precisa ser indicado pela base representada por assentamentos, acampamentos, cooperativas, escolas e centros de formação.

Nesta aproximação com os centros urbanos – e originada a partir das articulações campo-cidade logo após a Marcha Nacional do MST a Brasília em 1997 – nasceu em Campinas o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), considerado o braço urbano do MST na cidade. O MTST nasceu sob articulações entre MST, Consulta Popular,⁷² setores da Igreja Católica, Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e populações locais. Realizou uma série de ocupações em terrenos públicos nas cidades que atuou ao lutar pela inclusão na pauta política do problema da propriedade da terra ociosa nas cidades.

⁷¹ Este 2º PNRA foi desenvolvido com base na noção de “segurança alimentar”, atrelado a “Revolução Verde” e sua oferta quantitativa de alimentos, em vez de “soberania alimentar” que implica domínio de todo o processo produtivo.

⁷² A Consulta Popular é uma organização política que nasceu em 1997, e foi constituída por militantes que romperam com o Partido dos Trabalhadores (PT), por intelectuais de esquerda, militantes de organizações religiosas e populares do campo e da cidade, e seu objetivo é o de construir um projeto popular para o Brasil com as forças populares, ao se organizar politicamente como partido político de características leninista.

Foi a partir de então que se percebeu a necessidade de constituir nas cidades focos de organização e luta numa disputa por terra urbana que se equiparava a luta por terra rural no campo. A primeira ocupação urbana desta articulação ocorreu em Campinas em 1998 e foi batizada de Parque Ociel, que se tornou depois o maior bairro periférico de Campinas. Posteriormente, alguns militantes do MST foram deslocados para outras regiões como Guarulhos, Osasco, Itapevi e para o centro de São Paulo, com o objetivo de fazer uma análise destas três regiões fora de Campinas e para compreender a conjuntura e as forças políticas que atuavam nestas cidades. Após as várias conquistas de acampamentos na RMSP, o MST não demorou em espalhar os núcleos de base em favelas. Nascia destas ações uma estratégia política de ocupações aos terrenos urbanos nas cidades, num momento em que movimentos de moradia do centro de São Paulo realizavam ocupações a prédios abandonados, enquanto outros se institucionalizaram no âmbito das políticas públicas de habitação, e só realizavam a organização popular com foco em projetos de provisão habitacional já institucionalizados, ao abandonar as ocupações de terras. (Goldfarb).

Duas ocupações do MTST repercutiram e chamaram a atenção na RMSP: a primeira foi o Acampamento Anita Garibaldi na periferia de Guarulhos, em 2001, acampamento que reuniu após ocupação mais de 3.000 famílias, que permaneceram acampadas numa área de 100 hectares (Goldfarb, 2011). A segunda ocupação foi o Acampamento Santo Dias, realizado no terreno ocioso de propriedade da montadora Volkswagen em São Bernardo do Campo em 2003.⁷³ O desfecho desta ocupação só não foi trágico do ponto de vista da repressão por demonstrar que a necessidade de habitação só pode ser garantida via Estado e/ou via mercado imobiliário, e não pela ação do movimento social ao denunciar a especulação imobiliária do terreno. Com isso, muitas destas famílias retornaram às casas de parentes e amigos, reconfigurando a co-habitação característica do desta população enquanto o terreno ficou inutilizado sem cumprir a função social da propriedade.

Esta estratégia política de ocupações de terras urbanas realizadas pelo MTST, em sintonia com a estratégia do MST, aconteceu num momento singular na história dos movimentos sociais populares, momento em que as pautas de reforma agrária e reforma urbana demonstravam sinais de não serem viabilizadas ao indicar uma tendência de derrota diante da expansão do agronegócio no campo e do setor imobiliário nas cidades e centros urbanos. O MTST realizou ocupações urbanas em um momento em que a maioria dos movimentos de moradia havia deixado de realizá-las ao ser

⁷³ A ocupação do terreno da Volkswagen cresceu vertiginosamente, reuniu mais de 4.000 famílias e resistiu por uma semana mediante aos trabalhos de formação de base com as famílias que participaram da ocupação, muitas destas oriundas do entorno e do Morro do Areião uma favela localizada nas proximidades. A ocupação repercutiu internacionalmente ao expor a disputa pela terra urbana entre o capital transnacional representado pela montadora. A reintegração de posse por parte do governo do Estado foi desproporcional e o governo demonstrou sua força militarista ao deixar seu exemplo para que ações desta natureza não se repetisse. Helicópteros com atiradores de elite, dezenas de viaturas, cavalaria, infantaria, enfim, um exército de policiais cercaram o terreno para cumprir a ordem de reintegração. O MTST junto às famílias decidiu não resistir e sair em marcha rumo à Prefeitura de São Bernardo do Campo.

cooptada por dinâmicas e caminhos das políticas públicas e da institucionalização. Esta situação colocou desafios e barreiras quase que insuperáveis ao MTST que em 2005 rompeu com o MST e passou a realizar as ações autonomamente cindido do mesmo projeto. É possível que o MTST não tenha se apropriado da plataforma do Movimento de Reforma Urbana (MRU), proposição que estava desgastada naquele momento. O MRU caminhou para a via institucional e suas reivindicações se desdobraram na constituição do Ministério das Cidades em 2002. Tal institucionalidade demonstrou o movimento de expansão do Estado e da política como forma de dominação, ao colocar a questão da produção política da sociedade através da institucionalização.⁷⁴

Neste contexto, o MST propôs o conceito de Comuna da Terra que posteriormente resultou na ampliação para a Comuna Urbana. Esta proposição pode ser sintetizada na tentativa do MST em assumir um projeto de disputa de territórios e espacialidades produzidas predominantemente no meio urbano, na tentativa de manter e potencializar as experiências de características rurais presentes nas Comunas da Terra e que resistem na RMSP. A ascensão das Comunas da Terra ocorreu em um contexto de expansão urbana e seus territórios buscam manter determinadas características rurais, ao possuírem elementos expressivos de urbanidade. Sua disputa esteve em torno da expansão imobiliária em algumas destas localidades e sua reprodução e expansão foi inviabilizada pelos trâmites jurídicos e estatais, políticos e econômicos, em simultânea inter-relação com as barreiras espaciais impostas por relações sociais de produção e distribuição agrícolas e industriais.

Isso representou as fases de aproximação e chegada do MST na cidade. A primeira fase dessa chegada, simbolicamente, pode ser entendida quando os militantes do MST se apresentavam nas cidades de calça, camisa social e chapéu de palha – isso acontece ainda hoje. Politicamente, o movimento chegava através de marchas, por meio de seus escritórios e para conseguir apoios políticos. A cidade era vista como lugar de articulações políticas para viabilizar os interesses do movimento no campo. A segunda fase foi a definição de intervenções nas cidades ao criar movimentos urbanos tal como o MTST e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). A terceira fase pode ser entendida na proposição de o MST “ir” para a cidade e fazer ações com a bandeira do movimento.

É no conjunto destas relações sociais entre o campo e a cidade, cuja experiência das Comunas de Terra atesta formas de resistências à expansão urbana capitalista que não nega a centralidade e multifuncionalidade urbana, que emerge o projeto da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara mas, sobretudo, como expressão do fenômeno urbano. Se as Comunas da Terra expressam a tentativa de “reinventar” a vida rural no interior da vida urbana, a Comuna Urbana se apresentaria

⁷⁴ Ver Henri Lefebvre, *De l'Etat*, Paris, Union Générale D'éditions, 1976.

como projeto de “reinventar” a vida urbana próxima a vida rural e de sua temporalidade. No entanto, o fenômeno urbano se tornou planetário e a urbanização global prossegue seu desenvolvimento. Lefebvre (1999) percebeu na década de 1960 os impasses da “via chinesa” para aquele momento ao destacar que,

[...] Contudo, esta estratégia pode se inspirar na hipótese estratégica segundo a qual os campos sitiariam as cidades, e a guerrilha camponesa generalizada tomaria de assalto os centros urbanos? Tal visão ou concepção da luta de classes à escala mundial parece atualmente superada. A capacidade revolucionária dos camponeses não se amplia; ao contrário, uma espécie de colonização generalizada do espaço pelos “centros de decisão” parece tomar forma. Os centros de riqueza e informação, de saber e de poder, procederiam a uma feudalização de suas dependências. Nesse caso, a linha fronteira não passa entre *cidade* e *campo*, mas sim no interior do fenômeno urbano, entre periferia dominada e o centro dominador (LEFEBVRE, 1999: p. 105).

Lefebvre pensou a partir do contexto europeu da década de 1960 ao identificar o movimento de generalização do fenômeno urbano, percebido em algumas regiões do Brasil na década de 1970 e intensificado nas décadas seguintes. A partir de sua análise podemos indagar: por que a capacidade “camponesa” não se ampliaria já que ela foi uma das estratégias do MST no Brasil? Ao que parece, já nesse período a “via chinesa” ou mesmo “via cubana” não poderiam ser transplantadas como modelos para a realidade brasileira, aspecto que pode ser visto na derrocada da Guerrilha do Araguaia.⁷⁵ Por sua vez, o MST nasceu em janeiro de 1984 e sua história remonta um processo anterior de lutas por terra e articulações políticas entre diversas organizações, entre elas se destacaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a herança das Ligas Camponesas.⁷⁶ O movimento recolocou a questão agrária na década de 1980 como uma luta por trabalho e terra no campo, aspectos transformados com a expansão urbana em algumas regiões do país. Nasceu com um projeto deslocado da centralidade da problemática urbana e, no caso de sua atuação na RMSP na década de 2000, mobilizou trabalhadores desempregados das periferias para assentamentos e

⁷⁵ A Guerrilha do Araguaia foi um movimento guerrilheiro que ocorreu entre fins das décadas de 1960 e início de 1970 na região amazônica, ao longo do rio Araguaia entre os estados do Pará e Tocantins. Esse movimento foi criado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com o objetivo de fomentar a revolução socialista a partir do campo, ao se referenciar nas experiências vitoriosas das Revoluções Chinesa e Cubana.

⁷⁶ As Ligas Camponesas foram organizações dos camponeses que nasceram no sertão de Pernambuco. Sua origem remonta às antigas Ligas Camponesas da década de 1930 originárias da ação do Partido Comunista do Brasil. Foi refundada na década de 1950 com o objetivo principal de lutar por reforma agrária, e sendo que a liderança mais conhecida foi Francisco Julião A. de Paula, sindicalista e advogado que ajudou a institucionalizar a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), então forma jurídica batizada pela imprensa de “Liga”, que obteve importante vitória ao desapropriar o engenho de açúcar Galiléias, organizar os camponeses por meio de cooperativas de crédito e se espalhar por 13 estados brasileiros, que atingiu repercussão nacional e internacional. Com o golpe militar de 1964 as principais lideranças foram presas e o movimento foi desarticulado.

Comunas da Terra, mas não conseguiu consolidar sua atuação nas periferias com o MTST e o MTD enquanto MST, o que demonstrou a prevalência da estratégia agrária sobre a estratégia urbana.

Em síntese, as tendências de generalização do agronegócio no campo e do setor imobiliário na cidade são expressões desse fenômeno urbano em expansão. Atualmente, cerca de 85% da população brasileira vive e habita os centros urbanos e regiões metropolitanas, aspecto que levanta a discussão das formas de reprodução da força de trabalho no âmbito dos processos de trabalho e urbanização, ao exigir a problematização de como as cidades e metrópoles estão organizadas com base na relação centro-periferia. O MST propõe uma reforma agrária com base na agricultura familiar e nas cooperativas agrícolas – ao sugerir alterações no modo de produção do alimento com referência a soberania alimentar – e se lançou em um novo desafio que foi o de incorporar a questão urbana a partir da Comuna Urbana – por exigência da própria realidade social. A *Comuna*, portanto, nasceu a partir da periferia em um contexto em que o seu desenvolvimento só foi possível mediante a confluência de sujeitos distintos, cuja atuação política ocorreu na cidade e é oriunda do processo urbano, ao se configurar em uma luta por habitação e reprodução como maneira de garantir o lugar desses trabalhadores pauperizados na metrópole, aspectos que serão analisados a seguir.

1.4. O lugar da Comuna na redefinição do urbano

Compreender o lugar da *Comuna* na redefinição do urbano exige entender a produção do espaço e sua forma urbana. Para Fix (2007), a arquitetura e a forma urbana, ao mesmo tempo que configuram fisicamente o espaço, nos dão a percepção que temos da cidade. Para a autora, são a materialidade e a expressão simbólica de uma cidade, por isso são produtos culturais que melhor nos ajudam a mapear a paisagem do poder e do dinheiro. Incluímos aqui o seu contrário – a paisagem da pobreza e da desigualdade. Junto ao simbólico e a sua materialidade, acrescentamos à reflexão o papel da ideologia não como um falseamento da realidade, mas como representação de relações sociais concretas que aparecem invertidas e às avessas na práxis das classes sociais, ao tornar-se um processo fundamental de legitimação da reprodução da própria sociedade baseada na segregação socioespacial. Influenciada pela ideologia dominante, as classes subalternas – tal como proposto por Gramsci (2002)⁷⁷ – tendem a reproduzir e a almejar o modo de vida dominante, ao mesmo tempo em que lutam por sua autonomia relativa. Sua reprodução social reúne múltiplas dimensões interligadas a um determinado modo de produção e de vida dominante (capitalista), que

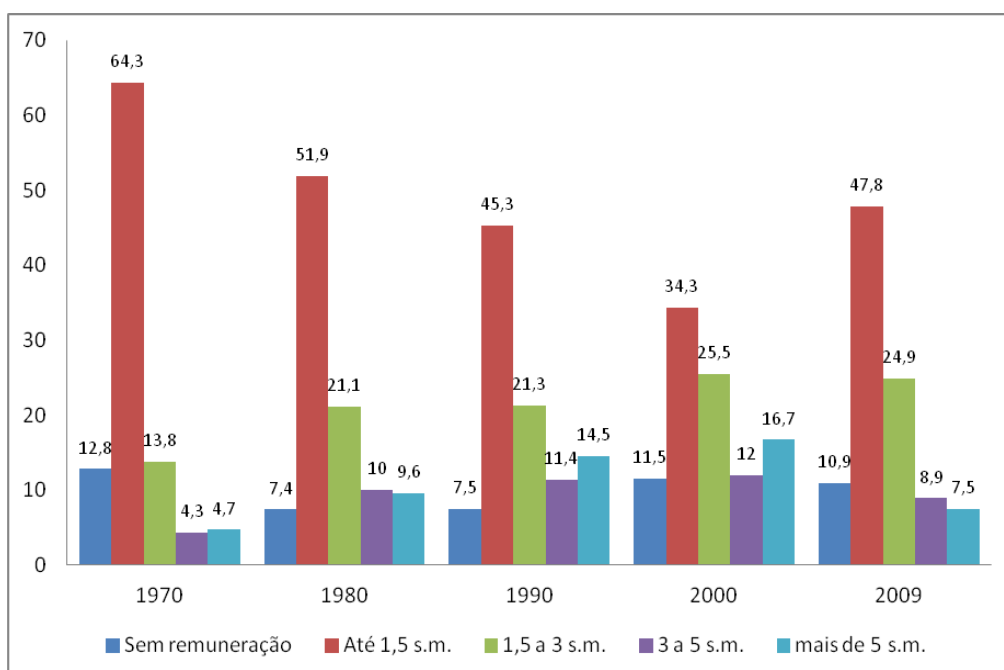
⁷⁷ Gramsci (2002: 140) propõe no estudo das classes subalternas a observação de múltiplas mediações, tais como pensar as relações com o "desenvolvimento das transformações econômicas"; a "adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes"; as lutas travadas a fim de "influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias"; a formação de "novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos"; a caracterização de reivindicações dos grupos subalternos e "as formas que afirmam a autonomia".

se configura em formações sociais concretas. Em uma formação social pode haver outros modos de produção, mas nas formações sociais capitalistas o modo de produção dominante é o capitalista, cujas características recentes são as de superacumulação, expansão, dominação, exploração e espoliação urbana do trabalho socialmente combinado, aspectos que serão desdobrados à seguir.

1.4.1. Divisão socioespacial do trabalho

A *Comuna* localiza-se no município de Jandira, lugar que configurou-se como território de organização espacial resultante de determinada divisão socioespacial do trabalho. A finalidade desta divisão foi que cada município da RMSP reunisse um conjunto de atividades econômicas que fossem suporte e, muitas vezes, acessórios das atividades do centro dinâmico da metrópole. Esta divisão do trabalho configurou uma determinada forma de organização espacial do território nestes municípios. Por mais que ocorreram mudanças significativas na economia, oriundas das transformações econômicas nas últimas décadas, algumas tendências parecem continuar a prevalecer como resultado de decisões políticas que incidem sobre a organização espacial das cidades com consequências trágicas para a classe trabalhadora, tal como ilustra o gráfico abaixo:

Figura 8 : Evolução da composição ocupacional segundo faixa de remuneração (em %), Brasil



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: Marcio Pochmann, *A nova classe média?*, São Paulo, Boitempo, 2012.

Como analisou Pochmann (2012: p. 28), “a presença de distintos padrões de trabalho verificados nos últimos quarenta anos implicou uma conformação diferenciada no perfil remuneratório da mão de obra ocupada no Brasil”. Neste gráfico fica visível a diminuição, porém, a

própria manutenção da faixa remunerada de até 1,5 salários mínimos mensais, que na década de 1970 representava 64,3% dos ocupados, enquanto houve uma queda na década de 2000 para 34,3%, ao voltar a crescer no ano de 2009 para 47,8%. Esse contingente expressivo de trabalhadores, somado aos considerados “sem remuneração”, parece demonstrar um expressivo setor da classe trabalhadora em situação de precarização e pauperização do trabalho no Brasil.

De maneira profunda, Ferrari (2005: p.59; 60) analisou que “A industrialização brasileira foi resultado do movimento de acumulação nos países centrais imperialistas. Tentar implantar no Brasil os planejamentos urbanos e as soluções para as crises de produtividade, ou de valor, gestadas nestes países, é ignorar particularidades histórico-sociais, cuja consideração desenvolveria soluções em outras direções políticas”. A autora analisou que a reestruturação produtiva no Brasil foi imposta de fora na década de 1990, ao aprofundar os níveis de miséria e desemprego baseando-se em processos de terceirizações e ampliação dos setores informal e de serviços que se assemelhava a generalização do subemprego. Está ausente nela uma análise da relação entre o subemprego e a espoliação urbana.

Em meio ao subemprego em vias de generalização nas décadas de 1990 e 2000 encontra-se o conjunto de trabalhadores que participaram do projeto da *Comuna*. Sua trajetória urbana revela a trajetória de trabalhadores pauperizados e informais na luta por sua sobrevivência cotidiana. No entanto, as principais atividades econômicas do município de Jandira, ponto de partida e lugar da presente análise, se distribuem entre a indústria química, frigorífica, metalúrgica e o comércio. Os respectivos vínculos empregatícios podem ser visualizados na tabela abaixo:

Tabela 4: Vínculos empregatícios – Jandira ano 2006

Vínculos Empregatícios por Atividades Econômicas	
Atividades	Percentual
Agropecuária	0,02%
Comércio	13,36%
Construção Civil	4,22%
Indústria	48,15%
Serviços	34,25%

Fonte: Fundação Seade, Ministério do Trabalho e Emprego – Rais.

O setor industrial aparece como aquele que mais emprega no município seguido pelos serviços e o comércio. O parque industrial localiza-se próximo a Rodovia Castelo Branco. No caso dos empregos na construção civil, em 2006 eram residuais com baixa dinâmica econômica. Com o lançamento do PMCMV e a expansão da produção imobiliária a partir de 2009, a produção na construção civil se expandiu e modificou a dinâmica imobiliária na região. No entanto, havia entre

os trabalhadores-mutirantes da *Comuna* pedreiros, carpinteiros, eletricitas, operadores de telemarketing, domésticas e “marreteiros de trem”, a maioria “excluída” do setor industrial.⁷⁸

Inseridas em um conjunto de relações sociais mediadas por jeitinhos e ações de “se virar” para garantir a existência material e social, os indivíduos que compõe tais famílias são oriundos de trajetórias diversas e fariam parte do expressivo contingente que está próximo da linha da pobreza:

Tabela 5: Incidência de pobreza.

Incidência de pobreza	
Ano de 2003	
Municípios	%
Carapicuíba	46,74
Cotia	45,80
Barueri	45,46
Itapevi	61,86
Jandira	50,81

Fonte: IBGE, 2003. (elaboração própria).

O município de Jandira aparece em destaque com 50,81% de incidência de pobreza e só fica atrás do município de Itapevi, com alto índice de pobreza. Itapevi, por sua vez, na condição de município vizinho e no mesmo ambiente intraurbano de Jandira, fica atrás de Itaquaquetuba, Itaóca e Pracinha, municípios com maior incidência de pobreza no Estado de São Paulo. Por ser um município relativamente pequeno e próximo das regiões abastadas de Barueri e Alphaville, Jandira passou a representar a periferia destas regiões. Na periferia a incidência de pobreza e violência tende a ser maior do que em outras regiões ou áreas da metrópole.

A pobreza, como fenômeno oriundo não só de desigualdades na distribuição de renda, mas também do tipo de formação socioespacial que se configurou no Brasil, demonstra diversas incompletudes de uma “construção interrompida”, parafraseando Celso Furtado.⁷⁹ Num ambiente urbano desigual e controverso estes municípios apresentam alto índice de pobreza. A pobreza é irmã siamesa da desigualdade que expressa o resultado dos processos de segregação socioespacial e de espoliação urbana. As desigualdades sociais se manifestam sob desigualdades espaciais que, por sua vez, determina modos de vidas e comportamentos diferenciados entre as classes sociais na metrópole. A produção da pobreza e da desigualdade ocorrem simultaneamente com a produção da riqueza e da *segregação socioespacial*. Nesse sentido, aparece de forma sintomática o contingente quantitativo dos domicílios nos municípios da região da seguinte maneira:

⁷⁸ Não foi possível verificar em detalhes o cadastro das famílias, desatualizado por mudanças na composição destas.

⁷⁹ Celso Furtado, *Brasil: A construção interrompida*, São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Tabela 6: Domicílios Particulares Permanentes

Domicílios Particulares Permanentes	
Municípios	Domicílios
Carapicuíba	108.617
Cotia	58.970
Barueri	71.809
Itapevi	57.598
Jandira	32.527

Fonte: IBGE, 2010. (elaboração própria).

Os municípios de Carapicuíba, Itapevi e Jandira representam a periferia da microregião de Osasco. Tal processo de periferização fica nítido nos municípios da RMSP que reproduziram interna e externamente a relação centro-periferia como resultado da expansão urbana. Além do mais, a segregação socioespacial se constitui como uma relação entre possuidores e despossuídos, mantida e regulada por um Estado patrimonialista. Essa problemática fica visível nos dados do próprio Censo do IBGE. O município de Jandira, por sua vez, estava constituído oficialmente em 2010 por 32.527 domicílios e os respectivos rendimentos estariam distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 7: Rendimento por amostra de domicílios

Rendimentos por Amostra de Domicílios – Município de Jandira		
Domicílios particulares permanentes (Total)	32.527	100%
Domicílios particulares permanentes com seguimento de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	256	0,78%
Domicílios particulares permanentes com seguimento de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1.597	4,91%
Domicílios particulares permanentes com seguimento de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	6.269	19,27%
Domicílios particulares permanentes com seguimento de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	13.739	42,24%
Domicílios particulares permanentes com seguimento de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	6.656	20,46%
Domicílios particulares permanentes com seguimento de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	1.891	5,82%
Domicílios particulares permanentes com seguimento de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	900	2,77%
Domicílios particulares permanentes com seguimento de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	1.219	3,75%

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE.

A soma dos percentuais de domicílios “sem rendimento”, “de até 1/2 salário mínimo”, “de mais de 1/2 a 1 salário mínimo” e “de mais de 1 a 2 salários mínimos” totaliza 28,71% dos domicílios. Pode-se considerar a definição de “baixa renda” aqui incompleta, já que necessita levar em consideração uma parcela significativa de domicílios entre 2 e 3 salários mínimos, incluídas na separação feita pelo IBGE “de mais de 2 a 5 salários mínimos”. De qualquer modo, a aproximação não prejudica a análise, pelo fato de se verificar na discussão destes dados uma maneira de ilustrar as desigualdades e níveis de pobreza existentes no município de Jandira através dos domicílios.

A identificação da situação de pobreza através da população de baixa renda em aproximadamente 45% dos domicílios demonstra a existência de uma estrutura econômica, política e social desigual e contraditoriamente distribuída, com forte indícios de co-habitações e domicílios precários e em área de risco. Esta distribuição desigual da renda, definida nos processos de trabalho como processos de valorização do capital, indica a necessidade de apreensão dos nexos entre processos de trabalho e habitat, produção e reprodução social mediante o espaço produzido. Por isso, a reprodução social do capital compreende-se em sua unidade contraditória com a reprodução da força de trabalho. O desenvolvimento e a expansão do capital implica na expansão do trabalho assalariado. Produzir espaço foi a maneira que o capital encontrou de se autovalorizar e minimizar os efeitos de suas crises de expansão através de mudanças espaciais. O espaço em produção representa uma das dimensões da reprodução social, aliada a reestruturação produtiva na indústria, comércio e serviços. Entretanto, é através da produção do espaço – especificamente de habitação e infraestrutura urbana – que a superacumulação de capital se realiza. Por esta chave, é possível compreender porque a lógica produtivista da habitação, da infraestrutura e dos negócios imobiliários cresceram vertiginosamente a partir de 2008 no Brasil, ao intensificar a *segregação socioespacial* num momento de crise de valorização nas economias centrais do capitalismo, com forte impacto na retomada de crescimento econômico em nossa sociedade.

1.4.2. Desajuste espacial como fundamento da segregação socioespacial

A crise econômica e financeira de 2008 – início das obras da *Comuna*– teve antecedentes que serão analisados no capítulo 2. Mas um aspecto desses antecedentes está relacionado ao polêmico debate sobre a crise de superacumulação de capital. Aqui cabe mencionar que foi Harvey (2006) quem viu um elo entre a teoria da acumulação de Marx e a teoria do imperialismo de Lenin, que resultaria na teoria da localização. Esta teoria permitiria explicar a lei geral de acumulação através da superabundância de capital e da superpopulação. Para o autor, as crises do capital provocam mudanças no processo de acumulação para um nível superior. Isso permite ao capital a

redução dos custos de realização e circulação, o que ajuda a criar espaço novo para sua acumulação ao ajustar o tempo de produção e o tempo de circulação do capital. Devido à necessidade de minimizar o custo de produção, circulação e o seu tempo de giro, o capital promove a aglomeração da produção em alguns centros urbanos. Por isso, a expansão e a concentração geográfica do capital são produtos do mesmo esforço de criar oportunidades para sua acumulação ao enfrentar suas próprias barreiras espaciais. Para superar tais barreiras de seu próprio movimento de expansão e crise, o capitalismo criou o que Harvey chamou de *ajuste espacial*, mecanismo de contratendência em relação às crises de superacumulação⁸⁰ através da produção do espaço, que minimiza os efeitos da queda tendencial da taxa média de lucro identificada por Marx. Para ele, a sobrevivência do capitalismo foi assegurada pela transformação das relações espaciais e ascensão de estruturas geográficas específicas. Por isso, conclui que a produção da organização espacial passa a ser necessária para superar as barreiras espaciais. Expõe um entendimento da tensão existente entre as transformações internas e externas desse processo de acumulação (expansivo e intensivo), ao preencher a lacuna existente entre a teoria da acumulação e a teoria do imperialismo.

O *ajuste espacial*, concebido e analisado criticamente por Harvey, foi pensado a partir das economias centrais do capitalismo como expressão de um fenômeno dos últimos trinta anos, e pressupõe um *desajuste espacial* para os trabalhadores. No caso brasileiro, argumentaremos que há no processo de *ajuste espacial* do capital e um *desajuste espacial* para a classe trabalhadora. Ambos podem ser identificados no modo como a metrópole paulistana está se configurando espacialmente. Como a cidade (e a metrópole) tende a estar organizada e ajustada para a produção, a circulação e a valorização do capital, ela tende a estar desajustada para a classe trabalhadora.

Compreendemos por *desajuste espacial* o processo no qual a metrópole, ao mesmo tempo em que foi produzida por trabalhadores, se organiza mediante os ajustes espaciais que geram intensas lutas entre possuidores e despossuídos por espaço. Esse processo está presente na configuração urbana através da separação entre classes sociais e funções dos espaços (trabalho, habitação, lazer, transporte, etc.), espaços que, por sua vez, só são apropriados na medida em que há uma relação mediada pela troca (forma mercadoria). O *desajuste espacial* representa a desorganização do espaço para classe trabalhadora com forte influência sobre formas de apropriação vinculadas às relações de propriedade que dificultam e/ou até impossibilitam a apropriação livre pelo uso, porque dominada por relações de troca dos *ajustes espaciais* em meio ao

⁸⁰ Francisco de Oliveira (2006) alertou para o fato de que haver uma espécie de superacumulação não significa desocupação, ao demonstrar com dados do Dieese que a maioria dos desempregados não está desocupada. Ele discute que esse tipo de ocupação é uma espécie de *força de trabalho virtual* potencializada com a revolução tecnológica. Para ele, o capital tem tal força de trabalho que só é acionada no ato de comercialização. Vender cerveja, água e refrigerante na porta do estádio seria a expressão deste exército informal que tem funcionalidade para reproduzir o capital.

espaço urbano. Tal desajuste complementa o conceito de *segregação socioespacial*, expressa o fundamento dessa separação e pode ser caracterizado na relação entre localização e deslocamento.

Com relação às localizações de determinados segmentos da classe trabalhadora, estas foram produzidas em péssimas condições de vida e habitar – tal como favelas sem saneamento e urbanização – e em lugares distantes de postos de emprego, estudo e espaços de lazer que exigem intensos e demorados deslocamentos por meio de transporte público e coletivo. Portanto, a produção desigual do espaço e suas distâncias precisam ser caracterizadas pela segregação e cisão entre as classes sociais, mas também por ajustes e *desajustes espaciais* contraditoriamente.

A noção de *desajuste espacial* se verifica nas condições sociais, econômicas e políticas representadas na distribuição das principais atividades e equipamentos nas regiões metropolitanas. Permite explicitar o modo como capitalistas e trabalhadores habitam e usam o espaço urbano. Por isso, a produção desigual e combinada das cidades que define os aspectos de sua crise, impõe aos trabalhadores modos e maneiras de viver desigualmente as cidades através de fragmentos urbanos passíveis de apropriação pela classe subalterna. No caso de Jandira, desde 1964 quase a totalidade de seu território é urbana, por isso, a relação entre trabalho e habitação, industrialização e urbanização precisa considerar a alta densidade demográfica de 6 mil hab/km². Para Rocha (2007: 57) predominaria no município a ocupação com padrão de urbanização horizontal (casas), com lotes médios de 125 m² a 250 m². Entretanto, o autor enfatiza que a autoconstrução foi a alternativa dada pela população, sobretudo, por limitações financeiras, o que demonstra aspectos de sua urbanização periférica. Conforme a Fundação Seade (2000), 64% dos chefes de famílias recebem de 1 a 5 salários mínimos e a renda per capita era de R\$ 775,72 no mesmo período.

Em relatório de avaliação do Plano Diretor⁸¹ Lei nº 1603/2006 do município de Jandira, a urbanista Luciana Ferrara⁸² fez um breve diagnóstico que levantou como principais problemas a serem enfrentados pelo plano a violência urbana, o desemprego, a baixa escolaridade da população, a baixa qualidade ambiental e construída e, por fim, a irregularidade urbanística e fundiária. Esses fatores reforçam o argumento de que há um forte *desajuste espacial* para a classe trabalhadora no município. O Plano Diretor, influenciado por tendências de ajustes e desajustes espaciais, dividiu a cidade em três macrozonas: 1) Macrozona Urbana Norte; 2) Macrozona Urbana Intermediária; 3)

⁸¹ Plano Diretor é um instrumento de planejamento municipal para implantação da política de desenvolvimento urbano. Sua formulação exige um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, para assim definir propostas e metas para uma futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana. Ver Associação Brasileira de Normas Técnicas, *NB 1350 – Normas para elaboração de plano diretor*, Rio de Janeiro, 1991; e Flávio Villaça, *Dilemas do plano diretor*, em CEPAM, “O município no século XXI: cenários e perspectivas, São Paulo, Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999, p. 237-247.

⁸² Luciana Nicolau Ferrara, *Relatório de avaliação do Plano Diretor do Município de Jandira*, Observatório das Metrópoles, São Paulo, 2009, em: <web.observatoriodasmetrosoles.net/planosdiretores> Acessado em 27/01/2013.

Macrozona Urbana Sul. O diagnóstico aponta que, na Macrozona Urbana Norte, a Zona Industrial (ZUPI) apresenta como um dos principais problemas o conflito de uso entre a área industrial consolidada e os núcleos habitacionais em expansão. Destaca que a Macrozona Urbana Intermediária concentra 90% dos bairros e loteamentos e a maior parte dos núcleos precários e ao mesmo tempo a maior parte dos equipamentos públicos. Ademais, evidencia que a Macrozona Urbana sul, mais apartada do restante da malha urbana, concentra os condomínios fechados de mais alta renda que suprem uma demanda por esse tipo de habitação de fora do município. Ao sul há ainda muitos terrenos não ocupados e não parcelados, alguns deles com vegetação remanescente e corpo d'água. Por esta condição, o setor imobiliário apresenta forte interesse sobre essa região.

No Plano Diretor há ainda o reconhecimento da área residencial de padrão popular nas proximidades das ruas Silverstone e Le Mans, onde se localiza a *Comuna*, com destaque para o conjunto habitacional Jandira B (CDHU), que apresenta carências de infra-estrutura urbana e equipamentos públicos. O plano divide a cidade em zonas especiais: 1) Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); 2) Zona Especial de Intervenção Urbana (ZEIU); 3) Zona Especial de Interesse Histórico e Cultural (ZEIHC); 4) Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA); e 5) Zonas Especiais de Recuperação Ambiental (ZERA). Com tantas zonas especiais, por que prevalece o desajuste e a *segregação socioespacial* no município? Parece que a resolução da questão está além do recorte político administrativo de município e sob a condição metropolitana na vida cotidiana.

Os programas habitacionais produzidos no município de Jandira foram do Governo Federal – PMCMV com 418 unidades de faixa 2 (3 a 7 SM) e 433 unidades de faixa 3 (7 a 10 SM), nenhum de faixa 1 (0 a 3 SM); e do Governo do Estado de São Paulo construídos e entregues pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano para a população faixa 1, conforme tabela:

Tabela 8: Unidades habitacionais produzidas por municípios – CDHU

Unidades habitacionais entregues – CDHU	
Municípios	Unidades
Carapicuíba	2.051
Cotia	1.204
Barueri	1.088
Itapevi	2.122
Jandira	496

Fonte: CDHU, 2013. (elaboração própria).

No âmbito da Prefeitura de Jandira, é recente e incipiente os investimentos em Habitação de Interesse Social. O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) está em desenvolvimento e indica um déficit habitacional prioritário de 2.500 unidades para as famílias que recebem o bolsa-

aluguel e vivem em área de risco. Não há nenhum outro programa habitacional no município além da *Comuna*, que aparece como uma vitrine para as suas administrações. Não foi a Prefeitura que geriu e administrou a obra, ela somente concedeu o terreno e foi responsável pela obra de infraestrutura urbana da *Comuna*, enquanto que as habitações foram conquistadas através da luta do MST junto às famílias de trabalhadores, a Cáritas e a assessoria técnica da Usina, que viabilizaram os recursos junto ao Ministério das Cidades, produziram e geriram a obra.

O projeto da *Comuna*, mesmo em condições diferenciadas em relação às demais formas de habitação popular, reúne as características da habitação unifamiliar e individual produzidas como modo de reprodução da estrutura social. A residência nucleada em unidades unifamiliares na sociedade burguesa se constituiu como forma urbana que, produzida na lógica da mercadoria, separou e apartou algumas dimensões de sociabilidade na expansão do capitalismo e passou a ser a expressão da estrutura social estruturante-estruturada, a qual analisou Bourdieu.⁸³

As possibilidades abertas pelo fenômeno urbano, mesmo diante da separação possibilita o encontro, a simultaneidade e a reunião além da forma habitação na relação entre ajuste e desajuste espacial, permitiria encarar as contradições espaciais. Esta separação se originou em cisões societárias cujas determinantes foram a da separação territorial e espacial de lugares por funções e localidades. Estes lugares se desenvolveram mediante a *segregação socioespacial* da expansão urbana e se reproduziram em escala ampliada na dinâmica de reprodução urbana da própria sociedade. Tal fenômeno se caracterizaria por uma lógica de produção e consumo e levanta a questão sobre o consumo do lugar.

A produção e o consumo do espaço através da *segregação socioespacial* desenvolveu outro fenômeno habitacional: os condomínios fechados na RMSP. Como um fenômeno recente na história social brasileira, os condomínios fechados começaram a ser construídos em meados da década de 1970 ao longo do “boom” do setor imobiliário e do financiamento estatal. Para Caldeira (2001), o empreendimento que originou este processo foi o “Portal do Morumbi”. Posteriormente, e em contraste com a dinâmica na capital paulista, os municípios a oeste e a noroeste como Santana do Parnaíba, Barueri e Cajamar revelaram um quadro grande de dinamismo econômico e passaram a representar um tipo distinto de desenvolvimento. Conforme analisa Caldeira, essas áreas tiveram as mais expressivas taxas de crescimento populacional no período 1980 a 1996, e tiveram um notável desempenho econômico numa década marcada pela estagnação econômica. Esse desempenho esteve associado a altos níveis de investimentos em empreendimentos imobiliários (na maioria condomínios fechados), conjunto de escritórios, centros empresariais e shopping centers num padrão semelhante ao dos novos subúrbios americanos. Os empreendimentos imobiliários para

⁸³ Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand, 2002.

a elite longe do centro da metrópole apareceram de maneira significativa no final da década de 1970. Alphaville,⁸⁴ por exemplo, foi construído nessa época para abrigar parcela da elite paulistana (Caldeira, 2001). Caldeira, portanto, conceitualizou o fenômeno como *enclaves fortificados*, versão residencial de uma nova forma de segregação em espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho nas cidades contemporâneas.

A expansão do urbano, por intermédio das necessidades de reprodução das classes sociais através da habitação, (re)configura o espaço físico-social e o modo de vida através da forma mercadoria. Os sujeitos que detém o poder de produção do espaço urbano, na garantia de maiores lucros, buscam localidades onde a terra é mais barata⁸⁵, embora ainda não haja infraestrutura. Nessa dinâmica há uma luta pela localização entre as classes sociais que é uma luta por condições de consumo e não apenas condições de produção. Esse parece ser o contexto de expansão dos condomínios e loteamentos fechados, fenômeno urbano que está se espalhando por todas as metrópoles brasileiras. Para D'Ottaviano (2008), desde o final dos anos 1980, é possível observar um grande aumento no número de condomínios fechados na RMSP. A expansão desses condomínios fechados teria modificado nos últimos quinze anos a configuração espacial de algumas áreas da RMSP, alterando assim, o padrão *centro rico versus periferia pobre*, que caracterizou os estudos sobre a RMSP entre os anos 1940 e 1980, caracterizado desde a última década por um modelo *fractal de segregação espacial*.⁸⁶ Esse modelo, para a autora, explicaria em parte o processo de segregação metropolitano. Entretanto, como o setor imobiliário chegou a este nível de produção habitacional na metrópole paulistana? O que o processo representa em termos de reprodução social?

A produção habitacional está inserida na dinâmica da reprodução social do espaço urbano sob a lógica da mercadoria. Como um produto do fenômeno urbano em expansão, as formas de habitação unifamiliar foram produzidas (e se reproduzem) enquanto movimento que segue um padrão na reprodução da própria sociedade. A casa na favela ou a casa nos Jardins, o apartamento na Berrini ou na Cohab Itaquera são expressões de um padrão geral de habitação unifamiliar na cidade que representa uma estrutura social e jurídica baseada na família e no indivíduo. É evidente que o tamanho dessas formas de habitações são variáveis. Tal forma urbana unifamiliar e individual representa a generalização da forma *habitat* que está em relação contraditória e oposição ao *habitar*.

⁸⁴ Alphaville é um distrito nobre totalmente urbanizado localizado entre as cidades de Barueri e Santana do Parnaíba, e foi projetado pela empresa Albuquerque Takaoka, e inaugurado em 1973. É considerado como a primeira tentativa de criar artificialmente um bairro de grande proporções no Brasil para abrigar a elite paulistana, e é formado por uma série de condomínios fechados chamados Residenciais, além de reunir um centro industrial e empresarial.

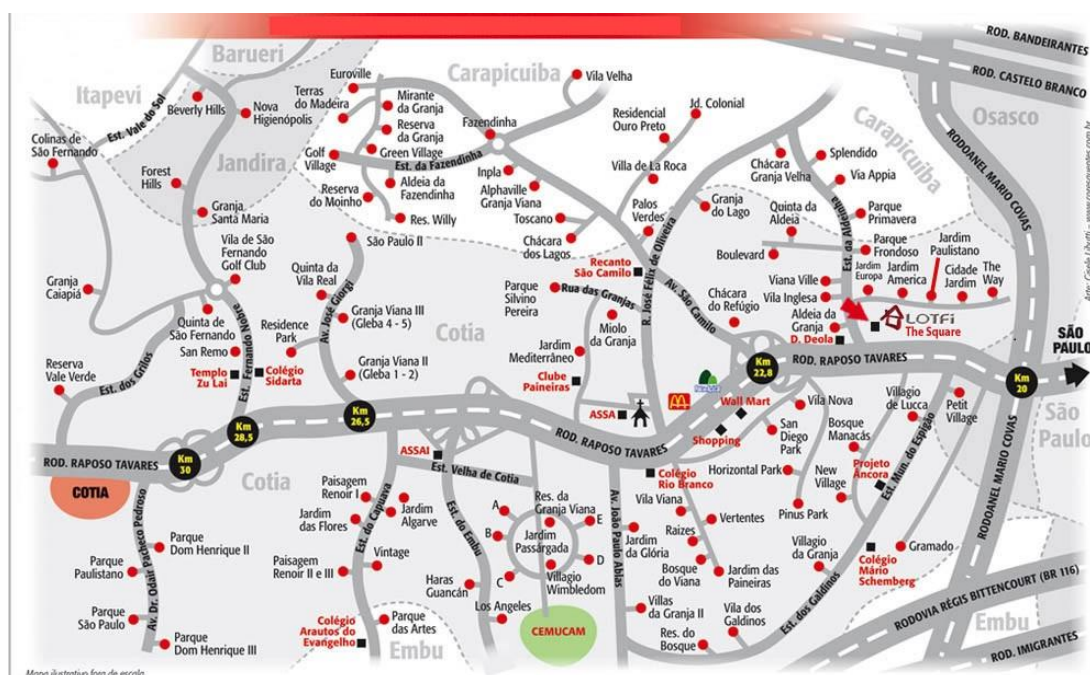
⁸⁵ Em *A propriedade contra a posse* Baitz (2007) demonstra como se expressa as mudanças introduzidas com o Estatuto das Cidades do processo que fragmenta a propriedade em elementos distintos, tais como posse, propriedade, direito de construir e direito de superfície. Segundo ele, esses elementos são trabalhados enquanto uma necessidade do sistema.

⁸⁶ Para D'Ottaviano (2008: 88) o modelo fractal de segregação espacial, defendida por Teresa Caldeira (2000), se baseia na consolidação de enclaves fortificados no contexto metropolitano, mas não explica sozinho o processo de segregação.

Para Lefebvre (1999) esta oposição – habitat e habitar – pôde revelar as limitações do pensamento urbanístico que se ergueu com a urbanização. Por isso, criticar as práticas espaciais existentes permite expor a partir dessas suas possibilidades de superação para o ainda não existente. Através da crítica ao urbanismo dominante podemos pensar que a questão não é “quanto mais habitação e urbanização melhor”, mas quais tipos de habitação, formas de propriedade e processos de urbanização a sociedade necessita? Se é que as metrópoles necessitam de “mais” urbanização. A inversão da problemática urbana pode pôr em evidência o “falso” problema da habitação, mas isso só é possível do ponto de vista do trabalho e não do capital. O urbano é o espaço da fragmentação teórica e prática, aspecto que nos induz a um tipo de olhar redutor que não permite vê-lo enquanto campo de tensões e conflitos – lugar de enfrentamentos e confrontações – unidade de contradições.

Em meio às contradições urbanas, em Jandira houve um tímido, porém, significativo avanço dos condomínios fechados. Os condomínios fechados se proliferaram na RMSP e se constituem como um tipo de habitação que reconfigurou o modo de vida de determinadas áreas e regiões destas localidades. Para que houvesse a instalação destes tipos de empreendimentos, o Estado garantiu a infraestrutura necessária com a construção de rodovias e vias de acesso do centro da metrópole a essas localidades. Segundo a Prefeitura de Jandira e o setor imobiliário, há sete condomínios de alto padrão da pequena elite que reside na cidade: Chácara do Peroba, Forest Hills, Nova Higienópolis, Nova Paulista Residencial, Condomínio Suíte Quebra Nozes, Residencial Lago dos Cisnes e Granja Santa Maria. Estes condomínios se distribuem em áreas diferentes da cidade e a maioria se concentra na divisa com o município de Cotia. Abaixo aparece quatro deles em Jandira:

Figura 9: Mapa de condomínios e loteamentos fechados de alto padrão na microregião



Fonte: Lotf Imobiliária.

No mapa feito por uma imobiliária do setor fica evidente a forte tendência de condomínios fechados na microregião. Essa tendência se destaca com intensidade nos municípios de Carapicuíba e Cotia, este último com maior concentração desta forma de loteamento. Estes condomínios se caracterizam como habitações de indivíduos que não tem relação com essas cidades e pouco se importam em reverter a periferização metropolitana, já que o Estado construiu a acessibilidade para estas classes abastardas – rodovias, viadutos – em vez de viabilizar a acessibilidade para classe trabalhadora às regiões centrais destas cidades e da metrópole. Em contraposição relativa a tal fenômeno, mas reproduzindo a forma habitação unifamiliar, a *Comuna* demonstrou um processo inversamente distinto em relação à esses condomínios, apesar de sua origem e imersão aos fatores de *desajuste espacial* e *segregação socioespacial*, diferenças que abordaremos a seguir.

1.4.3. Reconfiguração urbana e tendências da habitação

Inserida na redefinição do urbano há uma forte tendência de *reconfiguração urbana*. Por *reconfiguração urbana* compreendemos as recentes transformações espaciais que estão alterando as formas da urbanização passadas e reconstruindo partes das cidades em áreas estratégicas de valorização dos negócios imobiliários correntes – produção de localização –, ao intensificar a *segregação socioespacial* e alterar as relações de uso e vizinhanças em áreas e bairros tradicionais. Tal reconfiguração pode ser percebida nas ações do setor imobiliário ao comprar quarteirões e bairros inteiros de casas e galpões para demolir, construir edifícios de apartamentos e vendê-los para um contingente maior de proprietários.

Para compreender tal processo de *reconfiguração urbana*⁸⁷ é necessário entender *como*, *porque* e *para quê* o espaço urbano está sendo produzido (e reproduzido). Como o espaço é expressão de um período e/ou até mesmo um ciclo de produção e acumulação, cada reestruturação na produção capitalista exige um espaço correspondente. Isso expõe a discussão do ciclo do capital como elemento do processo de produção espacial ao reforçar o processo de circulação e o consumo do espaço. Essa redefinição do urbano ocorre com bases numa reconfiguração espacial que reestrutura o ambiente habitado – de casas horizontais para apartamentos em edifícios – e estabelece espaços de consumo e privação. Sob a direção do setor imobiliário e do Estado político, em associação ao setor financeiro da economia, são estabelecidas estratégias que se definem num jogo em que os detentores de poder político e econômico na (re)produção urbana impõem seus interesses de classes acima dos interesses do conjunto da sociedade. Definem em reuniões fechadas seus

⁸⁷ D'Andrea (2008) e Fix (2007) analisaram as novas configurações espaciais e a redefinição do urbano.

interesses particulares ao determinar a reconfiguração espacial em sintonia com os valores e as práticas da ideologia dominante – a cidade como negócio nos negócios da cidade.

No Brasil e em diversos lugares no mundo existiram formas de habitações distintas da forma unifamiliar e individual, tal como a oca coletiva dos povos nativos. A forma habitação unifamiliar e individual expressa uma determinada forma de produção da cidade que é reproduzida pela força de trabalho empregada para tal finalidade, mas que somente é apropriada sob a forma mercadoria, determinação que está alterando o espaço urbano em decorrência da emergência de cidades e metrópoles globais. O desenho urbano, por sua vez, representa a linguagem da cidade. Por isso, essa linguagem pode ser lida no tamanho, no sentido e na largura de ruas e calçadas; nos espaços das praças; na localização de árvores, lagos e rios; na quantidade de lojas num determinado perímetro; na quantidade de fábricas que há numa região; nas habitações e suas formas diversas; e etc. Tudo que vemos e interagimos nas cidades foi, em certa medida, planejado. Este planejamento demonstra formas distintas de concepções, conceitos e necessidades sobre a cidade no urbano.

Houve situações que o próprio lugar planejado para um fim foi subvertido por necessidades que lhe atribuíram outros fins. A experiência dos cortiços, por exemplo, se constituiu enquanto habitação coletiva cuja característica foi a de aluguel dos cômodos de uma casa que serviam de habitação para uma família ou um conjunto de indivíduos. Em muitos destes casos, as instalações sanitárias eram comuns e o perfil dos habitantes era o de famílias de baixa renda. Tecnicamente, os cortiços são chamados de *habitações coletivas precárias de aluguel*,⁸⁸ e se caracterizam pelos seguintes tipos comuns: cortiço de quintal; cortiço pensão; casa de cômodos; cortiço improvisado; e hotel cortiço.⁸⁹ Diferentemente dos cortiços, as repúblicas e alojamentos estudantis expressam formas coletivas e temporária de habitação conforme o período de matrícula dos estudantes. Em diversas situações, o espaço de habitação se transforma em espaços de festa e confraternização, o que demonstra a atribuição dos usos de acordo com as necessidades de seus habitantes.

De maneira distinta, a verticalização das habitações se intensificou como solução aos problemas de intensa concentração urbana no século XX. Para Leme (2009: p. 13), a verticalização nas grandes cidades do Brasil, apesar de produzir uma morfologia urbana semelhante nas várias cidades, não determina a perda do caráter único de cada uma, já que este fenômeno se dá sempre sob a ação de elementos locais – físicos, sociais e históricos – muito particulares, cujo arranjo é único para cada caso. A origem e o crescimento da verticalização têm suas bases apoiadas tanto nas

⁸⁸ Lei Orgânica do Município de São Paulo, artigo 171.

⁸⁹ Os tipos mais comuns de cortiços se caracterizam da seguinte maneira: *cortiço de quintal*, que ocupa o centro do quarteirão com acesso através de um pequeno corredor; *cortiço pensão*, construção independente com frente para a rua; *casa de cômodos*, sobrados com várias subdivisões internas; *cortiços improvisados*, ocupação precária dos fundos de depósitos, bares, armazéns, cocheiras ou estábulos; *hotel cortiço*, que durante o dia é usado como restaurante e à noite como dormitório.

tecnologias surgidas e desenvolvidas no século XIX, como nos desdobramentos produzidos pelo estágio de desenvolvimento do capitalismo naquele momento. Para o autor, a origem histórica da verticalização no Brasil está nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, cujo componente essencial foi a transformação da propriedade urbana em um meio de produção e a formação de uma renda fundiária passível de ser realizada como capital. A verticalização, conforme o autor, está associada à ampliação do campo econômico através do empenho do Estado em obras públicas de saneamento, arruamento, iluminação, entre outras, e da ação de empresários particulares na abertura de loteamentos e na construção de edificações residenciais, comerciais e industriais.

No entanto, o problema da habitação aparece na habitação do próprio problema de (re)produção urbana da sociedade. Cada processo de industrialização, desindustrialização e reestruturação produtiva na sociedade exige formas correspondentes de urbanização. Entretanto, a urbanização da sociedade segue um caminho independente e paralelo que passa a determinar também as formas de reestruturação produtiva, ao criar as condições necessárias para a desconcentração industrial com base nos *ajustes espaciais* do capital. O programa das classes capitalistas em tal contexto é evidente: a busca e a garantia do lucro pela produtividade e sua reprodução. Neste sentido, em que medida as cidades suportarão uma reprodução social baseada no padrão produtivo de provisão habitacional unifamiliar e individual de superadesensamento que está assentada na propriedade privada do imóvel sob a forma apartamento neste jogo de apropriação da renda urbana? Tal questão compreende-se mediante as tendências de *reconfiguração urbana* que não se generalizaram, mas que exercem forte influência sobre a reprodução do espaço urbano.

Por este trajeto, algumas questões emergem como incômodos de quem vive na *urbe*: por quê as verticalizações de habitações (prédios, edifícios) estão substituindo as habitações horizontais (casas) em determinados bairros e áreas na cidade de São Paulo, lugar considerado o centro da metrópole? E por quê o setor imobiliário constrói habitações horizontais apenas na periferia de São Paulo e nos municípios da RMSP, com destaque para o fenômeno dos condomínios fechados? Esta nos parece uma forte tendência do processo de *reconfiguração urbana*, cujas ações interferem na transformação da paisagem urbana anterior para uma nova paisagem mais segregada espacialmente e menos socializável humanamente. As antigas casas em bairros tradicionais estão sendo substituídas por edifícios que tendem a suprimir o espaço de vizinhança.

Tal tendência à verticalização das habitações é antiga e se intensificou com o fortalecimento das aglomerações em cidades e metrópoles e são oriundas dos processos de urbanização em curso nessas localidades. Parte dessa tendência se verifica na dinâmica oriunda do centro da metrópole⁹⁰ tal como nas imagens abaixo:

⁹⁰ Para Villaça (1998) toda aglomeração socioespacial humana desenvolve um centro principal.

Figura 10: Área central da metrópole paulista: antiga tendência à verticalização



Avenida Paulista, área central da metrópole.
Foto 05: Almeida Rocha, Folha de São Paulo

Figuras 11 e 12: Novos empreendimentos imobiliários e reconfiguração urbana



Bairro Imperatriz Leopoldina, zona oeste
Foto 06: Extraída da Internet, não identificada.



Condomínio Fechado EcoBrasueri, zona oeste
Foto 07: Sandro Barbosa de Oliveira

Caminhar pelas ruas de alguns bairros ou áreas na cidade de São Paulo permite perceber o emaranhado de edifícios que se erguem a cada esquina nestas localidades, fenômeno que se expande aos outros municípios da RMSP. A tendência à verticalização de habitações de alto padrão se manifesta em algumas áreas da cidade, e demonstra uma reconfiguração do espaço urbano na metrópole. Em alguns bairros, como Jardim Anália Franco, Tatuapé, Vila Formosa, Vila Carrão na zona leste de São Paulo, os edifícios de alto padrão assumem o lugar de casas tradicionais com a expansão do alto padrão Anália Franco de habitação para tais locais:

Figuras 13 e 14: Novos empreendimentos imobiliários e da reconfiguração do espaço urbano



Jardim Anália Franco, zona leste.
Foto 08: Gabo Morales, Folha Press



Parque do Trabalhador, Vila Formosa, zona leste
Foto 09: Extraída da Internet, não identificada.

No bairro de Pinheiros (imagem abaixo) na zona oeste, as tradicionais casas do bairro cedem lugar a pressão do mercado imobiliário, este que compra os imóveis, depois passa a demolir as casas a fim de abrir terreno para a construção de prédios de edifícios.

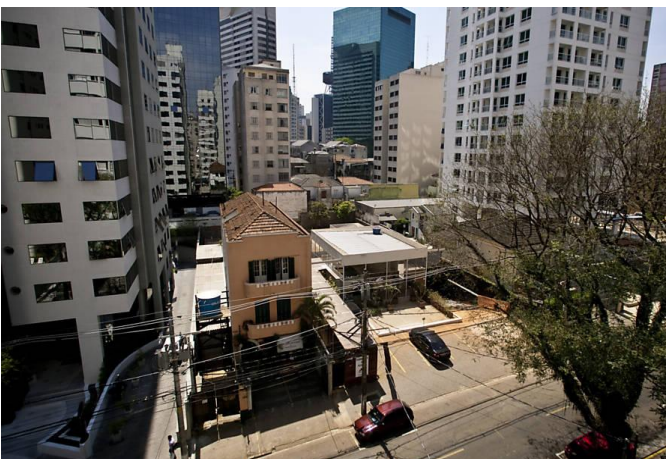
Figuras 15-18: Novos empreendimentos imobiliários e da reconfiguração do espaço urbano



Casa que resistiu ao empreendimento imobiliário, zona oeste
Foto 10: Lalo de Almeida, Folha de São Paulo.



Frente da casa que resistiu na rua Pero Leão, zona oeste.
Foto 11: Lalo de Almeida, Folha de São Paulo.



Casa que permaneceu cercada por edifício,
Foto 12: Adriano Vizoni, Folha Press



Casa cercada pelas dependências do edifício, Lapa.
Foto 13: Adriano Vizoni, Folha Press

Devido a ausência de terrenos livres na cidade de São Paulo, aumentou o assédio das construtoras sobre os moradores de casas tradicionais em diversas localidades, como atesta as imagens acima. Os proprietários de casas que não venderam seus imóveis acabaram cercados por edifícios. A verticalização de habitação tornou-se uma solução viável econômica e socialmente. Entretanto, os edifícios contribuem para aumentar o superadensamento dos bairros, ampliam as aglomerações e comprometem a capacidade dos equipamentos públicos (escolas, hospitais) e de transporte (ônibus, trem, metrô, carros), ao pressionar para uma redefinição da infraestrutura urbana local. No fenômeno das “casas-ilhas”, o setor imobiliário diz que os imóveis que resistem à pressão são chamados de “micos”, encurralados após a construção de prédios no entorno, aspecto que provocaria a desvalorização dos imóveis.⁹¹ A produção de prédios de edifícios de médio e alto padrão vem sendo uma tendência do setor imobiliário para viabilizar seus empreendimentos em áreas da cidade com terrenos valorizados ou em vias de valorização,⁹² o que imprime uma tendência de valorização imobiliária à RMSP,⁹³ aliada as intervenções de infraestrutura realizadas pelo Estado. Esse processo é parte do fenômeno que denominamos por *reconfiguração urbana*.

Aparece como forte tendência a aposta das construtoras em produzir apartamentos pequenos de alto padrão na cidade de São Paulo. Com a produção de imóveis de 30 a 50 m² em formato de estúdio (sem paredes internas), que oferecem serviço de arrumação básica, estacionamento com manobrista e, em alguns casos, postos de recargas de automóveis elétricos, as construtoras criaram um nicho de investimento que se propaga em bairros nobres como Brooklin, Itaim Bibi, Vila Madalena, Vila Olímpia e Jardim Anália Franco, e buscam atender a demanda que consideram farta de um público de jovens profissionais em boa situação financeira. Como atesta a reportagem e entrevista do jornal Folha de São Paulo em janeiro de 2013:

Por um apartamento de 34 metros quadrados no condomínio, o administrador Marcio Prado, 36 anos, pagou pouco mais de R\$ 400 mil (cerca de R\$ 12 mil por metro quadrado). Ele diz ter “pago caro”, mas planeja recuperar o investimento alugando o imóvel. Se já estivesse pronto, afirma que pediria R\$ 3.500 por mês. “É num desses que um garoto de 22 anos quer morar; se não pode comprar, aluga”.⁹⁴

Em outro trecho da matéria, a opinião de um dos agentes imobiliários constata a tendência:

⁹¹ Folha de São Paulo, 25 de setembro de 2011: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/980287-para-setor-imobiliario-casa-sozinha-vira-mico.shtml>>. Acessado em: 14/01/2013.

⁹² Esta tendência demonstra a relação complexa entre a arquitetura e a reestruturação urbana mediante a lógica de reprodução do capital. Ver Isadora Guerreiro, *Arquitetura-capital*, São Paulo: Dissertação de mestrado, FAUUSP, 2010.

⁹³ A valorização imobiliária provoca a valorização de terrenos, de imóveis e o aumento no preço do aluguel.

⁹⁴ Folha de São Paulo, 27 de janeiro de 2013: <<http://classificados.folha.uol.com.br/imoveis/1220558-construtoras-apostam-em-apartamentos-pequenos-de-alto-padrao-em-sp.shtml>>. Acessado em: 27/01/2013.

Cyro Naufel, da imobiliária Lopes, atribui o alto percentual de investidores à boa localização dos edifícios e à dificuldade de encontrar aplicação de renda fixa com bom retorno, em cenário de Selic (taxa básica de juros) a 7,25%, menor nível histórico. Alugando o imóvel mais à frente, Naufel diz que o proprietário visa a garantir o pagamento da prestação com o rendimento do aluguel.

Na sequência, o depoimento do presidente de uma das entidades do setor:

O presidente da Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança), Otavio de Lazari Junior, vê com entusiasmo o segmento para quem investe. “O preço de morar nessas ilhas de prosperidade é elevado, e por isso há um grande índice de investidores”.

De acordo com o Secovi-SP (Sindicato da Habitação), com base em dados da Embraesp (Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio), imóveis residenciais com menos de 45 m² representaram 8% das vendas em 2009 na cidade de São Paulo. Até novembro de 2012 já representava 14% dos imóveis vendidos. A participação também cresceu nos lançamentos, ao subir de 10% em 2009 para 16% em 2012. No período de novembro de 2009 foi registrado pela pesquisa 34% dos lançamentos e 24% das vendas desses imóveis compactos de alto padrão.

Posicionamentos dos sujeitos do setor ilustram de maneira didática as práticas sociais na produção de habitação de alto padrão como negócio em São Paulo. Na sequência as opiniões de um representante da BKO Incorporadora e Construtora e do Secovi-SP: “Em Alphaville, vendemos um empreendimento muito mal em 2010. Com um compacto, ocorreu o contrário, e esgotamos 180 unidades num único dia”, disse Khzouz da BKO”. “Elbio Fernández Mera, vice-presidente de comercialização e marketing do Secovi-SP, observa que a tendência em grandes cidades como Paris e Nova York é de apartamentos compactos para jovens solteiros ou para quem busca morar perto do trabalho. “São Paulo está indo nesse caminho”, completa.

De maneira geral, conforme a Pesquisa do Mercado Imobiliário (PMI) do Secovi-SP, o mês de novembro de 2012 registrou o lançamento de 4.894 unidades residenciais na cidade de São Paulo. Conforme a pesquisa, este foi o maior volume de lançamentos registrado desde dezembro de 2011, de acordo com os dados da Embraesp. A venda de imóveis residenciais registrou 2.852 unidades comercializadas. O desempenho de vendas foi de 58,7% medido pelo indicador VSO (Vendas sobre Oferta) num período de 12 meses (dezembro de 2011 a novembro de 2012). Esse índice indica que os empreendimentos comercializados chegaram em média a 60% das unidades.⁹⁵

⁹⁵ Secovi-SP: <<http://www.secovi.com.br/imobiliario-da-cidade-de-sao-paulo>>. Acessado em 16/01/2013.

Essa tendência de lançamentos imobiliários parece estar em sintonia com a ascensão social de milhões de pessoas das chamadas classes E e D para a classe C; e da classe C para a classe B e A. Essa forma de classificação econômica das “classes sociais” por renda e por consumo aparece com forte tendência ideológica e se baseia em critérios diversos conforme as instituições que realizam as pesquisas. Com a referência de instituições como IBGE, FGV e ABEP,⁹⁶ sendo que as duas primeiras classificam por *renda* e a terceira pelo *consumo*, disseminou-se nos últimos dez anos ao conjunto da sociedade o ideário da estratificação social por renda e consumo originada na matriz teórica de Max Weber.⁹⁷ Como um fenômeno recente na formação social brasileira, a chamada classe C passou a crescer de maneira acentuada desde 2003 – durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores. Para a FGV, que acompanha esta dinâmica, entre os anos de 2010 e 2011 a classe C, definida pela instituição por “classe média”, é a única do estrato social brasileiro que teria continuado em expansão. Neste período de um ano 3,6 milhões de pessoas teriam migrado para a chamada classe C, apontou a entidade que usou como base os dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio) do IBGE. Segundo a FGV, em 2011 a classe C representava 105,4 milhões de pessoas, ou 55,05% da população brasileira, enquanto que as classes abastadas A e B representava 22,5 milhões ou 11,76% da população; e as classes E e D juntas 33,19%. Tal constatação teria levado pesquisadores e institutos de pesquisa a afirmarem a existência de uma “nova” classe média. Esta aclamada ascensão estaria ligada a dois fatores: 1) a dinâmica da economia política brasileira e global no período; 2) ao lulismo,⁹⁸ como fenômeno

⁹⁶ Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), as classes sociais são divididas em categorias de acordo com a renda familiar mensal. Estariam na classe E as famílias com renda de até 2 S/M. Na classe D as famílias que recebem entre 2 a 4 S/M por mês. A classe C seria composta por famílias com renda entre 4 a 10 S/M. Já a classe B inclui pessoas com renda familiar entre 10 a 20 S/M. As famílias que recebem acima de 20 S/M por mês são consideradas de classe A pelo IBGE. Já a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) se utiliza do Critério de Classificação Economia Brasil (CCEB), usado a partir de 2008, que é considerado um instrumento de segmentação econômica que se utiliza do levantamento de características domiciliares (a presença e quantidade itens de consumo – TV, geladeira, telefone, celular, computador, automóvel, etc.), e se utiliza de um critério que atribui pontos em função de cada característica domiciliar, ao realizar a soma destes pontos. Depois é feita uma correspondência das faixas de pontuação dos critérios e estratos de classificação econômica das classes definidos por: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, e E. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) se utiliza referências semelhantes aos do IBGE para classificar as classes sociais.

⁹⁷ Max Weber expõe sua teoria sobre as classes ao definir classe como “todo grupo humano que se encontra em uma mesma situação de classe”. Com efeito, sustenta que a situação de classe é definida por um conjunto de probabilidades típicas de acesso a bens, a status, e de destino pessoal dentro de uma determinada ordem econômica. Por isso, esta matriz expõe a tendência de localizar as classes a partir de determinados critérios objetivos, como renda, consumo, escolaridade, etc. Entretanto, esta maneira de analisar as classes desdobra em classificações estanques e categóricas que não permite analisar as relações entre as classes nas formações sociais. Ver. Max Weber, *Economia e sociedade*, 1999.

⁹⁸ O fenômeno do lulismo foi estudado por diversos pesquisadores. Para André Singer, o lulismo existe sob o signo da contradição – conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento. É o caráter ambíguo do fenômeno que torna difícil a sua interpretação. Mas se arrisca a buscar uma resposta a partir da seguinte questão: a inesperada trajetória do lulismo incidirá sobre as contradições centrais do capitalismo brasileiro, abrindo caminho para colocá-las em patamar superior? Em sua análise expõe o realinhamento eleitoral e secular entorno do lulismo e sua base de sustentação: o subproletariado, que representa, segundo Paul Singer, a sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente constituída, na realidade, fração de classe, e problematiza a mudança dentro da ordem operada pelas ações políticas oriunda do lulismo.

político que atesta a adesão do “subproletariado” à sua manutenção. A tese de uma “nova” classe média foi contestada por Pochmann (2012) em “*Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira*”, aspectos que serão problematizados adiante no texto.

Portanto, vimos até aqui que a tendência de verticalização em áreas da metrópole paulistana e a expansão de condomínios fechados e horizontais em sua periferia demonstram tendências do processo de reprodução social com mudanças nas formas distintas de habitação e apropriação do espaço urbano, porém, com o mesmo conteúdo societário: a forma jurídico-social de condomínio e loteamento constituída sob as bases da habitação unifamiliar e individual que se generaliza sob os signos da segurança; da viabilidade da localização em relação aos deslocamentos (rodovias e vias intraurbanas); da produção habitacional como negócio pelo setor imobiliário; da reconfiguração do espaço urbano físico-social; e da intensificação da *segregação socioespacial* mediada por *desajustes espaciais* que incidem sobre grande parcela da classe trabalhadora. Esse processo de reprodução social reforça o individualismo liberal das classes abastardas e o *individualismo desesperado* das classes pauperizadas mediante ao modo de produção e apropriação do espaço urbano – ao mesmo tempo em que socializa o acesso privatiza sua forma de apropriação.

O processo de *reconfiguração urbana* se desenvolve redefinindo o espaço ao intensificar a separação, a divisão, a homogeneização e a privatização como expressão da própria expansão urbana de prevalência do habitat sobre as condições relacionais do habitar, ao transformar o padrão de urbanização anterior (casas horizontais) e substituí-la por prédios de edifícios condominiais. Nesse contexto, o condomínio se desenvolve como forma possível de “comunidade” em relações sociais que tendem ao individualismo e a vida privada no cotidiano, ao estabelecer formas de reprodução socioespacial assentada na segregação, na separação e na valorização imobiliária.

Em meio a forte tendência de generalização do agronegócio e do setor imobiliário, o MST incorporou parte da questão urbana a partir da *Comuna*. Essa experiência se configurou numa luta de trabalhadores pauperizados por habitação na metrópole. Ao não se ampliar a capacidade revolucionária dos camponeses, devido a colonização do espaço pelos “centros de decisão” que procederiam a uma feudalização de suas dependências, a luta por habitação não implicaria nessa ampliação por expressar um dos espaços da reprodução social. Por isso, a *Comuna* se desenvolveu como tentativa de se contrapor ao processo de separação espacial, ao buscar nos sentidos do urbano as possibilidades do encontro, da reunião e da simultaneidade, ao mesmo tempo em que reproduziu cisões, separações e a própria segregação em uma trajetória distinta da expansão de condomínios fechados. Representa o primeiro assentamento urbano do MST em meio a um “tsunami” de condomínios fechados, aspectos que serão analisados a seguir em relação ao seu processo de luta, produção e apropriação de parte do espaço urbano em um contexto de boom imobiliário.

Capítulo 2

Luta e política habitacional pós-boom imobiliário

*Ninguém vai fazer, a revolução sozinho.
A construção desse caminho, é mão na massa e mutirão.
Em todo canto do planeta, pelo dinheiro o rico faz a guerra.
O sangue da favela é sangue sem-terra*

Unidos da Lona Preta – MST, 2010.

2.1. A mística da ocupação do edifício Salesiano: em busca da alvorada do habitar



Figura 19:
Edifício
Salesiano,
Jd. Alvorada

Foto 14. Fonte: Usina.

A partir da organização inicial desses trabalhadores pauperizados da favela Vila Esperança, assentada no trabalho da Creche e na organicidade de lideranças por ruas para participar das reuniões e assembleias, a chegada oficial do MST⁹⁹ potencializou a forma organizativa que se desenvolveu inicialmente como organização de base. De uma forma de organização inicial assistencialista, oriunda de um pequeno bairro cuja população estava inserida em relações em que predominavam o *individualismo desesperado* e oriunda do *desajuste espacial* do capital sobre o trabalho, o passo seguinte foi se organizar para a ocupação do Edifício dos Salesianos no Jardim Alvorada, momento em que elevou a forma organizativa a outros patamares. Para o Pe. João Carlos,

⁹⁹ O MST já dialogava com os moradores ainda na favela e propôs inicialmente que saíssem para um ocupação rural. Os moradores não concordaram. Então ajudou a consolidar um grupo político de jovens estudantes orgânicos que atuavam com o Pe. João. Este jovens contribuiriam na organização política dos moradores da favela para a ocupação do prédio dos Salesianos. Entre esses jovens estudantes estavam a Érica e o Wesley, que passariam a fazer parte do MST.

o MST era o movimento social com experiência de várias décadas que mais sabia trabalhar e organizar a população pobre. O dirigente do MST contactado à época foi o Padre Naveen Manikkompel, dirigente estadual de origem indiana e que vive no Brasil desde 1990. Na trajetória do MST percebe-se uma simbiose entre militantes e trabalhadores rurais com Padres, Bispos e militantes religiosos que optaram por estar junto aos trabalhadores “empobrecidos”.

Esta aliança entre trabalhadores rurais e Padres, em um movimento que reúne a religiosidade e o social junto aos sindicatos e alguns partidos políticos, expressa a base social de sustentação do MST em sua história social. O Pe. João Carlos era próximo do prefeito Paulo Henrique Barjud do PT, o que gerava desconfiança e resistência da população em relação aos reais interesses do dele. Na iminência da reintegração de posse, a Pastoral da Moradia contactou a Pastoral da Terra e o MST, cuja experiência em realizar ocupações de terras e organizar a resistência popular eram inquestionáveis. Após a chegada do MST, que fez a opção de assumir a coordenação desta população, foi se quebrando a desconfiança do trabalho com posições de não se prometer nada à esses trabalhadores pauperizados. A direção do MST então decidiu junto com a coordenação e o Padre João Carlos antecipar a saída do terreno por meio de uma ocupação, para assim provocar um fato político na cidade e chamar a atenção de autoridades, forças políticas e população local sobre as condições precárias e desiguais de habitabilidade que viveram estes trabalhadores durante aproximadamente cinco anos na favela. Ao perceberem que eles não reivindicariam um assentamento de reforma agrária, os militantes da Frente de Massas do MST avaliaram que os conflitos urbanos deveriam ser enfrentados na própria cidade.

Neste momento despontaram outras lideranças como a assistente social Érica,¹⁰⁰ que se formou nas CEB's e Pastorais junto ao Pe. João Carlos e ingressou no MST em 2005, o dirigente regional João Campos¹⁰¹ e Marcos Cornélio¹⁰² do MST, que viriam para contribuir na organização política destes trabalhadores e articular a proposta da Comuna. Os militantes do MST não se apresentaram inicialmente aos trabalhadores como sendo do MST, já que havia uma resistência por parte deles em decorrência da visão distorcida em relação ao movimento na cidade, fomentada em partes pela forte influência da imprensa burguesa. A tática foi a de não se apresentar inicialmente

¹⁰⁰ A Érica acompanhava o MST como apoio junto ao Pe. João desde 1997. Fez parte das CEB's em Jandira que tiveram uma atuação até 2007 após ser suplantada pelo movimento de Renovação Carismática da Igreja Católica. Ingressou no MST em 2005 e iniciou sua militância junto à Comuna Urbana Dom Hélder Câmara. Em 2006 passou a fazer parte da direção regional com a tarefa de contribuir na organicidade da Comuna e construí-la junto as linhas políticas do Movimento. Em 2009 foi para a direção estadual compor a Frente de Massas, momento em que ficou um pouco ausente de alguns processos da Comuna. Sua trajetória representa a transição da fé para a política.

¹⁰¹ João Campos iniciou sua relação de apoio ao MST em 2000 após ingressar no curso de história na Universidade de São Paulo. Ingressou organicamente no MST em 2004 durante ocupação e acampamento do Camilo Torres, e largou a universidade para se dedicar ao movimento. Foi um dos fundadores da Escola de Samba Unidos da Lona Preta em 2005 e foi dirigente estadual. Se desligou do MST em 2010.

¹⁰² Marcos Cornélio foi assentado na Comuna da Terra Dom Tomás Balduino. Ajudou na organização das famílias da favela Vila Esperança e foi fundamental no primeiro coletivo de militantes. Se desligou do MST depois deste processo.

como MST para que o máximo das famílias de trabalhadores aderissem a proposta da ocupação. A proposta da ocupação foi desenhada pelos dirigentes e depois ratificada junto as famílias. Uma das propostas feitas às famílias era a de que concordassem em depositar o dinheiro que receberam de indenização da CPTM numa conta do Padre, para iniciar o projeto habitacional. Como relatou o Pe. João Carlos:

Na prática teve um grupo mais ligado que apoiou essa ideia. E interessante que esse grupo já havia apoiado a ideia de uma caixa comunitária. Quando a CPTM decidiu – vamos dizer assim – despejar as pessoas, negociou-se que seria um despejo pacífico, e ela pagaria R\$ 1.400,00 para cada pessoa. Eram três aluguéis. Então umas 50 pessoas que receberam o dinheiro aceitaram também a ideia, que era proposta para todos, de formar uma caixa comunitária. Em lugar de gastar esse dinheiro, colocar esse dinheiro em comum para dar entrada em um terreno, onde poderia depois construir as nossas casas. Até pagar esse terreno depois.

O reconhecimento pela indenização por parte da CPTM demonstrou um direito incompleto à essa população porque não foi assumido pelo Estado e seus governos como maneira de regular o conflito. Então, no contexto de iminência do despejo e na assembleia que realizaram com a presença do MST, aproximadamente 100 das 250 famílias concordaram em realizar a ocupação antes da reintegração de posse, foram favoráveis a criação deste “caixa comunitário” para que o dinheiro fosse guardado e servisse de entrada ao terreno ou há algum financiamento habitacional. A reintegração de posse ocorreu em novembro de 2005 com a presença da Polícia Militar e a imediata derrubada dos barracos, aspecto que fortaleceu a ação de ocupação proposta pelo MST.

O lugar da ocupação foi escolhido à dedo pela direção do MST e, até a sua ocupação, somente a direção sabia onde esta ocorreria. A localidade escolhida foi o edifício inacabado projetado por Joaquim Guedes¹⁰³ para ser a sede do Seminário dos Padres Salesianos, localizado no Jardim Alvorada, próximo a zona industrial de Jandira e da Rodovia Castelo Branco. Este edifício foi vendido antes de sua conclusão por falta de recursos para concluí-lo e adquirido por um proprietário, um industrial, que pretendia utilizá-lo como fábrica de chocolates. Entretanto, nada foi feito no edifício, o que demonstrou que o proprietário aguardava a valorização imobiliária para vendê-lo, e os impostos não pagos por ele acumulavam formando uma dívida de R\$ 300 mil em IPTU. A escolha deste edifício ocorreu em decorrência das dificuldades que o proprietário teria para realizar a reintegração de posse, aspecto que permitiria ao movimento ganhar tempo e contribuir com a estabilização desta população desgastada.

¹⁰³ Este edifício inacabado representa uma estrutura de concreto foi projetado para ser o espaço do Seminário Salesiano por um dos renomados arquitetos modernos brasileiro: Joaquim Guedes

A ocupação ocorreu em 12 de novembro de 2005, com a presença da freira e militante do MST Irmã Alberta.¹⁰⁴ Logo em seguida foi hasteada a bandeira do MST, gesto que foi surpresa para muitas famílias enquanto àquelas que ajudaram na organização já sabiam deste caráter. Isso não foi um problema já que as pessoas confiavam nos militantes do MST que estavam ali vivendo conjuntamente os problemas desta comunidade em formação. Por isso, a ação e a vivência nesta ocupação demonstraria depois a confluência entre os projetos de Comunas do MST e de Comunidade do Pe. João Carlos (e da igreja), que resultou em uma proposta inovadora.

2.1.1. Do Sagrado Coração ao Alvorada

O grupo de aproximadamente 100 famílias buscava uma alvorada no Edifício dos Salesianos. Do Sagrado Coração, desdobrou-se a mística profana na ocupação do edifício, atitude oriunda das necessidades do mundo real e precário de uma população que se descontraía com festas e futebol.¹⁰⁵ Na ocupação deste espaço nasceu um cotidiano distinto entre as pessoas. Disso resultou um sincretismo peculiar analisado da seguinte maneira pelo coletivo Usina quando visitou o lugar:

Esse sincretismo entre a vida cotidiana da comunidade, a mística religiosa e a organização política esteve sempre presente em todo o processo e na definição que cada um dos agentes dava ao significado de “Comuna”: para uns, sinônimo de comunidade; para outros, de comunhão; e, para alguns, de comunismo. (USINA, 2011).

A forma de organização desses trabalhadores pauperizados passou a se referenciar na organicidade do MST, cuja a referência seria a do comunismo e ocorria assentado nos setores (educação, saúde, cultura, produção, entre outras) e nas instâncias (coordenação e direção). Como uma organização cuja base e trajetória está assentada em trabalhadores rurais e pequenos agricultores, sua organicidade influenciou a prática deste coletivo em formação ao potencializar a reunião do grupo no espaço urbano em vez de sua fragmentação. Ocorriam diversas reuniões de núcleos, o que depois permitiria a formação dos coordenadores de núcleos. A Érica do MST analisou da seguinte maneira essa mudança:

Essa organização que tinha na Vila Esperança não era tão politizada. Era uma organização social com o objetivo claro de organizar aquele povo, mas do ponto de vista político não era tão claro. Mas foi um passo fundamental para depois inclusive a gente chamar o próprio

¹⁰⁴ Irmã Alberta é freira e militante histórica do MST, homenageada por com seu nome em uma das Comunas da Terra..

¹⁰⁵ Coletivo Usina, “A comuna urbana”, *Revista Piseagrama*. <<http://piseagrama.org/artigo/695/a-comuna-urbana/>>. Acessado em 22/01/2013.

MST para dar essa organicidade e esse caráter mais político. Isso foi fundamental, porque lá a gente tinha a creche, ajudava a organizar as necessidades básicas do povo. Já no Seminário ganhou essa coisa mais política. A gente conseguiu criar um regimento interno e tirar o tráfico de droga de dentro da Comuna. Esse foi um passo fundamental. Quando o movimento entrou [...] essa bandeira tem uma força enorme, ela impõe respeito onde ela está. E isso ajudou muito o fato da presença do movimento. Com a bandeira do MST lá, a gente conseguiu dar esse caráter mais político e avançar nas negociações, seja com governo municipal, estadual e federal. Aí já se falava enquanto MST. A gente aproveitou então neste um ano de Seminário para ir dando mesmo essa organicidade do MST.

Figura 20: Mística na ocupação do edifício no Jd. Alvorada



Foto 15. Fonte: Usina

Após instalados na ocupação, o Pe. João Carlos e o MST iniciaram um diálogo com a Prefeitura de Jandira que estava sob a gestão de Paulo Henrique Barjud (PT, 2001-2008). Nesse momento um acontecimento marcou tragicamente a trajetória desta população. Devido ao fato de ocuparem de maneira improvisada e precária o local – que estava sem água e energia – e de haver negociado com a Prefeitura a disponibilização de materiais para tal instalação, ocorreu um incêndio que culminou com a morte de uma criança chamada Emily. Este acontecimento é uma das feridas não cicatrizadas na trajetória dessa população. Segundo os habitantes, ao não ceder os materiais para uma ocupação adequada a Prefeitura teria sido negligente. Por isso, eles consideram o incêndio uma consequência das condições precárias e dos materiais improvisados usados na ocupação.

Após este acontecimento, os dirigentes do MST passaram a negociar o terreno e o projeto habitacional com o peso da bandeira do movimento como maneira de realizar uma conquista após esta perda. O Pe. João Carlos chegou a enviar uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja assessoria respondeu demonstrando aberturas ao diálogo em relação ao problema. Mas foi com a chegada do coletivo Usina,¹⁰⁶ aspecto que não apareceu nos depoimentos anteriores, que abriu-se então as possibilidades de mapear e garantir os financiamentos e as políticas públicas, o que possibilitou uma série de articulações realizadas pelos sujeitos para sair da favela e viabilizar o projeto da Comuna Urbana.¹⁰⁷ Com o apoio da prefeitura petista, conseguiram obter um repasse de recursos do Ministério das Cidades para a compra de um terreno que permitisse um projeto habitacional para as famílias. Para acessar o recurso, a prefeitura elaborou um projeto preliminar com prédios em “H” iguais,¹⁰⁸ que representou mais um projeto carimbado de forma burocrática para viabilizar o recurso. Este desenho não correspondia aos anseios e desejos dos trabalhadores da *Comuna*. Enquanto o projeto foi apresentado para obtenção do recurso, o primeiro terreno disponibilizado pela prefeitura foi num antigo lixão próximo ao centro da cidade. Por sua condição de antigo lixão, este terreno causou calafrios nas famílias que rejeitaram no ato.

Foi nesse momento de negociação que o MST decidiu convidar a assessoria técnica Usina para contribuir com esse projeto. O fato de a Usina haver contribuído com outros projetos de casas em assentamentos, tal como na Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, habilitou-a para esse novo desafio. Enquanto os diálogos tramitavam com a Prefeitura, Governo do Estado e Ministério das Cidades, a vivência cotidiana na ocupação por meio de atividades culturais, educativas e religiosas se desenvolveram com o objetivo de integrar e socializar os ocupantes. Além disto, visava fortalecer os laços comunitários entre esses trabalhadores tão desgastados pelas contradições de vida em uma sociedade desigual. Durante um ano de ocupação ocorreu o aprendizado coletivo e fez nascer novas necessidades para estes trabalhadores: a concepção de um espaço comunitário que pudesse reunir as pessoas; um anfiteatro, para realização de atividades e expressões culturais; a creche, presente desde as origens; a padaria, proposta que nasceu na favela de Vila Esperança; e entre outros.

Foi no sincretismo entre a comunhão do Pe. João, o comunitarismo dos moradores da favela, a organização política de viés comunista do MST e a proposição pedagógico-libertária, arquitetônica e urbanística da Usina que nasceu o projeto habitacional. Nesse processo, o grupo de

¹⁰⁶ Sobre a assessoria técnica da Usina, no capítulo 3 será feita a descrição e a análise de sua trajetória.

¹⁰⁷ Segundo depoimentos dos dirigentes do MST, a reivindicação de sair da favela para construir uma Comuna Urbana, com referência na proposta de Comuna da Terra, seria realizada com recurso público. As articulações começaram com o Pe. João enviando a carta ao presidente Lula, com a ajuda da Usina em mapear as modalidades de financiamento e com os dirigentes do MST fizeram as articulações com o Ministério das Cidades em busca de tudo que pudesse viabilizar o projeto. O MST discutia com a Caixa Econômica Federal os modelos das casas da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, o que permitiu verificar as modalidades do projeto que necessitaria de um terreno.

¹⁰⁸ Adiante no Capítulo 3 há uma imagem deste projeto de edifícios em “H”.

aproximadamente 100 famílias passou a se denominar Comuna Urbana Dom Hélder Câmara em homenagem a um dos principais bispos progressistas brasileiros, que se opôs ao regime militar e construiu sua trajetória ao lado de trabalhadores pobres. Um frase atribuída à Dom Hélder Câmara é sempre lembrada em assembleias e missas de algumas igrejas: “*Quando dou pão aos pobres me chamam de santo, quando pergunto pelas causas da pobreza me chamam de comunista*”. Ademais, a ocupação ao Edifício dos Salesianos reforçou o nexos religioso que moveu a unidade destas trabalhadores.

2.1.2. Do social ao político: o fazer-se da classe

Em um curto espaço (lugar) de tempo (contexto) foi possível reorganizar essa população em núcleos; constituir coordenadores de núcleos que ajudaram a assumir o processo; discutir, projetar e articular o projeto arquitetônico e político da *Comuna*. Houve uma contradição minimizada e talvez não superada entre os “de fora” e os “de dentro” na *Comuna*, tendo em vista que os militantes do MST e a equipe da Usina eram vistos como os de fora. No caso dos militantes do MST, devido ao fato de ficarem acampados com a população e vivendo suas experiências, tal aspecto ajudou a aproximá-los. Entretanto, nesta relação o Pe. João Carlos se colocaria acima e era visto desta maneira pela população, aspecto que às vezes dificultava as relações do movimento com a população. Esse foi o momento que representou o encontro desses trabalhadores da favela com o espaço social construído conjuntamente entre os sujeitos.

No período de um ano, a presença de militantes do MST que realizavam atividades com a população foi fundamental. A primeira atividade que teria concretizado a relação do MST com a *Comuna* foi o carnaval de rua da *Unidos* em 2006, cuja proposição nasceu da Regional Gde. SP como experiência de formação e intervenção artística. Esta atividade iniciou com um desfile do centro de Jandira até o Edifício dos Salesianos. Com esta ação político-estética, fortaleceu-se a relação do MST com as famílias de trabalhadores. Ajudou também a eliminar as desconfiança do chefe do tráfico que mandou descer cerveja para todos. Foi nesse dia que a população da *Comuna* aceitou de fato os dirigentes do MST, que fizeram um carnaval popular que ocorreu dentro da estratégia do movimento. Depois disso, o movimento teve calma para trabalhar e realizar as articulações necessárias que passaram a dar resultados imediatos.

O MST conseguiu internamente, junto ao Pe. João Carlos e a população, formular e aprovar o Regimento Interno que estabeleceu um conjunto de regras e normas para ser seguidas por todos na ocupação. Entre as regras, a proibição de bebidas e drogas, organização de coordenadores por núcleo e horários para o silêncio. Conseguiram também afastar o tráfico da ocupação após

negociações e entendimentos entre chefão e população. Externamente, o Prefeito Paulo Henrique Barjud do PT conseguiu o terreno com recurso do Ministério das Cidades e a contrapartida das famílias de trabalhadores se constituiu com a possibilidade de financiamento.

A experiência desses trabalhadores-habitantes pauperizados foi construída mediante a um conjunto de relações sociais e forças políticas. Demonstrou que a formação da classe trabalhadora se desenvolve por meio da experiência e que tal processo ocorre em um tempo e um lugar específico. Não basta apenas ocupar um lugar no processo de trabalho, tal como esses trabalhadores ocupavam, mas tornava-se necessário agir de acordo com interesses comuns. Na condição de classe subalterna, os trabalhadores desse processo se desenvolveram territorializado em um determinado espaço urbano – e a partir deste espaço. O urbano se apresentou para eles neste espaço como o lugar do encontro e da simultaneidade. Isso se verificou nessa ocupação urbana, ao se construir diversas relações sociais que representam múltiplas necessidades desta população: a Creche que se tornou Ciranda; o futebol como momento de esporte e sociabilidade; os núcleos, como forma de organização política. Este conjunto de relações se espacializaram em um determinado território.

Como um agrupamento de indivíduos com necessidade comum – a conquista da habitação – ao ocupar uma posição no processo de trabalho, suas ações enquanto grupo e coletivo de interesse comum passou a entrar em antagonismo com os interesses de representantes de outras classes, tal como o proprietário do Edifício dos Salesianos. Neste sentido, houve um “fazer-se” da classe tal como analisado por Thompson (1997), que ocorre por meio de experiências e ações conjuntas de grupos e coletivos. Thompson entendia classe e fazer-se da classe da seguinte maneira:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas [...]. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1997: p. 9-10).

Como fenômeno histórico-social, a formação da classe por meio de seu fazer-se precisa ser analisada em períodos de longa duração, tal como fez Thompson que analisou em um período de

trinta anos a formação da classe operária inglesa.¹⁰⁹ Entretanto, é possível verificar momentos de unidades e desavenças da classe trabalhadora em determinadas conjunturas, tal como mostrou Marx¹¹⁰ ao evidenciar que o fenômeno das classes deve ser observado em momentos conjunturais. Marx reforçou a tese de que as classes se formam em estreita relação com a dimensão estrutural da sociedade, que não pode ser desprezada e vista apenas sob o enfoque da experiência. Para compreender a existência de uma classe é necessário observar a dinâmica de relações entre as classes. Tal dinâmica expressa o contexto e a realidade vivida por indivíduos e grupos sociais que ocorre por meio de experiências diversas. Por isso, Thompson destaca que “a classe acontece” quando determinadas pessoas que vivem experiências comuns – “herdadas ou partilhadas” – passam a sentir e articular entre si seus interesses, que diferem (e se opõe) aos interesses de outras pessoas de outras classes. Diante de tais referências, entendemos que a formação da classe ocorre mediante as relações de classes – estrutura e conjuntura. Nesse sentido, não há interesses de classe *a priori* e fora da própria classe em formação porque as classes representam um fenômeno histórico-social. Ademais, se houvesse no período centenas de ocupações como a do Edifício dos Salesianos em um movimento conjunto e articulado, seria possível verificar a ação da classe com maior nitidez.

Em meio ao fazer-se da classe situam-se a produção e a reprodução da sociedade, resultado histórico de relações de forças entre as classes sociais no âmbito das relações sociais de produção. Por isso, descrever e analisar a experiência desta população, que se configurou como *Comuna*, permitiu visualizar o fazer-se de parcela da classe trabalhadora, na condição de experiência comum entre os sujeitos. Inserido nesse sujeito coletivo estão os trabalhadores pauperizados que viviam situação semelhante – lutaram por moradia –, mas em sua maioria ocupavam posições diferentes no processo de trabalho – vendiam a força de trabalho no setor de telemarketing, no comércio, na construção civil, e se uniram por uma necessidade de reprodução urbana: habitação. O fazer-se dessa experiência na ocupação exigiu a necessidade de se organizar politicamente. A experiência da *Comuna* nasceu desta ocupação em uma situação de luta por habitação e um lugar na cidade. Foi a tentativa de unir o que o capital separa e reintegrá-lo mediante ao projeto habitacional e aos setores

¹⁰⁹ Thompson está inserido em um debate polêmico sobre as classes sociais no século XX. Esse debate pode ser dividido em momentos e vertentes distintas. O conceito de classe teve um papel importante e muitas vezes central na sociologia. Sua importância pôde ser percebida na tradição marxista, fundamental para o entendimento dos conflitos sociais, e na tradição weberiana, ao permitir a compreensão da situação socioeconômica dos indivíduos. Após a última reestruturação produtiva do capital, o conceito de classe social passou por um período de baixas e fortes negações a partir dos teóricos do “fim das classes”. Para os teóricos do fim das classes a noção de *classe* e *luta de classe* estaria associada a centralidade do trabalho, e esta teria perdido sua centralidade explicativa sobre os fenômenos da sociedade mediante a redução quantitativa do contingente de operários e devido a emergência de movimentos feministas, de gays, lésbicas, e simpatizantes; de movimentos étnico-raciais; entre outros, que deslocaria a problemática das sociedades para o “mundo vivido” e/ou a vida cotidiana. Esses teóricos não perceberam que a produção e o fenômeno das classes havia se generalizado junto com o fenômeno urbano por meio da produção do espaço e da segregação socioespacial das classes nas cidades e metrópoles.

¹¹⁰ Foi em *O dezoito brumário de Luís Bonaparte* que Marx demonstrou de modo conjuntural a formação e a dinâmica das classes sociais no próprio movimento imanente de formação e luta de classes da sociedade francesa.

do MST, o que permitiria a inter-relação entre trabalho, moradia, educação e cultura, dimensões do social nesse processo. Então, o fazer-se da classe tende a se materializar espacialmente e influenciar as ações desta classe ao se apresentar como dimensão analítica da historicidade.

Diante de tais aspectos, o processo da *Comuna* contribuiu para se repensar as contradições da reprodução do espaço urbano, haja vista que a produção habitacional se transformou num bem de consumo material e simbólico produzido na cidade. Sua experiência se apresenta como fundamental para verificar a reprodução destes trabalhadores no fazer-se da classe trabalhadora em sua luta por emancipação política e apropriação das necessidades socialmente produzidas, ao explicitar as contradições do processo de redefinição do urbano cuja característica está assentada na *segregação socioespacial* e no *desajuste espacial* que expõe o espaço político. O político se apresenta como o espaço dos conflitos em meio à determinados impasses, aspecto seguinte da análise.

2.2. Os impasses da política urbana e habitacional: a outra face do setor imobiliário

O processo de ampliação da produção de Habitação de Interesse Social (HIS), através de investimentos do Governo Federal a partir de 2003, ocorreu simultaneamente mediante aos sinais de impasses na política urbana decorrente da manutenção do padrão fundiário excludente no Brasil. Se, por um lado, as políticas habitacionais e urbanas passaram a reunir o acúmulo de duas décadas das forças políticas que construíram as proposições da reforma urbana, que culminou com a promulgação do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01) e a criação do Ministério das Cidades em 2002, ao anunciar novos tempos para as cidades brasileira, por outro lado, no contexto destas mudanças, alguns aspectos do “poder do atraso”¹¹¹ se mantiveram intocados em prol da ampliação do apoio governamental no Congresso Nacional¹¹². Isso permitiu que os interesses das forças que detém o poder sobre a produção das cidades prevalecesse e consolidasse a ideologia da casa própria nas cidades, com conseqüente desafios na vida social e banalização do espaço urbano.¹¹³ Como se sabe, reforma não é revolução. Ela ocorre dentro de estruturas e instituições sociais existentes.¹¹⁴

O “boom” recente do setor imobiliário no Brasil iniciou com a produção de edifícios comerciais e de infraestrutura urbana, e se completou com a abertura de capitais das construtoras na bolsa de valores com o lançamento de ações em 2005. Com o lançamento das ações na bolsa, as empresas capitalizam e compram mais de R\$ 150 milhões em terras, o que provocou uma espiral especulativas nas metrópoles e definiu vetores de valorização imobiliária. Ademais, como analisou

¹¹¹ José de Souza Martins, *O poder do atraso*, São Paulo, Hucitec, 1994.

¹¹² Como analisou Ermínia Maricato em *Os impasses da política urbana no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 2011.

¹¹³ Alvaro Ferreira, *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*, Rio de Janeiro, Consequência, 2011.

¹¹⁴ Silke Kapp, *Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole*, Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 463-483, jul/dez 2012.

Guerreiro (2010), o fenômeno dos grandes edifícios comerciais não foi isolado, ele fez parte de um movimento de transformação no qual economia e espaço urbano tornaram-se agentes de um mesmo processo social, concatenado politicamente ao poder público e em várias instâncias, além de dispor da presença do capital internacional. Além dos edifícios comerciais, as construtoras passaram a investir em infraestrutura urbana e ingressaram na produção de habitação popular posteriormente.

Em meio a esse emaranhado diverso de experiências na produção capitalista do espaço, a produção habitacional, ao lado da produção de infraestrutura, se destacou na última década no Brasil. Historicamente, o setor de produção habitacional no Brasil se caracterizou por quatro formas distintas, contraditórias e correlatas: 1ª) a *autoconstrução* como forma “precária” de construção particular de habitação popular (construção por conta própria) que expressou a externalização dos custos de reprodução da força de trabalho com a habitação, aspecto que justificou os baixos salários ao deixar de ser contabilizado nos custos de reprodução do capital. Tal fenômeno característico no Brasil e na América Latina se desenvolveu mediante as experiências de ajuda mútua entre os trabalhadores nos bairros (encher lajes e churrasco) na construção da chamada “cidade informal” que representou o fenômeno de favelização das cidades, ao se adequar de forma funcional ao regime de acumulação nas economias periféricas; 2ª) a *produção imobiliária*, que visou criar e atender por meio do mercado as necessidades de habitação de parcela da população com renda acima de três salários mínimos através de financiamento e endividamento; 3ª) a *produção estatal*, realizada por empreiteiras e construtoras licitadas para a produção em larga escala subsidiada pelo Estado sob forma de política pública, com o objetivo de atender inclusive a demanda da população com renda abaixo de três salários mínimos e que se tornava mutuária durante décadas; e 4ª) a *produção por mutirão autogerido* que permitiu, na relação entre movimento popular de moradia e o envolvimento de assessorias técnicas e poder público, atender e possibilitar a participação da população de baixa renda nos momentos de concepção, produção e apropriação distinta do espaço urbano, ao buscar formas inovadoras de produção, de técnica e gestão do processo produtivo.

Essas formas de produção definiram a cadeia produtiva da construção civil no âmbito da produção habitacional e, conseqüentemente, as diversas expressões de distribuição dos rendimentos, circulação de materiais, valores, trabalho assalariado e consumo da força de trabalho, de materiais e do local produzido. A produção por construtora e incorporadoras, ao lado da produção estatal em parceria com as empreiteiras, se destacam como formas de produção inseridas na lógica do mercado imobiliário e na mediação do tripé terra, capital e trabalho. Em busca da valorização imobiliária através da produção do espaço, as construtoras e incorporadoras passaram a deter o poder de definir o tipo desta produção, enquanto que os mutirão autogeridos buscaram constituir uma outra lógica

para essa produção ao provocar mudanças no processo e no produto, apesar de imersos em determinações da lógica do valor e do produto habitação-mercadoria.

A origem do setor imobiliário brasileiro remonta a intensificação da urbanização e a formação de um mercado de trabalho urbano em meados do século XIX. Conforme atestou Fix (2011: p. 51), o crescimento das cidades e a diversificação econômica abriram uma nova frente de investimentos: casas de cômodos, vilas de empresas, vilas operárias, serviços e obras urbanas, entre outras, serão produtos do capital mercantil urbano. Para a autora,

Do ponto de vista político predominaram, inicialmente, respostas evasivas, não tendo o governo assumido a habitação como algo a ser enfrentado pelo Estado – continuou, a existir, portanto, apenas acomodação. Entretanto, a produção estatal e as regulamentações eram descritas pelo pensamento hegemônico como inibidoras da promoção privada. Quando houve regulamentação, esta foi implementada em favor do capital mercantil. As grandes intervenções se deram no modelo arrasa-quarteirão das operações de embelezamento urbano, acompanhadas da ideologia higienista, como a abertura da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, e da articulação entre as companhias City e Light, que transformou uma região pantanosa em bairros que estariam entre os mais valorizados de São Paulo (FIX, 2011: p. 51).

Foi a partir da década de 1930 sob o governo Getúlio Vargas que a habitação passou a ser compreendida como um problema que não se resolveria apenas pelo mercado (iniciativa privada). Para Fix (2011: p. 52), não se chegou a organizar na época um sistema de financiamento habitacional como aquele que emergia nos EUA. O consumo e a produção de habitações não se tornaram centrais no projeto político e econômico do governo. Ainda assim, algumas políticas sociais tiveram desdobramentos importantes na habitação, particularmente os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Ademais, a autora ainda destacou que,

A casa de aluguel confirmou-se como uma das principais formas de acesso à moradia urbana e como frente de investimento do excedente produzido em outras esferas. As mudanças na economia brasileira seriam acompanhadas da formação de um complexo da construção. O trabalhador do setor, que desfrutou de certo prestígio no início, seria progressivamente desqualificado e empregado em sistemas precários de agenciamento por subempreiteiros. A produção para aluguel entrou em colapso depois dos controles sobre os pagamentos introduzidos pela Lei do Inquilinato, que reduziram a rentabilidade dos imóveis nessa modalidade. Surgiram na época as primeiras invenções da incorporação imobiliária, que deram origem, por exemplo, ao modelo Copacabana, no Rio de Janeiro. (FIX, 2011: p. 52).

Para Fix (2011), na década de 1950 a escala da urbanização implicou a impossibilidade de continuar a acomodar o problema nos mesmos moldes. O aumento da demanda, entretanto, não teve como resposta a elaboração de uma política habitacional e também não se traduziu, automaticamente, na estruturação de um circuito imobiliário. Foi na década de 1960 que a questão da habitação se politizou com a participação de setores organizados da sociedade civil, no caso os membros do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e a Aliança de Solidariedade e Proteção aos Inquilinos (ASPI), cuja ação resultou mais tarde no Movimento de Reforma Urbana¹¹⁵ em conjunto com os movimentos de moradia e de bairros que emergiam nas periferias. Após o golpe militar de 1964, a questão foi colocada numa outra perspectiva: o modelo que passou a predominar foi o de oferta da casa própria, interessante ao regime que procurou fomentar a propriedade privada da habitação em busca de uma “estabilidade social” na ordem. O desdobramento foi a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SEFHAU), e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), primeira iniciativa de uma política habitacional de abrangência nacional com objetivos e metas definidas. Com o BNH iniciou-se uma fase distinta na relação entre Estado e indústria da construção, cuja orientação inicial era a de “transmitir todas suas funções para a iniciativa privada”.¹¹⁶ “O banco mobiliza recursos e os transfere a uma variedade de agentes. O BNH se transforma em um funil por meio do qual os recursos do FGTS são drenados para o setor privado, a fim de alimentar os mecanismos de acumulação”.¹¹⁷

Essa estabilidade da ordem através da propriedade privada da habitação foi uma resposta do governo militar à classe trabalhadora, para que essa não fosse totalmente influenciada pelas transformações urbanas que ocorriam no processo revolucionário cubano. Com recursos da Aliança para o Progresso dos EUA, os militares implementaram o BNH como um programa produtivista.¹¹⁸

Para Oliveira (1979), o BNH se transformou em um mecanismo de acumulação capitalista poderoso. O autor analisou que os seus mecanismos de instrumentalização, tal como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), “são uma tributação do Estado sobre as classes trabalhadoras que vai, percorrendo vários caminhos, [...] somar-se ao capital em geral, que, articulado pelo Estado, é a forma mais abstrata de capital. A realização da mercadoria casa, no entanto, nesse modelo, somente poderia ser feita encontrando em outras classes sociais de rendas mais altas o seu mercado”. Na sequência desta análise, Fix (2011: p. 108) problematiza que:

¹¹⁵ O Movimento de Reforma Urbana no Brasil nasceu em 1963, por iniciativa da categoria profissional de arquitetos e urbanistas que haviam acabado de regressar do Congresso Internacional de Arquitetos em Cuba, lugar cuja experiência foi a de um programa radical de reforma urbana. Convergiu com as lutas sociais por moradia junto aos movimentos populares, que construíram a Plataforma de Reforma Urbana com bases em três princípios orientadores: 1) Função social da cidade e da propriedade urbana; 2) Direito à cidade e à cidadania; e 3) Gestão democrática das cidades.

¹¹⁶ Gabriel Bolaffi, *Aspectos socioeconômicos do plano nacional de habitação*, p. 139.

¹¹⁷ Mariana Fix, op. cit., pp. 90-91.

¹¹⁸ Essa questão foi apresentada por Alba Zaluar em *A máquina e a revolta*.

O BNH complementou o circuito imobiliário ao introduzir fluxos de financiamento inéditos para a construção, que permitiram alargar seu campo de atuação para a renda média alta, de um lado, e baixa renda, do outro. Porém, mesmo no auge do seu funcionamento, o sistema é instável e encontra limites que não são superados. A estreiteza do mercado de renda mais alta, de um lado, e os baixos salários, do outro, são apenas contornados mediante mudanças no grupo social beneficiado a cada momento. A combinação de uma política de habitação privatista com uma política econômica que gerou aumento na desigualdade de renda torna-se incompatível com o enfrentamento do problema da moradia no Brasil.

Esse impasse gerado ao longo dos 20 anos de existência do BNH teve antecedentes na regulamentação do imóvel como propriedade privada e, nesse sentido, tornou-se investimento seguro garantido pelo Estado. Rolnik (2003: p. 25) percebeu que desde a separação entre propriedade e a efetiva ocupação ocasionou-se uma transformação radical na forma de cidade, na medida em que aparecem a figura do loteamento ou arruamento, o desenho das ruas e lotes prévios ao próprio ato de construir. Com efeito, conforme síntese da autora, “uma espécie de crença comum atravessa períodos da história e grupos sociais: investir em imóveis neste país é o único investimento verdadeiramente seguro, que jamais, com crise ou plano econômico, vira pó”. Neste sentido, a casa própria se transformou em um bem durável que pode tanto atender as necessidades de uso, como também as de troca em relações de aluguel, compra e venda do imóvel.

Na produção capitalista do espaço os terrenos e as edificações se tornaram mercadorias – mas mercadorias distintas de um sapato ou uma geladeira. A habitação tornou-se uma mercadoria cara e complexa que tem como componente importante a propriedade da terra. O título jurídico da terra é o que dá ao proprietário o direito de se apropriar de uma parte da riqueza socialmente produzida: a renda da terra. Com isso, esse proprietário busca capturar a renda de sua terra¹¹⁹ (que não é gerada em seu interior, como no caso da renda da terra rural, mas sim pelas condições de localização e investimentos feitos em seu entorno), enquanto o agente imobiliário procura obter uma renda adicional “incorporada” por meio da concepção de diferenciais de exclusividade (definição de projeto e escolha do melhor e mais rentável uso) e o agente financeiro, que procura se apropriar dos juros destas operações com base no crédito imobiliário. Esses agentes rentistas, ao qual se acrescenta o agente produtivo – a empresa capitalista de construção civil em busca de lucros e extração de mais-valia –, constituem diferentes frações de capital, por vezes com interesses divergentes, mas sempre constituindo um bloco único contra a classe trabalhadora no espaço

¹¹⁹ A renda da terra advém do sobrelucro da localização, resultante do preço da terra e os custos do processo de urbanização em seu entorno. A renda fundiária, neste sentido, vem da diferença entre os preços de produção e os preços de custo, oriundos de relações espaciais que se estabelecem entre capitalistas e proprietários de terra.

urbano. Estes agentes procuram inserir as cidades em um modelo que visa torná-las atrativas aos investimentos internos e externos, transformando-as em máquinas de crescimento e levando a uma concorrência global entre as cidades e as metrópoles. Só que estes interesses representam um conflito com as necessidades daqueles que reproduzem sua vida na cidade, já que a cidade capitalista tornou-se produto e condição de reprodução do capital, ao mesmo tempo em que o lugar de reprodução da vida em geral, em particular da força de trabalho (HARVEY, 2006; FIX, 2007). O processo entre tais agentes é o que define o setor imobiliário e a dinâmica desse mercado, aspecto a ser desdobrado a seguir.

2.2.1. Estruturação da política e demanda habitacional

Os impasses da realização de políticas urbanas e habitacionais se manifestam num momento em que houve avanços na estruturação destas políticas, aumento de recursos para viabilizá-las e, ainda assim, o entrave fundiário aparece como insuperável. Harvey (1982: p. 08) analisou que a força de trabalho necessita de espaço para viver. Para o autor, a terra é, portanto, uma condição de vida para a força de trabalho, da mesma maneira que é uma condição de produção para o capital. O sistema de propriedade privada que exclui o trabalho da terra como condição de produção também serve para excluir o trabalho da terra como condição de vida. Nesta perspectiva, o trabalhador está separado pelo capital entre o local de trabalho e o local de viver, o que remeteria à duas formas de lutas independentes – melhores condições de trabalho e salário; e melhores condições de vida e habitar. Por esta condição, os conflitos oriundos do ambiente construído são peculiares por causa do poder monopolístico da propriedade privada que gera o poder de se apropriar não apenas da renda, mas confere à este proprietário um “monopólio natural” sobre o espaço.

Por sua vez, e inserida nesta dinâmica de produção do espaço, a forma mutirão autogerido está se esgotando em seu ciclo histórico na disputa por esta produção. Como forma de organização, gestão direta de projetos e obras por movimentos populares, o mutirão foi devidamente combatido e sua expansão parcialmente derrotada¹²⁰ por empreiteiras/construtoras em disputas por fundos públicos para a política habitacional, cuja dinâmica está assentada na lógica do mercado e comandada pela lógica de valorização do valor (capital) na construção civil associada ao marketing e aos partidos políticos, que financiam campanhas eleitorais e acessam licitações de obras com maior facilidade. Por tal condição, diversos autores criticam o atual modelo neodesenvolvimentista

¹²⁰ A derrota se deve as sucessivas paralisações de obras, redução e atraso de verbas, inviabilização de programas, entre outras estratégias de minar as experiências de mutirão autogerido de autonomia popular, enquanto que as construtoras acessaram indiscriminadamente os fundos público. Cabe destacar que o argumento justificador dos agentes públicos é o de que as entidades e associações não dispõem de capital inicial e capital de giro, algo que as construtoras dispõem, e acessam com maior facilidade os fundos públicos para a produção habitacional.

que teria resgatado o modelo tradicional (do BNH) de provisão habitacional fundamentado no poder das empreiteiras, cujo acesso à habitação estava baseado na capacidade estratificada de pagamento e endividamento da população de baixa, média e alta renda.

Neste contexto, ocorreu uma mudança significativa a partir de 2003. Com a criação do Ministério das Cidades e a aprovação da Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004, se propôs uma visão distinta sobre as questões de desenvolvimento urbano nas cidades. A PNH passou a ser viabilizada por meio do SNH, do PLANHAB¹²¹ e da regulamentação do Estatuto das Cidades. O SNH articula ações integradas nos três níveis de governo. Divide-se em Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS),¹²² voltado à população com renda entre 0 a 5 SM, e em Sistema de Habitação de Mercado,¹²³ que atende às classes de renda entre 5 a 10 SM, com o objetivo de estruturar a política habitacional e dinamizar a produção deste setor pelo viés público.

Entretanto, em 2007 desencadeou-se a crise econômica mundial analisada como crise financeira, ocasionada pela explosão das hipotecas prime e subprime. Esta crise demonstrou que além de financeira suas determinantes tiveram lastros na crise urbana recente. Nos EUA os investimentos financeiros, com maior expressão na década de 1980, assumiram o lugar dos imóveis que passaram a se expressar na forma de papéis negociados como qualquer outro título financeiro. Esse sistema constituiu-se sobre um mercado de capitais estruturado e um sistema de hipotecas montado desde os anos 1930, aspecto que ajudou a consolidar a ideologia da casa própria.¹²⁴ A indústria da construção residencial nos EUA passou por um processo de concentração de capital e aumentou a parcela das grandes empresas no mercado. A parceria com empresas de crédito ampliou o poder das construtoras. Com o crescimento, as construtoras ganham poder de definição na estrutura de preços e constituíram um sistema de financiamento habitacional com características na estrutura social sob os quais, nos eventos recentes, foram considerados estopim da crise. Para Fix,

[...] O sistema de crédito passou por mudanças significativas desde o início da década de 1980. A regulação do sistema de crédito foi sendo sucessivamente modificada por uma série de medidas que contribuíram para dar origem a uma nova era no financiamento habitacional, dominada pelo mercado secundário de hipotecas e suas instituições líderes, um sistema integrado nos mercados financeiros mundiais. Essas medidas acabaram por

¹²¹ O PLANHAB prevê a formulação de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) pelos municípios.

¹²² Os Programas do SNHIS reúnem as ações de urbanização de favelas, realocação de famílias em áreas de risco, alagados, cortiços, etc. São utilizados recursos originários dos: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); Fundo de Arrendamento Residencial (FAR); Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); e Orçamento Geral da União (OGU).

¹²³ O Sistema de Habitação de Mercado atende à população com renda superior a 5 SM por meio de Construtoras e Incorporadoras que atuam como agentes promotores. Para financiar as ações deste Sistema o Governo incentiva a utilização de recursos originários da captação das Cadernetas de Poupança (SBPE), de Consórcios Habitacionais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e demais investimentos institucionais e de pessoas físicas.

¹²⁴ Conforme análise de Fix (2011).

tornar possível a linha chamada subprime, oferecida para mutuários que não se qualificavam para o sistema principal, em condições que anteriormente seriam consideradas ilegais. (FIX, 2011: p. 22).

Esse sistema se constituiu e definiu um padrão que passou a ser seguido por outras economias-políticas. A bolha de preços não foi apenas um movimento que ocorreu na esfera financeira, mas que teve efeitos significativos na esfera da produção, ao apresentar repercussões na estrutura de oferta habitacional, no emprego na indústria da construção e na paisagem física das cidades estadunidenses. A crise iniciada nos EUA rapidamente se espalhou ao redor do mundo por uma rede financeira e comercial coesa que supostamente dividiria o risco em vez de estimular o caos financeiro. (Fix, 2011; Harvey, 2011). Pode-se inferir aqui que a crise foi o estopim do processo de financeirização pela produção do espaço, sobretudo, de habitações.

No caso brasileiro, a retomada do crescimento econômico esteve associada ao lançamento em 2007 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, posteriormente, ao lançamento do PMCMV em 2009. A Caixa Econômica Federal (CEF) ficou com a execução das ações dos programas relativos a habitação, saneamento e infraestrutura urbana. Segundo a CEF,¹²⁵ em 2009 foram contratados serviços no valor de R\$ 41,8 bilhões dentro do PAC, dos quais 83,9% foram direcionados às obras de habitação, aspecto que demonstra o crescimento vertiginoso da produção habitacional no período, como forma de política anti-cíclica de reação a crise financeira, cujo objetivo era o de manter o crescimento econômico com estímulos ao setor da construção civil, ao mesmo tempo em que desvelou a ligação entre o setor imobiliário e o governo federal.

Por meio de mecanismos políticos, econômicos e ideológicos, o governo federal lançou em março de 2009 o PMCMV, ao tornar público o plano de ação do governo para enfrentar a crise econômica: a produção de 1 milhão de moradias, a fim de aquecer o mercado imobiliário por meio de subsídios às empreiteiras na produção de habitação. A estratégia revelou-se como uma oportunidade de implementar uma política governamental com fortes indícios de conciliação entre as classes sociais, ao demonstrar o início de consolidação do lulismo como fenômeno político distinto do populismo, mas com forte apelo popular. Esse programa acabou por revelar outro aspecto da política habitacional: a aliança entre o governo e as frações de classe representadas pelas empreiteiras e construtoras, aliança que demonstra uma combinação entre a política governamental, os interesses econômicos do setor imobiliário, as necessidades habitacionais da população de baixa e média renda, e a geração de empregos em diversos segmentos da economia brasileira, ao potencializar o movimento dessa máquina de crescimento econômico.

¹²⁵ CAIXA, *Demanda habitacional no Brasil*, Brasília, 2012.

Com efeito, as necessidades habitacionais podem ser verificadas através das noções de *déficit* ou *demanda* habitacional. A definição mais comum e utilizada é a de déficit habitacional, cuja definição remete a falta de moradias para indivíduos ou famílias que necessitam de habitação. Todavia, *déficit* remete a falta para completar uma “conta”, um “orçamento”, uma “provisão”, e *demanda* significa “ação de demandar” e “demandar” é “ter necessidade de; precisar de; necessitar”.¹²⁶ A noção de déficit habitacional representa a falta física da unidade habitacional (casa, apartamento) e tende a ocultar uma discussão sobre o conflito existente entre direito à moradia e direito à propriedade privada, enquanto a demanda habitacional expressa a necessidade do “bem habitação”, ao considerar as características do imóvel e socioeconômica da população que necessita, ao expor a existência de uma demanda que pode ser resolvida de outra maneira que não apenas através da produção através da provisão habitacional.

O déficit habitacional no Brasil em 2008, calculado pela Fundação João Pinheiro (FJP),¹²⁷ era de 5.546.310 milhões. No município de São Paulo era de 1.060.499 e na RMSP de 510.326.¹²⁸ Ademais, a faixa de renda da população que necessita de habitação se distribuía da seguinte maneira conforme a tabela 9:

¹²⁶ Conforme definição do Dicionário Aurélio.

¹²⁷ A FJP desenvolveu uma metodologia para calcular o déficit habitacional baseada nos seguintes pressupostos: 1º) não padronizar as necessidades de moradias por estratos de renda; 2º) a questão habitacional possui fortes interfaces com outras questões, como de regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, etc., como expressões da política urbana. Referenciada nisso, a FJP ampliou o conceito de necessidades habitacionais a partir de sua metodologia, que trabalha com dois segmentos distintos: o *déficit habitacional* e a *inadequação de moradias*. Como déficit habitacional a FJP entende a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, e por inadequação de moradias compreende-se os problemas na qualidade de vida dos moradores advindas das condições de habitabilidade. O déficit habitacional é calculado com referência em: a) habitações precárias (domicílios rústicos e improvisados; b) coabitação familiar (cômodos alugados, cedidos e próprios; famílias conviventes secundárias); c) ônus excessivo com aluguel; d) adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados. Por sua vez, a inadequação de domicílios é verificada com referência em: a) adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios; b) carência de serviços de infraestrutura (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo); c) inadequação fundiária urbana; d) inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva; e) cobertura inadequada.

¹²⁸ A CEF desenvolveu um modelo metodológico para calcular a demanda habitacional, que permite a geração de diagnósticos demográficos georreferenciados que proporcionam elementos para orientar a execução de políticas públicas de habitação. O modelo consiste no embasamento conceitual que se fundamenta na premissa de que a demanda por habitação é constituída por pessoas que pretendem formar um novo arranjo domiciliar. As condições demográficas de um país, em particular sua estrutura etária, são fatores determinantes para a demanda habitacional. Para tanto, a CEF desenvolveu o conceito de Demanda Habitacional Demográfica (DHDE), que se refere à formação de um novo arranjo domiciliar (familiar ou não-familiar) em consequência da dinâmica demográfica e social, e o conceito de Demanda Habitacional Domiciliar (DHDO), que se refere ao número de domicílios inadequados. A soma da DHDE com a DHDO resulta na Demanda Habitacional Total (DHT). Referenciada nisso, a CEF calculou em 2009 a DHT em 9.297.214 milhões, cujo resultado é a soma de DHDE em 6.978.415 e DHDO em 2.318.799 unidades.

Tabela 9: Distribuição percentual do déficit habitacional por faixa de renda

Especificação	Faixas de Renda Mensal Familiar (em Salários Mínimos)				
	Até 3	mais de 3 a 5	mais de 5 a 10	mais de 10	Total (100%)
São Paulo	84,5%	11,1%	2,7%	0,6%	1.060.499
RMSP	84,2%	11,3%	4%	0,6%	510.326
Brasil	89,6%	7%	2,8%	0,6%	5.546.310

Fonte: FJP, Déficit Habitacional 2008; IBGE/PNAD.

A tabela evidencia quem mais necessita de habitação: trabalhadores pauperizados de baixa renda. Ao referenciar-se em tal déficit, a previsão inicial do governo era a de investir cerca de R\$ 34 bilhões considerando os subsídios às habitações provenientes do FGTS, dos cofres da União e do BNDES. Segundo Arantes e Fix (2009), desde o início, o governo Lula destacou que o investimento, apesar de focado na geração de empregos e no efeito econômico anticíclico, teria um perfil distributivista: o de dirigir o setor imobiliário ao atendimento à demanda habitacional de baixa renda, que o mercado por si só não alcança, ao de fazer o mercado habitacional finalmente incorporar setores que até então não tiveram como adquirir a mercadoria-habitação. O modelo de provisão habitacional que o PMCMV ofereceu foi o de destinar 97% do subsídio público à oferta de produção direta por construtoras privadas, enquanto apenas 3% dos recursos destinados a entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, para a produção habitacional urbana e rural por autogestão.¹²⁹ Todavia, o programa entrou em sua segunda fase na gestão presidencial de Dilma Rousseff (2011-2014), cuja meta seria atingir mais 2,4 milhões de moradias em quatro anos, aliado ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2, cujo objetivo principal é o de investir em infraestrutura urbana – transporte, energia, saneamento, mobilidade urbana –, conectados aos megaeventos Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

O PMCMV configurou-se pela produção privada dos empreendimentos sob financiamento público e, como um “rolo compressor”, se sobrepôs as políticas habitacionais do PLANHAB, ao revelar a lógica produtivista assentada na provisão habitacional que se fundamenta no argumento do direito à moradia, e permitiu o subsídio público aos interesses privados de realização do capital. Abaixo a previsão de produção do PMCMV frente ao déficit habitacional urbano:

¹²⁹ Ver Pedro Arantes e Mariana Fix, em.:< <http://www.correiocidadania.com.br/content/blogcategory/66/171/>>. Acessado em 23/01/2013.

Tabela 10: Metas e modalidades do PMCMV versus Déficit Habitacional Urbano

Faixa	Em R\$	Em salários-mínimos	Déficit Urbano	Número de Unidades PMCMV 1	Número de Unidades PMCMV 1	Programas
Faixa 1	Até 1.395,00 Fase 1 Até 1.600,00 Fase 2	Até 3	4.148.329	400.000	1.600.000	PNHU-FAR, PNHE-FDS e Sub 50
Faixa 2	1.396,00 a 2.790,00 Fase 1 1.601,00 a 3.275,00 Fase 2	3 a 6	379.646	400.000	600.000	PNHU FGTS e PNHR-FGTS
Faixa 3	2.791,00 a 4.650,00 Fase 1 3.276,00 a 5.000,00 Fase 2	6 a 10	74.077	200.000	200.000	PNHU FGTS e PNHR FGTS
Acima de 10	Acima de 5.000,00	-	27.779	0	0	-
Total			4.629.832	1.000.000	2.400.000	

Fonte: Ministério das Cidades, 2011 e FJP, 2008.

As metas quantitativas do PMCMV expõe uma produção almejada em seis anos superior à do BNH em vinte anos. O programa direciona recursos ao circuito imobiliário para atender a necessidade de acumulação de capital do setor e se legitima diante das pressões das lutas populares por habitação ao atender a demanda do déficit.¹³⁰ Reúne também um conjunto de programas habitacionais do governo federal com diferentes fontes e faixas de renda atendida.¹³¹ Essa produção ampliada de habitação expõe o fortalecimento da propriedade privada da casa própria, ao mesmo tempo em que deixa de lado a questão política da propriedade da casa como um sério problema espacial que poderia ser resolvido de outra maneira, ao expor a política de conciliação entre as classes do Partido dos Trabalhadores. Tal questão pode ser problematizada a partir da tabela abaixo:

Tabela 11: Domicílios vagos em condições de serem ocupados ou em construção/reforma

Especificação	Domicílios Vagos			Percentual em Relação ao Total dos Domicílios Particulares Permanentes		
	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
São Paulo	168.084	1.169.752	1.337.836	31,2%	9,5%	10,4%
RMSP	15.429	624.833	640.626	6,5%	10,5%	10,3%
Brasil	1.967.398	5.243.640	7.202.038	23,5%	10,6%	12,5%

Fonte: FJP, Déficit Habitacional 2008; IBGE/PNAD.

¹³⁰ Ver Mariana Fix, *op. cit.*, p.141.

¹³¹ Reúne o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) destinados com recursos do OGU e do FGTS.

Ao comparar a tabela 9, em que o déficit habitacional no Brasil estava em 5.546.310 milhões, e a tabela 11 em que os domicílios vagos chegaram a 7.202.038 milhões, e o déficit da RMSP em 510.326 e os domicílios vagos em 640.626, fica evidente que o problema da habitação não é apenas o problema da habitação, e que não seria necessário produzir novas habitações, até porque os trabalhadores em sociedade já às produziram.¹³²

A produção de habitações representa atualmente, em conjunto com a de infraestrutura, a ponta de lança da valorização do capital nas cidades mediante aos ajustes espaciais, ao criar novas necessidades e fomentar (e ser fomentado) por estilos de vidas específicos de determinadas classes sociais. Neste contexto, o termo déficit habitacional ingressa num paradoxo e a noção de demanda habitacional se fortalece em relação à necessidade de habitação, que poderia ser resolvida se o conjunto da classe trabalhadora que mais necessita enfrentasse o problema da propriedade privada da habitação, em parte com apoio dos governos e em parte à revelia destes. Muitos trabalhadores de baixa renda se apropriaram através da autoconstrução e dos mutirões autogerido. Entretanto, o que vem predominando atualmente é lógica da provisão habitacional através da ampliação de sua produção, como maneira de viabilizar a valorização do capital através da produção habitacional.

Com efeito, a recente produção habitacional no Brasil, através deste conjunto de ações e políticas, aqueceu o mercado imobiliário após a crise financeira de 2007. Para Fix (2011: p. vii),

A onda de despejos que marcou a crise financeira mundial, iniciada em 2007, atingiu mais de 4,5 milhões de famílias e deixou bairros inteiros praticamente abandonados nas cidades norte-americanas. A crise evidenciou a extensão dos vínculos entre o imobiliário e o financeiro, intensificados nos anos 1980 em diversos países. O crescimento dos empréstimos de tipo subprime (de segunda linha) fez parte do salto ocorrido na massa de capital fictício nesse período, o que, combinado a formas antigas de espoliação, caracteriza a globalização. As famílias recorreram ao endividamento em um contexto de estagnação de salários, de liquidez propiciada, parcial e paradoxalmente, pelo financiamento da China ao enorme déficit comercial dos EUA, de falta de política pública ampla de educação e saúde e

¹³² A habitação aparece formalmente como direito humano e social garantido pela Constituição Federal, porém, não está garantida a efetivação deste direito, já que a regulação das necessidades de moradia está sob o jugo dos capitalistas diante do mercado na sociedade. Neste quesito, a habitação, que tornou-se mercadoria, está com sua realização condicionada pelas relações de troca e garantida pela proteção da propriedade privada. Marx (1988) já havia analisado que um valor de uso (no caso a habitação) só pode ser trocado por outro qualitativamente diferente, e percebeu que sua equivalência é dada pela condição permutável. Por isso, somente como valor a habitação pode relacionar-se com outros usos intercambiáveis. A forma valor precisa expressar não apenas o valor geral, mas também o valor determinado quantitativamente, ou a grandeza do valor. Para o autor, somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadorias revela o caráter específico do trabalho gerador de valor, ao reduzir, de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a algo comum neles, ao trabalho humano em geral. Ele analisa ainda que o corpo da mercadoria, que serve de equivalente, figura sempre como corporificação do trabalho humano abstrato, e que é sempre o produto de determinado trabalho concreto. Esse trabalho concreto torna-se expressão de trabalho humano abstrato – nas palavras do autor, gelatina de trabalho humano indiferenciada. Por isso, na condição de propriedade privada, a habitação pode servir tanto para o uso como para a troca, ao exercer a função de capital fixo e permitir a apropriação da renda da terra e do imóvel através de aluguéis, e compra e venda deste bem tido como investimento seguro.

de uma história repleta de esforços para manter a habitação como frente de acumulação capitalista e não direito social: a homeownership society. (FIX, 2011: p. vii).

Essa *homeownership society* – sociedade da casa própria –, emergiu com força nos EUA e se expandiu para outras economias. No Brasil, essa prática social promoveu arranjos diversos no circuito imobiliário¹³³ que podem ser percebidos desde a constituição do mercado de terras, passando pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) até as mudanças recentes nas políticas urbanas e habitacionais por intermédio da criação do Ministério das Cidades em 2003 e o lançamento do pacote do PMCMV em 2009. Este processo contribuiu para redefinir as paisagens das cidades brasileiras para um tipo distinto de *segregação socioespacial*, já que parte do poder sobre a produção da cidade está nas mãos das construtoras e empreiteiras.

Ademais, em dezembro de 2009 o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) previa um crescimento de 8,8% no PIB da construção civil para 2010, índice atualizado entre 10% e 12%¹³⁴ em outubro de 2010¹³⁵. Nos anos de 2010 e 2011 entre as dez construtoras de edifícios residenciais de capital aberto mais lucrativas nas Américas sete foram brasileiras¹³⁶, o que demonstra um crescimento no setor de imóveis e de seus ativos financeiros. O crescimento no nível de empregos com carteira assinada no setor da construção civil bateu novos recordes no período¹³⁷, e o setor da construção civil¹³⁸ cresceu e transpareceu como o setor de brutalidade na produção e de acidentes frequentes. Recentemente, o setor apresentou um aumento no índice de preços imobiliário em torno de 15,2% em doze meses até agosto de 2012, e passou a ser considerado o mercado mais aquecido do mundo, à frente de Hong Kong, Turquia e Rússia.¹³⁹

Com o crescimento e a expansão do capital imobiliário, cresceu também a força de trabalho que sustenta esse modo de produzir. Essa produção se organiza fundamentada na relação social cuja a lógica predominante é a busca da realização do produto na busca indiscriminada do lucro e dos

¹³³ Conforme Fix (2011).

¹³⁴ A previsão para 2010 foi a de que os setores que receberiam mais recursos seriam o imobiliário residencial e o energético. Os investimentos imobiliários passariam de R\$ 202 bilhões. Ver Folha de São Paulo, acessado 02/12/2009 <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u660595.shtml>>.

¹³⁵ O crescimento no nível de empregos bateu recordes no período. Segundo a pesquisa realizada por Sinduscon-SP e Fundação Getúlio Vargas (FGV) o setor acumulou até então 12,79% no ano, com a inclusão de 314,2 mil trabalhadores.

¹³⁶ Fonte: Economática.

¹³⁷ Segundo a pesquisa mensal realizada pelo Sinduscon-SP e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) o setor acumulou até então 12,79% em 2010, com a inclusão de 314,2 mil trabalhadores. No acumulado de doze meses a alta foi de 16,67%, ou mais de 396 mil empregados formais. Com isso, o número de empregados formais na construção civil brasileira em julho de 2010 atingiu 2,771 milhões de trabalhadores.

¹³⁸ Ainda segundo a pesquisa da FGV, ao final de julho de 2010 o setor empregava 742 mil trabalhadores no Estado de São Paulo, enquanto na capital paulista foram contratados 2.217 trabalhadores em julho, o que representou um aumento de 0,65% no mês, de 7,34% no ano e de 11,49% em doze meses.

¹³⁹ Segundo a Global House Prince Index, índice de preços imobiliários da Consultoria Knight Frank, publicado na Revista Exame, <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-e-o-mercado-imobiliario-mais-efervescente-do-mundo>>. Acessado em: 17/01/2013.

juros. Para garantir sua reprodução, o Estado político regula as regras sociais, políticas e econômicas dessa expansão, apesar de não deter o controle sobre sua dinâmica de produção. Com isso, ergueu-se um produto complexo e caro que é produzido como se fosse uma geladeira ou um sapato, mas que em seu processo produtivo demonstra características distintas dos setores avançados da indústria de produção, aspecto que analisado a seguir.

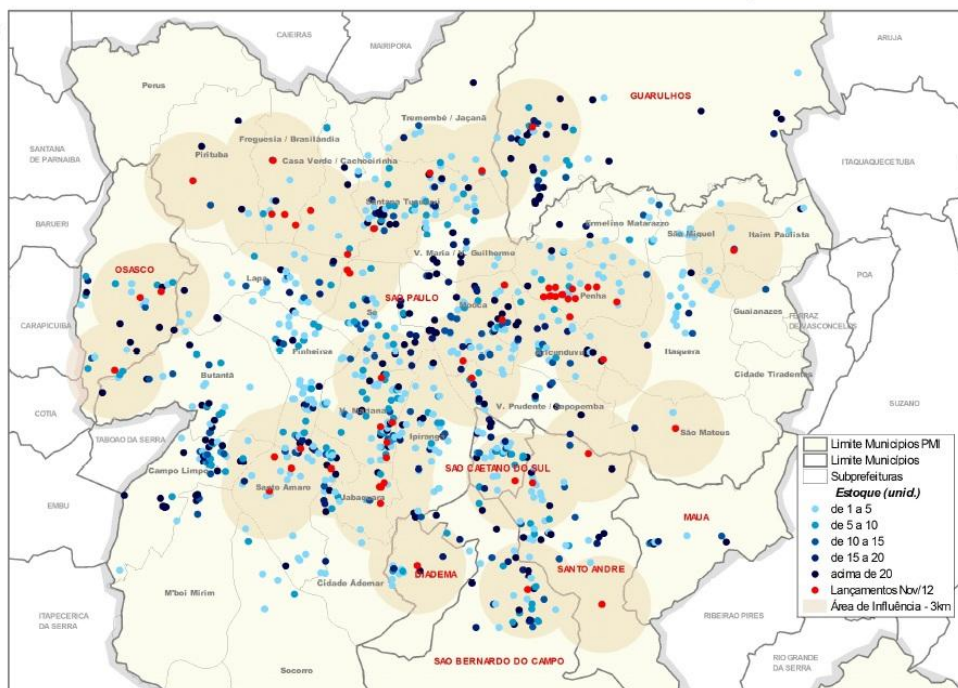
2.2.2. Produção habitacional: duas faces, uma lógica

A produção habitacional no Brasil aumentou vertiginosamente a partir de 2008, seja pela ação das políticas públicas de Estado, seja pela intervenção do setor imobiliário. Ambas as formas de produção – estatal e imobiliária – seguem a mesma lógica: a da produtividade. Tal produtividade remete às necessidades de valorização do capital por meio da produção do espaço nas metrópoles. Esta lógica influencia o processo de redefinição do urbano, intensifica o fenômeno da *segregação socioespacial* e reforça o *desajuste espacial* ao conjunto da classe trabalhadora. Não obstante, apesar da queda tendencial da demanda habitacional no período de 2008 a 2012, aumentou-se o estoque de imóveis vazios para sua comercialização – seja pela venda ou aluguel. Isso está diretamente relacionado a dinâmica de reprodução das classes sociais, o que remete a questão de como os indivíduos dessas classes estão se apropriando do espaço urbano.

O aumento da produção e lançamento de imóveis está articulada com o modo de reprodução social de um determinado ciclo de acumulação do capital. A reprodução do capital determina as formas de reprodução da sociedade que, dividida e configurada em classes sociais, demonstra formas distintas de reprodução socioespacial entre essas mesmas classes. A habitação, neste sentido, representa um dos espaços fundamentais de reprodução das classes sociais e se (re)produz de acordo com a lógica de acumulação predominante a cada ciclo. Esses ciclos de acumulação e expansão do capital demonstram um determinado modo de produção e distribuição que se desdobra na circulação e valorização mediante ao consumo. Nesse sentido, uso e troca são indissociáveis para a realização desse processo produtivo.

Com base nisso, em 2012 foram lançadas 23.735 unidades habitacionais na cidade de São Paulo e com 24.028 unidades comercializadas (com o estoque anterior não vendido). Esta tendência do setor imobiliário está em forte sintonia com a produção de habitação estatal – a reprodução e ampliação da forma mercadoria. O setor imobiliário tem uma dinâmica própria, entretanto, o apoio do Estado em incentivar a produção habitacional como motor de desenvolvimento salvou o setor da crise iniciada em 2008 e dinamizou a economia em outros setores também. Abaixo um mapeamento do lançamentos imobiliários na RMSP:

Figura 21: Mapeamento de lançamentos e estoques de imóveis



Fonte: Pesquisa do Mercado Imobiliário (PMI), Secovi-SP, novembro de 2012.

O mapeamento acima reúne informações de lançamentos e estoques de unidades habitacionais geoprocessadas apenas dos municípios de Diadema, Guarulhos, Osasco, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e São Paulo. Os empreendimentos residenciais são representados pelos pontos georeferenciados e coloridos conforme a quantidade de unidades em oferta no mês de novembro de 2012. Seus dados são compostos por residências de no máximo 3 anos, contando a data do lançamento até a data da pesquisa. Os pontos mais escuros são os empreendimentos que possuem a maior quantidade de unidades em estoque e em vermelho representam os lançamentos. O município de Osasco, na zona oeste, apresenta-se como um vetor de valorização imobiliária com forte concentração de estoques disponíveis à venda e sua vizinha Barueri tende ir na mesma direção. A pesquisa indicou ainda que na RMSP, composta por 39 municípios, 25 de seus municípios apresentam atividade imobiliária relevante analisadas pela PMI.

Em São Paulo, dos dez distritos com alta concentração de imóveis de apartamentos em estoque (unidades não vendidas após o seu lançamento, desde 2006), três estão localizados na zona sudoeste: Itaim Bibi, Raposo Tavares e Vila Sônia; três na zona leste: Tatuapé, Mooca e Vila Formosa; um na zona norte: Santana; e três na zona sul: Vila Andrade, Saúde, Santo Amaro, o que representa 48% de todo o estoque da cidade. Como analisado anteriormente, apartamentos de médio e alto padrão, com tipologias compactas e serviços diversos como academia, hidroginástica, quadras poliesportivas, salão de festas e jogos, representam atualmente a relação inversa de transferência para as habitações condominiais de funções que outrora eram desempenhadas na cidade, aspecto que reforça a *segregação socioespacial* entre as classes sociais.

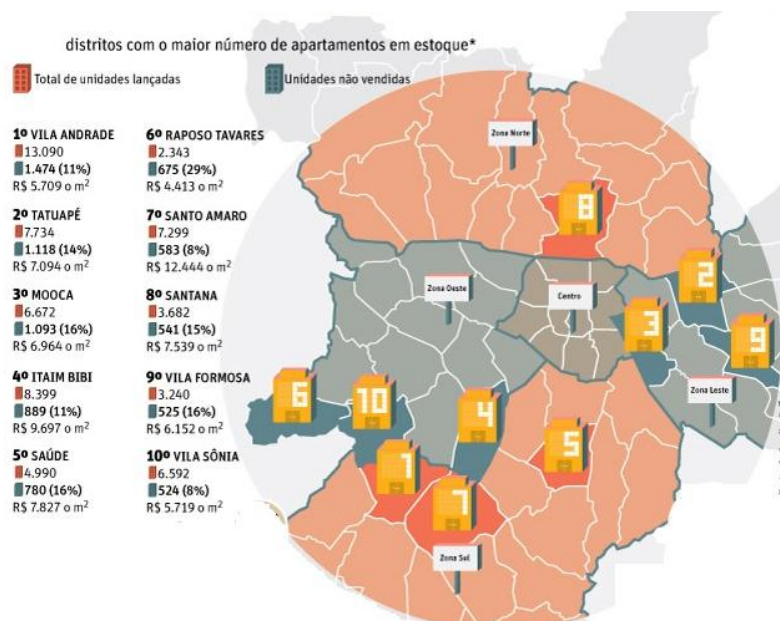
Tais mudanças espaciais expressam alterações de relações sociais e modos de vida, e demonstram aspectos do processo de *reconfiguração urbana* da metrópole ainda imersas em *desajustes espaciais* para maior parte da classe trabalhadora, cujos elementos fundamentais são caracterizados pela transferência de atividades e espaços – tais como playground, academias, piscinas – que outrora estavam espalhados na cidade para o interior do condomínio. Estes ambientes habitados se constituem e se ampliam como forma espacial de sociabilidade cercados, fechados e privativos, acessíveis apenas para aqueles que buscam e podem pagar por este modo de vida. Isso representa a potencialização do fetichismo da mercadoria e do trabalho concreto indiferenciado (trabalho abstrato) na produção e apropriação do espaço urbano. As consequências desta forma de interação aparece determinada pelos seguintes aspectos: 1º) condições econômicas dos indivíduos pertencentes às classes sociais dominantes e intermediárias; 2º) práticas e ideários de segurança pública, cujos principais fatores são justificados pela chamada violência urbana; 3º) condição privativa e exclusiva dos empreendimentos; 4º) proximidade com determinados centros comerciais e empresariais; 5º) status de habitar um ambiente desejado e sinônimo de ascensão social.

Para Harvey (2011: p. 122), “[...] A construção de espaços, bem como a criação de uma morada segura chamada casa e lar, tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação do capital, e a produção de tais lugares se torna um grande veículo para a produção e absorção do excedente. A produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estritamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra. Mesmo nas favelas da autoconstrução de moradias, o ferro ondulado, as caixas de embalagens e as lonas foram primeiro produzidos como mercadorias”.

Como os indivíduos ocupam espaços e necessitam viver em algum lugar na metrópole, a maneira como habitam, garantem sua subsistência e se reproduzem varia de lugar e classe social. A distinção não ocorre apenas pela questão simbólica das práticas sociais mas, sobretudo, por processos sociais que estão além dos indivíduos. Há uma relação dialética entre causalidade (meio) e teleologia (fim) nesses processos sociais que não pode ser desconsiderada.¹⁴⁰ No processo de ocupação de espaço as pessoas, por necessidade, criam lugares onde habitam. Entretanto, os lugares são produzidos inseridos sob determinada lógica de valorização – fundiária e imobiliária –, que estabelece modos de vida. No caso de São Paulo, diante das novas necessidades criadas e atendidas pelo setor imobiliário, os distritos campeões em estoques habitacionais localizam-se em vetores de valorização previamente definidos pelo setor que estão representados abaixo da seguinte maneira:

¹⁴⁰ Conforme explicação de Bourdieu (2006: 101) de como a classe é construída em *A distinção*. Apesar de estar analisando as estruturas, joga um peso demasiado no que chamou de causalidade estrutural de uma rede de fatores. Mas explicita que através de cada um dos fatores, exerce-se a eficácia de todos os outros, de modo que a multiplicidade das determinações conduz não à indeterminação, mas à *sobredeterminação*.

Figura 22: Distritos de São Paulo com o maior número de apartamentos em estoque



Fonte: Folha de São Paulo, 18/11/2012; Geomoveis, Creci, Secovi e incorporadoras.
Arte: Carolina Daffara, Editora de Arte, Folha de São Paulo.

A pesquisa acima mostra que a produção habitacional na cidade de São Paulo está efervescente. No âmbito da RMSP e do estado, a CDHU também aumentou a produção de unidades habitacionais:

Tabela 12 : Aumento da produção de unidades habitacionais – CDHU

Unidades produzidas e entregues pela CDHU										
Nº unidades	1986		1999		2004		2008		2012	
	RMSP	5.228	64%	63.105	26%	97.508	27%	139.990	32%	206.724
Interior	2.963	36%	243.114	74%	257.847	73%	297.326	68%	348.420	63%
Total	8.191	100%	180.009	100%	355.355	100%	437.316	100%	555.144	100%

Fonte: CDHU/Gerência de Gestão da Informação, 12/2012.

Esse aumento está associado a lógica produtivista do capital na produção habitacional. O processo de produção habitacional remete as características do setor da construção civil, setor que jamais foi despojado de sua autonomia e poder de atuação, cuja combinação contraditória entre técnica de produção e técnica de dominação, própria das relações sociais capitalistas, expressa-se de maneira nítida nos canteiros de obras do que na indústria. Como percebeu Ferro (2006) isso ocorreu na ausência de mediação mecânica que deixou transparecer com clareza o comando arbitrário da exploração. Por esta condição, e inserida em uma divisão do trabalho na manufatura com baixa

mecanização dos procedimentos produtivos, o canteiro de obra na construção civil, em particular na produção de habitação, foi o lugar social que produziu imensas massas de mais-valia e também foi o espaço que emergiu formas de experimentações, em particular as de mutirão autogeridos.

A necessidade de habitação se transformou em uma condição determinada social, política, ideológica e economicamente. A respeito disto, Villaça (1998) analisou que as famílias em uma sociedade de classes acabam por produzir espaços urbanos distintos. Esses espaços distintos foram descritos e analisados até aqui como formas distintas, porém com um padrão comum definido: habitações unifamiliares e individuais. Há uma distinção entre as habitações de baixo, médio e alto padrão, sobretudo, em bairros da cidade de São Paulo com maiores lançamentos e estoques. Ademais, o processo de produção de habitações sob a forma de prédios de edifícios e casas em condomínios fechados; de habitações populares autoconstruídas; de habitações produzidas pelo Estado que fomenta o setor imobiliário; e a produção por mutirão autogerido, são expressão do modo de produção capitalista da habitação em determinada formação socioespacial.

Engels (1976: p. 93-95) já havia analisado que “[...] a burguesia não conhece senão um método para resolver à sua maneira o problema da habitação, isto é, para resolvê-lo de tal sorte que a solução crie sempre o problema de novo”. Pode-se inferir então que isso seja uma maneira circular oriunda da espiral de acumulação capitalista. Para o autor, o método chama-se “Hausmann”,¹⁴¹ cuja prática generalizada de abrir as avenidas nos bairros operários sob o pretexto de modernizar, embelezar e saúde pública, eliminou os focos de epidemias oriundos de cavernas e buracos gerados pelo modo de produção capitalista onde vivam os operários ao mudá-los de lugar. Por tal raciocínio, as condições econômicas que provocaram o primeiro sítio produz o segundo, o terceiro e assim por diante. Ele concluiu que “[...] enquanto existir o modo de produção capitalista será um absurdo pretender resolver isoladamente o problema da habitação ou qualquer outra questão social que afete à sorte do operário. A solução reside unicamente na abolição do modo de produção capitalista, na apropriação pela própria classe operária de todos os meios de subsistência e de trabalho”.

Como a classe operária e trabalhadora não se apropriou dos meios de subsistência e trabalho para produzir e reproduzir de maneira autônoma e consciente sua existência social, quais estratégias então tornariam possíveis (ainda que em partes) esta apropriação? Como se apropriar da concepção e da produção de um processo e de seu produto? Será preciso se apropriar do poder político e do poder econômico de toda uma sociedade para realizar tal feito? Engels fala que a solução está na

¹⁴¹ O Barão de Hausmann comandou a remodelação de Paris após a revolução de 1848, com o objetivo de modernizar a cidade, ampliar as avenidas com o objetivo de facilitar a entrada de tropas e o combate às barricadas. Com isso, Hausmann colaborou para instituir um mercado imobiliário em Paris. Ver Marshal Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

abolição do modo de produção capitalista, mas enquanto isso não acontece, por diversas razões – históricas, políticas, econômicas e sociais – não haveria então o que fazer?

Parcela da classe trabalhadora em situação de pauperização do trabalho e da habitação “resolveu à sua maneira” o problema da habitação, ao construir a chamada “cidade informal” e habitar sob condições de insalubridade as favelas por este Brasil à fora. Amenizar a dicotomia entre cidade formal (legal) e cidade informal (ilegal) foi a bandeira de luta da reforma urbana, só que isso teria neutralizado as energias críticas na sociedade para avançar em espaços de democracia direta. Por isso, o modo e o sentido como a produção de habitação (e do espaço urbano) está organizada, tanto nos âmbitos do Estado político como do setor imobiliário – hierárquico, alienado, estranhado e fetichizado –, impossibilita quaisquer formas de apropriação pela classe trabalhadora do processo produtivo. As políticas públicas de habitação e urbanismo se constituem como a outra face do setor imobiliário inseridas e determinadas pela lógica produtivista do valor. O problema da habitação seria efetivamente resolvido na medida em que o conjunto da classe trabalhadora se apropriasse do processo e do produto emancipada da forma propriedade privada. Neste caso, há que se repensar se haveria necessidades de produzir novas habitações já que as habitações para atender as necessidades de habitar da classe trabalhadora já foram produzidas em ciclos anteriores de acumulação.

Imersa nesses processos de configuração e *reconfiguração urbana* há uma tendência de que os espaços urbanos vazios estão em vias de desaparecer na metrópole (campos de futebol de várzea na periferia), para dar lugar aos cheios (habitações adensadas). O seu conteúdo advém da produção das cidades que está associado a reprodução desigual da sociedade, assentado no processo de valorização do capital que se realiza na produção e ampliação do habitat em toda a metrópole. Nesse processo, a habitação unifamiliar e individual se generaliza mediante às novas necessidades de habitabilidade. Esta forma de habitação, ao que parece, não está sendo questionada atualmente por movimentos, arquitetos e cientistas sociais que deixam de problematizar a reprodutibilidade do capital na produção e reprodução do espaço urbano.¹⁴² A habitação unifamiliar e individual representa atualmente a principal mercadoria de supervalorização do capital por suas condições de produção, valorização e realização de frações do capital nas cidades – fundiário, imobiliário e financeiro. A valorização do capital fundiário, imobiliário e financeiro para se realizar necessita da combinação de produção da infraestrutura urbana e da especulação imobiliária. O Estado intervém por meio do zoneamento como tentativa de regular este processo que está nas “mãos” do setor imobiliário.

¹⁴² Ainda há os movimentos de moradia que questionam os imóveis vazios nas regiões centrais através das ocupações. Anteriormente, no interior do Movimento de Reforma Urbana questionava-se com mais veemência a questão dos imóveis vazios, ao se exigir habitações populares no centro como maneira de viabilizar esta necessidade para os trabalhadores de baixa renda num lugar que dispõe de toda infraestrutura urbana.

Como a classe trabalhadora poderia habitar diferente da forma unifamiliar individual e garantir o comum entre público e privado? Na relação inversa estaria uma abertura para se pensar isso. A casa de palhoça, a vila operária e a autoconstrução representaram formas de reprodução da força de trabalho, e o mutirão autogerido se apresentou como uma forma de sua reprodução urbana.

Nesse contexto, a *Comuna* se desenvolveu como negação e afirmação do processo de acumulação de capital sob suas vertentes estatais, imobiliárias e autoconstruídas. Sua trajetória apresenta elementos da relação entre sujeitos distintos – Mutirantes, MST, Cáritas, Usina, ITCP-Unicamp, e da atuação de órgãos e instâncias do Estado político – Prefeitura, Governo do Estado, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Social. Foi através de um processo de luta e política – para se atender um conjunto de necessidades – que se viabilizou um processo construtivo de 128 casas com anfiteatro, escola, creche, praças e rua interna sob condições concretas que permitem repensar a (re)produção urbana, ao se buscar os nexos de urbanidades na habitação a dinâmica urbana da metrópole. Como intencionalidade, o projeto arquitetônico expõe as premissas de um espaço urbano que permeia as habitações e o habitar, e sua concepção se caracterizou por um processo participativo com esses trabalhadores, aspecto seguinte da análise.

2.3. Projeto participativo: a concepção

A apropriação do espaço torna-se possível quando há participação em sua concepção. Referenciando-se em Lefebvre (2006), “a lei do espaço está no espaço e não se resolve numa relação falsamente clara, “dentro-fora”, o que é tão-somente uma representação do espaço”. Por isso, concebida ao longo do período de ocupação do Edifício dos Salesianos e no alojamento do terreno na rua Nicolau Maesvsky, o projeto da *Comuna* nasceu da vivência cotidiana em meio às atividades culturais, educativas, políticas e religiosas que ocorreram nesta estadia. Em busca da alvorada na cidade de Jandira, foi durante um ano de ocupação que houve aprendizados coletivos que permitiu desenvolver novas necessidades para estes trabalhadores. Ao se instalar em ambiente improvisado, esses trabalhadores pauperizados se organizaram para resistir e viver durante um período ali. Dessa vivência e cotidianidade foi acontecendo formas de ocupação e usos dos espaços que permitiram se chegar ao projeto e, através do sincretismo entre a comunhão do Pe. João Carlos, o comunitarismo dos moradores da favela, a organização política de viés comunista do MST e a proposição pedagógico-libertária, arquitetônica e urbanística da Usina, nasceu a *Comuna*.

Como o processo de “desalienação” se inicia com a apropriação, analisar as relações sociais a partir e além do vivido pelos sujeitos da *Comuna* permitiria pensar o espaço produzido. Para realizar tal análise, esta pesquisa se referenciou nas noções lefebvrianas de *espaço percebido*

(*l'espace perçu*), que corresponde à prática espacial de uma sociedade que deixa em segredo seu espaço, e que se descobre decifrando o espaço percebido na realidade cotidiana e urbana, que se assegura mediante a continuidade de uma relativa coesão ao demonstrar que se diferenciam conforme os conjuntos espaciais próprios de cada formação social; *espaço concebido* (*l'espace conçu*), que diz respeito as representações do espaço e se refere ao espaço dos acadêmicos, cientistas, planejadores, urbanistas e tecnocratas – espaço dominante numa sociedade (modo de produção); e *espaço vivido* (*l'espace vécu*), que se refere ao espaço das representações, como um espaço dos habitantes e dos usadores, que procuram se apropriar do espaço pelas imagens e símbolos que os acompanham, mas também envolve certos artistas, escritores e filósofos. Trata-se para Lefebvre do espaço dominado, submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar.¹⁴³ Esse *espaço percebido* engloba os dois espaços anteriores ao emergir do lado clandestino da vida social de maneira a contestar criativamente as práticas espaciais dominantes.¹⁴⁴

Essa triplicidade espacial – prática do espaço (percebido), representação do espaço (concebido) e espaço de representação (vivido) – contribui como referência para se pensar a construção do habitar, que passa necessariamente por relações sociais que se constroem como espaço percebido no nível imediato. No entanto, é necessário partir de relações concretas para se compreender e analisar os processos de produção espacial. Como analisou Lefebvre:

A representação do espaço domina e subordina o espaço de representação (de origem religiosa), reduzido a figuras simbólicas, o céu e o inferno, o diabo e os anjos. Pintores, arquitetos, teóricos toscanos elaboraram, então, uma representação do espaço, a perspectiva a partir de uma prática social, ela própria resultado, como se verá, de uma modificação histórica modificando a relação “cidade-campo” [...]. Essa representação, em curso de elaboração durante séculos, investe-se na prática arquitetural e urbanística: as perspectivas, o código. (LEFEBVRE, 2006: p. 60).

Essa representação do espaço via concepção cindida da construção ocorreu no processo de Renascimento na Europa. A arquitetura¹⁴⁵ – como atividade humana – existe desde que a espécie passou a construir seu abrigo diante dos fenômenos da natureza. Até o Renascimento significava a arte e a técnica de projetar e edificar o ambiente conjuntamente. Depois disso, se transformou numa atividade de concepção cindida da construção, na qual o arquiteto passou a deter a concepção do desenho (projeto) e o construtor (operário-pedreiro) o conhecimento empírico para realizar a

¹⁴³ Henri Lefebvre, *La production de l'espace*, Paris, Anthropos, 1974.

¹⁴⁴ Lefebvre destaca que é uma triplicidade – três termos e não dois, porque para ele a filosofia dificilmente teria superado as relações a dois termos. Op. cit, p.59.

¹⁴⁵ A palavra arquitetura nasceu do grego αρχή τέχνη (arkhé-tékhton: principal construtor).

construção sob as ordens e orientações do arquiteto. Se constituiu como área específica do conhecimento que permitiu a ordenação e organização do espaço através do desenho da obra, ao possibilitar a criação da obra como arte numa concepção produzida, que se desenvolve como perspectivas inseridas em códigos e conceitos próprios da arquitetura em determinadas relações de produção. Neste sentido, a Usina torna-se importante com sua prática de negação desta condição.

2.3.1. O espaço concebido com a Usina

A Usina – centro de trabalhos para o ambiente habitado – nasceu junto a ascensão dos mutirões e das assessorias técnicas em 1990. Se originou ao final de um ciclo de lutas populares como uma entidade sem fins lucrativos, ao se constituir como uma assessoria técnica de arquitetura e urbanismo por profissionais que atuavam como um coletivo de arquitetura. Sua origem remonta a formação no ano de 1982 do Laboratório de Habitação do curso de Arquitetura da Faculdade de Belas Artes de São Paulo – o LabHab da Belas Artes –, criado por iniciativa de alunos e professores. Estes profissionais assessoraram movimentos populares nas questões ligadas à habitação popular e acompanharam grupos sociais na definição de estratégias e formas de organização. Os trabalhos desenvolvidos pelo LabHab e sua experiência acumulada foram fundamentais ao definir diretrizes da política habitacional adotada pela administração do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo entre 1989 e 1992.

Com o fechamento do LabHab, seus integrantes buscaram alternativas para a continuidade do trabalho com movimentos populares, sendo uma delas o Laboratório de Habitação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) através do Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade. Um dos principais objetivos deste Laboratório era desenvolver uma tecnologia de construção específica para habitação popular. Membros da futura Usina trabalharam neste laboratório até o ano de 1989 e desenvolveram o projeto de moradia estudantil da Unicamp. Como resultado, avaliaram a possibilidade de uma estrutura própria e independente que garantisse autonomia nas ações. Nesse ano, o trio de arquitetos – Mário Braga, João Marcos Lopes e Wagner Germano¹⁴⁶ –, prestou assessoria técnica a Associação Comunitária “Terra é Nossa”, ao elaborar projetos para implantação de um conjunto de moradia para 520 famílias em Osasco/SP, a ser construído de forma autogerida. Este projeto, desenvolvido junto à associação, permitiu estruturar a metodologia de trabalho e postura profissional que caracterizaria a atuação do grupo. Como consequência, fundaram a Usina na forma de uma organização não-governamental.

¹⁴⁶ Atualmente, João Marcos Lopes é professor livre docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, IAU-USP, em São Carlos; Mário Braga é professor da Universidade Metodista de Piracicaba; e Wagner Germano voltou para as atividades cotidianas da Usina.

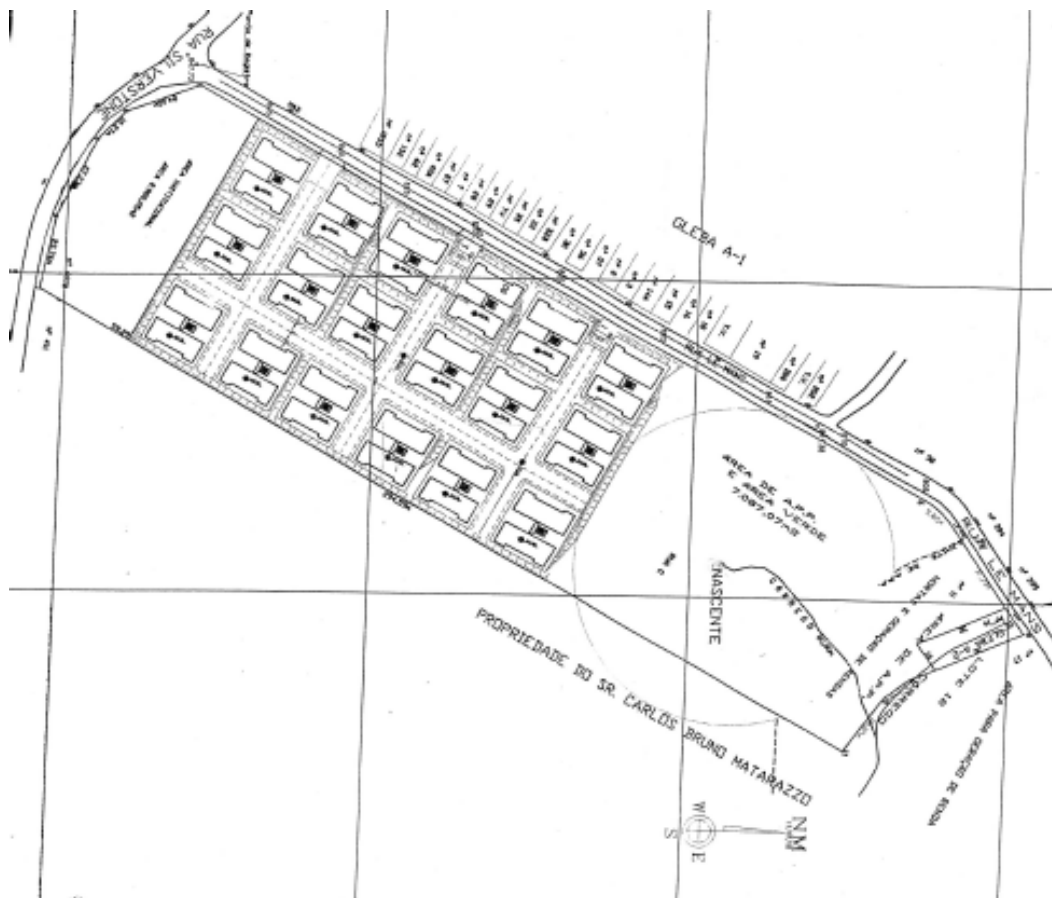
Em 23 anos de existência, a Usina atuou principalmente junto aos movimentos sociais na busca de objetivar a construção de experiências territoriais que reunisse arquitetura, cidade e política, ao envolver a capacidade de planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores, ao mobilizar fundos públicos em um contexto de luta social e de reforma urbana. A Usina passou a se organizar de forma autogestionária¹⁴⁷ e já participou da concepção e execução de mais de 4.300 unidades habitacionais, centros comunitários, escolas e creches em diversas cidades e em assentamentos rurais, principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná. Também atuou no desenvolvimento de planos urbanísticos, projetos de urbanização de favelas e auxiliou a formação e organização de cooperativas de trabalho. Por causa desse retrospecto e do conhecimento acumulado sobre as questões de habitação e urbanismo, além da experiência construtiva na Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, a Usina foi convidada para discutir a viabilidade do projeto habitacional com o MST, a Caritás e o conjunto de trabalhadores e famílias na ocupação do Alvorada.

Após algumas negociações do Pe. João Carlos, do MST e da Usina com a Prefeitura de Jandira, que estava sob a gestão de Paulo Henrique Barjud (PT, 2001-2008), conseguiu-se um terreno para viabilizar o projeto habitacional. Por intermédio da Usina, foi feito um mapeamento para garantir o financiamento e acessar as políticas públicas que viabilizassem o projeto da Comuna Urbana. Com o apoio da Prefeitura de Jandira, conseguiram obter um repasse de recursos do Ministério das Cidades para a compra de um terreno que permitisse um projeto habitacional para as famílias de trabalhadores. Para acessar o recurso, a Prefeitura elaborou um projeto preliminar com prédios em “H” iguais, que representou mais um projeto carimbado de forma burocrática para viabilizar o recurso. Este desenho não correspondia aos anseios e desejos dos trabalhadores da *Comuna*, que questionaram a proposição e os resultados deste projeto.

Projetos como os da Prefeitura de Jandira são característicos de governos que buscam resolver o problema de maneira quantitativa e por meio do superadensamento, mas pouco se preocupam com as questões qualitativas do ambiente habitado. Reforçam o elo entre o poder público e o setor imobiliário onde se estabelece projetos de arquitetura “sem urbanismo” e de uma arquitetura empobrecedora aos trabalhadores pauperizados “sem cidade” apenas com habitações. Essa dinâmica demonstra a expansão do habitat em contraposição ao habitar. Abaixo uma imagem do projeto apresentado pela Prefeitura de Jandira:

¹⁴⁷ A Usina se define como um coletivo de arquitetos e urbanistas autogestionários. Sua organização interna se referencia em Reunião Geral semanal onde se discute e são tomadas as decisões, na equidade do valor horas-trabalho e no seu controle pessoal através da planilha, na definição de coordenadores por função e rodízio de tarefas.

Figura 23: Projeto da CDHU (Governo Estado) apresentado pela Prefeitura de Jandira



Fonte: Prefeitura de Jandira.

A imagem acima demonstra o projeto de habitação popular de características convencionais apresentado pela Prefeitura. Então, após a Prefeitura conceder um segundo terreno, os sujeitos envolvidos visitaram-no. A reação imediata dos arquitetos da Usina, ao visitarem o terreno e verem o projeto preliminar da Prefeitura, foi a de apoiarem o movimento para que reivindicasse um projeto arquitetônico que correspondesse aos seus objetivos políticos. Esse projeto próprio foi defendido por motivos distintos, mas não conflitantes. Para o Pe. João Carlos era a possibilidade de construir uma comunidade, no sentido religioso do termo, cujo imaginário pode ser remetido as lembranças das pequenas vilas italianas; para o MST, foi a possibilidade de concretizar uma forma coletivista de organizar os trabalhadores nas cidades; e para as famílias de trabalhadores, a realização da necessidade e do desejo concreto de habitar casas dignas e adequadas, ao se contrapor aos apartamentos pequenos e funcionais oferecidos pelos programas habitacionais. Neste contexto, os arquitetos da Usina perceberam as diferentes demandas e procuraram articulá-las em “tema-gerador”¹⁴⁸ para iniciar o processo participativo do projeto, cujo objetivo era o de superar a produção autoral da arquitetura.

¹⁴⁸ Tema-gerador no sentido da pedagogia do educador Paulo Freire.

Na contramão da história hegemônica ditada pelas construtoras, a Usina desenvolveu um processo participativo que viabilizou uma concepção mais coletiva entre os participantes. Conforme relato da arquiteta da Usina Isadora Guerrero, isso ocorreu no seguinte contexto:

A Prefeitura de Jandira tinha um projeto [...]. Só que as famílias não queriam que fosse um projeto imposto pela Prefeitura, e sim um projeto feito junto com elas. Essa era uma vontade inclusive que chegou via Padre. O Padre junto com o MST, naquele momento, chegou com esta intenção, esta intencionalidade, de que as famílias desde o início pensassem o projeto. Então a gente começou a fazer um processo muito desgastante no início, porque precisava ser feito rápido, porque até o final do ano ia perder o dinheiro, tinha uma história desta. Então foram dois, três meses no máximo em que a gente fez reuniões todo o final de semana, vinha para o escritório, e conseguimos pensar o anteprojeto neste começo.

A Usina não entende a habitação apenas como um processo de construção de casas, mas, sobretudo, a construção de uma “comunidade” organizada. Por isso, se propôs a realizar a concepção coletiva do projeto ao longo de um ciclo de atividades com participação das famílias encurtado pela urgência que esteve em disputa no campo da produção habitacional. Esta construção, por parte da Usina e dos sujeitos da *Comuna*, envolveu a necessidade de socialização e integração dos momentos de concepção, produção e apropriação do processo e, como consequência, se esperava a apropriação dos meios e dos produtos do trabalho. Segundo relato da arquiteta Isadora, a importância para os arquitetos de um projeto participativo era visto da seguinte maneira:

Para os arquitetos tem uma importância, pelo menos no que a gente defende. Porque a gente aprende a ser arquitetos de maneira muito egocentrada. A gente aprende a ser criativo e a dominar todo o processo de projeto arquitetura – dos materiais, da técnica, das soluções de desenho, tudo como decisões muito individuais do arquiteto. Isso aparece tanto na faculdade como nas obras construídas e os arquitetos aparecem quase como um artista. O cara que faz da cabeça dele coisas. E a gente acredita que o projeto de arquitetura está envolto em uma série de limitações e contradições, tanto econômicas quanto política. Nós não podemos fazer o que a gente quer da nossa cabeça. O processo criativo está dentro de um processo social maior. Mesmo pensando assim, a gente ainda poderia fazer um projeto de arquitetura sozinho. Só que aí há toda uma questão de entender que a gente está fazendo esse processo junto com a comunidade, e a comunidade vai fazer parte do começo até o fim – ela vai construir também aquilo. Então há dois aspectos disto: primeiro um processo de desalienação da obra, porque se elas estão construindo, elas tem que saber o que elas estão construindo. E não só saber, mas decidir a respeito. Daí, não é só uma questão de decisão espacial, mas de técnicas, materiais, que elas vão usar depois no processo de obra. Daí o

entendimento da arquitetura pela Usina – que não separa o projeto da obra, ou seja, não separa quem pensa de quem faz. [...] É uma tentativa de inversão de pirâmides hierárquicas e de papéis também. Não só inversão, mas é uma ida e volta.

Nessas idas e voltas, a arquitetura seria concebida num processo social mais amplo. Cabe verificar se o discurso se verifica na prática. Em período habitual de projeto participativo, o ciclo costuma ocorrer entre cinco a seis meses. No processo da *Comuna* ocorreu em três meses de atividades, aspecto que não se viabiliza em um programa habitacional em que os trabalhadores se inscrevem e esperam ser chamados quando finalizado. A concepção do projeto passou a reunir um *espaço comunitário* que pudesse reunir as pessoas; um *anfiteatro*, para realização de atividades e expressões culturais; *creche* e *escola* infantil que viabilizassem uma educação transformadora; a *padaria*, proposta que nasceu na favela de Vila Esperança; e os espaços para artesanato, instrumentos musicais e coleta de resíduos recicláveis, viabilizados por políticas públicas. Esta aparente diversidade espacial apresenta a separação funcional de dimensões do espaço social, a ser problematizada adiante.

Herdeiras das políticas do BNH, as políticas públicas de HIS apresentam uma visão que enxerga o beneficiário ainda como objeto da intervenção e não como sujeito do processo. O próprio termo “beneficiários” não revela que em muitos casos o benefício se constitui após lutas e participações destes sujeitos. O termo beneficiário visa designar uma parcela de quem faz a inscrição no cadastro em programas de habitação popular nos municípios, e aguarda a resolução por parte do Estado sem iniciativas de outra ordem. De maneira distinta, os termos *participante* e *participação* se apresentam como adequados para definir o nível de inserção de indivíduos que lutaram por acesso à HIS em outros termos, já que representa organizações populares oriundas de movimentos, sindicatos e partidos políticos.¹⁴⁹

Ao longo de um projeto participativo de habitação popular, desenvolvido entre movimento de moradia e assessoria técnica, há momentos e ciclos distintos. Cada fase e/ou momento visa (no interior de um projeto político pedagógico) reforçar e/ou ampliar atributos para que a “comunidade” se constitua, se organize e se desenvolva, e que possa se tornar mais atuante na garantia de direitos e mudanças sociais. Depois da fase de projeto com os participantes se inicia a obra que representa o tema gerador, momento em que se busca construir uma organização do canteiro de obra por ajuda mútua (no caso o mutirão autogerido) ao preparar por meio de uma formação a coordenação e os grupos de tarefas. Tal organização se baseia nos princípios da autogestão ao se buscar a interação entre dimensões produtiva e territorial, e a socialização do trabalhador coletivo da construção civil.

¹⁴⁹ Cabe destacar que a partir do Ministério das Cidades ocorreram mudanças e avanços significativos, ao reconhecer a população como protagonistas das diversas intervenções.

Os diversos modos de socialização remetem as formas distintas de aprendizagem em um processo produtivo. No caso da habitação popular, a aprendizagem que se baseia na produção e apropriação social do espaço e do ambiente habitado, se refere aos princípios da educação popular e aos pilares da educação – aprender a ser, a conviver, a fazer e a aprender. Cada aprendizagem remete aos tipos de habilidades e competências específicas – pessoais, relacionais, produtivas e cognitivas, que precisam ser desenvolvidos num processo de aprendizagem. O projeto participativo, portanto, é um momento de concepção do ambiente habitado que objetiva socializar e integrar os participantes numa proposta comum de habitação e habitar inserida no contexto urbano. Pensar a cidade a partir da habitação apresenta a necessidade de pensar a habitação a partir da cidade. O habitar na cidade demonstra distintas formas de habitação. Este processo permite buscar os nexos entre a cidade e o urbano, morfologia material e morfologia social. Compreender o movimento da sociedade e seu devir tornam-se possíveis através do reconhecimento das contradições urbanas.

A prática social de concepção do projeto com participação popular se distingue do *modus operandi* das construtoras. As construtoras e seus arquitetos realizam a concepção de projetos sem se ater ao conjunto de necessidades dos futuros habitantes. Concebem com referências à projetos de “gaveta”, operação pragmática para viabilizar maiores lucros e ter o menor custo nesta operação de concepção, aspecto que diminui ou elimina o caráter e o fazer da arquitetura do ambiente habitado. A arquitetura hegemônica, por sua vez, está inserida em processos produtivos que se assemelha a linhas produtivas das fábricas em processos de fusões com o marketing e a financeirização. Nessa condição, o fazer do arquiteto na sociabilidade do capital se torna apêndice dos processos de valorização do capital e a arquitetura vai perdendo sua condição de arte para se tornar técnica ideologizada, em que predomina a captura da renda da forma através de obras de excesso e de excessão.¹⁵⁰ Com efeito, as atividades planejadas e executadas por construtoras, com base em incentivar a participação dos adquirentes, visam a uma certa sustentabilidade do empreendimento, integração no espaço habitacional e promoção da organização comunitária reduzida ao ambiente casa e condomínio. A preocupação e o objetivo estão voltados para que os participantes apreendam a realizar a manutenção e o uso “adequado” das habitações e dos equipamentos, e não a de se apropriarem desde a concepção do ambiente habitado. As construtoras não estariam interessadas em aprofundar as questões do conjunto de relações sociais que permeiam a vida social da comunidade.

Em decorrência de tais aspectos, o depoimento de moradores como a dona Ana sobre o trabalho da Usina demonstra a importância do projeto participativo pelas seguintes questões:

¹⁵⁰ Ver a tese foi desenvolvida por Pedro Arantes, *Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma*, São Paulo, Editora 34, 2012.

A chegada da Usina foi importante, porque eles começaram a perguntar o sonho da gente, a casa dos sonhos, como que a gente queria, muito claridade. Então cada um foi lá falando. Espaço, claridade, porque cansada de morar num barraco escuro quase uma caverna. A gente queria um lugar assim, arejado. Então a gente foi falando como queria e o pessoal, os arquitetos, o pessoal da Usina que entende foram fazendo lá para sair. A gente só falava como queria, mas a gente não tinha assim a estrutura e o conhecimento para poder fazer um desenho, um projeto. Então a Usina fez e tudo que a gente sonhava para a casa eles conseguiram fazer no papel e transformar em realidade, através do mutirão, e tudo do jeito que a gente queria.

Figura 24: Projeto participativo – arquitetos concebem com moradores



Foto 16. Fonte: Usina.

A concepção coletiva de projeto representou uma relativa elevação de consciência social dos sujeitos envolvidos em relação a habitação e o urbano. A urgência de rápida resolução que afligia os futuros moradores demonstrava ainda o poder do desenho nas mãos dos arquitetos, ainda que relativizado no processo. A concepção coletiva, neste sentido, exigiu um deslocamento no tempo-espaço do capital para permitir a devida apropriação de um outro espaço-tempo cuja finalidade era a da produção coletiva e conscientes no sentido da apropriação, cujas determinações poderiam estar às mãos dos participantes. As decisões de arquitetura, por sua vez, não foram resultado da plena liberdade de decisão destes produtores, decisões que estavam condicionadas ao tamanho e as características do terreno, bem como as modalidades de financiamentos dos programas. Por um lado, as discussões sobre a diversidade de tipologias, a presença de espaços coletivos, o tamanho

das unidades e a qualidade dos materiais e das tecnologias empregadas significaram aprendizados na construção do poder popular destes agentes, em sua capacidade de dirigir, ainda que parcialmente, o seu destino. O *espaço concebido* esteve associada à concepção do processo de obra ao buscar-se um duplo trabalho intelectual: de projeto e gestão, sendo que um dos objetivos era o de fortalecer a capacidade dos trabalhadores-mutirantes em discutir meios e fins de sua ação conjunta. Por outro lado, esta concepção assentada em princípios da autogestão num ambiente social heterogestionário exigia maiores apropriações e responsabilidades dos sujeitos envolvidos. Se isso não ocorresse, os conflitos e contradições seriam mais intensos e desgastantes. Neste aspecto, parece que nem todos papéis e funções ficaram evidentes aos participantes de início, apesar das pré-condições serem explicitadas pela Usina no início (e ao longo) do processo.

Esta etapa do projeto participativo procurou evidenciar que técnica e política são pares indissociáveis na escolha das possibilidades colocadas em discussão (e na percepção das impossibilidades e das alternativas que estavam sendo negadas). O diferencial estaria no fato de que os sujeitos envolvidos pudessem se enxergar como trabalhadores e aliados políticos no processo de socialização, ao direcionarem a técnica como ação política e a política como orientadora da técnica. No entanto, como veremos adiante, as dimensões da política e do profissional se confundiam na tentativa de se estabelecer papéis e fronteiras de atuação. A tentativa de pensar o produto habitação como processo e obra buscava avançar a um nível elaborado de consciência no momento da almejada autogestão, e a construção do projeto participativo, junto ao regime fundiário, as fontes de financiamento e do sistema de planejamento da obra, se apresentam como aspectos determinantes no processo produtivo que se segue. Como observado por arquitetos da Usina,

[...] É nesse momento que o desejo de construção de uma espacialidade diferenciada se desdobra em novidades em vários níveis: do tipo de propriedade fundiária ao tamanho e qualidade das habitações, dos espaços de uso comum ao controle do processo produtivo e dos meios de produção pelos trabalhadores (USINA, 2011).

O controle do processo produtivo e dos meios de produção tem sido a busca da classe trabalhadora em formação desde suas origens. Nem sempre a classe trabalhadora constituiu sua unidade em situações de crise. Por isso, nem sempre assumiu o controle, mesmo quando houve condições históricas para assumi-lo. Esta condição se apresenta como uma estratégia política essencial na construção da autonomia – ainda que relativa – no processo de produção e apropriação de bens, usos e conhecimento produzidos. Por isso, o projeto participativo se configura como estratégia política fundamental na práxis da produção social do espaço. Tal como afirmou Benjamin (1996): “*o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida*”.

2.3.2. Projetar entre a necessidade e a intencionalidade

A primeira vista, a constituição do mutirão autogerido aparece como uma concepção política proposta pela Usina, e assumida pelos participantes que não vivenciaram anteriormente tal experiência, mas que estariam dispostos a encarar o desafio em busca da conquista de uma moradia adequada, com qualidade e com maior e melhor ambiente habitado. Entretanto, essa foi a saída encontrada coletivamente pelos participantes para acessar o financiamento público e não se tornarem mutuários e endividados. Nesse aspecto, o financiamento condiciona a forma produtiva da habitação. Por isso, em uma experiência com princípios autogestionários, as responsabilidades passam a ser maiores e as tarefas muitas vezes desigualmente distribuídas entre os participantes. Os conflitos apareceriam na produção das habitações como manifestação dos interesses, atendimento das necessidades e perspectivas distintas entre os sujeitos. Os relatos a seguir evidenciam as aspirações, interesses e intencionalidades dos arquitetos da Usina neste projeto e suas visões sobre o projeto participativo. O arquiteto José Baravelli, explicitou que:

Eu ingressei no projeto porque queria inserir minha prática profissional dentro de uma concepção da arquitetura que eu aspiro ser coletiva: a de que a capacidade técnica pode se aperfeiçoar a serviço de uma produção não mercantil do espaço habitado. No caso, a visão coletiva antecedeu a pessoal. [...] Acho confusa a noção de “projeto participativo”. Induz a considerar que leigos e técnicos podem e devem ser iguais na elaboração de projetos, o que é falso, além de dar a ilusão de que a mais perfeita integração entre estes dois grupos vai impedir que sejam concebidas ideias equivocadas e até mesmo desastrosas do ponto de vista espacial e construtivo. O que acho importante é a Usina manter seu ideal de qualificar ao máximo as famílias e o movimento social para que estes possam informar e avaliar o projeto de uma forma que seja útil para quem vai criar e definir a arquitetura e o urbanismo.

Já o arquiteto Fernando Minto, apresenta outros elementos para a análise:

Eu tive uma inspiração, de primeira ordem, de iniciar um trabalho com o coletivo Usina. Inicialmente eu conhecia o Mário, depois o João Marcos, que foram meus professores. Eu tinha muita vontade de entender como funcionava essa dinâmica de projeto participativo. Estava bem interessado no modus operandi - como é que funciona, como era possível fazer, qual era o método, e mais interessado ainda em saber qual era o resultado de tudo que a gente participasse. [...] Eu fui para a Usina porque estava de queixo caído e impressionado com o trabalho. Primeiro, eu fui visitar a Paulo Freire (mutirão) com o Pedro para conhecer o trabalho e fiquei em stand by. Depois a Usina me chamou para compor o projeto da Comuna Urbana. No fundo, não de uma maneira ingênua, mas comovido com a expectativa

de participar desse coletivo, a minha atenção nele era maior do que o projeto. [...] Eu não ingressei no projeto, eu fui ingressado. Minha primeira experiência na Usina foi na assembleia lá no Salesiano e foi uma surpresa chegar lá e perceber a organização do movimento e as tramas para desvendar. Os desafios para desenhar foram enormes e inspiradores de início.

Nestes relatos aparecem elementos de busca da concepção coletiva, ao mesmo tempo em que seus limites são explicitados na definição de Baravelli que considera falso a igualdade de posição na elaboração de projetos entre os sujeitos. Tal desigualdade na concepção é a expressão das desigualdades oriundas da divisão técnica e social do trabalho, condição social que demonstra a apropriação dos arquitetos sobre os conhecimentos arquitetônicos e urbanísticos que não são de apropriação comum na sociedade, o que lhes confere uma autoridade no quesito projeto, ainda que a participação da população seja construída coletivamente. Nesta relação, os arquitetos mantêm o poder sobre os rumos do projeto – em sua concepção, implantação e acabamento final. Em contrapartida, os sujeitos “leigos” se apropriam relativamente da discussão da arquitetura de suas residências sem as devidas profundidades operadas pelos arquitetos. Eles se transformam um pouco mais em “arquitetos de sua cidade” ao se reconhecerem no ambiente projetado ao qual habitarão.

Na formação de um arquiteto há muitos aprendizados. O profissional aprende a ser criativo em um campo do conhecimento que além de técnica expressa também uma arte milenar. Aprende a dominar todo o processo de projeto da arquitetura, dos materiais, das técnicas, das soluções de desenho. Em muitos casos, as decisões ocorrem em um âmbito individual do arquiteto, que também é educado para resolver problemas e viabilizar soluções de projetos. Neste sentido, os arquitetos aparecem como artistas, não obstante que suas obras configuram-se como autorais. Entretanto, os arquitetos da Usina acreditam que os projetos de arquitetura estão envoltos em uma série de limitações e contradições, sejam estas econômicas, sociais e políticas. Inserida e resultante destas contradições, a Usina desenvolveu a concepção de que o arquiteto não deveria produzir os projetos apenas mediante suas convicções e conhecimentos, mas fazê-lo mediante a um processo coletivo de diálogo que reflita o processo social de transformação na práxis produtiva da arquitetura e da construção civil em conjunto com os seus produtores. O processo criativo se desenvolve em um processo social mais amplo e almeja a inter-relação entre concepção, produção e apropriação do espaço pelo conjunto dos sujeitos envolvidos. No entanto, é difícil precisar em que medida e quais níveis o conjunto dos participantes se apropriaram do processo, até porque ocupam posições diferentes. A percepção de cada sujeito – neste caso os arquitetos da Usina, os militantes do MST, o Pe. João Carlos e os trabalhadores-mutirantes-moradores – mostra-se distinta no processo. A arquiteta Leslie Loreto analisa alguns destes aspectos ao dizer que:

A intenção de fazer um projeto participativo [...]. Não é que o arquiteto coloque a mão na massa e abdique de todos os seus conhecimentos. Não! É um processo dialético onde o arquiteto reconhece que a formação com a qual ele foi feito é, onde ele pensa só o projeto, onde ele é só a questão abstrata, é um processo onde a gente quer transformar esta questão abstrata em conjunção com prática, em conjunção com a obra, com a pessoa, com a demanda, enfim. [...]. E da população, acho que [...] o fato dela participar de todo esse processo, implica realmente em algo que vai cair, ou que a gente tenta fazer com que caia, numa desalienação. E a pessoa reconhecer essa reivindicação da moradia, e entender que desde o início do processo até o produto final, até ele conseguir a casa, existe toda uma passagem, digamos, política, de conquistas, uma passagem inclusive de desenho, de apropriação, de espaço, de cidade.

Esse processo dialético, ao qual se refere Leslie, não designa apenas a transformação da “questão abstrata” em conjunção com a prática definida por ela como obra, mas o processo em que se busca construir a concepção, a produção e a apropriação mediante as necessidades dos sujeitos, ao levar em consideração suas diferenças, posições e situações no momento em que se inserem no processo. Espera-se que sua construção possa ser mediada por estas diferenças. Por isso, os sujeitos políticos envolvidos no processo da *Comuna* buscaram a superação da alienação por meio de uma “desalienação”, condição que encontra-se inserida nas contradições do fetichismo da mercadoria.¹⁵¹ Ao se apropriarem efetivamente dos meios e do produto do trabalho precisariam representar um movimento geral na sociedade, não apenas de uma obra e de parte desse processo de trabalho.

O processo, neste sentido, necessita ser transformador não apenas da materialidade física de uma obra, mas das relações sociais entre os sujeitos. O produtor também é produzido no processo. Por isso, ao se projetar e construir casas se constrói diálogos. Ao transformar o terreno em um ambiente habitado, se transforma relações e conhecimentos. Conhecimentos transformados se referem as práticas de determinadas relações sociais. Essas práticas manifestam uma dimensão sensível e representam um conjunto de relações sociais que foi relativamente sintetizada na forma urbana da *Comuna* e na vida social dos sujeitos. Com efeito, se almejava com o projeto participativo a construção do poder popular, poder no sentido de apropriação e empoderamento do processo e gestão do trabalho. Nesse aspecto, a *Comuna* representava uma parte do processo de trabalho, cujo o conjunto de relações sociais são mais amplas que o âmbito de empoderamento destes sujeitos. Essa amplitude envolveria fornecedores de materiais de construção, produtores de matérias-primas, força de trabalho contratada, entre outros, que não fazem parte diretamente deste projeto. Tal conjunto representa em sua totalidade as relações de produção, mediada por mudanças nas forças produtivas sociais. Esse aspecto se apresentou como desafiador ao projeto participativo.

¹⁵¹ A questão da alienação – exteriorização e estranhamento – será discutida no item Do mutirão à autogestão na obra.

O projeto participativo foi condicionado pela urgência e necessidade de habitação por parte das famílias e de pressões do poder público. As primeiras atividades de discussão do projeto ocorreram na ocupação do Edifício dos Salesianos e foram as seguintes: 1ª) reativação do imaginário e da memória dos participantes de suas diversas vivências do morar e o seu confronto com referenciais externos; 2ª) incursão ao terreno onde seria construído o projeto, com discussão sobre os espaços de uso comum e a área da moradia; 3ª e 4ª) estudo e desenvolvimento das unidades habitacionais a partir da divisão de grupos: idade e gênero; 5ª) reencontro entre famílias e arquitetos, estes últimos apresentaram algumas plantas desenhadas dos sobrados para discutir com os participantes; 6ª) Apresentação de maquete eletrônica e a discussão das casas e do bairro.

Figuras 25 e 26: Discussões do projeto participativo.



Foto 17. Fonte: Usina.



Foto 18. Fonte: Usina.

2.3.3. Desenho como espaço de representação

Em meio as habitações improvisadas no Edifício dos Salesianos no Jd. Alvorada, feitas pelos ocupantes ainda incompletas e fechadas por tapumes,¹⁵² posteriormente na rua Nicolau Maevsky (imagem acima), se desenvolveu o projeto da *Comuna*. A forma do Edifício dos Salesianos e sua materialidade física propiciou relações distintas no que diz respeito a moradia. Com efeito, seu habitar em relação ao espaço coletivo se diferenciou da experiência vivida na favela. O enorme vazio central do pátio deste edifício propiciou múltiplas apropriações. Neste momento, percebeu-se que o novo projeto poderia reunir espaços vazios e abertos para permitir diversas formas de sociabilidade. Na análise da Usina,

¹⁵² Conforme relato dos arquitetos da Usina, os tapumes que constituíam as residências improvisadas eram os mais inusitados. Alguns foram retirados de propagandas do mercado imobiliário, anúncios que divulgavam apartamentos de luxo, enquanto que os trabalhadores da comuna moravam nestas condições precárias.

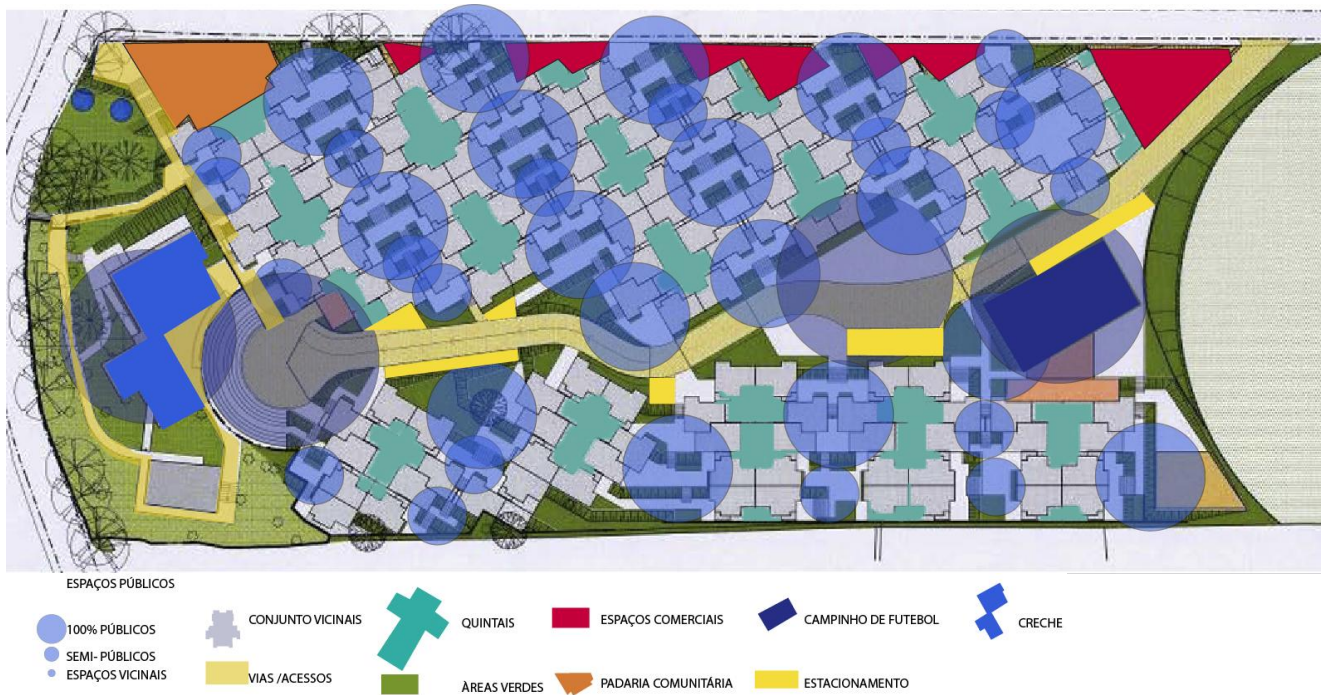
O espaço de meditação dos seminaristas, contudo, estava ali transformado pelos gritos de crianças, brincadeiras, futebol (inclusive feminino), rodas de samba, mesas de dominó, churrasquinho e festas. O “terreiro” central profanado era o lugar da mística religiosa, do movimento e da vida cotidiana. Era o ponto focal que permitia igualmente àquelas famílias terem uma unidade na luta e na tecitura da vida – a começar pelo fato de que estavam há um ano no local sem nenhum assassinato ou ocorrência grave, acontecimentos cotidianos na antiga favela (USINA, 2011: p. 7).

Tal experiência espacial vivida na ocupação, e a organização da *Comuna* já “nucleada” pelo método do MST, foi percebida pelos arquitetos como tema gerador para as atividades do projeto. Por isso, os arquitetos iniciaram os debates a partir dos espaços coletivos, para depois chegarem aos ambientes privados. Nesta proposição, inverteram a prática habitual que costuma partir do desejo imediato da moradia individual. Esperavam, com isso, que os espaços coletivos respeitassem os limites apresentados pelas famílias. Ademais, o costume demonstra que a urbanização oriunda de habitações unifamiliares tende a reduzir as áreas livres comuns. Com o acordo pactuado com as famílias, a estratégia foi a de defender o projeto próprio contra os prédios proposto pelo governo municipal, que pressionava o MST, o Padre e os moradores a definirem logo o projeto para não perder o financiamento do governo federal. Esse tipo de pressão para um projeto pragmático elimina qualquer possibilidade de concepção coletiva do espaço, ao reproduzir as formas de *segregação socioespacial* e limitar o habitar frente a generalização do habitat.

Para a defesa do ambiente construído coletivamente, foi listada as atividades que a comunidade realizava na ocupação e que gostariam de realizar no novo projeto. As principais atividades contempladas no projeto foram: creche e escola infantil, quadra esportiva, oficinas de trabalho, lugar de festas, padaria comunitária, praça, horta comunitária, espaço para atividades de formação, para assembleias e celebrações. Da necessidade de habitação emergiu os anseios e necessidades de apropriação do urbano, e pensar a cidade a partir do habitar foi relativamente possível nessa experiência.

A Usina iniciou os debates a partir dos espaços coletivos e não dos ambientes privados. Realizava a atividade, voltava para o escritório para projetar e apresentava um retorno na semana seguinte. Nessa dinâmica de produção coletiva em que os arquitetos (que não perdiam seu ofício) permitiram como resultado um projeto que dialogou com as múltiplas necessidades urbanas dessa população. A Usina registrou as diferentes proposições dos participantes de acordo com as atividades e suas necessidades. Abaixo imagem com elementos da discussão dos espaços:

Figura 27: Espaços públicos, comerciais e vicinais



Fonte: Janaína Stédile.

A arquiteta Janaína Stedile (2013), a despeito do processo de discussão do projeto pela Usina com as famílias, analisou as escalas dos espaços públicos e, sob forma de desenho, representou estas distinções na imagem acima. A discussão sobre os espaços públicos (as praças), semi-público e vicinais (espaços que ligam a vizinhança) permitiu a garantia de três escalas distintas de espaços públicos. A imagem acima explicita a localização de cada um desses espaços, junto aqueles que teriam seus usos como quintais. Os espaços comerciais foram garantidos de frente para a rua do bairro, tal como a Padaria Comunitária proposta do Pe. João Carlos.

Entre tantas discussões sobre os espaços, os quintais e os equipamentos (escola), o que possibilitou maior liberdade de concepção foi a supressão do lote, que permitiu projetar as casas integradas umas nas outras e os espaços coletivos. Essa liberdade de desenho esteve aliada ao domínio técnico em se projetar no terreno com desníveis que exigia inovações estruturais arrojadas. Todavia, a Usina optou por desenhar uma espécie de “Vila” ao encarar as dificuldades de inserção urbana do projeto, já que a construção estaria voltada para dentro em decorrência da característica do terreno. Apesar disso, a implantação do projeto sugere a figura condominial em decorrência da fragilidade de conexão com o entorno. O condomínio foi um dos aspectos que os sujeitos buscaram fugir ao tentar outras alternativas. O projeto, devido a complexidade urbana e habitacional, procurou garantir espaços de sociabilidade a partir dos indivíduos, passando pela escala da famílias, do grupo, do coletivo até chegar à “comunidade”. Abaixo uma imagem do projeto:

Figura 28: Casas e urbano no Projeto Comuna Urbana Dom Helder Câmara



Fonte: Usina.

O projeto construído foi distinto dos conjuntos-padrão oferecidos por governos e expressou as demandas, necessidades e aspirações dos participantes. Todos os espaços coletivos solicitados pelas famílias foram contemplados no projeto. As casas passaram a ser de 68m² e todas com 3 dormitórios, 50% maiores do que os apartamentos propostos anteriormente. A discussão de projeto possibilitou que se chegassem a cinco tipologias diferenciadas, que se encaixavam uma nas outras, ao criar um espaço diverso de situações volumétricas e espaciais. As tipologias vão de A a C com dois tipos espelhadas D1 e D2. Essa espacialidade projetual é composta por 13 praças entre os núcleos, um anfiteatro e outros espaços para atender as necessidades urbanas de seus habitantes. O espaço projetado permitiria uma relação integrada entre os habitantes, ao viabilizar encontro e apropriação de um espaço que foi concebido conjuntamente entre eles e os arquitetos-urbanistas. Esta prática espacial permitiu minimizar a distância entre concepção e apropriação do espaço, mas não inverteu totalmente a lógica sobre a qual é produzida.

Na visão da Érica do MST, esse processo foi visto da seguinte maneira:

O projeto foi muito construído com as famílias. O modelo da casa, todos os espaços. As famílias puderam de fato dizer como elas queriam isso daqui. Foram longos debates. Eu lembro que a gente se encontrava aqui nessa área já de domingo. E as pessoas diziam: “Eu quero minha casa assim”; “Acho que a escola fica legal aqui”. Então, tudo foi construído coletivamente com a Usina que teve essa abertura para ajudar na construção nesse formato.

A relação entre *espaço concebido* e *espaço vivido* se construiu mediante ao processo de projeto participativo do *espaço percebido*. Os participantes puderam conceber e viver junto com os arquitetos a construção do projeto. Abaixo uma ilustração das casas e praças:

Figura 29: Habitação e urbano – praças a cada 10 habitações



Fonte: Usina.

O projeto da *Comuna* reúne espaços para atender outras dimensões da vida social e pública, tal como na imagem acima. Foi concebido com vista a atender a necessidade de organização política dos habitantes, de educação infantil, de manifestação cultural, de geração de renda. A cada 10 casas uma praça que contempla no espaço a forma de organização dos 13 núcleos desses habitantes. Além de ser um espaço para facilitar o encontro e as reuniões, passa ser o espaço de brincadeiras das crianças e dos churrascos entre os vizinhos. Essas tipologias e praças foram pensadas a partir de um terreno com uma topografia em “V” como um vale, aspecto que levou os arquitetos a projetarem as casas viradas de frente uma para outra em cada parte do vale. O espaço urbano da *Comuna* reproduziria relativamente a concepção de “Vila”.

As tipologias das casas foram pensadas a partir de níveis de sociabilidade. A proposição foi a de que não houvesse separação entre a cozinha e a sala. Não houve também separação entre os quartos (essa foi opcional). A casa foi pensada com vista a coletivização de seu espaço interior que está em relação com seus espaços exteriores (quintais, praças). Os quintais projetados permitiriam a inter-relação entre vizinhos, que poderiam se apropriar de um espaço maior de quintal ao juntar seus espaços “individuais” que permite a relação com núcleos vizinhos. Nesse sentido, ao se partir do nível da casa (espaço de um e da família) chega-se ao quintal (espaço de dois e de duas famílias), com interações amplas nas praças dos núcleos (espaço do grupo) até chegar ao anfiteatro (espaço da

“comunidade”). Estas mediações no espaço físico são resultantes da interação entre *espaço concebido* e *espaço vivido* desses sujeitos, ao expressar o seu *espaço percebido* (prática espacial).

No entanto, conceber habitações e espaços urbanos expressa uma prática que ainda está sob as mãos de arquitetos-urbanistas, inseridas sob determinadas relações sociais. Em qual nível de intervenção social estaria a prática destes profissionais? Lefebvre situa esta questão ao dizer que:

O pensamento reflexivo ora confunde, ora separa os “níveis” que a prática social discerne, colocando assim a questão de suas relações. O habitar, a habitação, “o habitat”, como se diz, concernem à arquitetura. A cidade, o espaço urbano, dependem de uma especialidade: o urbanismo. Quanto ao espaço mais amplo, o território (regional, nacional, continental, mundial), é da alçada de uma competência diferente, a dos planejadores, dos economistas. (LEFEBVRE, 2012: p. 29)

O território aos planejadores e economistas. A cidade aos urbanistas. A habitação e o espaço físicos aos arquitetos. Nesses níveis de interferência de cada profissional fica evidente sua possibilidade de influência sobre a definição do espaço social e urbano. Por mais que o desenho tenha sido concebido como espaço de representação (*espaço vivido*) com os futuros habitantes da *Comuna*, isso não permitiu a superação da condição de representação do espaço (*espaço concebido*), já que a segunda forma domina e subordina a primeira. Nesta relação, por mais que houve transformações de todo tipo, o arquiteto-urbanista ainda se manteve como arquiteto-urbanista, ao vivenciar espaços de relações distinto em relação ao MST, a Cáritas e aos trabalhadores-mutirantes, cada qual por estar em posição, necessidade e intencionalidade diferente.

Como entender então os níveis e dimensões de articulação e consolidação da *Comuna* que se constituiu pela necessidade de habitação e urbano? A seguir o projeto em meio ao financiamento.

3.1.4. Espaço político, financiamento público e questão fundiária

Resultado de um processo histórico construído coletivamente entre os sujeitos, o projeto da *Comuna* se desenvolveu em paralelo com as negociações de viabilidade financeira da obra entre Usina, MST, Prefeitura, órgãos estaduais e federais. A qualidade almejada do projeto foi viabilizada por uma combinação de recursos aos níveis municipais, estadual e federal com subsídios públicos. Os sujeitos do processo consideraram uma vitória dessa luta popular o acesso aos fundos públicos até então acessíveis apenas às construtoras e incorporadoras. Entretanto, as formas de financiamento iriam também ocasionar problemas ao longo da obra. Por isso, a disputa por fundos públicos

tornou-se uma necessidade para realização de projetos que grupos organizados de trabalhadores que não conseguem resolver por conta própria.

Essa luta ocorre as vezes por meio de organizações políticas que se viabilizam através de contribuições oriundas de sindicatos e centrais sindicais, partidos políticos e associações vinculadas a determinados segmentos de setores industriais, serviços e comércios, que procuram se realizar pela luta. No caso da construção civil os sindicatos patronais, tal como o Secovi, são aqueles com maior força política para influenciar governos no atendimento de seus interesses. Os sindicatos de trabalhadores da construção civil se dividem em organizações estaduais ligadas às distintas centrais sindicais, o que enfraquece o poder de barganha da categoria.

A Usina em sua história se relacionou mais com o Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo e com o Instituto dos Arquitetos do Brasil do que com o Sindicato de Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo, que atualmente está vinculado a Força Sindical.¹⁵³ Esse aspecto se desdobra em um processo em que as experiências de mutirões autogeridos se configuraram em projetos de movimentos de moradia e assessoria técnicas, aparentemente sem ligação com movimento sindical e trabalhista, ao demonstrar a cisão entre as lutas por melhores condições de trabalho e lutas por moradia.

Com a criação do Estatuto das Cidades e do Ministério das Cidades ocorreram avanços no que diz respeito a consolidação de instrumentos urbanísticos para a execução da política urbana. O Estatuto passou a definir instrumentos urbanísticos para ordenamento do uso do solo com foco na manutenção do princípio da Função Social da Propriedade. Foi desta definição que os arquitetos da Usina acharam brechas para definir a localização com base no Plano Diretor de Jandira, ao exigir uma área de ZEIS 2 para implantação do projeto descrita da seguinte maneira:” ZEIS 2(vazias) – terrenos não edificados e imóveis subutilizados ou não utilizados, dotados de infraestrutura urbana, necessários à implantação de empreendimentos públicos, de comércio e serviços de caráter local, de recreação e lazer”.

Os instrumentos urbanísticos, por mais avançados e completos que possam parecer, não substituí o espaço de luta e da política de movimentos e trabalhadores. Foi avaliado pelos sujeitos o zoneamento da área atendida e a função social da propriedade. Nesse sentido, para iniciar um projeto habitacional foi preciso garantir o terreno. Então, após negociações, a Prefeitura de Jandira viabilizou o recurso de sua compra via Ministério das Cidades, aspecto que garantiu o projeto.

¹⁵³ A Força Sindical é uma central sindical que reúne diversos sindicatos de trabalhadores por segmentos da produção e serviços. Esta central demonstrou historicamente, em alguns momentos, uma característica peculiar em que seus dirigentes fizeram negociações com patrões sem haver debatido e consultado as “bases”. É vista e rotulada por outras centrais sindicais como “pelega”, como àqueles que se vendem aos patrões e não fazem o enfrentamento radical.

Na luta pelo projeto da *Comuna* foi possível combinar recursos de todos os entes da federação: Prefeitura de Jandira, Estado de São Paulo e Governo Federal. A Prefeitura garantiu o terreno e foi responsável pela infraestrutura (água, esgoto, elétrica e escola). A contra-partida da Prefeitura foi de R\$ 900 mil que, somado aos R\$ 1,5 milhão da OGU¹⁵⁴ que totalizou R\$ 2,4 milhões, viabilizaria o terreno e a infraestrutura. A Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo aportou R\$ 15 mil por cada casa como complementação de recurso que totalizou em torno de R\$ 1,9 milhões, mais os rendimentos financeiros. Do Governo Federal os recursos vieram do Programa Carta de Crédito do FGTS Operações Coletivas – R\$ 14 mil por casa, somado a contrapartida das famílias. A contrapartida das famílias foi apenas de R\$ 2 mil como forma de pagamento e R\$ 4 mil em trabalho voluntário na obra na forma de mutirão. Os valores por unidade habitacional incluindo o terreno, a infraestrutura e os equipamentos comunitários totalizaram R\$ 47 mil. Neste “malabarismo” financeiro as famílias não se tornaram mutuárias e endividadas pelo financiamento. Se tornaram “beneficiárias” que conquistaram o direito à uma transferência de renda. O total por unidade habitacional resultou em 2008 em torno de R\$ 53 mil. Para a Usina, um dos valores mais altos obtidos pelo movimento na produção habitacional por autogestão até aquele momento.¹⁵⁵

Ao longo do projeto participativo, visava-se a proposta de ir além da habitação e fortalecer o processo como espaço político. Neste momento, temas como renda da terra, espoliação urbana dos trabalhadores e reforma urbana foram introduzidos e problematizados. Ademais, o processo produtivo do ambiente habitado passou a representar a disputa também por condições de trabalho dignas neste projeto. Em sua maioria eram trabalhadores pauperizados, alguns com origem entre os “marreteiros de trem”. A possibilidade de associar trabalho e moradia neste projeto sempre esteve presente e resultou numa experiência singular que será analisada mais adiante. Talvez por isso, a proposta do projeto foi explicitada de tal modo em seu memorial:

O desafio da Comuna Urbana é o da produção de assentamentos populares urbanos de novo tipo, que congreguem espaços de moradia, lazer, educação e trabalho num mesmo local, restituindo a dimensão de totalidade do ser social [...]. Na Comuna Urbana, a materialidade física do espaço construído deverá ser capaz de suportar e estimular a organização social pretendida. Por isso mesmo, esse novo espaço não poderá ser a mera reprodução do existente, dos loteamentos de periferia e tampouco dos conjuntos habitacionais convencionais, que obedecem a uma lógica de produção da cidade que reitera a desigualdade e a segregação, bem como a fragmentação e o individualismo (USINA, 2007).

¹⁵⁴ Orçamento Geral da União.

¹⁵⁵ Usina, 2010.

O projeto, portanto, visava sintetizar num mesmo espaço produzido diversas dimensões e possibilidades da vida social. Espaço integrador, em vez de segregador. De espacialidades relacionais, em vez de relações cindidas na espacialidade urbana. De modo geral, as proposições urbanas e espaciais estão sob a órbita do Estado político regulador. Entretanto, projetos desta natureza constroem conceitos, invertem verdades e contribuem em mudanças de práticas sociais.

Durante o processo, a propriedade fundiária tornou-se questão central. Questionou-se a possibilidade de apropriação privada desse processo de luta e organização construído coletivamente. O MST e a nascente *Comuna*, com o devido apoio da Usina, se posicionaram a favor da propriedade coletiva e da prevalência do valor de uso. Este posicionamento visava restringir a futura mercantilização das unidades habitacionais e tentava garantir o coletivismo em vez da forma condomínio (fração ideal). Ocorreram longas discussões entre os sujeitos e a CEF. Entretanto, a legislação brasileira inviabiliza a propriedade coletiva da terra, apesar de haver mecanismos como a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), instrumento público urbanístico que permite a regulação do Estado sob forma de concessão fundiária do terreno, que permite o valor de uso dos imóveis aos proprietários que só podem vendê-los sob consulta e mediação anterior ao Estado, que tem preferência de adquirir o imóvel como maneira de ampliar seu estoque habitacional.

Com efeito, pensou-se inicialmente que o empreendimento habitacional poderia ser caracterizado como uma cooperativa ou associação, na qual todas as famílias estariam representadas sob forma jurídica. Como no Brasil a propriedade residencial não pode ser transformada em capital cooperativo, na qual cada morador teria uma cota-parte como se faz no Uruguai, esta possibilidade foi inviabilizada. Então, a *Comuna* teria que se transformar em um condomínio residencial no qual a propriedade da terra seria fragmentada, individualizada e privatizada sob a condição de fração ideal. Para escapar desta armadilha, a coordenação da *Comuna* propôs que a terra continuasse pública e que os moradores obtivessem a cessão coletiva de uso, como forma de inibir a mercantilização da conquista coletiva. Tal questão ficou em aberto e se resolveria na finalização da obra. Em sua análise sobre esta polêmica, Baitz (2011: p. 231), analisou que

A estrutura estatista (Governo Federal, Estado, Município, Caixa Econômica Federal), acostumada a pulverizar as demandas e resolver individualmente a titularidade da terra (CDRU individual), encontra-se perplexa: a reivindicação se faz por um título coletivo (CDRU coletiva). Sobrepõe-se outras questões: os espaços públicos (ruas, praças) serem considerados coletivos, igualmente sob titulação coletiva, sob uma estratégia muito clara: restabelecê-los na ordem do comum, e portanto, da contra-propriedade, acima da ordem da propriedade privada ou pública. No plano das estratégias, encontra-se reivindicar a propriedade – ainda que mínima, a de uma CDRU – para, na qualidade de proprietário, poder dispô-la de modo não restritivo. A questão, a se responder, é se as pessoas levarão às

últimas consequências o processo que deram início, o que exigiria re-situar suas propriedades conquistadas no plano da contra-propriedade. (BAITZ, 2011: p. 231).

Em sua busca pela contra-propriedade, Baitz destacou ainda uma citação importante de Lapassade e Lourau (1972: p. 159), em que argumentam que

‘Contra’ não significa negação pura e simples da instituição e recusa em aceitar a ideia de que toda sociedade funciona com formas institucionalizadas. A negação simples se exprimiria antes através da ação antiinstitucional: pela marginalização ou crítica ideológica, pela alternativa grupista ou comunitarista no nível do sonho, pela rejeição de aparelhos tidos como ‘traidores’ em relação à base, etc. A luta antiinstitucional, primeiro momento, e momento indispensável da ação revolucionária, é a reação imediata à ação institucional, isto é, à ação reformadora (ou conservadora) na e pelas instituições existentes. A ação antiinstitucional é a negação absoluta das instituições que constituem a peculiaridade do modo de produção atual, isto é, das instituições sob a forma que assumem a reprodução e a produção das relações sociais no modo de produção capitalista (forma política ou econômica ou ideológica). A negação absoluta tem por conteúdo a negação da negação simples. Consiste em agir para a elaboração de novas formas sociais (experimentais e ou de luta), em vez de contentar-se com o negar formas sociais existentes e todas as formas possíveis, num ceticismo liquidados ou nihilismo sem conteúdo de classe.

A contra-propriedade, portanto, só pode ser visualizada no âmbito comum – síntese da relação público-privado. O processo da *Comuna* demonstrou indícios concretos de busca desse comum para além da contradição público-privado. Entretanto, essa busca expressaria a prática histórica destes trabalhadores pauperizados ao tentarem agir sobre a totalidade de seu mundo¹⁵⁶ em sua luta por habitação. A habitação, por sua vez, se tornou um bem imóvel valorizado e uma propriedade desejável (e necessária) em uma sociedade produtora de mercadorias. Por isso, o sentido e a realização da contra-propriedade abriria precedentes na construção da síntese de um conteúdo emancipatório ao conceito da *Comuna*, emancipação proposta em sua origem, mas que se desenvolveu (e se desenvolve) de acordo com o movimento de contradição da realidade dos sujeitos (e de seus interesses reais). O elemento emancipatório inicial foi o da política, que apareceu enquanto reivindicação, mas ainda não como realização. Sua realização se efetivaria em outros momentos do processo: repensar o espaço socialmente produzido após a conquista e o desenvolvimento do projeto participativo. Para isso, há uma necessidade de problematizar o

¹⁵⁶ Para Guy Debord (2009: 51) “O pensamento da história só pode ser salvo ao se tornar pensamento prático; e a prática do proletariado como classe revolucionária não pode ser nada menos que a consciência histórica agindo sobre a totalidade de seu mundo. Todas as correntes teóricas do movimento operário *revolucionário* são resultantes do confronto crítico com o pensamento hegeliano, seja em Marx, seja em Stirner e Bakunin.

financiamento e subsídio público, o modelo de gestão da política habitacional e o regime fundiário. Estes aparecerem como elementos decisivos para caracterizar a disputa em que está inserida a construção do poder popular na constituição de uma experiência de autogestão produtiva e territorial do espaço produzido.

Por isso, em que medida então o *espaço concebido* (e depois produzido) da *Comuna* questionou o espaço absoluto cartesiano-padrão que predomina no urbano? Parece que sua concepção aponta para a intencionalidade de viabilizar espaços físicos que garantam o uso comunitário em escala de espaços públicos. Para Lefebvre (2006: p. 31; 52), o que interessa é a distância que separa o espaço “ideal”, dependente de categorias mentais (lógico-matemáticas), do espaço “real”, o da prática social, ao destacar que gerar (produzir) um espaço social apropriado, no qual a sociedade geradora toma forma apresentando-se e se representando, ainda que ela não coincida com ele e que seu espaço seja “tanto sua tumba quanto seu berço”, isso não se realiza em um dia por se tratar de um processo.

O projeto da *Comuna* reproduziu aspectos de características de uma “Vila” com um discurso de variadas vertentes. Expôs a separação funcional de espaços como escola e creche inserida na lógica dominante do espaço absoluto em relações de sujeitos que produziram e buscaram se apropriar de suas necessidades. Desde a ocupação do Edifício dos Salesianos, ao período de residência na Comuna Alojamento, a luta por habitação se converteu em espaço de sociabilidade política na política da habitação em meio a tentativa de organizar este fragmento pauperizado da classe trabalhadora. Nesse processo, o sincretismo da vida cotidiana, a mística religiosa e a organização política demonstrou o fazer-se da classe oriunda da cotidianidade urbana, ao expor a necessidade de compreensão do espaço urbano como condição fundamental de atuação e organização das classes em sua luta por apropriação das riquezas (tempo) e do espaço socialmente produzido. Por isso, o fazer-se das classes se materializa espacialmente e tal processo influencia as ações destas classes ao se apresentar como dimensão analítica da historicidade.

Em meio aos impasses das políticas urbanas e habitacionais – hegemônicas pelo Estado e o setor imobiliário – nasceu uma proposição urbana de *Comuna* nos limites da luta habitacional. Nesse contexto, vimos que a habitação se apresentou como um falso problema e a luta popular, nos limites da provisão habitacional, demonstrou não contribuir com a resolução do conflito entre propriedade privada do imóvel (e da terra) e o direito à moradia. A terra tornou-se condição de vida para o trabalho e condição de produção para o capital. Por isso, produzida no contexto do PMCMV – programa que resgatou o sentido produtivista do BNH como mecanismo de acumulação capitalista na produção do espaço – o processo da *Comuna* expôs a necessidade de compreensão do contexto e da estrutura das relações de produção capitalista para se repensar as estratégias de

(re)produção do espaço. Esse mecanismo de acumulação, por sua vez, expõe a necessidade de reprodução do capital que incorporou em seus limites a necessidade de reprodução da classe trabalhadora – habitação como espaço de reprodução das classes sociais. Não se precisaria produzir novas habitações, porque os trabalhadores em sociedade já às produziram (déficit habitacional versus imóveis vazios), mas ao produzir novas unidades (o caso da *Comuna*) poder-se-ia interferir na forma, estrutura e função deste espaço. Mas qual seria então os níveis de interferência dos sujeitos da *Comuna* no processo de trabalho na produção do espaço urbano?

A concepção do espaço necessitaria levar em consideração as leis do espaço e suas dimensões oriundas de necessidades diferenciais. A questão sobre o espaço físico-social se apresenta como algo a ser desvendado pelos sujeitos em suas práticas sociais. Os indivíduos manifestam dificuldades de se relacionar com o espaço em variados níveis e lugares de apropriação – habitação, transporte, ruas, avenidas. Ao embarcar num vagão do metrô em horário de pico, por exemplo, muitos indivíduos demonstram a dificuldade de entrar em meio ao empurra-empurra da aglomeração e, em alguns casos, embarcam pela porta devagar quando está menos aglomerado para evitar pequenos acidentes, quando se poderia embarcar mais rapidamente. Por isso, há uma relação entre apropriação e espaço que precisa ser compreendida a partir das experiências corporais e espaciais (a relação corpo-mente-espaço).

No caso da *Comuna*, a forma CDRU como propriedade pública se apresentou como alternativa inicial de apropriação dos espaços públicos e coletivos, os quais pretendiam estar sob gestão da coordenação do MST e da *Comuna*. Nesse sentido (e historicamente), em que medida a arquitetura e o urbanismo contrapôs as necessidades diferenciais ao espaço absoluto da lógica cartesiana? Parece que as assessorias técnicas cumpriram importante papel, mas ficaram ao meio do caminho e atualmente “isoladas” com a hegemonia do PMCMV e das construtoras.

Ao analisar o processo da *Comuna* (e sua relação com o Estado) fica evidente os níveis de interferência de cada profissional (arquiteto, urbanista, economista) e sua influência sobre as definições do espaço urbano. Os limites do financiamento, a regulação do Estado e as determinantes da propriedade privada (da produção, da terra e do imóvel) impõe limites à luta emancipatória da classe trabalhadora. Como então encontrar saídas para a história nessas lutas urbanas? Um importante caminho para a busca da contra-propriedade – a luta do uso (apropriação) contra a troca (propriedade) – é analisar o seu processo produtivo que se caracterizou por uma base manufatureira e um trabalhador coletivo. Sua experiência permitiu aqui problematizar as contradições na relação entre *cooperação* e *socialização*, *alienação* e *apropriação*, ao expor a necessidade de mediação entre concepção, produção e apropriação, e discutir em que medida esse processo se contrapôs a aliança da gestão urbana entre governos e construtoras, questões analisadas no próximo capítulo.

Capítulo 3

Autogestão e mutirão na produção do espaço diferencial

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade

Henri Lefebvre

3.1. Base manufatureira e trabalhador coletivo

A experiência da *Comuna* se insere na história da autogestão nos canteiros de obras, canteiros que estiveram (e estão) em antagonismo e oposição com a heterogestão (gestão pelo outro) – processo pelo qual os *meios* e o *produto* do trabalho não pertence a quem produz. A produção organizada em base heterogestionária (setor imobiliário) pressupõe a hierarquia do processo de trabalho oriunda da propriedade privada e das divisões técnica e social do trabalho. Na prática da autogestão, há o componente de horizontalidade e a tentativa de se construir relações sociais equitativas de democracia direta imersas em relações desigualitárias. Tal prática promoveu intensos debates que se disseminaram em experiências cooperativistas e da Economia Solidária.¹⁵⁷

De maneira distinta da heterogestão, o mutirão na produção habitacional passou a ser um espaço de experimentações e desenvolvimento de iniciativas autogestionárias e arquitetônicas. Este desenvolvimento foi possível no canteiro de obras por causa da baixa composição orgânica do capital, o que permitiu um trabalho mais próximo do artesão ainda com a presença da manufatura, ao abrir possibilidades para o trabalho experimental e criativo para os conjuntos dos participantes e uma maior apropriação do processo de trabalho. Para se chegar a estes níveis de experimentações, na tentativa de aliar arquitetura e trabalho livre, houve embates e problemas que se desenvolveram na práxis social da arquitetura contemporânea. A distinção entre manufatura e artesanato pode ser caracterizada por suas formas que remetem a processos sociais distintos. O artesão fazia com as mãos todo o processo de um produto para vender num tempo necessário de produção artesanal. Com efeito, o processo e o produto lhe pertenciam. Na manufatura a produção, ainda que realizada com as mãos sob baixa industrialização, já se organizava sob uma lógica produtivista que exigia uma cooperação baseada na divisão do trabalho. Marx descreveu e analisou o processo de transformação do artesanato para a manufatura da seguinte maneira:

¹⁵⁷ Este aspecto sobre o cooperativismo e a Economia Solidária analisarei adiante no texto.

[...] O costureiro, o serralheiro, o correeiro etc., que se ocupam apenas com a feitura de carruagens, perdem pouco a pouco com o costume a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda sua extensão. [...] Originalmente, a manufatura de carruagens aparecia como a combinação de ofícios autônomos. Progressivamente, ela se transforma em divisão da produção de carruagens em suas diversas operações particulares, e que cada operação cristaliza-se em função exclusiva de um trabalhador, e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais. (MARX, 1988: p. 254).

Esse embate entre artesanato e manufatura foi analisado no âmbito da arquitetura em *O canteiro e o desenho* por Sérgio Ferro, um dos autores que influenciou as experiências da Usina. Ferro estabelece uma nova dimensão para o seu trabalho na tentativa de produzir uma teoria crítica da arquitetura. Como um dos fundadores da Arquitetura Nova,¹⁵⁸ Ferro fez a crítica a Artigas (2004), autor que foi influenciado por Le Corbusier e a arquitetura moderna. Artigas analisou que o campo de ação do arquiteto ampliou-se nas condições do mundo contemporâneo e buscou soluções que vinham sempre acompanhadas do poder de um Estado desenvolvimentista capaz de executar grandes obras, num projeto moderno que revelou-se autoritário e que reafirmou as contradições da modernidade capitalista através da construção. Ferro, por sua vez, procurou decifrar o mistério da “farsa da construção” ao demonstrar que a elaboração material do espaço é mais uma função no processo de valorização do capital do que fruto de alguma coerência técnica ou artística interna à obra. Sua hipótese central foi a de que o desenho de arquitetura é o “caminho obrigatório” para a extração de mais-valia (trabalho excedente) e não pode ser separado de qualquer outro desenho para a produção de mercadorias. Ele caracterizou a produção da arquitetura como organização do trabalho em forma de manufatura, espaço pelo qual o capital divide o trabalhador, separa suas ações em pedaços e não permite uma apropriação do conjunto do processo, aspecto que foi de domínio do artesão até as formações sociais pré-capitalistas. O autor conclui ao destacar que foi na divisão manufatureira do trabalho que emergiu a figura do arquiteto com o seu “desenho separado”, encarregado da concepção da totalidade do objeto.

Arantes (2006: p. 16), por sua vez, analisou que,

[...] No canteiro de obras, a fragmentação e a hierarquização criam uma pirâmide que define o grau de acesso à informações, partindo do mestre capacitado a ler os desenhos até os inúmeros serventes que apenas transportam carga sem saber de nada – são energia em estado puro. As separações também procuram enfraquecer o poder político dos trabalhadores, através de demissões e transferências frequentes, evitando a formação de fortes identidades em cada equipe de trabalho. A todas essas separações corresponde o seu

¹⁵⁸ Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império representam o trio fundador da Arquitetura Nova.

contrário: uma re-totalização forçada sob o comando do capital. Forma-se o “trabalhador coletivo”, que é a reorganização dos trabalhos separados em função da produção da mercadoria definida a priori. O desenho, por sua vez, determina a convergência das diversas ações num produto final – ajudado, é claro, pelo capataz. Assim, o trabalho é separado e reunido por uma dupla violência, uma vez que não há livre associação entre os trabalhadores. (ARANTES, 2006: p. 16).

Nesse sentido, o canteiro de obras configurou-se como o espaço concreto de dominação pelo desenho na produção na construção civil. O arquiteto nesse processo produtivo assumiu um papel de elaboração da padronização dos produtos da empresa que se pauta por um modelo de construção padronizado, cujo procedimento é a da produção habitacional em série referenciada na indústria e nos preceitos de Le Corbusier (2004)¹⁵⁹ que, por sua vez, havia definido quatro funções e níveis para a organização espacial e territorial das cidades: habitar, trabalhar, recrear e circular. Le Corbusier fez parte do movimento modernista que defendia a internacionalização da arquitetura moderna para o mundo todo. Em contraposição às tendências dominantes desse movimento, um grupo chamado de Team Ten (ou Team X – Time dos Dez)¹⁶⁰ problematizou as categorias de organização funcional, e propôs no Manifesto de Doorn a redefinição em escalas desde a casa, a rua, o bairro (ou distrito) à cidade, numa defesa da concepção em escalas fundamentada na necessidade de reforçar o caráter do espaço urbano como gerador de relações humanas.¹⁶¹

No entanto, a tendência no modo de produção capitalista foi a de transformar as atividades do arquiteto e reduzi-la ao agenciamento de tipologias padronizadas nos terrenos, num setor que está organizado sob forma de uma cadeia produtiva com base na separação espacial das funções urbanas e sociais. A cadeia produtiva da construção civil é composta por uma série de etapas ou

¹⁵⁹ Le Corbusier (2004) na década de 1930, fascinado pela experiência do taylorismo-fordismo, defendeu a ideia de se fazer apartamentos em escala. Para ele, a Fiat não faz carro, Uno, o mesmo tal? Então ele enfatiza que a ideia é que se faça do mesmo jeito – apartamento de dois quartos como se fosse em série. Por isso, enxerga que a grande indústria deve se ocupar da construção e estabelecer em série os elementos da casa, a partir da necessidade de se criar o estado de espírito da série – de construir casas em série; de residir em casas em série; de conceber casas em série. Nele se vê a redução do papel da arquitetura a lógica produtivista da indústria, cuja perspectiva é muito forte ainda hoje.

¹⁶⁰ O Team X foi constituído por arquitetos encarregados de preparar o 10º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), por isso esse nome. Formado por arquitetos com formações distintas o Team X, após haver criado um racha no 9º CIAM ao desafiar sua doutrina de urbanismo, se propôs a organizar o congresso seguinte com inovações no debate sobre a arquitetura moderna. O núcleo mais ativo do grupo era composto por sete arquitetos: Aldo Van Eyck, Alison Smithson, Georges Candilis, Giancarlo De Carlo, Jacob Bakema, Peter Smithson e Shadrach Woods. Duas tendências influenciaram esse grupo: o Novo Brutalismo dos membros ingleses Alison e Peter Smithson; e o Estruturalismo dos membros holandeses Aldo Van Eyck e Jacob Bakema. Ver Ana Cláudia Castilho Barone, *Team 10: arquitetura como crítica*, São Paulo, Annablume, 2002.

¹⁶¹ Para Sosa e Segre (2008) “a proposta do Team X focalizava o problema da identidade e propunha que a comunidade deveria ser construída a partir de uma hierarquia de elementos de associação, confirmada no diagrama apresentado no Manifesto de Doorn (1954), primeiro documento publicado pelos jovens arquitetos dos CIAM, resultado da reunião de Doorn em 1954 preparatória para o congresso de Dubrovnik de 1956. Em lugar das quatro categorias funcionais, a hierarquia proposta pelos Smithson se baseava nas categorias de ‘casa, rua, distrito ou bairro e cidade’, que se apresentavam como via para reconfigurar a cidade sem perder sua vitalidade e sua identidade”.

momentos produtivos constituídos como produtos de trabalhos privados, organizados pela produção de insumos (minério de ferro); em seguida pela produção da matéria-prima (cimento, ferro e aço, tijolos); passa pela indústria de processamento e distribuição (comércio, encomendas diretas), até chegar ao canteiro de obras, momento da construção de uma casa ou edifício de apartamentos com relativo poder de decisão de engenheiros e arquitetos sobre o produto da obra. Deter o poder político e econômico do setor significa se apropriar do poder sobre a produção da cidade e do urbano, poder que foi assumido por sujeitos do setor imobiliário. O setor imobiliário, entretanto, chamado popularmente de “mercado imobiliário”, é composto por construtoras, empreiteiras, incorporadoras, imobiliárias e locatários de imóveis, bancos de créditos hipotecários, advogados especialistas em direito imobiliário, cartórios e órgãos públicos envolvidos no registro de imóveis cuja função é de formalizar a vontade de partes envolvidas em compra/venda de imóveis ao mercantilizar as relações de aquisição de imóveis nas cidades.

O mutirão autogerido, por sua vez, se constituiu como uma tentativa de se contrapor a este poder de mercantilização do direito à habitação e à cidade em sua busca pela socialização da técnica e do modo de fazer, ao permitir uma apropriação mais ampla do espaço urbano através da contradição entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo.¹⁶² Reuniu movimentos populares de moradia diversos e se expressou como uma das potências do Movimento de Reforma Urbana. O processo do mutirão esteve permanentemente em contradição com a hegemonia das construtoras e da autoconstrução na disputa pela produção do espaço urbano através de habitações para as chamadas “classes médias” e para as classes populares. Somente conseguiu consolidar suas experiências entre as classes populares, ao estar imerso nas determinações do fetichismo da mercadoria e na lógica da lei do valor que fundamentam a lógica de produção na construção civil. Ainda assim de maneira residual que não se generalizou. Por quais razões então o mutirão autogerido não se generalizou como experiência das classes populares? Esta questão pode ser buscada na compreensão do setor da construção civil.

O setor habitacional da construção civil foi diagnosticado por diversos autores como um setor produtivo atrasado em relação aos demais setores da indústria nacional. Para Ewbank (2007), a base manufatureira da construção civil se caracteriza da seguinte maneira:

A composição orgânica do capital na produção habitacional possui características peculiares. O maquinário introduzido nos canteiros de obra, embora possa ser um maquinário de médio porte, possui a finalidade principal de multiplicar a força de trabalho bruta, como a quantidade de material transportado ou misturado, ou o volume de terra deslocado. A finalidade desse maquinário não é, entretanto, a apropriação das habilidades

¹⁶² A discussão entre trabalho improdutivo e trabalho produtivo será desdobrada adiante no texto.

do trabalhador e ampliação da extração de mais valia relativa. Essas funções da produção capitalista são delegadas a outros instrumentos que não a cristalização de técnica e trabalho na maquinaria. Pelo contrário, os instrumentos de trabalho largamente utilizados na produção habitacional são ferramentas manuais, cujo uso requer habilidade e um conhecimento já apropriado pelo trabalhador. (EWBANK, 2007: p. 9)

Os instrumentos manuais e a forma de produção à que se refere Ewbank se aproximam de uma forma artesanal cuja relação direta é com as características de seus produtos. No caso do produto habitação, há argumentos diversos que sustentam que tal “atraso” estaria nos aspectos de que há uma produção sem escala prevista e variável, que reúne elementos individualizados com pouca ou nenhuma padronização e um longo período necessário à sua produção. De fato, produzir habitação não é o mesmo que produzir geladeiras ou celulares. Porém, recentemente a indústria da construção civil vem se destacando como um setor lucrativo mantendo as características descritas acima. No entanto, o desenvolvimento desta indústria não acompanha o desenvolvimento das demais indústrias por seu longo período de rotação do capital.

As razões para a baixa composição de capital está no aspecto específico do setor habitacional, cujo entrave ao desenvolvimento desta indústria estaria na propriedade fundiária. A apropriação privada da terra estabelece uma barreira ao aprofundamento das relações de produção capitalista no canteiro de obras na construção civil, ao se expressar sob características de monopólio por sua irreprodutibilidade.¹⁶³ Farah (1996, apud EWBANK, p. 10) analisou que “a dependência da atividade de construção com relação à terra, base material do processo de trabalho e condição prévia da atividade produtiva, coloca o capital aplicado na produção diante de proprietários privados de terrenos, cujos interesses não são coincidentes com deste segmento do capital”. Neste contexto, essa barreira foi burlada pelo capital produtivo que estabeleceu outras estratégias para garantir o lucro de seus investimentos baseadas na produção “artesanal”, cuja condição foi a absorção de uma quantidade expressiva de força de trabalho com base na extração de mais-valia absoluta, num momento em que outros setores da indústria extraíam mais-valia relativa.¹⁶⁴ Não obstante, o presidente Juscelino Kubitschek iniciou a industrialização pesada e promoveu a construção da cidade de Brasília simultaneamente.

¹⁶³ Ver Ewbank (2007).

¹⁶⁴ Para Marta F.S. Farah (1996: 108) “a estratégia do capital consiste na manutenção em níveis elevados do valor de cada mercadoria individual, o que significa privilegiar a extração de mais-valia absoluta, com base no uso intensivo da mão-de-obra. Uma fração da mais-valia gerada na produção de cada unidade habitacional destina-se ao pagamento da renda da terra aos proprietários fundiários. Tal estratégia se contrapõe à marca característica da maquinofatura e do fordismo, em que se busca uma acumulação intensiva, com redução do valor individual de produtos de massa, através da extração privilegiada de mais-valia relativa”.

As barreiras ao desenvolvimento da indústria habitacional da construção civil estiveram (e estão) assentadas na propriedade fundiária, que aumenta o preço da habitação impedindo a redução de seu custo; e no longo período de rotação do capital para a produção e o consumo da habitação. Para Topalov (1979), há dois ciclos de rotação do capital. O primeiro é o período da produção – o tempo de construção do imóvel. O segundo período é o de circulação do capital – o tempo que o capital leva para passar pelo processo de produção e retornar à sua forma original acrescido de lucro. Esses dois períodos na construção civil são demasiadamente longos para as necessidades do capital, porque não se encerram quando o produto habitação está disponível para consumo no mercado. Ademais, o consumo da mercadoria habitação não implica na destruição imediata deste bem de consumo durável, ao expressar a base de um longo período de circulação do capital. Como a maioria da população está em condições de pagar a habitação de acordo com sua capacidade de consumo – aluguel e/ou financiamento – o retorno do capital investido e acrescido de uma valorização somente ocorre no período de alguns anos. (EWBANK, 2007: p. 13).

Passou-se então a ser necessário o uso do capital de giro. Segundo Ewbank (2007: p. 13):

Esse capital financia tanto a produção quanto o consumo da mercadoria. Assim, o preço da habitação é definido pelos ciclos de dois capitais diferentes. Parte do preço é definido pelo capital de produção e sua taxa de lucro. E outra parte é definida pelo capital de giro e sua taxa de rentabilidade no período em que ficou imobilizado na produção. O de giro também é chamado de capital promocional, e não é um capital produtivo, mas sim financeiro, o que quer dizer que sua rentabilidade não é determinada por padrões de produtividade. E é esse capital não produtivo que acaba por coordenar todo o processo, desde a aquisição do terreno, a obtenção de financiamento para a construção do imóvel e a comercialização das habitações. (EWBANK, 2007: p. 13).

Como então esse capital financeiro garante o retorno sob forma de valorização? Esse capital financista, que coordena o processo de produção da habitação, busca se valorizar sob as formas de juros e lucro. Não obstante, as formas de financiamento do setor imobiliário na comercialização do produto habitação são variadas e reguladas pela dinâmica dos juros. O preço da habitação é definido ao se levar em consideração três formas de rendas: terra, produção e financiamento. A rentabilidade do processo constitui o setor imobiliário. Para Ewbank, a valorização financeira acaba por subordinar o capital produtivo ao capital promocional, ao desestimular a busca de ganhos com a produtividade por meio de inovações tecnológicas e de racionalização do trabalho. Esse aspecto reforça a tendência de manutenção da base técnica manufatureira e de uso intensivo de força de trabalho no setor.

No contexto recente, emergiu um novo sujeito imobiliário privado na produção de habitação que desempenha múltiplas funções que antes era desempenhada por diferentes agentes – a incorporadora, ao conseguir viabilizar a produtividade da produção A incorporadora e a empresa construtora constituem-se numa mesma figura jurídica – compra terrenos, realiza a produção, comercializa as unidades habitacionais, articula o financiamento do cliente e captura recursos no mercado de capitais e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).¹⁶⁵ As atividades de incorporação chegam a obter uma margem de lucro de 100% num prazo de um ano e meio, enquanto as atividade de construção no mesmo período chega a 10% (FARAH, 1996; SHIMBO, 2010).¹⁶⁶

O que o capital almeja em qualquer processo de valorização é a redução do tempo de circulação para com isso se valorizar mais rapidamente. A continuidade no fluxo da circulação do capital é fundamental, por isso, as configurações do espaço e do tempo da vida social são periodicamente revolucionadas. A massa de capital disponível no início da circulação não desaparece e está disponível para ser empregada sob fatores de capital. Em meio a busca por rentabilidade na construção civil, como maneira de promover a redução dos custos de produção, o capital promoveu algumas inovações técnicas que se expressam na tendência cada vez maior de pré-fabricação dos componentes presentes numa obra. Dessa maneira, “[...] O desenvolvimento do mercado de componentes pré-fabricados seguiu uma linha de produção de pequenos elementos construtivos, componentes e materiais, que diminuíssem o tempo e o trabalho necessários para as atividades em canteiro, aproximando essas à atividades simplificadas de montagem [...]”, (EWBANK, idem: p. 14).

Para Ewbank, houve uma redução das atividades de preparos dos materiais e componentes no canteiro de obras, ao permanecer apenas atividades simplificada de ofícios tradicionais. O investimento, segundo ele, é realizado por capitais produtivos dispersos da indústria de transformação e não dos capitais da construção civil. Por isso, o conhecimento técnico do trabalhador de um canteiro – que advém também de sua experiência produtiva na autoconstrução – permanece conservada, o que retira das empreiteiras a preocupação em investir no treinamento de seus trabalhadores ao manter a composição orgânica do capital sem alteração. Esse aspecto mantém os baixos salários de pedreiros e ajudantes, que realizam a produção conforme uma exigência manufatureira do processo de trabalho. A falta de interesse por parte das empreiteiras no

¹⁶⁵ O SFH foi criado pelo Governo Militar em 1964 como mecanismo de financiamento para facilitar o acesso da população de baixa renda à habitação e que tem a Caixa Econômica Federal como Intermediária, apesar de sua regulação ocorrer também via Banco Central do Brasil. O seus recursos provém do FGTS e das poupanças.

¹⁶⁶ Para Luciana Royer (2009) houve recentemente no Brasil a financeirização da política habitacional, cuja provisão habitacional teria migrado do discurso universalista dos direitos fundamentais para a lógica seletiva dos mercados, articulando-se de maneira inovadora com a arquitetura financeira dos novos padrões de acumulação do capital. Já para Fix (2011) essa foi uma financeirização truncada no Brasil.

aprimoramento deste trabalhador se deve ao fato de haver uma redução de custos por meio da dispensa frequente desta força de trabalho – alta rotatividade – e também de como a cadeia produtiva da construção civil está organizada – baseada nas terceirizações e contratações de sub-empiteiras que realizam determinados serviços no canteiro de obras. Além do mais, a descontinuidade da produção em obra é característico do setor, já que concluem uma obra num lugar e vão para outro (ou fazem duas ou mais obras simultaneamente).

3.1.1. Dinâmica no canteiro de obra, trabalhador coletivo e alienação

As atividades em canteiros de obras exigem profissionais com diferentes graus de especialização, que realizam suas funções em determinadas etapas de uma obra. Esses diferentes tempos e espaços de inserção de certas frente de trabalhos constitui o que Ball (1988) chamou de “fordismo da construção”. Em tal processo de produção são os operários que se movimentam reunidos em equipes especializadas. Para Ewbank (2007: p. 17) esse “talvez seja o principal contraponto da construção civil em relação ao fordismo: nesse, o produto é deslocado sobre um esteira ao longo de uma fila de operários, e na construção civil, quem está sobre a “esteira” são os próprios trabalhadores” na produção do imóvel. Neste sentido, as incorporadoras/construtoras do setor se organizam fundamentadas na realização de obras em diversos empreendimentos simultaneamente, para assim manter suas equipes ocupadas numa espécie de rodízio entre os canteiros. Todavia, a margem de lucro pode não ser garantida se a construtora mantiver um grande contingente de funcionários em situações que há o risco de não haver a necessidade de utilizar o máximo de sua força de trabalho. Por isso, o setor estabelece as subcontratações por meio de empreiteiras especializadas para cada etapa da construção, o que ocasiona uma frequente dispensa de funcionários ao longo da obra e contratações sem vínculos empregatícios.

A produção habitacional no setor imobiliário ocorre com base na manufatura e se apoia em técnicas e tecnologias pouco desenvolvidas e facilmente apropriadas pela força de trabalho – pedreiro, ajudante –, que dispõe de tal saber-fazer de experiências autônomas (os famosos bicos) e na autoconstrução de sua casa própria. Esse trabalhador da construção civil se constitui sob condições de “desqualificação” ou “pouca qualificação” no processo de trabalho. Isso permite a manutenção do patamar tecnológico e força a redução do valor individual do salário abaixo de suas necessidades de reprodução social, redução que é garantida pela existência da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. Esse enorme contingente de trabalhadores da construção civil, cujo saber-fazer caracteriza-se pelo conhecimento de técnicas construtivas vigentes no setor habitacional, pode ser entendido como *trabalhador coletivo*. (EWBANK, 2007).

De maneira distinta a de Ewbank, que vê o trabalhador coletivo apenas como aquele que detém um “saber coletivo” – conhecimento empírico de técnicas vigentes na produção –, o *trabalhador coletivo* que nos referimos se originou daquilo que Marx (1988: p. 246-247) chamou de *cooperação*, que define a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes. Esta *cooperação* se consolida na produção manufatureira que em seu início mal se distinguia da indústria artesanal das corporações de ofício. Para Marx, a oficina do mestre-artesão foi apenas ampliada e a *cooperação* se caracterizaria pela soma mecânica das forças de trabalhadores individuais, que difere da potência social de forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa. Para ele, não se tratava apenas do aumento da força produtiva individual por meio da *cooperação*, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas. Essa força de massas se estabelece na execução simultânea do mesmo trabalho, e nisso, o trabalho individual de cada um pode ainda representar diferentes fases do próprio processo de trabalho e mostra a virtude da *cooperação*. Marx cita um exemplo próximo do nosso problema ao dizer que:

[...] Assim, por exemplo, quando pedreiros formam uma fila de mãos para levar tijolos do pé ao alto do andaime, cada um deles faz o mesmo, mas não obstante as operações individuais formam partes contínuas de uma operação global, fases específicas, que cada tijolo tem de percorrer no processo de trabalho, e pelas quais, digamos, as 24 mãos do trabalhador coletivo o transportam mais rapidamente do que as 2 mãos de cada trabalhador individual que subisse e descesse o andaime. O objeto de trabalho percorre o mesmo espaço em menos tempo [...]. (MARX, 1988: p. 247).

Em busca de percorrer o mesmo espaço num tempo menor, o capital constituiu uma jornada de trabalho combinada através dessa forma mais simples de *trabalhador coletivo*, ao desempenhar um papel importante no encurtamento do tempo de trabalho necessário para fabricar o produto global com base na *cooperação*. O capital, portanto, institui a *cooperação* e desta emerge formas coletivas de produção que criam o *trabalhador coletivo*. Marx analisou ainda que

“[...] o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista. Com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e com isso necessariamente a pressão do capital para superar a resistência. A direção capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de

trabalho e pertencente a ela, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Do mesmo modo, com o volume dos meios de produção, que se colocam em face do assalariado como propriedade alheia, cresce a necessidade do controle sobre sua adequação. Além disso, a cooperação dos assalariados é mero efeito do capital, que os utiliza simultaneamente. A conexão de suas funções e sua unidade como corpo total produtivo situa-se fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos. A conexão de seus trabalhos se confronta idealmente, portanto, como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela”. (MARX, 1988: p. 250).

Esta “vontade alheia” oriunda de uma “propriedade alheia” é o que caracterizaria as relações sociais de produção capitalista e o fenômeno do fetichismo da mercadoria. Essa força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é uma força produtiva do capital. No período dos mestres-artesãos esses produtores controlavam os meios e o produto do trabalho; no período da manufatura os produtores controlavam o trabalho mas não mais a produção e o seu produto que estava sob controle do capital; e no período da maquinofatura os produtores convertem-se em apêndice das máquinas e o capital passa a controlar os *meios* e o *produto* do trabalho. Com efeito, se generaliza o fetichismo da mercadoria e os trabalhadores (e seus trabalhos concretos – valor de uso) se apagam no produto como trabalhos indiferenciados (trabalho abstrato – valor de troca). O processo de produção, portanto, passa a ser caracterizado como um processo de subordinação do processo de trabalho ao processo de valorização do capital. Fetichismo e divisão social do trabalho tornam-se conceitos essenciais para analisar a progressiva subordinação da divisão do trabalho ao capital, ao permitir a análise do desenvolvimento da manufatura como um processo de mutilação do *trabalhador coletivo* em condições de parcialização por meio da divisão do trabalho, processo que se completa com a maquinofatura.

Como na construção civil a maquinofatura não se generalizou e há um predomínio da manufatura, originou-se práticas e discussões entre arquitetos, assessorias técnicas e movimentos sociais sobre a possibilidade de fomentar a transformação social através das relações de produção no canteiro de obras. Na tentativa de subverter a lógica de reprodução do valor através da produção habitacional e da cidade (urbano), a crítica à arquitetura no processo de produção capitalista fez emergir uma arquitetura crítica oriunda da organização do trabalho sob a forma de manufatura. Por isso, no mutirão autogerido o arquiteto procurou conceber o desenho em sintonia com os produtores, os meios e o produto do trabalho, encarregado-se da concepção da totalidade do objeto num processo que pressupõe um canteiro de obras também improdutivo. Desse *trabalhador coletivo* sob o canteiro de obras autogestionário, tais sujeitos esperavam que pudesse emergir formas de

divisão técnica do trabalho que não se cristalizariam em divisão social do trabalho, com base no rodízio de tarefas e numa organização mais horizontal do processo de trabalho. Ademais, como então determinar uma convergência de livre associação no processo de trabalho a partir do desenho da arquitetura que viabilizasse a superação, por meio da re-totalização do trabalho, do *trabalhador coletivo* do capital para um coletivo de trabalhadores autogestionados?

Em processos e debates de experiências de autogestão e mutirões autogeridos nos movimentos de Reforma Urbana, Economia Solidária (EcoSol) e de círculos marxistas, disseminou-se a perspectiva de superação da alienação por um processo de “desalienação”. A alienação é uma noção que esteve presente em Marx (2010) a partir dos *Manuscritos econômicos-filosóficos* e representou a superação da alienação religiosa de Feuerbach. Marx apresentou em outros termos a noção de essência humana ao perceber que tal estaria associada ao trabalho como atividade sensível vital, fundante e central na mediação homem e natureza, aspecto que gerou uma série de interpretações posteriores. Para Marx, a alienação passou a designar estranhamento e exteriorização, já que no capitalismo o trabalho se exterioriza de forma particular – uma objetivação estranhada, pelo aspecto de que o mundo produzido pelo trabalhador não lhe pertence e lhe é estranho, isso porque “o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor”. Marx percebeu então a cisão entre produtor e produto e destacou que “a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta da valorização do mundo dos homens”. Para o autor, a atividade do trabalhador não é sua autoatividade por pertencer a outro (o capital) e representar a perda de si mesmo. Nisso estaria o autoestranhamento decorrente da propriedade privada, analisada pelo autor da seguinte maneira:

Através do trabalho *estranhado*, *exteriorizado*, o trabalhador engendra, portanto, a relação de alguém estranho ao trabalho – do homem situado fora dele – com este trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho. A *propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A *propriedade privada* resulta, portanto, por análise, do conceito de *trabalho exteriorizado*, isto é, de *homem exteriorizado*, de trabalho estranhado, de vida estanhada, de homem *estranhado*. (MARX, 2010: p. 87).

Nesta formulação, Marx pressupõe o trabalho como “essência humana”, aspecto que remete a uma reconciliação com o “humano perdido” sob o capitalismo e que deixou de se realizar consigo mesmo através do trabalho. Tal realização se efetivaria através da apropriação dos meios e do produto do trabalho, o que permitiria a superação da alienação e do estranhamento ao manter a

exteriorização como objetivização do trabalho. Esta perspectiva se transformou em *A ideologia alemã* e deu lugar aos conceitos de produção (atos históricos), de história (produção e reprodução) e de homem (historicamente determinado). A partir de então, Marx e Engels ao se referirem à alienação designam fetichismo, expressão da forma misteriosa que a mercadoria adquiriu no capitalismo.

Para Marx (1988: p. 71), o fetichismo da mercadoria reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, além de refletir a relação social dos produtores com o trabalho total como relação social existente fora deles, entre objetos (coisas). Esta relação social determinada entre os homens assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas, tão logo se produz na lógica da mercadoria. Em outras palavras, significa a coisificação das relações sociais em que o sujeito aparece como objeto e o objeto como sujeito da relação. Esse caráter fetichista advém do caráter social do trabalho que produz mercadorias. Marx analisou que os objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados para ele forma o trabalho social total, em que as condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada introduziram um estranhamento entre o trabalhador e o trabalho. É desta perspectiva que o autor chega a noção de autogoverno dos trabalhadores, que se desdobraria posteriormente em interpretações sob os conceitos de comunismo e autogestão.

A reflexão sobre o processo produtivo (processo de trabalho e processo de valorização) associado as formas de gestão (autogestão e heterogestão) permite refletir sob quais condições histórico-sociais as experiências de autogestão poderiam se desenvolver livremente. Ao que parece, imersa em relações de produção capitalista a autogestão não passaria de princípios almejados.

De qualquer modo, analisar os impasses e as potencialidades da autogestão na produção habitacional aparece como uma chave importante em um contexto de ampliação das políticas urbanas e habitacional, ao permitir a compreensão da particularidade da reprodução social mediante a produção do espaço, num período de declínio das iniciativas de produção autogestionada de movimentos populares. A habitação produzida – estatal e imobiliária – reforça a regulamentação do imóvel como investimento seguro por meio da propriedade (apropriação) privada, ao fortalecer a configuração de uma metrópole invertida para as necessidades de apropriação urbana de parte da classe trabalhadora. Não obstante, em uma década o governo federal criou políticas públicas como o FNHIS e PLANHAB que cederam lugar ao PAC e PMCMV, programas que aumentaram a produtividade na produção do espaço e alterou a dinâmica na construção civil e nos canteiros de obra. Nesse sentido, produzir e habitar na cidade com referência ao “direito à obra e à apropriação” significa poder determinar como se quer habitar e produzir. Por isso, e com base no processo de concepção, produção e apropriação, analisaremos de perto a produção da *Comuna*.

3.2. O operário em (des)construção: a produção

O poema *O operário em construção* de Vinícius de Moraes explicita de modo político-poético a relação de construção e exploração de um operário na construção civil e no mundo das mercadorias. Entre versos poéticos, ele descreve o trabalho como base da vida humana, cuja construção ocorre por meio de contradições da produção social em que:

*“Era ele que erguia casa
Onde antes só havia chão
[...] Mas tudo desconhecia
De sua grande missão
[...] Que a casa que ele fazia
Sendo sua liberdade
Era a sua escravidão [...]”*

Nesses versos líricos a estética-poética reinstalou a construção da *obra* em vez do *produto*, e evidencia que o real se faz no processo e não na chegada. Ele segue com os versos,

*“[...] Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário [...]”*

Através da poesia, Moraes chama a atenção de como o operário percebe o mundo sensível produzido por ele – o produtor –, mas que não é reconhecido como seu porque o processo e o produto estão alheios à sua apropriação imediata. O reconhecimento no poema de

*“[...] Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato facão –
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário
Um operário em construção [...]”*

que por meio da tomada de consciência (numa situação de alienação), de que na condição de operário ele não é apenas um indivíduo, mas uma classe social que (re)produz o mundo que vive, e

*“[...] Foi dentro da compreensão
Desse instante solitário
Que, tal sua construção
Cresceu também o operário
[...] E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não [...]”*

Escrito em 1956, o poema versa a partir de um contexto histórico peculiar de intensa industrialização-urbanização de cidades das regiões sudeste e centro-oeste, momento de forte crescimento e concentração populacional que se desdobra na expansão urbana e construções habitacionais diversas. Foi no período entre 1956 a 1960 que ocorreu também a projeção e a construção da cidade de Brasília e de suas cidades satélites. A polêmica na construção do Distrito Federal não se originou apenas à sua concepção de “caráter monumental” – nas palavras do urbanista Lúcio Costa¹⁶⁷ que teve aprovado em votação unânime o Plano Piloto de Brasília –, mas, sobretudo, em se buscar na arquitetura modernista de “[...] uma cidade moderna não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma Capital”.

Por isso, a arquitetura da nova capital foi confiada a Oscar Niemeyer, um dos mais originais e brilhantes discípulos da estética modernista de Le Corbusier. Para sustentar o “caráter monumental”, moderno e fora do padrão desta arquitetura-urbanística, cuja proposição nas palavras de Niemeyer “[...] Preocupava-se, fundamentalmente, que esses prédios constituíssem qualquer coisa de novo e diferente, fora da rotina [...] de modo a proporcionar aos futuros visitantes da Nova Capital uma sensação de surpresa e emoção que a engrandecesse e caracterizasse [...]”¹⁶⁸ foi necessário empregar modernos recursos técnicos de construção, ao mesmo tempo em que o prazo e a grandeza da obra exigiu um processo de trabalho de caráter “tupiniquim”, que mobilizou multidões de operários de várias regiões do Brasil – os famosos *candangos*¹⁶⁹ – principalmente nordestinos, que foram atraídos para a futura Capital e trabalharam num cronograma diurno e noturno sem interrupções e sob intensa exploração.

Nesse sentido, o poema de Moraes aparece como síntese dessas muitas determinações e versa sobre o avesso daquilo que está alheio e exterior ao operário – aquele que opera com esforço físico e mental a matéria constitutiva da construção civil. Demonstra a construção vivida pelo operário, de sua consciência e coragem – assumidas a partir da poesia – para negar à ordem existente quando esta não significar o seu trabalho. Expõe também que todo processo de construção crítica pressupõe um processo de desconstrução daquilo que está naturalizado e vivido no âmbito das aparências. É sobre tal processo de desconstrução do trabalhador coletivo formado pelo capital que analisaremos a presente obra da *Comuna*, a começar pela relação dos candangos aos mutirantes.

¹⁶⁷ Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa nasceu em Toulon na França em 1902 e faleceu em 1998 no Rio de Janeiro. Foi um importante arquiteto para o movimento modernista no Brasil.

¹⁶⁸ Oscar Niemeyer, “Brasília”, em *Enciclopédia Barsa*, Rio de Janeiro/São Paulo, Britannica, 1969, p. 363.

¹⁶⁹ Candangos foram os “bóia-frias” que trabalharam e foram superexplorados na construção civil da cidade de Brasília. Ver documentário “Conterrâneos velhos de guerra” de Vladimir Carvalho, 1991.

3.2.1. Dos candangos aos mutirantes

Como toda experiência na história social, o processo da *Comuna* sintetiza múltiplas determinações sociais. Sua trajetória iniciou com a ocupação do terreno da CPTM onde nasceu a favela de Vila Esperança, cuja população que vivia na desesperança se encontrou com a solidariedade eclesial demonstrada pelos trabalhos da Pastoral da Moradia, da Pastoral da Terra e da Cáritas e com sua prática de comunidade cristã; foi reforçada com a organicidade de luta do MST e seu projeto de Comuna da Terra, ao provocar os participantes de que as saídas para as conquistas são coletivas; ao se desenvolver como projeto político e se expressar como espaço de representação no desenho, na arquitetura e no urbanismo mediante a perspectiva da Usina. Nesses encontros e desencontros, nasceu um projeto habitacional e urbano que se concretizou como obra, cuja contrapartida era a do trabalho de mutirão numa obra autogerida.

As experiências de mutirão e autoconstrução foram influenciadas por diversos modos de se produzir a habitação. Muitos modos de se produzir habitação no Brasil foram sendo abandonados para dar lugar aos modos atuais de produção. Cada modo expressou relações sociais de produção de seu tempo. O caso da palhoça, por exemplo, foi singular como casa ligada a paisagem caipira que predominou como forma de habitação dos pobres paulistas entre os séculos XVI ao XVIII. Freyre (2004: p. 136) foi precursor na análise do paulista como figura que dramatizou, como nenhuma outra, a paisagem sertaneja nos primeiros dois séculos de colonização. Para o autor a casa que ligou a essa paisagem não foi a grande e estável, de pedra e cal, mas a palhoça quase de caboclo, o casebre quase de cigano, o mucambo quase de negro, que só nos fins do século XVIII, época de relativa sedentariedade para aqueles nômades, se europeizaria na habitação urbana de taipa.

Cândido (2010: p. 45), por sua vez, descreve e analisa com precisão a casa e as condições sociais dos povoados caipiras:

A sua casa (significativamente chamada rancho por ele próprio, como querendo exprimir o seu caráter de pouso) é um abrigo de palha, sobre paredes de pau a pique, ou mesmo varas não barreadas, levemente pousado no solo. Pobres cabanas de palha, algumas infestadas de baratas, encontrou por campos e vilas o conde de Assumar, em 1717, na sua longa jornada para Vila Rica; iguais às que se construíram no primeiro século da colônia, e às que os viajantes estrangeiros veriam cem anos depois. (CANDIDO, 2010: p. 45).

Cândido ainda destacou que havia boas construções de pedra e cal, ou terra socada em taipa; a princípio, edifícios públicos e religiosos; depois, a partir sobretudo do século XVIII, casas de moradia da gente de prol. O caipira paulista para o autor conservou até a década de 1950 a

habitação primitiva. A esta rudeza correspondiam técnicas e usos igualmente rudimentares. Em tudo isso, para o autor, manifestaram-se condições de vida determinadas por uma economia fechada, com bases no trabalho isolado ou na cooperação ocasional, exprimindo uma forma retrógrada de ajustamento ao meio. Foi no importante trabalho *Parceiros do rio bonito* que o autor discutiu as formas de solidariedade na cultura caipira, cuja manifestação mais importante eram os trabalhos do *muchiron*,¹⁷⁰ e sua origem objeto de muitas discussões. Como uma prática tradicional, o mutirão caracterizava-se nos trabalhos coletivos em atividades da lavoura e da indústria doméstica, e era sempre solicitado para solucionar os problemas de mão de obra nos grupos da vizinhança, suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. Na cultura caipira o mutirão consistia na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação. Geralmente os vizinhos eram convocados e o beneficiário lhes oferecia alimento e uma festa, como encerramento do trabalho. O mutirão foi definido pelo autor como expressão de ajuda mútua, fundamentado por uma cooperação vicinal, característica da participação dos moradores nos bairros em que residiam, e definidor das fronteiras entre os demais bairros. Essas características estiveram presentes nas experiências de mutirões autogeridos na década de 1990 e permitem historicizar esse processo.

Com a crise e o colapso do BNH e a crescente necessidade de habitação, emergiu iniciativas através da ajuda mútua durante o ascenso das lutas populares em meados da década de 1980, momento de explosão demográfica das regiões metropolitanas que resultou na existência de mutirões autogeridos. Os mutirões foram influenciados pela experiência uruguaia de organização popular que se originou na década de 1960 sob o nome de FUCVAM (Federación Uruguay de Cooperativas de Vivenda por Ayuda Mutua),¹⁷¹ central de cooperativas habitacionais que desenhou as primeiras formas de uma política habitacional na América Latina que permitia a relação entre população organizada, técnicos e poder público.¹⁷²

¹⁷⁰ Cândido (2010: p. 81-84) cita uma importante descrição de Luis d'Alincourt de 1818 sobre o mutirão: “[...] numa casa, em que, nesta ocasião havia um grande número de pessoas, d’ambos os sexos; por ser costume juntarem-se muitos para o trabalho, a que chamam *muchiron*, na linguagem indiana; e assim passam de umas a outras casas, à medida que vão findando as tarefas: o trabalho consiste em prepararem e fiarem algodão, e fazerem roçados para as plantações. De sorte se empregam a gente pobre, nos meses de setembro, outubro e novembro; e as noites passam-nas alegremente com seus toques e folias”; e analisa que as várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que soluciona o problema da mão de obra nos grupos de vizinhança (por vezes entre fazendeiros), suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. Para o autor, o aspecto festivo de que se reveste, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira, e as tarefas de cooperação vicinal podem ser consideradas como modalidades de trabalho associado, e que ocorre quando indivíduos se reúnem para realizar juntos um trabalho.

¹⁷¹ José E. Baravelli, *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*, Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 2006.

¹⁷² Coletivo Usina, “Reforma Urbana e autogestão na produção da cidade: história de um ciclo de lutas e desafios para a renovação da sua teoria e prática”, em *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*, São Paulo, Outras Expressões, vol. 2, 2012.

A influência uruguaia chegou com força ao Brasil através do movimento popular de moradia que, em seu encontro com o movimento de técnicos e arquitetos engajados no Movimento de Reforma Urbana, possibilitou que a produção de habitação popular passasse a ser autogerida por movimentos de moradia com a assessoria técnica de arquitetos, subsidiada e financiada pelo Estado através das chamadas políticas públicas, numa tentativa de superação da autoconstrução generalizada e da produção por empreiteiras em larga escala. Esse movimento buscou as condições de qualidade e a conciliação entre produção e apropriação do ambiente urbano habitado. Essas experiências tiveram o seu ápice ao final da década de 1980 e início da década de 1990, e foram potencializadas no município de São Paulo durante a gestão de Luíza Erundina (1989-1992) do PT, que ainda esboçava um projeto democrático popular ao aglutinar as diversas expressões de lutas sociais da classe trabalhadora resultante dos movimentos sociais populares que, nas décadas de 1970 e 1980. Tais movimentos questionaram o Estado como lugar e instrumento privilegiado das mudanças sociais,¹⁷³ ao demonstrar a formação e ampliação das classes sociais em suas lutas por espaço urbano nas cidades num momento em que a autonomia construída no processo caminhou para o consentimento estatal que reuniu mutirões autogeridos e oficiais.¹⁷⁴

Os mutirões autogeridos sintetizaram em suas experiências o ascenso das lutas populares oriundas da década de 1970 e 1980, num momento em que o PT passou a ser um partido de massas que aglutinou as diversas lutas sociais da classe trabalhadora (sindical, social, educacional); a tradição do *muchiron* característica do caipira paulistano; os movimentos de moradia e assessorias técnicas de arquitetos e urbanistas; e a organização política referenciada na autogestão uruguaia na produção habitacional. Contribuiu na elaboração da política pública dos mutirões priorizada pela gestão Luíza Erundina, que demonstrou a necessidade de luta no âmbito estatal pelos fundos públicos ao direcioná-los as diversas frações da classe trabalhadora, ao representar uma tentativa de autodeterminação do trabalho na produção do espaço, mas que reproduziu as condições de reprodução do capital em sua forma periférica. Com isso, o mutirão autogerido foi combatido em sua própria posição periférica em relação as construtoras, ao tornar-se uma forma de reprodução da força de trabalho que não se generalizou justamente pelo fato de não superar suas condições originária – a *cooperação* e o *super-trabalho*. Este resultado histórico demonstrou que em situações de ascenso das lutas sociais a autogestão se desenvolveu em diversas experiências, mesmo num contexto de predomínio heterogestionário. Numa relação inversa, mediante ao descenso das lutas, algumas experiências agonizaram e tornaram-se o contrário do que se propunham – em vez de

¹⁷³ Como percebeu Eder Sader em *Quando novos personagens entram em cena*, São Paulo, Paz e Terra, 4ª Ed., 2001.

¹⁷⁴ Os mutirões oficiais promovidos pela CDHU na gestão do governador Mario Covas (1994-2001) não possibilitaram as características da autogestão que marcou o início do programa na gestão da prefeita de Luíza Erundina.

espaços de liberdade, autonomia e socialização, se apresentaram como espaços penosos de hierarquias abertas e veladas, reprodução de dominação e privação.

As experiências dos mutirões permitiram o desenvolvimento de formas variadas de autogestão e simultaneamente formas tuteladas pelo Estado. Arantes (2002) advertiu que denominá-los como autogeridos não significa que neles exista a autogestão plena, ou mesmo uma superação da heteronomia, até porque isso não se realiza no capitalismo, e destacou a diferença entre os mutirões autogeridos dos mutirões oficiais ou tutelados pelo Estado. Em grande parte, os mutirões autogeridos foram promovidos por movimentos populares de moradia, que esboçaram tentativas de controle popular sobre parte do processo de trabalho e do financiamento público. A proposta de controle do mutirão se realizava sob assembleias e comissões e permitia a participação do conjunto de participantes – quando houve prática de democracia direta.

O histórico de produção de habitação popular no Brasil demonstrou uma contradição que residiu na combinação entre o rebaixamento da força de trabalho com a dependência externa. A força de trabalho brasileira trabalhava até duas vezes mais para manter a dupla exploração: a manutenção da taxa de mais-valia interna e externa, condição social da dialética da dependência¹⁷⁵ em cidades e metrópoles que estavam em vias de degradação da vida social. É conhecida a análise de Oliveira (2003: p. 59) sobre a construção de residências pelos trabalhadores ao perceber que:

[...] Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folgas, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. Embora esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado - a casa - reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho - de que os gastos com habitação são um componente importante - e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.

O sociólogo de a *Crítica à razão dualista*¹⁷⁶ analisou com rigor as determinantes do super-trabalho num período em que a autoconstrução passou a se generalizar como forma de habitação,

¹⁷⁵ Em *Dialética da Dependência* Ruy Mauro Marini articula o caráter dependente das economias periféricas com a superexploração dos trabalhadores como mecanismo fundamental da acumulação capitalista brasileira.

¹⁷⁶ Para Baitz (2013): “Talvez essa seja uma peculiaridade brasileira: a da moradia não integrar os custos de reprodução da força de trabalho. A decorrência, por um lado, é o rebaixamento generalizado dos salários (que se desdobra nos preços, custos e lucros dos produtos) e a super exploração da força de trabalho que, além de trabalhar oito horas por dia,

problema analisado antes por Ferro (2005) em *A produção da casa no Brasil*. Cabe aqui fazer alusão a distinção entre a autoconstrução e o mutirão autogerido, e entre o próprio mutirão e a autogestão feito inicialmente por Lopes e Rizek (2005), que analisaram criticamente as potencialidades e limitações dos mutirões autogeridos. As determinações que tornou o mutirão uma referência em termos de autogestão do ambiente habitado e de apropriação distinta pelos seus habitantes do espaço urbano, se diferencia da autoconstrução justamente por dispor do trabalho das assessorias técnicas de arquitetura e de um financiamento público. Todavia, o mutirão autogerido não superou as condições sociais do super-trabalho. As pesquisas,¹⁷⁷ que analisaram na década de 1970 que a autoconstrução se generalizaria nas cidades brasileiras por meio do super-trabalho e reforçaria a exclusão das classes trabalhadoras do mercado formal de terras e de moradias urbanas, revelaram que esta forma de ocupação do espaço urbano passou a ser uma condição necessária para a acumulação capitalista no Brasil, ao incluir como sua componente interna a fragilização do trabalho assalariado.

Debates intensos e extensos sobre as experiências de autoconstrução e mutirões autogeridos teceram diálogos em movimentos sociais e universidades. Com base num ideário emancipatório, que apostou na autonomia dos movimentos sociais e da chamada sociedade civil frente as políticas sociais centralizadas no Estado oriundas da ditadura militar, os mutirões se institucionalizaram na gestão Luiza Erundina. Para Barros, Bergamim e Rizek (2003), chegou-se a uma política cujas dimensões da autonomia teria mudado de caráter, podendo legitimar ações assentadas no uso do trabalho gratuito dos futuros usuários que produzem unidades habitacionais financiadas por fundos públicos alinhados com as dimensões de uma gestão das precariedades. Para as autoras,

[...] os sentidos produzidos por um processo de autogestão são bastantes plurais, de modo que há processos assim denominados que incluem a participação de construtoras e grandes escritórios; há processos em que a população tem menos acesso ao controle e gestão dos recursos; e há casos, considerados mais virtuosos, em que estão presentes dimensões de autogestão em todos os momentos do processo, como aconteceu em pelo menos dois conjuntos construídos por mutirão em São Paulo – União da Juta e Cazuza. (BARROS, BERGAMIM e RIZEK, 2003: p. 32).

precisa trabalhar outras tantas horas para suprir de alguma forma os valores necessários à habitação. O segundo turno ou terceiro turno são uma das maneiras de assegurar a reprodução a custo rebaixado. Mas Francisco de Oliveira depara-se com uma incoerência: nas pesquisas de campo os dados revelam que mesmo aquelas pessoas cujos salários são ínfimos e não garantiriam a reprodução por locações populares apresentam-se enquanto proprietários do lugar onde moram. É então que floresce o fenômeno da autoconstrução: as pessoas concorrem sim com intermináveis horas extras como forma de complementar o necessário à reprodução; mas esse sobre trabalho é empregado na própria construção de sua casa. Os dados da construção civil reafirmam essa tese: mais de 90% do cimento é vendido no varejo, e não no atacado (o que deveria prevalecer, caso a cidade fosse construída por empreiteiras ou construtoras de porte razoável). Queremos dizer, enfim, que o aparente paradoxo entre receber baixos salários e os custos de reprodução na sociedade não impede que um grande contingente se torne “proprietário” de sua moradia no Brasil.”

¹⁷⁷ Francisco de Oliveira (2003); Lúcio Kowarik (1979); Ermínia Maricato (1982).

As três autoras criticam as experiências de mutirões autogeridos por considerar seus sujeitos responsáveis pelo desaparecimento dos argumentos que serviam para fazer a crítica aos processos e as teorias de modernização, além do ideário do desenvolvimentismo. Para elas,

[...] Nasciam as discussões que colocavam as formas de cooperação e o saber popular como laboratório do futuro, pensado como possibilidade de uma nova sociedade. [...] Como em um passe de mágica, a “autogestão” dos recursos financeiros obtidos pelos programas oficiais e a duríssima gestão do trabalho no canteiro (gestão que, diga-se de passagem, se articula com base nos conhecimentos técnicos e de produção das assessorias, introduzindo uma hierarquização inquestionável no processo de trabalho) passa a ser vista como capaz de eliminar as formas pelas quais a produção e o consumo se articulam na dinâmica da reprodução ampliada do capital e de suas formas específicas de acumulação no Brasil. (BARROS, BERGAMIM e RIZEK, Idem, p. 34; 36).

Essa crítica expõe as limitações das experiências de mutirão autogerido, ao mesmo tempo em que reconhece a importância de algumas de suas iniciativas autônomas. Ainda no campo da crítica no debate direto com a Usina, numa análise global do processo de formação socioespacial do Brasil, em “*O vício da virtude*” Oliveira (2006) percebeu que a industrialização estava se fazendo com base na autoconstrução, como modo de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho. Para o autor, “[...] a industrialização brasileira foi sustentada por duas vertentes. A primeira foi a vertente estatal, pela qual o Estado transferia renda de certos setores e subsidiava a implantação industrial. E a segunda eram os recursos da própria classe trabalhadora, que autoconstruía sua habitação e com isso rebaixava o custo de sua reprodução”. (OLIVEIRA, 2006: p. 68).

Para Oliveira (2006: p. 69), em sua crítica ao “vício da virtude” dos mutirões, de início o fenômeno era mais claro na economia agrária onde a habitação era um bem autoconstruído, ao observar que a forma como se resolvia o problema da habitação na economia rural transferiu-se para a cidade. A partir do crescimento do agronegócio na década de 1970, o autor destaca que ocorreu um forte processo de expulsão de trabalhadores rurais do campo para a cidade. Ele conclui que o agronegócio expulsou de seus custos de produção o custo da habitação do trabalhador rural, e direcionou no seminário de pesquisa¹⁷⁸ organizado pelos arquitetos da Usina as seguintes questões:

Não preciso falar de corda em casa de enforcado. Não vou ensinar a arquitetos e urbanistas que nossas periferias são um atestado de que a acumulação continua a apoiar-se sobre essas formas. A enorme expansão das cidades e das periferias prova que algo do processo de

¹⁷⁸ Conferência que debateu as experiências de mutirão promovida pela Usina em decorrência de uma pesquisa da Finep em 2004.

acumulação – não ele totalmente – já é, sobretudo, um processo de reprodução do próprio capital. Mas em alguma medida ele continua a fundar-se nesse pé, como se extraísse sobreproduto dos trabalhadores urbanos, de forma a baratear uma outra coisa muito cara a vocês todos: a cidade. Isso quando não barateia diretamente o custo de reprodução da força de trabalho, o que ele também faz e continua a fazer. (OLIVEIRA, 2006: p. 69).

Na análise o autor estende sua crítica da autoconstrução ao mutirão, ao destacar que o BNH se dividiu em duas vertentes: “A primeira, alimentada pela caderneta de poupança, deu no mercado de habitação para as vastas classes médias. Foi aí que começou a se desatar o novo ritmo da construção civil [...]. A segunda solução, popular, deu na Cohab, nas companhias de habitação da vida, que o regime estimulou por todos os estados e municípios. E produziram esses milhares de conjuntos feios, monótonos, tristes”. Com a extinção do BNH, abriu-se a possibilidade de assessorias e movimentos populares de moradia assumirem a produção de habitação popular, aspecto que permitiu a retomada desta tradição popular que se transformou em política oficial. Para Oliveira, o mutirão é uma espécie de “dialética negativa em operação”, porque “ao invés de elevar o nível da contradição, ela o rebaixa”. (OLIVEIRA, 2006: p. 69).

Em resposta e com o intuito de dialogar diante de tais apontamentos, Lopes (2006) em seu “*O anão caolho*” demonstrou que se trata de dispor o olhar e a crítica radical a partir da “diferença”, da “lacuna paraláctica” e não “como posição determinada e oposta a outra posição, mas como lacuna irreduzível entre posições – o interstício puramente estrutural entre elas”.¹⁷⁹ Contrapõe os argumentos de Oliveira sob os apontamentos de que ele “leva-nos a acreditar ser possível reduzir um aspecto da oposição ao outro, encenando, como diz Zizek, ‘uma espécie de síntese dialética dos opostos’: no contexto da autoconstrução da moradia dos pobres – que é assunto de sua conferência – o que aparece como antinômico? Ou, mais precisamente, o que é que se constitui como pólos em oposição?” Com estas questões, Lopes procurou mostrar que a moradia autoconstruída também se configurou como valor de troca (e não apenas valor de uso, como analisa Oliveira) e que é na transformação de um valor de uso particular em valor de troca que existe um hiato entre um e outro, ao pressupor um produto que ainda não é mercadoria e que “só assim se torna na medida em que concorre um diferencial temporal”. Para ele, se Chico admite o ciclo de acumulação de capital admitirá que o processo não pára na produção da moradia: que ela é apenas a “crisálida de ouro” da mercadoria casa, ao ser obrigado a afirmar que a moradia é, paradoxalmente, valor de uso e valor de troca ao mesmo tempo, ao enfatizar:

¹⁷⁹ Lopes (2006) se assenta nos argumentos de Slavoj Zizek em “A visão em paralaxe”, em Emir Sader (org), *Contragolpes*, São Paulo, Boitempo, 2006

[...] E que o pobre trabalhador que contribui com parcela de seu salário para financiar a industrialização do país é também o proprietário de um imóvel disposto à circulação mercantil, acionado como um dos “infinitos centros de circulação” necessários à reprodução do capital. [...] De aí, como imagem refletida do ciclo da circulação, aparecem também o espectro de um desvão entre o pobre subjugado e condenado a produzir sua própria moradia e o feliz proprietário popular de uma mercadoria de razoável valor agregado disponível ao ciclo da circulação – tudo depende do ponto de vista. No entanto, o mesmo pobre que autoconstrói é o proprietário do produto que se transformará, se necessário, em dinheiro. (LOPES, 2006: p. 221).

O que Oliveira parece não perceber é que a autoconstrução é distinta da favelização. Ambas estão inseridas nos processos de acumulação do capital que atuam tanto na industrialização como na urbanização da sociedade, no caso desta última especificamente através da produção do espaço. A mercadoria habitação se tornou um dos principais bens imóveis de reprodução do capital e da força de trabalho. Nesse sentido, para compreender a lacuna entre o produto e a mercadoria – seu tempo e hiato necessários à metamorfose da habitação em mercadoria – seu processo de objetivação permite apreender a “posição determinada e oposta a outra posição”, ao exigir a visita à esse “entre”.¹⁸⁰

Em tais condições histórico-sociais, o mutirão autogerido de movimentos com as assessorias técnicas representou a supressão (*aufhebung*) da autoconstrução-favelização. Supera a favelização, mas mantém aspectos da condição de super-trabalho, já que os mutirantes estiveram na condição de trabalhadores assalariados na semana e de mutirantes aos finais de semana, quando produziam parte de suas habitações e espaços coletivos ao justificar o rebaixamento dos custos de sua reprodução. Com isso, a experiência de mutirão e autogestão teria sinalizado as bases reais, porém incompletas, da autogestão produtiva e territorial nas cidades num momento em que havia um forte conteúdo utópico esvaziado recentemente, ao questionar concretamente as formas convencionais de produção (estatal e favelização) através do espaço produzido. Sintetizou um ciclo histórico que vai dos candangos, passa pela autoconstrução até os mutirantes, ao questionar que trabalhadores pauperizados estariam fadados ao super-trabalho na produção de sua habitação.

O tipo de reprodução social que a forma mutirão autogerido apontou foi expressão do ciclo de lutas sociais das décadas de 1980 e 1990, ao intervir diretamente nas relações de produção como resultado de decisões política dos sujeitos envolvidos através da definição da técnica e do modo de fazer, o rodízio de tarefas e a problematização da questão de gênero no canteiro, em projetos com maior qualidade habitacional e urbana. Esses processos de produção da habitação potencializou a inserção de novas lideranças de movimentos e mutirões em estruturas partidárias, gabinetes de

¹⁸⁰ Aqui referencio-me nos argumentos de Lopes que defende que “visitar o ‘entre’ não é ‘vício de virtude’ mas a sondagem daquele flanco obscuro dos opostos que, tantas vezes, escapa à crítica”, mas ressalto os limites do mutirão.

representantes legislativos e até nas repartições da administração pública. Produzir habitação e habitar nesses espaços permitiu que os indivíduos tecessem diversas relações de classes distintas com o urbano. Entretanto, o ciclo dos mutirões autogeridos estaria se encerrando com a expansão do PMCMV, o que exige análise detalhada do contexto do processo de obra da *Comuna*.

3.2.2. Início do canteiro de obra

Desde a ocupação em novembro de 2005 do edifício e estadia de um ano no Jd. Alvorada, passando pelo processo de discussão do projeto participativo até o início das obras foram quase três anos de espera decorrente da morosidade estatal, aspecto que gerou muitos desgastes e dificuldades de manter a unidade entre os trabalhadores. Durante o período de obra, eles ficaram alojadas num terreno na rua Nicolau Maesvisky localizado no bairro Sol Nascente. Esse foi o arranjo político para viabilizar o aluguel social que seria repassado às eles de maneira coletiva pela Prefeitura. Entretanto, tal arranjo se configurou no aluguel de um terreno para alojá-los, cujo recurso era repassado para a Cáritas que fazia o pagamento ao proprietário.¹⁸¹ Esta relação demonstrou uma promiscuidade na relação público e privado em municípios pequenos, cujas relações de poder estaria sob direção de forças políticas locais que exercem seus interesses particulares em detrimento dos interesses público. Tal trama de relações inter-poder público marcou a trajetória da *Comuna*.

A obra na *Comuna* iniciou em agosto de 2008 com a inauguração da pedra fundacional. Neste momento, houve um evento de inauguração da obra com as presenças do prefeito Paulo Henrique Barjud do PT (final de mandato), dos dirigentes do MST, do Pe. João Carlos, dos membros da Usina, dos futuros moradores e de aliados do projeto.¹⁸² O Pe. João Carlos teve sua barba cortada após fazer uma promessa de que à cortaria quando se iniciasse a obra. Este ato simbólico de “pagador de promessa” está presente na cultura popular e aparece sempre em situações de conquistas difíceis e até inimagináveis por trabalhadores pauperizados. Para os futuros habitantes da *Comuna* este foi um ato marcante por significar o início da conquista da “terra prometida”. Após um longo período de lutas e esperas desde a favela Vila Esperança, se concretizou o início da realização de sonhos e necessidades desta população. Abaixo atividades de preparação do mutirão:

¹⁸¹ O proprietário era Wanderley Lemos de Aquino, nomeado secretário de habitação na gestão do prefeito Walderi Braz Paschoalin (PSDB, 2009-2010). Considerado o principal suspeito pela polícia de assassinar Paschoalin em 2010, Aquino foi preso e solto pouco tempo depois sob justificativa de não responder mais ao assassinato e sim a um suposto esquema de corrupção existente na cidade. Adiante, uma análise mais detalhada da conjuntura municipal em 2010.

¹⁸² Foi nesse momento que conheci a experiência da Comuna Urbana após ser convidado para participar da retomada da Escola de Samba Unidos da Lona Preta e a ingressar na Usina como cientista social.

Tabela 13: Cronograma de atividades de preparação para o mutirão

Público Alvo	Atividades (pré-mutirão)	Período			
		Ago/2008	Set/2008	Out/2008	Nov/2008
100 famílias que residiam no terreno alugado pela Prefeitura e constituíram a demanda do projeto	1) Apresentação conjunta do projeto (CEF, Fraternidade, Prefeitura e Usina)	X			
	2) Visita das famílias ao mutirão Paulo Freire (Cidade Tiradentes)		X		
	3) Visita das famílias ao mutirão na Comuna Dom Tomás Balduino (Franco da Rocha)		X		
	4) Discussão de impressões e relatos sobre as visitas		X		
	5) Assembleia e reuniões de núcleos para organizar o Regimento Interno do Mutirão			X	
	6) Assembleia e reuniões de núcleos para formação das equipes de trabalho				X
	7) Planejamento final para o mutirão				X

Fonte: Usina.

Essas atividades foram planejadas no período de conclusão da terraplanagem e análise da topografia do solo. As visitas ao mutirão Paulo Freire,¹⁸³ localizado no distrito de Cidade Tiradentes na zona leste de São Paulo, e ao mutirão na Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, permitiram aos trabalhadores da *Comuna* conhecerem duas experiências distintas de mutirão: uma na periferia urbana de São Paulo e outra num assentamento rural do MST. Conversaram com as pessoas que foram coordenadoras nestas experiências. Apresentaram questões e dúvidas sobre a rotina e o funcionamento do mutirão e da obra autogerida. Tais visitas fortaleceu a disposição do grupo, mas levantou também desafios no sentido de como encarar períodos de paralisações na obra.

Para iniciar a obra, e devido ao aspecto de a população e as organizações envolvidas não disporem de uma entidade jurídica para receber os repasses de recursos da CEF, a Cáritas articulou junto a Pastoral da Moradia a entidade Fraternidade do Povo da Rua. A Fraternidade foi a entidade responsável junto ao governo federal para receber os recursos e operacionalizar os pagamentos.

De início, o mutirão foi criticado no começo por parte da Prefeitura e do pensamento em geral sob a justificativa de que não se constrói mais casa em mutirão. A proposta do mutirão foi a de construir mais e com qualidade, aspecto que os limites do financiamento não permitia. O processo de organização da produção será descrito e analisado a seguir.

¹⁸³ O mutirão Paulo Freire foi construído no regime de mutirão autogerido entre os anos de 2003 a 2010.

3.2.3. Formação das comissões e dos núcleos de trabalho

As Comissões de Trabalho foram formadas no início da obra como um dos partidos fixos, ao encarar o canteiro como instrumento de empoderamento político da população para que assumissem a autogestão e o mutirão e viabilizasse as garantias adequadas das necessidades de quem fosse trabalhar e de funcionamento na obra. A constituição de tais comissões ocorrem sempre em atividades que buscam conciliar o interesse e a habilidade dos participantes, porém, sua definição ocorreu através de eleições dos representantes. A atividade se iniciou com uma apresentação da vida e trajetória dos candidatos por eles mesmos, no qual se procurou levantar peculiaridades, perfis e expectativas. As comissões formadas foram as seguintes:

- **Comissão de Cozinha:** comissão que exigia fazer um planejamento de proporção, logística e financeiro para garantir a quantidade e a qualidade da nutrição dos mutirantes. Além disso, precisou seguir as normas de higiene e segurança alimentar. A atribuição do grupo foi a de preparar um cardápio a cada dois dias para aproximadamente trinta pessoas. No espaço que a cozinha ocupou na obra precisou haver duas pias separadas: uma para lavar louça e outra para comida, além de uma pia para lavar a mão separada na entrada da cozinha. O cardápio na maioria das cozinhas industriais se utiliza de frango por causa do baixo custo. O básico da alimentação foi arroz, feijão, mistura, salada e guarnição. Foram eleitos para esse grupo a dona Expedita e o Flamenguista (Augusto);
- **Comissão da Ciranda:** constituída inicialmente por três coordenadoras, a Ciranda exigiu das participantes conhecimentos de como lidar e cuida de crianças, de realizar brincadeiras e mapear atividades. A tarefa básica era de preparar dois dias de atividades aos finais de semana com trinta crianças. A rotina de tais atividades envolvia o controle de presença, alimentação e a divisão de grupos etários. Foram eleitos este grupo Edineusa, Célia e Sueli;
- **Comissão de Almoxarifado:** nesse grupo a missão foi a de organizar o espaço, os materiais e as ferramentas utilizados na obra. Para tanto, os coordenadores realizaram um controle da entrada e saída de materiais e ferramentas, e comunicação frequente com a Comissão de Administração. Foram eleitos para este grupo a Aninha, o Laércio e o Seu Lucas;
- **Comissão de Administração:** as atribuições deste grupo era a de requisitar e fechar as compras de materiais; negociar os preços com fornecedores; dispor de listas de fornecedores e preços; realizar pagamento de materiais, mão-de-obra e encargos; arquivar e controlar notas; organizar planilhas; receber o material; realizar controle de horas do mutirão e da mão-de-obra contratada. Como critérios de participação: fazer conta; utilizar computador; ser honesto e muito responsável; estar com disponibilidade de tempo; fazer prestação de

contas; etc. Nessa comissão o trabalho foi realizado de segunda à sexta com um salário aos executores por ser uma comissão estratégica para o funcionamento financeiro da obra. Foram eleitos a Jane e indicado o Marcelinho;

- **Comissão de Limpeza:** responsável pela limpeza e manutenção do canteiro de obras. Sua função foi a de organizar as equipes de limpeza e orientar em sua manutenção, além de requisitar os materiais de limpeza e pensar a rotina dessa manutenção em relação aos banheiros, barracão e entorno. Foram eleitos para esse grupo o Alemão e a dona Ana;
- **Comissão de Prevenção de Acidentes:** as atribuições desta comissão foi a de controle e distribuição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI); controle e forma de manuseio de ferramentas, proteção de segurança de obra, primeiros socorros, cuidados com a segurança do canteiro de obras.

Para realização da obra sob o mutirão autogerido foram criados três grandes núcleos, cada um com uma equipe de coordenação, que se rodizariam nos dias mutirões para que os mutirantes não tivesse que estar todo o final de semana na obra. Numa assembleia foram definido os núcleos e, após sorteio, as escalas no mutirão: 1) Pátria Livre; 2) Keno; e 3) Unidos. As 128 famílias (100 famílias do movimento e 28 demanda da Prefeitura) na condição de demanda deste projeto habitacional foram divididas nesses três núcleos. Para manter a mística de unidade na luta, tal como de costume em espaços de luta do MST, foi sugerido para que cada núcleo criasse uma palavra de ordem. Do núcleo Pátria Livre foi: *“Pátria livre, venceremos!”*. Do núcleo Keno: *“Mataram o Keno, mas não mataram o fruto. O MST vai crescendo por minuto”*. E do núcleo Unidos: *“Quando o campo e a cidade se unir, a burguesia não vai resistir”*. Essas palavras de ordem são conhecidas no MST, aspecto que demonstra a forte influência do movimento na vida destas pessoas naquele momento, ao mesmo tempo em que indica que não foram criadas originalmente nestes núcleos.

Foi definida também a Coordenação das Comissões de Trabalho (Coordenação de Obras) cujas atribuições eram as de: coordenação dos trabalhos durante a obra; retirada de ferramentas e materiais; apontadoria; relato das atividades do grupo; responsabilidade pela atividade do grupo durante a obra. Essa Coordenação foi constituída por pessoas que haviam assumido a tarefa de coordenar as famílias desde a ocupação do edifício dos Salesianos. Pessoas que cresceram politicamente nesta função e que ajudariam na coordenação e condução política da obra.

Por isso, tais funções, instâncias e atribuições foram necessárias para a realização da obra através da autogestão para a construção do “operário em desconstrução”, passo seguinte da análise.

3.2.4. Do mutirão à autogestão na obra

A prática e o conceito de autogestão¹⁸⁴ pode ser visto como uma síntese de múltiplas experiências coletivas de auto-realização e auto-determinação dos produtores no sentido do controle coletivo dos *meios* e do *produto* do trabalho, ocorridas em diversos momentos da história social, ao expressar a ajuda mútua e apropriação coletiva. Seu uso e apropriação por diversos sujeitos revelam a riqueza na diversidade, mas também as controvérsias, distorções e polêmicas no seu emprego e na banalização recorrente para definir experiências que estão longe de serem autogestionárias.¹⁸⁵

No final da década de 1970, com a crescente ascensão de movimentos de massa originárias das greves do ABC Paulista e no contexto de profunda recessão econômica oriunda do fim do ciclo do milagre econômico e da crise do petróleo, os trabalhadores (empregados e desempregados) buscaram alternativas. Em conjunto com os Centros de Educação Popular, trabalhadores de diversos movimentos sociais criaram empresas autogeridas. Para Nascimento (2004), essas experiências nasceram como intuito experimental de novas alternativas políticas e culturais, de modo a continuar a luta das oposições sindicais num contexto em que seus militantes-trabalhadores precisavam superar a situação do chamado “desemprego sindical” nascido das “listas negras” das empresas. Entretanto, destaca o autor, a proposta autogestionária esteve presente em diversos grupos ao deixar de lado a concepção de que essas propostas nasceram apenas devido ao “desemprego sindical”. Muitas destas experiências naufragaram por não dispor de apoio de um sindicalismo já estruturado, por dificuldades de financiamento e dependência de entidades como ONG’s e Igreja, pela falta de experiência dos militantes e a visão dos grupos de esquerda que viam nas experiências um reformismo diante do desemprego. Nesse contexto de luta por redemocratização, as experiências de autogestão influenciaram diversas ações, atividades e chegaram a produção habitacional.¹⁸⁶

¹⁸⁴ Alain Guillerme e Yvon Bourdet em *Autogestão: uma mudança radical* demonstram que o termo autogestão se origina para caracterizar a organização dos detidos numa célula presidiária, embora estes se encarreguem por rodízio da “missão de despejar o urinol.” Os prisioneiros têm igualmente liberdade a palavra e direito à autogestão. A autogestão apareceu em língua francesa no início dos anos 1960 como *autogestion*, tradução literal da palavra servo-croata *samoupravljje* (“samo” é o equivalente eslavo do termo grego “auto”, e “upravljje” significa aproximadamente “gestão”). De lá para cá foi apropriada e utilizada por diversos grupos e organizações (partidos, sindicatos, coletivos, etc.), e remonta as experiências políticas, econômicas e sociais na Iugoslávia de Tito em ruptura com o Stalinismo.

¹⁸⁵ A autogestão é um tema recorrente em Tragtenberg, *Reflexões sobre o socialismo*, ao discutir que é no processo histórico de lutas dos trabalhadores, que oscilou entre a capacidade de criar novas relações sociais e igualitárias e sua deformação em relações desiguais e hierárquicas quando os partidos substituem os trabalhadores na direção política, que a classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem.

¹⁸⁶ Para Nascimento (2004): “Se no Brasil reinava a ditadura militar, obrigando o movimento operário e social a um trabalho de resistência, em outras paragens do mundo, a década de 70 foi pródiga em “lutas de autogestão”. Por exemplo, a Revolução dos Cravos (Portugal, 1974); o famoso “outono quente” do movimento operário-sindical italiano, entre 1976-77; a experiência de luta das comissões operárias na Espanha; a experiência dos cordões industriais no Chile de Allende (1970-73); a assembléia popular na Bolívia de Torres, as iniciativas de área de propriedade social no Peru de Alvarado. No final da década, a Revolução Sandinista com intensa participação popular. Enfim, em agosto de 1980, o

No âmbito da produção habitacional e da urbanização, a autogestão se definiu como maneira de controlar os fundos públicos destinados às obras geridas por movimentos populares, associações e cooperativas.¹⁸⁷ No caso das experiências de mutirões autogeridos na produção de habitação popular, a autogestão possibilitou avanços sob as seguintes níveis e dimensões: 1º) procedimentos inovadores de gestão popular de recursos públicos; 2º) inovação tecnológicas e barateamento nos custos de produção; 3º) políticas de convivências, relações de trabalho e níveis de produtividade com base em projetos experimentais e coletivos; 4º) participação política e social com base na construção do poder popular.¹⁸⁸ Através da concepção e execução de projetos habitacionais entre assessorias técnicas, movimentos e mutirantes, o processo de autogestão possibilitou formas distintas de consciência social na apropriação do ambiente habitado e do espaço urbano ao qual estavam inseridos, ao questionar o padrão de reprodução urbana e a desigualdade desta expansão.

No caso da *Comuna*, que iniciou sua trajetória num canteiro de obras como um *espaço percebido*, sua situação social (e contexto histórico) foi tensionada devido a tendência do “fim” dos ciclos dos mutirões autogeridos. Nesse canteiro, cabe então problematizar quais seriam as inovações tecnológicas, as formas de qualidade habitacional e urbana, a política de convivência e as relações de trabalho entre os sujeitos. Como um canteiro de obras experimental, a exigência do tempo de trabalho necessário se desenvolveu de maneira distinta de um canteiro tradicional. Tal caráter experimental esteve numa relação de tensionamento com a necessidade de moradia, o que permitiu apreender a relação entre trabalho concreto e trabalho abstrato num processo de trabalho que se pretende “desalienante”. Esse processo tenderia estar numa relação menos indissociável com o produto habitação, produzido para o uso e não diretamente para a troca.

A autogestão no canteiro de obras aponta para o aspecto de que o movimento (MST, Cáritás, Fraternidade) e as famílias (coordenação, comissões) assumissem a gestão financeira e produtiva da obra. Isso não quer dizer que realizariam todo o processo produtivo que foi dividido entre o trabalho especializado de uma pequena empreiteira na semana e o mutirão aos finais de semana, mas seriam responsáveis por contratar a empreiteira e os trabalhadores assalariados que realizariam a produção na semana. Nesse sentido, o MST sugeriu que uma pessoa de sua confiança, que já trabalhou com obras em outros assentamentos, pudesse compor a comissão administração (e financeira). A empreiteira contratada para realizar a obra na semana foi a Brasil Líder Engenharia Ltda., a mesma empresa que havia sido contratada para realizar a obras de infraestrutura (água, esgoto, energia e a

movimento social polonês Solidarnosc, que defendeu em seu congresso nacional a República Autogestionária, refletindo um amplo movimento social que tinha em suas mãos a gestão de 3000 grandes fábricas do país”.

¹⁸⁷ Rodrigues (2013) discute a estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia.

¹⁸⁸ Segundo Lopes e Rizek (2006), as experiências de mutirão autogerido se configuraram historicamente mediante a três características primordiais: 1) novos processos de gestão popular de fundos públicos; 2) novos procedimentos tecnológicos; e 3) novas formas de práticas política e social.

escola), e que realizaria em torno de 80% da construção das casas, enquanto que 20% seria realizado pelo mutirão. O mutirão, por sua vez, na visão da Usina não foi introduzido aqui para baratear o financiamento, mas sim como uma condição de contrapartida em trabalho das famílias para produzir com qualidade algo a mais do que o financiamento permitia, ao possibilitar intervenção direta nas relações de produção do espaço e do ambiente habitado. O financiamento seria o mesmo com ou sem mutirão. Por isso, o compromisso destes gestores seria o de coordenar junto com a Usina a gestão financeira da obra e prestar contas em assembleias ao conjunto das famílias com frequência. A autogestão de um canteiros de obra, portanto, é um processo que exige maiores responsabilidades dos sujeitos envolvidos para além do próprio canteiro.

Enquanto o trabalho de mutirão se caracterizaria como trabalho improdutivo, o trabalho na semana se desenvolveria como trabalho produtivo. Na dualidade desse canteiro de obras, a Brasil Líder assumiria 80% da obra sob a condição de produtividade. Como analisado por Marx, o fim imediato e o produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, por isso, afirma o autor, “só é produtivo aquele trabalho que produza diretamente mais-valia”. Marx não se refere apenas ao trabalho que gera diretamente mais-valia como fator de valorização do capital, mas define que só é produtivo o operário cujo processo de trabalho seja igual ao processo de consumo produtivo de capacidade de trabalho socialmente combinada – o *trabalhador coletivo*. Nesse sentido, 70% dos trabalhadores contratados para realizar a construção na semana eram da *Comuna* e produziram a mais-valia apropriada pela empreiteira, aspecto de contradições posteriores nesse processo.

Figura 30: Obra no terreno da Comuna.



Foto 19. Fonte: Usina.

Sob tais condições, o primeiro dia de mutirão no canteiro de obras iniciou numa manhã chuvosa em novembro de 2008. As primeiras orientações foram anunciadas pelas arquitetas da Usina, ao pedir para que todos que trabalhassem em alguma profissão específica ficasse em sua posição particular para ensinar outras pessoas. A proposta de um canteiro de obras autogerido por

meio do mutirão foi a de que as pessoas pudessem aprender a fazer coletivamente. A estratégia foi a de superar a preocupação de quem nunca trabalhou na construção civil, ao permitir maior segurança na medida em que essas pessoas fossem aprendendo desde o começo com quem já dispunha de experiência no setor. Havia muitos mutirantes com experiência no setor da construção civil,¹⁸⁹ aspecto que facilitou o trabalho e permitiu maior *socialização* do saber-fazer num processo baseado ainda na *cooperação*. Após feita a distribuição dos capacetes vermelhos¹⁹⁰, os mutirantes iniciaram a construção deste caminho por meio da “mão na massa e mutirão”. Eles se organizaram em fila para transportar de mãos em mãos os tijolos de uma parte a outra do terreno. Com efeito, nos dois primeiros dias de mutirão, eles foram orientados pela Usina a cavarem e retirarem a terra para realizar a concretagem dos radiers armados,¹⁹¹ onde seriam erguidas as casas para que ficassem em escadinha, aproveitando os taludes do terreno inclinado em vez de fazer muro de arrimo.¹⁹²

O mutirão estava organizado para funcionar a partir do rodízio dos três núcleos e do controle de frequência dos mutirantes. Cada família precisava estar representada por uma pessoa no dia de sua escala de mutirão. Se houvesse falta, era necessário repor ou pagar a ausência. No caso de pagamento, o cálculo feito era equivalente a um dia de trabalho. As funções de trabalho no mutirão eram definidos no dia sob orientação da Usina e do mestre de obras. Essa definição nem sempre foi tranquila para resolver, tendo em vista a complexidade do projeto, as medições e os repasse da CEF, e as instabilidades de um canteiro de obras. As tarefas em dia de mutirão procurava conciliar as capacidades e interesses das pessoas, ao mesmo tempo em que visava estimular o rodízio por gênero e função. Na visão da dona Ana, mutirante de 55 anos, ocorria da seguinte maneira:

O mutirão: a gente vinha conforme foi combinado. Se faltasse tinha que cobrir, tinha que pagar ou tinha que arrumar alguém para vir no lugar. Eu graças a Deus vim aos mutirões. A minha filha depois arrumou emprego, aí ela não pode vir. Mas aí ela pagou alguém para vir. Só que quando ela tinha folga e não estava muito cansada ela vinha também. Então a gente vinha nos mutirões, então a gente fazia. Na hora que eles falavam alguma coisa que eu não concordava abria minha boca mesmo. Não! Porque tem que ser assim. Como que é: “cada um fazendo segundo a sua capacidade, e recebendo segundo a sua necessidade”. Quando eu via que havia algo acima do que conseguiria fazer, eu não fazia. Quando foi para subir

¹⁸⁹ Entre os mutirantes havia marceneiros, pedreiros, carpinteiro e eletricitas.

¹⁹⁰ Os capacetes vermelhos foram adquiridos como estratégia de superar simbolicamente a divisão entre arquitetos e mutirantes, haja vista que num canteiro tradicional os capacetes são coloridos e os de arquitetos e engenheiros são brancos para facilitar a identificação da chefia na obra. Ver documentário *Capacetes Coloridos* de Paula Constante.

¹⁹¹ Os radiers de concreto armados são utilizados para a construção de casas ou edifícios baixos com no máximo quatro ou cinco pavimentos. No caso da Comuna, foram feitos de forma escalonada para sustentar as casas num vale.

¹⁹² A Usina fez essa escolha no projeto participativo ao tentar aproveitar o “caimento natural” do terreno, evitar o máximo de cortes e criar uma rua central que permitisse o acesso dos materiais para atender os taludes. Essa foi a tecnologia inicial de implantação através do “caixão perdido”, um tipo de laje feita em cima dos taludes onde seriam construídas as casas. O muro de arrimo seria muito mais caro se fosse feito, o que inviabilizaria a qualidade do projeto.

carregando umas pedras escada acima eu não fazia. Também eles sempre arrumavam alguma coisa que a gente podia fazer.

Esse “cada um fazendo segundo a sua capacidade e recebendo segundo sua necessidade”¹⁹³ foi uma combinação interessante, sobretudo, entre os mais velhos que participavam da obra. As tarefas eram importantes, por isso quem conseguisse carregar blocos fazia esta tarefa, enquanto aqueles que não conseguiam poderiam servir água para os demais.

Devido a complexidade do projeto, a implantação das casas via empreiteira e mutirão demonstrou-se difícil e controversa, inclusive no momento de realização do pagamento das alvenarias. Ao se fazer uma casa era preciso considerar as redes de outra casa vizinha. As arquitetas e os arquitetos da Usina necessitavam estar com as plantas de duas casas – a de cima e a de baixo – para orientar a sua construção, já que uma está interligada com a outra de forma não muito racional e em decorrência das condições do terreno e as opções do projeto. Para a Usina, esse projeto foi completamente artesanal, ao se levar em consideração que cada casa tinha um jeito diferente da disposição da rede hidráulica e elétrica. No caso do pagamento das alvenarias aos pedreiros contratados, isso foi motivo de muitas brigas e conflitos, já que para se produzir uma casa era necessário fazer parte da outra. Como o controle era feito pela Usina através das plantas, foi complicado acompanhar o quanto um pedreiro havia produzido já que era difícil definir onde começava e onde terminava uma casa. Por isso, eram feitos desenhos específicos a cada etapa para realizar tal acompanhamento, que dependia em muito da comunicação na obra entre mestre de obras, pedreiros e Usina, e de critérios técnicos estabelecido pela assessoria. Essa dificuldade de execução adveio em parte da inexperiência em canteiro de obra dessa equipe da Usina¹⁹⁴ que acompanhou a obra, e da complexidade do projeto superada no decorrer do processo.

Ao longo do processo de quatro anos de mutirão houve aprendizados e transformações, conflitos e desentendimentos. Os aprendizados e as transformações são verificáveis no conjunto dos participantes mas, sobretudo, naqueles que de fato assumiram e conduziram o processo não apenas na produção das casas, mas também nas instâncias de coordenação e comissões de trabalho. Indivíduos que não tinham conhecimento em administração, gestão e produção de obra se apropriaram do saber-fazer num canteiro de obras. Alguns indivíduos aprenderam a se comunicar e

¹⁹³ Dona Ana cita uma passagem de *O Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engles.

¹⁹⁴ Esse aspecto foi reconhecido pela equipe da Usina que acompanhou a obra. Todavia, essa equipe passou a dialogar com os fundadores da Usina que dispunham de mais experiência em obra para superar essas dificuldades conjuntamente. Cabe destacar que a obra da Comuna não pode ser vista isoladamente. A Usina já acompanhou e produziu junto aos movimentos diversas outras obras, por isso sua construção é histórica, está sempre em processo e em permanente transformação e suas equipes também.

dialogar mais, a realizar tarefas em coletivo e produzir diversos aspectos na obra – rede hidráulica (encanamento), rede elétrica (tubulações) e fiada de tijolos.

A percepção do espaço é distinta para os mutirantes de acordo com sua posição no processo. Em seus depoimentos percebe-se as distinções no *espaço vivido*. Para o irmão Marcos, mutirante:

A experiência do mutirão ela é única. Para mim, na minha vida, foi algo bastante inédito. Eu sabia do mutirão de ouvir dizer, mas não num projeto como esse da Comuna Urbana. A minha chegada no projeto foi quando as casas já estavam sendo construídas. Eu cheguei e tinha que ingressar, trabalhar no mutirão. “Eu não sei, vou trabalhar em quê?” Se eu nunca havia trabalhado em construção, não sabia nem para que lado ir. Tinha uma pequena noção. Mas o que me deixou muito à vontade, acredito que deixou todos à vontade, é que mesmo você não sabendo fazer o trabalho da construção civil, os companheiros que aqui estavam há um ano à frente com orientação da Usina, os que já tinham uma noção, estavam dispostos a ensinar.

Na visão de sua esposa dona Valderici,

Essa obra não parou porque algumas pessoas tinham essa obra no coração. Porque você pega vínculos aqui. Se torna uma família, independente de qualquer problema ou circunstância. Porque sofre os mesmos problemas, as mesmas situações. Chega uma hora que “ah, a obra não vai mais!”. Vai, porque tinham alguém ali na frente, lutando, cedendo, doando de si, deixando de cuidar de si e da sua família para cuidar para que a obra saísse para as 128 famílias.

Os laços de muitos indivíduos – por afinidade e proximidade – foram construídos ao longo do processo de obra e do mutirão, ao ponto delas decidirem morar no mesmo núcleo como vizinhos. Entretanto, os vínculos de alguns representava a formação de pequenos grupos que, reunidos por vínculos internos ao grupo, se afastava de outros pela dinâmica do processo. A construção de grupos e dos núcleos, no período em que ficou sem acontecer assembleias e com as paralisações da obra, foi dificultada pelas desconfianças e desentendimentos no processo.

Os desentendimentos aparecem nos relatos de contraposição de Regiane, que foi da coordenação e analisou da seguinte maneira o mutirão:

Para mim é uma questão de acreditar mesmo. “Eu vou trabalhar no mutirão!” Muitas famílias não caíram na real que tinham que ser nós a fazer no final de semana. Na cabeça das famílias era aquele individual “paga que eles fazem”. Então, nossa maior dificuldade

em acreditar e ir para frente no mutirão era os finais de semana, porque eles não queriam ter muita participação.

O seu esposo Laércio, também da coordenação, acrescentou com os dizeres:

Aprendi muito! A princípio, eu era um cara muito tímido, muito reservado. Não tinha muito diálogo com as pessoas. Com todo esse processo, hoje eu consigo me relacionar bem com as pessoas. Eu consigo passar todo esse processo, explicar abertamente para as pessoas. Eu consigo em questões de segundo entrar numa linha de raciocínio e fazer com que aquela pessoa entenda que ela é tão importante quanto eu em todo esse processo. Já nas questões do coletivo, da comunidade, eu creio que em torno de 60% das famílias não caíram em si. Não entenderam a real proposta, a essência do projeto.

Os relatos destacam aspectos positivos e negativos do processo, além de evidenciar algumas distinções entre *espaço percebido* e *espaço vivido*. Mas por quê a “comunidade” não haveria compreendido a “real proposta, a essência do projeto”? Será que havia aí uma “comunidade”?

No início da obra houve um forte apelo e necessidade dos participantes em construir a própria casa por meio do mutirão. A presença do MST era intensa na *Comuna* no primeiro ano de obra. Nesse momento configurou-se dois espaços: a *Comuna Alojamento* na rua Nicolau Maesvsky, onde ocorriam atividades de formação política e cultural; e a *Comuna Obra* na rua Silverstone, lugar do trabalho de mutirão e da autogestão do canteiro de obras. O movimento assumiu a tarefa de desenvolver o chamado Trabalho Técnico Social e imprimir sua prática no cotidiano da população no espaço da Comuna Alojamento. O MST esteve presente através dos setores de educação, cultura, comunicação e produção. Propôs a criação de uma Oficina de Costura e de uma Horta Comunitária; reforçou o projeto da Padaria Comunitária do Pe. João Carlos; transformou a Creche em Ciranda; transferiu os ensaios e o carnaval da Escola de Samba Unidos da Lona Preta, que ocorria na Comuna da Terra Irmã Alberta para a *Comuna*; promoveu as rodas de samba com a Comuna do Samba aos domingos após os ensaios da Unidos e depois do mutirão; entre outras atividades. Tudo isso ocorreu – exceto a horta e a padaria – na Comuna Alojamento. Com as atividades, o MST questionava o caráter “assistencialista” das formas iniciais de organização desta população por intermédio das Pastorais e da Cáritas, ao construir o que chama de “organicidade” com base numa formação política que se iniciou com a ocupação do Edifício dos Salesianos e se desdobrou nas formas de organização e atividades na Comuna Alojamento.

Assumido pelo MST, o Trabalho Técnico Social (TTS)¹⁹⁵ é condição e exigência de qualquer financiamento de habitação popular. O TTS representa uma conquista reconhecida em programas e políticas públicas habitacionais e urbanização de favelas. Resultado histórico de lutas por direitos sociais e habitação, o TTS é visto como uma intervenção que contribui – por meio de atividades formativas – para a construção da organização do canteiro de obras e das formas de democracia interna, autonomia política e participação popular. Estas atividades ajudariam no fortalecimento de laços e gestão comunitária e no desenvolvimento de ações de acordo com as necessidades das famílias num processo de obra.¹⁹⁶ Como as visões sobre o TTS são distintas entre poder público, movimento popular e assessoria técnica, apesar do TTS ser a representação política destas forças sociais, a condução deste trabalho social e político ficou sob responsabilidade do MST enquanto que o trabalho físico com arquitetas e arquitetos da Usina.¹⁹⁷

O processo de autogestão em construção com vista ao canteiro se iniciou na fase de concepção do projeto, cujas especialidades de arquitetura e urbanismo foram desenvolvidas sob a divisão voluntária de funções, referenciando-se na tentativa de elaboração aberta e sem hierarquia tão assimétricas entre os arquitetos e numa construção permanente com os trabalhadores-mutirantes. Mas os projetos de especialidades de geometria viária, saneamento, drenagem, energia e telefonia foram encomendados juntos a empresas de engenharia, aspecto que demonstra que a Usina não projeta todos os detalhes da obra. Na fase da obra, a autogestão pretendida não se desenvolveu ao ponto de permitir um aprendizado de gestão e produção ao conjunto dos mutirantes e trabalhadores. A gestão ficou restrita entre aqueles que assumiram as funções de coordenação. No entanto, a autogestão de uma obra pressupõe: uma coordenação afinada e articulada; um movimento organizado, presente e atuante; funcionamento de comissões e núcleos de trabalho; medições nos prazos sem atraso de repasses dos recursos; assembleias ordinárias mensais e extraordinárias quando necessárias; prestação de contas, reorganização e divisão equânime do trabalho. Neste contexto, o depoimento da coordenadora Jane contribui para algumas reflexões:

¹⁹⁵ A apresentação de um Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) feito por movimentos e assessorias técnicas permite acessar um recurso específico, referente a uma porcentagem da obra, para a realização deste trabalho, ao custear o acompanhamento de um profissional com formação em geografia, serviço social, sociologia, etc. O TTS permite um trabalho de acompanhamento com as famílias na resolução de conflitos e fortalecimento da estrutura familiar, com o objetivo de garantir que estas acompanhem e participem do processo de mutirão e organização coletiva do projeto.

¹⁹⁶ Segundo o Ministério das Cidades são objetivos do TTS: “viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante o trabalho educativo, favorecendo a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao trabalho e melhoria da renda familiar”.

¹⁹⁷ Cabe destacar que a Usina, na condição de assessoria técnica interdisciplinar, reunia no período arquitetos, cientistas sociais – sociólogos e geógrafo – e uma artista plástica. Na prática da Usina os arquitetos são mais sociais e os sociais mais arquitetos. O projeto participativo e a organização do canteiro de obras são entendidos como trabalho social.

Fui compradora na obra. Fui almoxarife da obra. Fui coordenadora em alguns pontos. Fui cozinheira da Treme-Treme e do mutirão. E ajudei a bater laje. Fiz de tudo um pouquinho. Tinha outras funções. Tinha coordenação. Eram três núcleo – um, dois e três. Mas tinha um grupo de doze, treze coordenadores. Eu como fazia compras, e o Laércio almoxarife, a gente fazia parte dessa coordenação. Ia para as reuniões, discutia com a Usina serviços que eram para ser feitos no mutirão. A gente sentava na sexta e discutia o que fazer. Hoje de fora quando tudo acabou penso assim: “ah, algumas horas eu atopei o serviço de alguém que não precisava”. Chega num determinado momento que voce faz de tudo um pouco. Eu sou muito ansiosa. Em um determinado momento às vezes ficava “metendo o dedo” no serviço da Usina. Acho que eu queria fazer a parte técnica, a parte do mutirão, a parte do mestre de obras. Acho que voce toma a responsabilidade para si. Se outra pessoa que está ao seu lado – quando voce está com aquela ansiedade de terminar – não está fazendo a parte dela, pode até estar mas talvez não da maneira que voce gostaria[...]. Penso que não precisava ser assim, ter esse desgaste. Acho que aprendi até ser arquiteta um pouquinho [...] O meu maior pesar foi o meu desgaste. Eu adoeci, tive depressão, tive que ficar com remédio controlado. Passei por um processo difícil com dois anos de obras. Além da coordenação, a pressão das famílias, do mutirão.

Esse depoimento demonstra que o mutirão, por ser um processo “bruto” de obra e expressar aspectos do super-trabalho na sociedade, tornou-se desgastante a partir do segundo ano de obra em 2010. Ano emblemático que permite desvelar o início e os desdobramentos das diversas crises do processo. Foi nesse momento que a empreiteira Brasil Líder deixou de cumprir o seu compromisso com o cronograma de obras, ao assumir outras obras em decorrência do “boom” na construção civil provocado pelo PMCMV, programa que incidiu no aumento do preço de materiais e de aluguéis. O aumento no preço dos materiais provocou um desequilíbrio orçamentário na obra, pois as planilhas de preços enviadas pelos arquitetos em 2008, e que a CEF se referenciava, ficaram defasadas com esse aumento. A Brasil Líder, por sua vez, havia sido contratada pela Coordenação e a Fraternidade do Povo da Rua para realizar a obra durante a semana e, ao atrasar o cronograma de obras, atrasou as medições, inviabilizou a liberação de recursos (já defasados) e jogou uma pressão para cima do mutirão e da obra. A empreiteira foi contratada também pela Prefeitura para realizar as obras de infraestrutura. Como é de prática das empreiteiras e construtoras, elas assumem diversas obras e seus operários se deslocam na produção entre os imóveis ao estarem eles próprios na “esteira” de produção do espaço, processo do qual Ball (1998) chamou de “fordismo da construção”.¹⁹⁸

Como o grupo de Coordenação da Obra se apropriou da gestão da obra e da totalidade de seu processo, os participantes da Comissão Administrativa (compras e financeiro da obra) passaram

¹⁹⁸ Esse aspecto foi analisado no sub-ítem “Dinâmica no canteiro de obra e trabalhador coletivo”. Neste sentido, as incorporadoras/construtoras do setor se organizam fundamentadas na realização de obras em diversos empreendimentos simultaneamente, para assim manter suas equipes ocupadas numa espécie de rodízio entre os canteiros.

a desconfiar do trabalho da empreiteira Brasil Líder. Este grupo passou a perceber que a empreiteira recebia o valor dos repasses das medições, empregava força de trabalho na obra (muitos da própria *Comuna*) com pagamento de salário e se apropriava do excedente destes trabalhadores. O aspecto que gerou maior desconfiança foi que o proprietário da empreiteira recebia um valor maior pelos serviços em relação ao que pagava aos funcionários. A percepção desta relação de exploração entre empreiteira e trabalhadores contratados só foi possível por causa do fato destes trabalhadores-mutirantes realizarem a gestão financeira da obra e, por isso, puderam perceber as contradições entre valores recebidos das medições e o que era realizado enquanto produto que estava aquém do contratado. Por causa disso, e por não cumprir o cronograma, a Brasil Líder foi retirada da obra, fato que fez com que os trabalhadores-mutirantes e coordenadores se sentissem em condições de assumir o conjunto da obra, ao criar a partir de então a experiência da Cooperativa Treme-Treme.¹⁹⁹

A conjuntura de 2010 pode ser caracterizada pela intensidade de obras de infraestrutura e do PMCMV, por eleições estaduais e presidencial, aspectos que exerceram forte pressão e influências nas prefeituras municipais da RMSP. No caso do município de Jandira, o crescimento imobiliário e de obras – sobretudo em habitação e infraestrutura urbana – ocorreu durante a gestão tucana, período de intensas denúncias de corrupção e desvio de recursos públicos na prefeitura. Ocorreu durante a gestão de Walderi Braz Paschoalin (PSDB, 2009-2010) o desvio de recursos do financiamento do projeto da *Comuna* repassados pela CEF para fazer a infraestrutura (água, esgoto, creche e escola). Este acontecimento inviabilizou a conclusão até o devido momento da infraestrutura. Este desvio teria ocorrido junto ao de outras obras na cidade de Jandira. Estima-se que foi destinado para reforma de escolas públicas a quantia de R\$ 10 milhões, somada a de R\$ 4 milhões na contratação de construtoras.²⁰⁰

Apesar de não dispor de nenhum programa habitacional entre os anos de 2008 à 2012 – com exceção da construção inacabada no bairro do Figueirão –,²⁰¹ a prefeitura realizou diversas obras de infraestrutura e reformas em escolas. Ao final do ano de 2010 um fato marcante chocou a cidade: o assassinato do prefeito Walderi Braz Paschoalin após este sair de um programa de rádio.²⁰² O principal suspeito de “encomendar” a morte do prefeito foi Wanderley Lemos de Aquino, então secretário de habitação na gestão de Paschoalin. Este acontecimento reforçou as denúncias de corrupção e desvio de recursos ao revelar a possível existência de uma máfia que atua na cidade presente no poder público, ao mesmo tempo em que demonstrou a promiscuidade entre empreiteiras

¹⁹⁹ O processo da Treme-Treme será analisada no próximo sub-item.

²⁰⁰ Segundo denúncia publicada na Webdiário, embora os contratos com as empreiteiras exigissem “o fornecimento de materiais de primeira linha e mão de obra especializada”, a Prefeitura ainda comprou R\$ 6 milhões em material. Mas, a realidade encontrada nas escolas que passaram pelas reformas é bem diferente. Webdiário.com.br – Diário da Região.

²⁰¹ Figueirão é um conjunto de dez casas em construção inacabadas iniciadas junto com a Comuna Dom Hélder.

²⁰² Folha de São Paulo <www1.folha.uol.com.br/cotidiano/843706-prefeito-de-jandira-sp-e-morto-a-tiros.shtml>. Acessado em 25/08/2013.

e partidos políticos, já que empreiteiras e construtoras estão entre os principais doadores de verbas para as campanhas eleitorais. Não obstante, Aquino era o então proprietário do terreno na rua Nicolau Maesvsky, onde as 128 famílias da *Comuna* ficaram alojadas durante quatro anos sob pagamento do aluguel social feito pela Prefeitura as famílias que pagavam ao proprietário.

Nesse mesmo ano, os dirigentes do MST estiveram mais ausente em determinados momentos da obra. Num primeiro momento, em decorrência de diversas tarefas e lutas estaduais e nacionais do movimento. Depois, alguns de seus dirigentes regionais e estaduais se desligaram do movimento, aspecto que dificultou a presença do MST na *Comuna*, momento também de dificuldades da Regional Gde. SP em estar mais presente com atividades nas demais Comunas da Terra. Esse aspecto fez com que a Coordenação de Obras tomasse algumas decisões que precisavam ocorrer no ato de certos acontecimentos.

Com a saída da Brasil Líder, a Coordenação de Obra assumiu o conjunto da obra (semana e final de semana) através da Cooperativa Treme-Treme e passou a reunir os poderes políticos e econômicos da obra. Em decorrência de algumas de suas decisões e práticas no canteiro, gerou desconfiança diante dos demais em muitos mutirantes que, num determinado momento, deixaram de ir aos mutirões, acontecimento que dificultou o andamento da obra e sobrecarregou aqueles que continuaram. Diante disso, o MST deslocou militantes para ajudar no processo e propôs a organização das brigadas de trabalhos formadas por aliados para ajudar com o trabalho de mutirão. Todavia, o trabalho não feito pelo mutirão – trabalho este que visava desmercantilizar a relação de produção em favor da qualidade do espaço para o seu uso – passou a ser feito de forma paga pela Treme-Treme. Parte do trabalho do mutirão deixou de ser um processo improdutivo de aprendizado, *socialização* do saber-fazer e interação entre os participantes – na produção do valor de uso habitação – para se transformar em trabalho produtivo e valorizado feito pelos membros da Treme-Treme com base na *cooperação*. Tais contradições serão analisadas a seguir.



Figura 31: Trabalho na obra da Comuna.

Foto 20. Fonte: Usina.

3.2.5. O efeito “Treme-Treme”

A partir da experiência do mutirão e de autogestão da obra, a construção do processo possibilitou aos participantes uma relativa apropriação do processo de produção. Essa apropriação ocorreu em uma parte significativa do processo de trabalho e de suas respectivas relações de produção: o canteiro de obra, que possibilitou ao grupo que estava se apropriando percebesse as dimensões de totalidade do processo. Esta apropriação possibilitou que alguns dos trabalhadores-mutirantes, sobretudo, os participantes do grupo de compras e financeiro da obra, desconfiassem do trabalho da empreiteira Brasil Líder depois de um período. Este grupo percebeu que a empreiteira recebia o valor dos repasses das medições, empregava força de trabalho na produção, relação na qual se pagava um salário aos contratados e, com isso, a empreiteira se apropriava da mais-valia (trabalho excedente) destes trabalhadores.

Após conta básica foi feita pelo grupo financeiro sobre os pagamentos à Brasil Líder, no momento em que a empresa imprimiu um ritmo lento ao processo da obra, levantou-se questionamentos sobre as condições da empreiteira em assumir uma obra deste porte e com esta complexidade, sobretudo, em relação ao contrato do financiamento que dificultou também a gestão do processo de obra. A percepção desta relação de exploração entre empreiteira e trabalhadores contratados só foi possível por causa do fato de alguns trabalhadores-mutirantes realizarem a gestão financeira da obra e, por isso, perceberam as contradições entre valores recebidos das medições e o que era realizado enquanto produto e que estava aquém do contratado. Os desdobramentos disso é de conhecimento público: a empreiteira não aguentou e se retirou da obra.

Tal acontecimento desdobrou na paralisação parcial da obra. Diante disso, os trabalhadores-mutirantes e futuros moradores da *Comuna* precisaram resolver a questão. O processo de obra foi assumido então numa situação inusitada por um grupo de mutirantes que decidiu abandonar seus empregos para se arriscar no trabalho da obra e receber uma renda para produzir suas próprias casas. A proposta inicial deste grupo era a de se constituir como cooperativa que nasceu a partir do momento em que o então mutirante Laércio, 34 anos, um dos membros fundadores, na condição de almoxarife e ajudante nos pagamentos, percebeu as potencialidades de assumir a obra:

Creio que começamos de uma maneira equivocada. Creio que não tinha-se muita experiência. Então a gente começou a obra pagando um empreiteiro, [...], aliado também em todo o processo [...]. Se a gente tem aí, eu creio que na época, 60% a 70% de mão de obra qualificada dentro da comunidade. Tínhamos pedreiro, carpinteiro, ajudante, enfim. Foi quando eu passei de porta em porta com um caderninho na mão perguntando “o que voce faz?” [...] Fiz um levantamento dentro da comunidade.

Na sequência, Laércio²⁰³ destacou a proposição feita para a coordenação:

Eu cheguei numa reunião de coordenação e propus, e falei: companheiros, estou com uma ideia maluca a princípio, porém, eu preciso do apoio de vocês e passei para eles a ideia, para poder a gente criar essa cooperativa da construção civil. A ideia seria exatamente essa: pegar todo o dinheiro do governo federal, comprar o material, administrando, construir nossas casas e receber pela mão de obra. Então, o dinheiro todo ficava dentro da comunidade. E assim a gente tentou.

O morador Cláudio, 49 anos, integrante fundador, comentou sobre os primeiros passos:

Quando o Laércio fez a proposta, marcamos uma reunião lá na minha casa. Foi quando veio o seu Paulo, o seu Lucas, o seu Pernambuco, o Alemão, o Du, o Japa (Regis). Mas não tinha nada em mente de como seria, só o desafio. Não tinha nada assim, financeiramente. Eu particularmente pensava: vamos fazer. E coincidiu que eu estava desempregado, tinha saído da empresa. Então foi isso, no início do trabalho. No primeiro dia eram três, depois no terceiro dia chegou o Wesley. O Du não. [...] O Du foi o que mais ficou presente na obra, porque ele trabalhava na Brasil Líder.

Os pioneiros da proposta inicial de cooperativa foram Claudio, que estava desempregado e se tornou almoxarife na obra; Wesley, 29 anos, era auxiliar de logística e pintor, e aprendeu um pouco de tudo na obra; Laércio, 34 anos, propositor, era auxiliar de almoxarife e acompanhava o grupo de compras; Du, 25 anos, ajudante e auxiliar de produção e sua origem remonta a Comuna da Terra Dom Tomas Balduino (MST); Regis (o japa), eletricista; e o Dinho. Após reunirem um grupo de famílias que estavam dispostas a assumir a obra em conjunto, depois de mais de um mês de obra paralisada, conversaram sobre a possibilidade de fundar uma cooperativa. Todos estes estavam com funções de coordenação geral e de núcleo na obra. O Du descreveu assim a origem do nome:

A gente veio para fazer sem saber. A gente veio realmente pra somar. Pra que a obra não ficasse parada, e dar seguimento nas casas. E me recordo do primeiro telhado, se não me engano. Um dos primeiros telhados que fomos fazer na casa 8, que o Ceariba e o Cláudio subiram no telhado, e o Cláudio começou a, que nem bambu de vara verde a tremer. E o pessoal falou: ó, Cláudio tá tremendo! Aí pegou a “treme-treme”(risos). E começamos a chamar o Cláudio de “treme-treme”, no dia. Isso pegou. Aí surgiu. Acabou que em vez de

²⁰³ O Laércio só participou no início e não conseguiu acompanhar a T-T porque, na condição de coordenador, foi ajudar a resolver uma briga entre vizinhos e, ao se defender da agressão de um deles, foi acusado de tentativa de homicídio. Ficou preso por três anos e quando saiu a “comunidade” o recebeu com uma grande festa que aparece no documentário produzido pelo núcleo audiovisual da Usina.

ser o Cláudio a treme-treme, que a equipe de trabalho que a gente conseguiu trazer para obra se formalizou em “Treme-Treme”.

Batizada inicialmente de “Treme-Treme”, cujo nome nasceu de uma brincadeira descontraída no trabalho e que aflorou alegremente na entrevista, a então emergente cooperativa dispunha desde o início do apoio da Usina e dos dirigentes do MST que acompanhavam a *Comuna*, e partilhavam de decisões e necessidades em reuniões de planejamento. O MST dispõe de vasta experiência com cooperativas agrícola, entretanto, esta iniciativa de cooperativa na construção civil talvez não tenha sido devidamente incorporada naquele momento como estratégia de luta. Havia inicialmente barreiras burocráticas que impediria a proposta de Cooperativa Treme-Treme (T-T) de receber os pagamentos pelo trabalho. A alternativa foi a de conseguir emitir nota fiscal por uma empresa de prestação de serviço, o que viabilizaria executar os trabalhos e retomar a dinâmica de produção na obra até que a T-T tivesse o próprio CNPJ. Assim nasceu a T-T.

Oriunda das contradições do processo de obra, a experiência da T-T emergiu na história da *Comuna* como um caso emblemático, inspirador e polêmico. A T-T nasceu diante das seguintes determinantes: 1º) inviabilidade na construção das casas, que demonstrava a tendência de paralisação da obra; 2º) experiência de trabalho no mutirão e de autogestão por parte dos participantes, que permitiu que o grupo se sentisse em condições de assumir o conjunto da obra; 3º) possibilidade de conciliar o recebimento de uma renda e acelerar a construção das próprias casas, objetivo e sonho maior almejado por estes trabalhadores-mutirantes. Evidentemente que estas três características gerariam um conjunto de novas contradições para estes sujeitos. Mas isso não diminui sua importância num período em que a classe trabalhadora viveu um dos maiores descensos em sua história de luta. Do ponto de vista do trabalho, fazer luta política e criar experiências concretas em tempos de hegemonia do capital é uma tarefa ingrata e cheia de revez.

Na história dos mutirões autogeridos houve muitas pessoas que trabalharam durante a semana na obra, receberam um salário conforme sua especialidade para construir suas próprias casas e trabalhavam aos finais de semana no mutirão. Na *Comuna* se apresentou um novo aspecto que foi das pessoas abandonarem seus empregos para assumirem definitivamente a obra no lugar da empreiteira, para assim continuar a construção das casas, realizar o sonho da conquista da casa própria e obter uma renda com o trabalho na obra. Além destes aspectos, abriu-se a possibilidade deste conjunto de trabalhadores-mutirantes superar relativamente a condição de trabalhadores pauperizados e de se apropriarem do espaço e do tempo através deste processo de trabalho. Mas de qual espaço-tempo eles se apropriaram? Se apropriar do espaço permitiria a apropriação do tempo, e neste caso, o tempo de trabalho? Nesta relação a contradição entre trabalho produtivo e trabalho

improdutivo chegaria ao seu termo, ao demonstrar a necessidade da crítica à economia política da urbanização na prática cotidiana destes sujeitos.

Para os integrantes da T-T, os primeiros meses após assumirem a obra foram difíceis, mas o aspecto positivo foi o rendimento da produção. O almoxarife Cláudio relata da seguinte maneira:

O que foi positivo é que o rendimento nosso em um mês subiu. Não vou falar que a Brasil Líder falhou, é que eles não tinham o mesmo interesse que a gente tinha. Não tinha o processo da Caixa também, foi falho, neste sentido de pagamento, que voce tinha que fazer para depois receber. A gente não! Nos dedicamos mesmo. Com quarenta dias nós fizemos a primeira medição. Depois disso foi diminuindo, diminuindo. Foi quarenta, quarenta e cinco dias, e a outra foi quarenta. O rendimento de produtividade foi um salto assim de 60% a 70%.

Na imanência desta experiência esteve a possibilidade de apropriação dos *meios* e do *produto* do trabalho, tentativa que está imersa na alienação do trabalho e no fetichismo da mercadoria ao se contrapor à essas determinações. Ainda assim, tal experiência permitiu o controle de uma parte do processo de trabalho pelos trabalhadores-mutirantes, ao fazer com que os sujeitos se deparassem com a determinação fundamental das relações de produção do modo de produção capitalista. O ritmo de produção na *Comuna* foi determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário na produção do valor por meio das medições da obra, o que implica na compreensão da relação de valorização do valor (leis do valor)²⁰⁴ e as dimensões entre necessidade e liberdade.

Por sua vez, o ritmo de produção na construção civil depende do desenvolvimento das forças produtivas e tende a ser imposto por empreiteiras convencionais que detêm o monopólio de recursos e de tecnologia para a extração de mais-valia (trabalho excedente) dos trabalhadores da construção civil, e seu tempo se mede por uma certa “eficiência” nos prazos e entregas do produto, ao estar relacionado ao montante de capital de giro que dispõe e que lhes permitem acessarem com maior rapidez os recursos públicos. Neste sentido, dispõem de maior liberdade para a definição de seus negócios e capacidade de assumir diferentes obras em diferentes lugares, ao conseguirem realizar

²⁰⁴ Para Marx (1988) as leis do valor são objetivas e independem da vontade dos indivíduos. Um valor de uso ou bem possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. A grandeza do valor é medida por meio do quantum de substância constituidora do valor nele contido: o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e a substância dos valores é definida pelo trabalho humano igual, ou mais precisamente, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir um valor de uso qualquer nas condições dadas de produção social. A grandeza de valor de uma mercadoria pode mudar em cada mudança da força produtiva do trabalho, que é definida por meio de circunstâncias diversas que demonstra o grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. Quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. Neste sentido, a grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta desse quantum de trabalho, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza.

uma parcela da obra com o capital de giro, receber a medição dos órgãos públicos e executarem as demais etapas. Na contramão disto, o MST, a T-T e a Usina, que são entidades sem fim lucrativos e não dispõem deste capital, estariam imersos no reino das necessidades ao buscarem uma atuação com liberdade cuja a conquista da moradia está inserida num processo de luta em que o objetivo precisa ser alcançado sem demora pela condição precária de habitação desses trabalhadores. A liberdade que dispuseram se circunscreveu ao processo participativo com a Usina, as formações políticas e culturais com o MST, as experiências lúdicas com as crianças na ciranda e ao nascimento da T-T como resolução do problema imediato. A tentativa de apropriação do processo (meios e produto) significou uma tentativa de desestranhamento do trabalho. O processo de obra das casas buscou a construção de outras formas de sociabilidade no sentido da própria *Comuna*.²⁰⁵

De maneira distinta de uma obra realizada por empreiteira, a proposta do mutirão e de autogestão da obra era a de estabelecer relações de produção cujos pressupostos eram de definição pelo grupo de moradia como um todo, através do funcionamento da obra apoiado em assembleias e em coordenadores de núcleos eleitos. A proposta de origem se contrapunha ao comando de patrões e capatazes. Todavia, as relações de poder parece que estão internalizadas em determinados sujeitos que sua reprodução tende a aparecer em alguns momentos.

O modo de produção e apropriação definem modos de *socialização* e participação. Neste emaranhado de relações sociais, a proposta era a que o processo produtivo da obra caminhasse junto ao processo educativo, de aprendizagem e *socialização*. O projeto era o de que as pessoas que participaram aprendessem conjuntamente a se tornarem pessoas coletivas mais responsáveis com as necessidades da comunidade, talvez por isso foi batizada de Comuna Urbana. O aprendizado viria da convivência, nas tomadas de decisões conjuntas e na manifestação de discordâncias sobre determinados temas. Entretanto, se apropriar de outras formas de produção foi motivo de resistência para os agentes da T-T.

Para os membros da T-T, as carências de qualificação atrapalhou o rendimento de produtividade da obra. Segundo relatos, os pedreiros contratados estariam acostumados com tijolos tipo baiano ou de tipo cimento. A obra foi construída com tijolos estruturais, que exigia cuidado diferenciado e execução cuidadosa. Na avaliação de alguns membros da T-T, isso dificultou a permanência de alguns pedreiros que não ficavam na obra por estarem acostumados com os tijolos baianos ou de cimento, pois não concordavam em trabalhar com os tijolos estruturais.²⁰⁶ Os tijolos estruturais, por sua vez, foram uma proposição da Usina com base no legado de outras obras e por

²⁰⁵ Marx (idem) analisou que o processo de produção material da vida apenas se desprenderá de seu místico véu nebuloso quando for produto de homens livremente socializados, ao ficar sob controle consciente e planejado destes.

²⁰⁶ Os pedreiros não querem porque estão condicionados pela produtividades das empreiteiras, e ganham por metragem. Sérgio Ferro, por exemplo, via no pedreiro um ofício de artesanato. Contudo, não o modo de produção não possibilita isso.

sua facilidade na execução das mesmas com este material. Estes tijolos estruturais permitiriam fazer a fiação elétrica e as tubulações hidráulicas em seu interior. Contudo, são tijolos mais demorados para assentar e montar as fiadas que exigem um trabalho próximo ao do artesão, aspecto que se tornou o centro das reclamações dos pedreiros que se orientam pela lógica da produtividade.

A proposta inicial de divisão e distribuição dos rendimentos entre os participantes da T-T e trabalhadores da obra era a de que todos recebessem o mesmo valor equivalente, independente de ser ajudante ou profissional. Não se sabia o quanto cada pessoa poderia receber do trabalho, por isso muita gente não topou embarcar nessa aparente aventura, já que o hábito é o de saber previamente o quanto se recebe por um trabalho antes mesmo deste começar. Um outro componente limitador foi o de que não se sabia quando eles iriam receber os rendimentos, pois o seu recebimento estava condicionado a conclusão de uma determinada etapa da obra, para então passar pela medição da CEF que efetuará o pagamento. Esse foi o problema de origem da T-T, que esteve com dificuldades em reunir os profissionais que participavam da *Comuna*.²⁰⁷

Com o passar do tempo, o fator distribuição igualitária dos rendimentos foi caindo por terra, porque os pedreiros profissionais consideravam que deveriam receber como profissionais, e estavam acostumados a receber por metragens executadas no canteiro. Passaram a questionar também o fato de receberem igual a um ajudante, por não disporem do mesmo conhecimento em obras como eles. Segundo Wesley da T-T,

A essência de todas as nossas conversas foi se perdendo ao longo do processo. Mas também não ficou distante da conversa inicial. A gente pagava um valor para o profissional e outro ao ajudante. Por exemplo, para um ajudante, na época, eu lembro que ganhava entorno de R\$ 20 a R\$ 25 a diária. Nós pagávamos um valor a mais, pagávamos R\$ 30 ou R\$ 35. A gente pagava R\$ 10 a mais. Com o passar do tempo, a gente descobriu que dava para fazer a medição pelo volume de serviço, e que dava para a gente pagar mais. Tanto o profissional, que ganhava o valor dele como profissional, quanto o ajudante, que ganhava a mais por reconhecimento. Porque o valor que a gente recebia não era para fazer como as empreiteiras lá fora fazem, esse dinheiro fica em caixa para gente enriquecer, e tal [...].

O recebimento dos rendimentos se estratificou e a principal dificuldade da T-T esteve no aspecto de não conseguir se formalizar como uma cooperativa. A T-T era um nome fantasia, porque nas relações sociais concretas era composta por futuros moradores das casas em construção, por isso maiores interessados, os mesmos que faziam parte da coordenação da obra, o que implicava lidar com uma dupla dimensão de poder: o político e o econômico. A apropriação de parte do poder

²⁰⁷ Em termos gerais, o profissional quando se lança ao mercado de trabalho tende a buscar a oportunidade de rendimento mais atrativa e um trabalho menos penoso.

político e econômico do processo da obra foi realizada por um grupo pequeno de coordenadores que conduziam a T-T, num momento em que os dirigentes do MST não conseguiam estar presentes. A Usina propôs um intercâmbio com a Incubadora de Tecnologia e Cooperativas Populares – ITCP-Unicamp²⁰⁸, que começou a fazer formações e a construir um projeto de incubação deste grupo, com o objetivo de fortalecer e constituir a cooperativa.

Durante o período em que a T-T conduziu a obra como cooperativa em formação, se apropriou de um determinado espaço-tempo de relações. Este espaço-tempo esteve associado ao ritmo de produção realizado e a redução dos tempos de deslocamentos casa-trabalho-casa, já que os seus participantes passaram a trabalhar na obra. A definição das equipes ocorriam nos momentos de trabalho. Devido a urgência de avançar com a produção das casas, lidar com os períodos de medição da obra realizados pela CEF e ainda com a rotatividade dos pedreiros contratados, além da inexperiência inicial com obras, esses trabalhadores-mutirantes-moradores perceberam que essa parte do processo de trabalho estava sob suas mãos. Todavia, deixaram de perceber que não estava sob suas mãos o processo de valorização do valor que condicionava sua produção. Este aparente paradoxo só foi possível porque os recursos eram oriundos de fundos públicos, e tais recursos poderiam não ser empregados como fatores de capital, cuja objetivação do trabalho em valor de uso seria apropriada pelos próprios produtores. Entretanto, a lógica do valor de troca esteve presente nas relações de produção, já que os trabalhos realizados pelos pedreiros eram pagos conforme a quantidade de tijolos e fiadas assentadas – trabalho produtivo. Neste contexto, em que medida a apropriação de parte da produção em relações capitalistas permitia negar as leis do valor? Quais destas leis (tendências) teriam sido negadas? E quais destas foram reproduzidas no processo?

Como a T-T era um grupo com carências de conhecimentos políticos, econômicos, administrativos e técnicos, “deixou-se levar” pela dinâmica da produtividade e exigências da obra. A obra e seus sujeitos não deixaram de estar “fora” das relações sociais de produção capitalista. Neste processo, em que houve tentativas de negação das determinações das relações capitalistas através do mutirão e seu trabalho improdutivo, a proposta da Economia Solidária (EcoSol) chegou por meio da ITCP-Unicamp. A ITCP se propôs a ser uma “nova universidade” dentro da “velha universidade” ao desenvolver com este grupo uma série de atividades formativas, educativas e preparativas com vista a incubação e a constituição de uma cooperativa, além de destacar os desafios de um empreendimento de EcoSol. Nas palavras da própria ITCP:

²⁰⁸ A ITCP é um programa de Extensão da Unicamp que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da Economia Solidária (EcoSol) a partir da formação de grupos autogestionários e/ou cooperativas populares. Se organiza internamente através das equipes de incubação: *Equipe Rede*, que trabalha com cooperativas de triagem de resíduos sólidos; *Equipe Agricultura*, que trabalha com cooperativas de produção de alimentos; e *Equipe Em Construção*, que trabalha com cooperativas ligadas a construção civil.

A aproximação com o MST urbano surgiu de uma reavaliação dos rumos da ITCP. Para o corpo de estudantes que compõe essa instituição, seria importante nos aproximar mais de cooperativas e associações de trabalhadores vinculados aos movimentos sociais, como uma das formas de potencializar o debate e a prática da autogestão. Hoje os movimentos sociais roubam a cena política, demonstrando outras formas de fazer política, politizando novos temas, preocupados com a valorização do saber popular e a construção do novo homem e da nova mulher (ITCP, 2010).

A ITCP já desenvolvia trabalhos com o MST em Campinas e com a Usina. Após o convite da Usina para desenvolver um ciclo de formação e atividades com a T-T, a ITCP utilizou um recurso disponível do projeto de uma outra cadeia produtiva em artesanato. Com esse recurso, foi possível desenvolver um trabalho de seis meses com a T-T. Para a ITCP, um novo desafio por se tratar de uma cooperativa na construção civil. Para a T-T, a necessidade de materializar a cooperativa e operar na legalidade. O relato de Maria Emília da ITCP, sobre a inserção de sua equipe nessa experiência de mutirão, é elucidador:

Foi diferente, tinha dinheiro, né? E todos homens. Eles tinham na fala e na experiência o mutirão, o trabalho coletivo. Falo mais dos que participavam das reuniões. Eles sabiam dizer as diferenças entre trabalho coletivo e trabalho individual, mas ainda carregavam muitas críticas ao trabalho coletivo, mais do que eu esperava. Para mim o mutirão era muito presente. Então alguns apostavam no “coletivo”, na cooperativa mais por um sentimento cristão do que coletivo de fato. Outros se preocupavam com produtividade, com “corpo mole”, uma idéia capitalista, mesmo. Mas ainda sobre os mutirões, como não íamos nos finais de semana do mutirão não era a mesma coisa. O trabalho não tinha a mesma metodologia, embora o lugar da decisão fora alterado. Também tiveram muitos meninos que vieram para obra, mas que não iam morar na Comuna. Realizavam um trabalho de ajudante de pedreiro como em qualquer outro lugar. Vieram do Ceará para isso, juntar grana e voltar a convite dos parentes. Eles participavam bastante, tinham interesse, mas não iam ficar para concretizar a cooperativa.

Foi o relato de uma mulher da ITCP que explicitou o predomínio de homens numa atividade como essa. Contraditoriamente, as mulheres foram maioria nos mutirões. Entretanto, quem assumiu a T-T foram homens que faziam parte da coordenação, o que demonstrou o problema de gênero na tentativa de conciliar gestão e produção da obra. Num processo de autogestão a equidade de gênero é um dos critérios para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, se, por um lado, a cooperativa era uma necessidade imediata de realização da produção, por outro lado, ela aparecia ainda distante do cotidiano e das possibilidades de concretização. Essa distância seria decisiva no momento em que a produtividade e a mercantilização passariam a determinar as relações entre seus membros. Ademais,

diferentemente de uma cooperativa de alimentos ou artesanato da EcoSol, a T-T dispunha de recursos públicos que subsidiaram o financiamento para realizar a produção.

Em decorrência desses recursos para a produção das habitações, a T-T, através de seu trabalho e gestão do processo, dispunha de fluxo contínuo de recursos, diferentemente de outras cooperativas da EcoSol. Seus membros aprenderam que quanto mais produziam, mais poderiam ganhar. Alguns deixaram até de ir em alguns momentos para o mutirão, até porque passaram a receber por trabalho pago na semana, aspecto que tornou interessante para eles que todo o trabalho pudesse ser pago. O “paga que eles fazem” no relato da mutirante Regiane refere-se ao momento crítico de 2010 em que a T-T assumiu a obra. Ela continua a fala sobre os mutirantes e a T-T:

[...] Eles queria que, devido ter a T-T na obra, continuasse a T-T aos finais de semana. [...] Quando começou a cair a ficha foi quando começamos a fazer a avaliação de preços. A Usina trazia uma meta para nós, e nós começamos a pedir preços das frentes de trabalho que cada mutirão fazia. Aí as famílias começaram a cair em si [...].

Ao “cair em si” as famílias passaram a desconfiar da T-T e de sua produtividade na obra. Sua atuação, de certa maneira, não foi diferente de uma “pequena empreiteira” no meio do processo, apesar de ser distinta por causa das condições de uma e de outra. Como os membros da T-T e os trabalhadores contratados recebiam por “serviço feito” ou trabalho realizado, a forma de calcular o trabalho ocorria por metragem. Alguns diziam que “fazer parede e laje rende mais do que reunião”. Como não havia muita diferença entre o que os membros da T-T e o que os pedreiros recebiam, não foi possível verificar se houve exploração nesta relação de contratação. Entretanto, além das desconfianças, houve também por parte de mutirantes relatos de que o poder teria “subido à cabeça” dos membros da T-T por certas posturas soberbas diante dos demais mutirantes. De qualquer modo, foi a primeira experiência desta natureza para esses trabalhadores-mutirantes.

Por causa da produtividade da obra, de dificuldades em se constituir como cooperativa e as carências de formação técnica e política, a T-T, mesmo após realizar o ciclo formativo e de atividades com a ITCP, se metamorfoseou de uma proposição inicial de cooperativa para outra que reproduzia quase que integralmente a lógica das relações de produção capitalistas tradicionais: foi se transformando numa espécie de “pequena empreiteira”. Ela passou a fazer trabalhos na obra que pagavam “melhor” ao mergulhar de vez na lógica de valorização da produção, ao se destacar como um coletivo distinto em relação aos demais mutirantes. Tal aspecto demonstrou que a T-T não superou as condicionantes da *cooperação* oriunda do *trabalhador coletivo*, essa força produtiva do capital desenvolvida como trabalhador social. Sua experiência talvez tenha inviabilizado a transição do *trabalhador coletivo* para o coletivo de trabalhadores, mas construiu uma trajetória que ensaiou

o “novo” em meio ao “velho”. Essa trajetória demonstrou uma chave importante para se discutir o cooperativismo a partir da construção civil.

No período de crise e impasses na produção da obra, com problemas relacionados ao desequilíbrio financeiro, a produtividade e as medições de suas etapas, a T-T chegou assumir uma postura que se assemelhava a do “patrão” diante dos “empregados”. Além da postura, sua prática demonstrou o predomínio da *alienação* em relação a apropriação coletiva na produção. Somente o coletivo da T-T se apropriou do conjunto da obra. Talvez por isso, e diante da desconfiança dos demais mutirantes, a legitimidade da T-T ficou abalada e em assembleia eles decidiram retirá-la da obra. Essa foi, portanto, a “alternativa” que este segmento da classe trabalhadora construiu pela experiência do mutirão no canteiro de obras, num período de “boom” imobiliário na construção civil, período marcado por intensos investimentos na produção habitacional que valorizaram os capitais investidos e inflacionaram parte dos salários da força de trabalho.

A existência da T-T demonstrou que o fazer-se da classe, na construção de uma transição societária, se faz mediante a construção de experiências concretas. Tais experiências demonstram a necessidade de articulação entre as dimensões políticas, econômicas e sociais dos processos. Como não houve outras experiências simultâneas conjugadas num movimento real de transição, a T-T ficou relativamente “isolada” e não conseguiu superar as contradições oriundas das determinações da lei do valor, cujo processo produtivo se assenta no “fordismo da construção” e no *trabalhador coletivo* do capital. A *cooperação*, nesse sentido, representou um fator de limitação ao processo de *socialização*, o que demonstrou as dificuldades de uma organização de centralismo democrático como o MST em lidar com as contradições concretas e cotidianas no processo de trabalho na construção civil.

Por isso, como vimos, a autogestão da obra na *Comuna* não foi realizada e esteve em contradição com a reprodução de práticas heterogestionárias. A autogestão só se realizaria num contexto revolucionário de transição societária. Suas funções de gestão se circunscreveram aos coordenadores e ao MST durante um período. No processo, criou-se a possibilidade de associar aquilo que o capital separa: produção, política e gestão através do espaço urbano no cotidiano. Entretanto, a partir desta experiência é possível dizer que houve um tipo de “gestão de coordenação” em que os conhecimentos sobre a totalidade da obra (financeiro e produtivo) foram apropriados pelos coordenadores que, nesse caso, eram os membros da T-T. A T-T, que se desfez com a saída da obra, foi retomada sob outro nome na busca do cooperativismo que “faltou” em sua configuração ao buscá-lo nas experiências da EcoSol, aspecto problematizados a seguir.

3.2.6. Formação, Cooperativismo e Economia Solidária: desafios da autogestão



Figura 32:
membros da atual
Coopuc com alguns
da antiga T-T.

Foto 21. Fonte: Coopuc.

A história da nascente T-T não é única, apesar de singular nesse momento histórico. Inserida e originária do processo de produção da *Comuna*, a experiência da T-T, e de outras cooperativas do setor, permite discutir as estratégias de atuação com o *trabalhador coletivo* da construção civil. Antes de sair da obra na *Comuna*, a T-T passou por uma tentativa de formalização. Nesse momento, o MST passou a acompanhar de perto e junto com os seus membros definiu um novo nome: Cooperativa União da Construção Civil (Coopuc). Redigiram juntos o estatuto e a ata de assembleia de constituição, e em setembro de 2011 fundaram a nova cooperativa. Nesse momento, com a necessidade de formação e inserção produtiva em outras obras.

As carências de formação técnica e política da T-T para conduzir a cooperativa durante a obra na *Comuna* são resultados do parcelamento do saber-fazer num canteiro de obras na sociedade capitalista. Tais carências se assentaram no grau de instrução dos cooperativados e na ausência de capital de giro e patrimônio da T-T para assumir outro canteiro. A “forma canteiro” foi estudada por diversos autores. Coriat (1983), por exemplo, procurou desvendar a sua forma específica de produção com enfoque em sua variabilidade na execução manufatureira a cada nova obra. Ferro (2006), por sua vez, abordou a relação de heteronomia entre os comandos do desenho (arquitetos, engenheiros) sobre a produção do canteiro (pedreiros, eletricitas), ao criticar a alienação do processo de trabalho e a extração de mais-valia pela construtora na obra. Esses apontamentos remetem à distinção na formação profissional desses trabalhadores. Nesse campo, Barros (2012) apontou algumas questões:

[...] cada um dos profissionais da construção atravessou (e atravessa) um processo de formação onde se apropriou do conhecimento necessário à realização de sua atividade parcelar no todo da cadeia produtiva da construção. Do pedreiro que ergue paredes, ao economista que opera os fundos de investimentos imobiliários, ou ao arquiteto que planeja o ‘lay-out’ de uma loja de departamentos, cada qual percorreu um caminho diferente nos variados espaços de aprendizado no sistema de formação profissional capitalista. (BARROS, 2012: p. 38).

Em sua análise da formação profissional da construção civil, Barros questiona a formação executada por grandes construtoras que enxergam o aprendizado dos operários da construção ao visar apenas a eliminação do desperdício no canteiro de obras. Elas se baseiam em alfabetização e treinamento utilizando inclusive o “método” de Paulo Freire para alcançar tais objetivos a partir das próprias referências dos operários.²⁰⁹ Ao se referenciar no próprio Paulo Freire, Barros questiona a formação para o trabalho organizada pelo capital que separa *organizadores* e *operadores*²¹⁰ da construção civil, ao argumentar que Freire “nos permite visualizar outra forma de ensino com a *‘pedagogia do oprimido’*, ao trabalhar a desconstrução da educação burguesa pela proposta de outra, a *‘educação como prática da liberdade’*”. O autor pesquisou a formação profissional em três escolas que possuem Projetos Políticos Pedagógicos com o objetivo de contribuir à autonomia e a liberdade dos educandos através de ações pedagógicas e dialógicas de crítica à realidade.²¹¹

Com efeito, a formação dos trabalhadores no canteiro de obras da *Comuna* ocorreu durante o próprio processo de concepção e produção (analisados anteriormente). Nesse processo, a proposta de apropriação coletiva com vistas a “desalienação” permitiria questionar duas formas de alienação: 1ª) a alienação do objeto do trabalho; 2ª) a alienação do processo de trabalho,²¹² com o apoio da formação da equipe da ITCP-Unicamp. De qualquer modo, as carências de aprendizados da T-T, de mutirantes e trabalhadores contratados estiveram presentes e influenciaram no ritmo da obra. Se há preocupação das grandes construtoras em “treinar” seus operários para eliminarem os desperdícios, precisaria haver por parte de assessorias e movimentos uma formação complementar ao

²⁰⁹ Conforme Barros (2012: 42), o curso é oferecido pela empresa Neolabor e chama-se “Construindo o saber”. A empresa justifica da seguinte maneira o curso: “Só a alfabetização e o treinamento a partir das próprias referências dos operários, com modernas técnicas de gerenciamento, são capazes de transformá-la. [...] O saber não é algo que se transmite, mas que se desenvolve a partir da própria experiência pessoal. O método apresenta resultados impressionantes. Um operário que tirava da obra dois caminhões de sobras de ferro passou a tirar, depois de nosso curso, menos de um carrinho de mão com o mesmo material”.

²¹⁰ Para Barros organizadores são arquitetos, engenheiros e mestre de obras que não edificam, não carregam areia nem assenta tijolos. Eles fiscalizam, comandam, organizam e distribuem as tarefas. Já os operadores são aqueles que edificam, carregam tijolos e areias: os operários.

²¹¹ As três instituições pesquisadas foram: 1) Escola Municipal de Ensino Profissional em Construção Civil – Madre Celina Polci, em São Bernardo do Campo; 2) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; 3) Escola Nacional Florestan Fernandes – MST, em Guararema.

²¹² Para Marx (2004) a alienação se apresenta sob três formas distintas: 1) alienação do objeto do trabalho; 2) alienação do processo de produção; e 3) alienação da espécie.

aprendizado dos trabalhadores que vão participar de canteiro de obras autogerido para potencializar o coletivo de trabalhadores. Para tanto, a arquitetura precisa superar (e não faz isso sozinha) a exploração da força de trabalho que se materializa a partir do desenho, tal como proposta pela Arquitetura Nova.²¹³

Historicamente, a formação do proletariado para servir de “mão-de-obra” para construção civil ocorreu através da autoconstrução e do caráter manufatureiro desta produção, como vimos no início do capítulo. Desse trabalhador coletivo nasceu iniciativas de cooperativas de trabalhadores nesse setor. Ewbank (2007: p. 65) mapeou as cooperativas e analisou as limitações impostas pela hierarquia e pela divisão intelectual do trabalho, o papel de arquitetos e engenheiros no processo – detentores do saber científico – e as potencialidades desse modo de produzir que se baseia no conhecimento e na habilidade técnica do trabalhador. O autor selecionou quatro cooperativas distintas.²¹⁴ Uma delas foi a Cooperativa Mista de Produção e Trabalho (Coopterra) formada dentro do mutirão autogerido do Copromo, obra acompanhada pela Usina no município de Osasco entre os anos de 1992 a 1998, e que se assemelha a experiência da T-T. Ele destacou nesse caso que,

As obras que a cooperativa assumiu inicialmente foram junto a outros conjuntos habitacionais construídos em mutirão, como a Fazenda da Juta, na Zona Leste, e o Sanko, em Diadema. Nesses mutirões, a cooperativa era contratada para trabalhar na construção dos conjuntos e instruir o ofício aos mutirantes. Nesse período entraram novos associados na cooperativa, embora alguns tenham tido problemas com o regime de cooperação. Esse problemas vieram da má compreensão do funcionamento da cooperativa e dos deveres e direitos do cooperado. Alguns desse novos associados ainda preferiam manter uma relação patrão-empregado submissa e sem maiores responsabilidades. (EWBANK, 2007: p.77-78).

O período de atuação da Coopterra foi o do ciclo dos mutirões autogeridos na RMSP que iniciou em 1989. Havia diversas obras ocorrendo simultaneamente, o que permitiu aos seus associados assumirem duas destas obras. Já o período de atuação da T-T/Coopuc foi o da inserção de empreiteiras do setor imobiliário na produção de habitação popular através do PMCMV. Se antes a produção de habitação para a população de baixa renda não era atrativa para as empreiteiras e construtoras, aspecto que permitiu o desenvolvimento dos mutirões autogeridos com o fim o BNH em 1986, com o PMCMV houve uma mudança significativa: há mais recursos públicos para

²¹³ A manufatura proposta pela Arquitetura Nova vislumbrava o horizonte da transformação estrutural da sociedade e da propriedade privada por meio da pedagogia da autonomia, que buscava devolver ao trabalho no canteiro a integridade de uma práxis que restringiu os prazeres estéticos à atividade artística da arquitetura. Nessa proposição havia uma relação entre o projeto estético e as novas relações de trabalho no canteiro. (Arantes, 2002; Novaes, 2012).

²¹⁴ A Cooperativa Mão na Massa e a Cooperativa de Trabalho da Construção Civil de Embu até 2007 estavam ativas. A Cooperativa Vila Nova Curuçá, formada por mutirantes, operou a fábrica de pré-moldados do Centro de Desenvolvimento e Equipamentos Urbanos e Comunitários da Empresa Metropolitana de Urbanização na gestão Luíza Erundina.

habitação que poderiam ser estrategicamente disputados por movimentos e assessorias. Entretanto, esses recursos para produção habitacional foram direcionados enquanto subsídio às empreiteiras e construtoras privadas sob o argumento da eficiência e agilidade sem a burocracia estatal.

A partir do ano de 2008 houve um aumento expressivo da produção de HIS por parte das construtoras e um declínio da produção por autogestão de associações, movimentos e cooperativas. Como a lógica produtivista da habitação está em franca expansão, o caminho aparente seria o de realizar processos de formação humana, técnica e política de trabalhadores do setor através de projetos e obras autogeridas, já que a forte tendência de que grande parte do “déficit” habitacional de 89,6% no Brasil e de 84,2% na RMSP seja constituída por esses trabalhadores pauperizados. Nesse sentido, a continuidade da experiência da Coopuc permite discutir o contexto e os aspectos do elo perdido da classe trabalhadora em sua organização e gestão em luta contra o capital no âmbito da construção civil, como um processo de luta urbana que se inicia pelas determinantes da reprodução com possibilidades de alterações no modo de produção. Sem transformações na produção, não há transformações efetivas e duradouras na reprodução social.

Em tal contexto, como organizar uma categoria fragmentada e “desorganizada” como a dos trabalhadores da construção civil? Parece que há uma necessidade de articulação entre movimentos de moradia, assessoria técnica, sindicatos de trabalhadores na construção civil e dos arquitetos em atuação conjunta para contribuir na organização destes trabalhadores em classe social. Pela distância entre os dois primeiros com os demais, entende-se que no âmbito de alguns movimentos e assessorias há uma primazia da autonomia e da autogestão, enquanto que nesses sindicatos a autonomia está associada à disputas deste instrumento como aparelho de grupos políticos distintos. Nesse impasse, a experiência da EcoSol apareceu como uma “alternativa”.

Em março de 2012 os membros da Coopuc participaram do Fórum Paulista de Economia Solidária e tiveram uma moção de apoio à sua atuação,²¹⁵ o que possibilitou maior inserção no campo do cooperativismo fomentado pelas atividades de educação popular da ITCP. Essa aproximação foi importante para que esses sujeitos conhecessem o campo do cooperativismo e da EcoSol. Em um contexto mais amplo do cooperativismo, a EcoSol se apresenta como um movimento que propõe “a geração de trabalho e renda para milhões de excluídos do mercado formal de trabalho, bem como o fortalecimento de grupos associativistas em prol da autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras”. O protagonismo das experiências da EcoSol algumas vezes se originou de iniciativas de gestores e incubadores de universidade e do poder público. A EcoSol reúne movimentos sociais, técnicos, gestores e incubadores numa preparação de pessoas para desenvolver experiências nesse campo. Suas práticas sociais se baseiam na solidariedade da

²¹⁵ Moção de apoio à Coopuc <www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6772&Itemid=62>.

economia que se realiza, como defendida por Singer (1998; 2002), somente quando esta consegue ser organizada igualmente por aqueles que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. As práticas de EcoSol remontam as experiências das “aldeias cooperativas” e as “equitable labour exchanges” de Robert Owen, os “falanstérios” de Charles Fourier, além do renascimento de Rochdale em 1844.²¹⁶

A partir da década de 1990, devido ao fracasso histórico da tentativa de “construir” o socialismo através da estatização dos meios de produção e da instituição do planejamento centralizado da economia (aspecto que permitiu a expansão avassaladora do neoliberalismo), a EcoSol cresceu e se desenvolveu como alternativa ao desemprego em massa no Brasil. As condições histórico-sociais provocadas pelo neoliberalismo levantou a hipótese de que o socialismo, na condição de modo de produção, precisaria se desenvolver ainda sob hegemonia do capitalismo.

Para Singer (1998), o socialismo teria que se desenvolver como modo de produção subordinado, integrado a formação social capitalista, na qual produtores livremente associados se organizam de forma democrática a produção e o consumo. O autor destacou que as tentativas de desenvolvimento de modos de produção socialistas em formações capitalistas já estão ocorrendo há mais de 200 anos. Por isso, como um dos formuladores da EcoSol, propôs a construção do socialismo através de princípios de igualitarismo, autogestão e democratização dos meios de produção. Segundo este ponto de vista, a transformação ocorreria mediante as mudanças das relações de produção. Entretanto, relações de produção e forças produtivas constituem uma unidade de contrários. Nessas relações, as experiências de EcoSol aparecem na periferia do centro dinâmico e tecnológico de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Nesse sentido, como o socialismo poderia ser construído a partir dessa periferia?

Na tentativa de fazer frente as políticas neoliberais e seus efeitos devastadores, a estratégia da EcoSol foi marcada por uma onda de iniciativas de empresas autogeridas e cooperativas de diversos tipos. Com a fundação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) em 1993, buscou-se construir alternativas para viabilizar saídas ao desemprego e organizar o movimento crescente tomadas de empresas em falência por seus trabalhadores. Esse processo ficou conhecido como Movimento de Fábricas Recuperadas cuja

²¹⁶ O debate sobre o cooperativismo é extenso. Cabe destacar que Charles Fourier, Ferdinand Lasalle e Robert Owen viam a cooperativa como um instrumento de luta para a superação do capitalismo. Marx, por sua vez, não havia demonstrado entusiasmo com as cooperativas por entender que isoladas em si não tinham condições de enfrentar os monopólios que cresciam no capitalismo. Já Hobsbawn (1977) analisou que a novidade das cooperativas e a rapidez da mudança social encorajava os trabalhadores a pensar em termos de uma sociedade totalmente diversas.

experiência emblemática de resistência deste ciclo pode ser vista na Fábrica Flasko em Sumaré, região metropolitana de Campinas.²¹⁷

A EcoSol representou simultaneamente um movimento social e um segmento produtivo. Os empreendimentos que participam deste movimento se organizam em sociedades comerciais e/ou civis autogeridas. Como resultado histórico da construção deste movimento, o governo federal criou em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que está subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego. O objetivo da SENAES “[...] é o de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário”.²¹⁸ E as ITCP’s nasceram da relação entre universidades e ampliação de políticas públicas da EcoSol.²¹⁹

Em relação as políticas públicas, Taulle (2004) analisou como os instrumentos criados por tais políticas eram incipientes, mas que começaram a ganhar força e objetividades. Em sua investigação sobre o programa gaúcho, ele destacou que os instrumentos podem ser divididos em cinco eixos:

- Formação e educação em autogestão;
- Capacitação do processo produtivo;
- Financiamento;
- Comercialização;
- Incubadoras de economia popular solidária.

Em sua análise, Taulle (idem: p. 212) observou como a formação em autogestão foi conduzida pela ANTEAG no sentido de disseminar a administração autogestionária por parte dos trabalhadores envolvidos. Ele analisou como ocorreu a capacitação do processo produtivo e como foi articulada com técnicos ligados à diferentes universidades nas áreas de Administração, Economia, Contabilidade e Engenharia, cujos técnicos prestavam assessoria para a gestão de negócios e para a elaboração de projetos de financiamento. Sobre o financiamento, destacou que existem diversas ONG’s que oferecem fundos para pequenos projetos, sendo a Cáritas Brasileira uma das mais importantes, e o aumento das instituições de microcrédito com apoio de prefeituras municipais e participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social (BNDES).

²¹⁷ O ciclo de movimentos das fábricas recuperadas desencadeou-se com o avanço neoliberal nas relações de trabalho com desemprego, arrocho salarial, demissões e falência de empresas, contexto em que para manter os empregos os operários assumiram a gestão e a produção das empresas falidas. Ver Filipe Oliveira Raslan, *Resistindo com classe: o caso da ocupação da Flaskô, Campinas*, Dissertação de Mestrado, IFCH UNICAMP, 2007.

²¹⁸ SENAES, em portal MTE <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao-1.htm>>. Acessado em 25/08/2013.

²¹⁹ Henrique T. Novaes (2012) discute a relação entre pesquisadores-extensionistas nas universidades com movimentos sociais de moradia, sem-terra e fábricas recuperadas no Brasil e na Argentina.

Lisboa (2004), por sua vez, analisou que a Ecosol explicita as contradições da economia capitalista, ao dizer que,

O contraste com a economia capitalista nos permite precisar o que é a economia solidária e seu caráter anticapitalista. Cabe não perder de vista o elemento central que caracteriza o âmago da economia solidária: ela não está prisioneira da lógica do capital, da míope corrida pela valorização do valor. A lógica do valor em busca duma valorização desmesurada é a do “quanto mais tenho, mais quero”, a qual historicamente substituiu o princípio do “suficiente me basta”. Caso contrário, o capitalismo continuaria a se reproduzir e engoliria a economia solidária (como aliás ocorreu com o cooperativismo), passando a se reproduzir agora duma forma mais cooperativa e com base na auto-exploração.

Entretanto, se a EcoSol não é “prisioneira da lógica do capital” tampouco está “fora” da lógica do valor que engoliu o cooperativismo como mencionado por Lisboa. O crescimento econômico dissociado do desenvolvimento social explicita a dinâmica de reprodução ampliada do capital (D-M-D’). Nesse sentido, e no caso da configuração de cooperativas, uma primeira dificuldade e limitação é que a opção cooperativista brasileira baseou-se no “modelo formalista e conservador inglês” em vez das experiências de ajuda mútua característica de nossa formação. A Lei do Cooperativismo no Brasil (Lei nº 5.764/71), feita na ditadura militar, impôs uma estrutura rígida para a organização de cooperativas que, em vez de viabilizar o seu desenvolvimento, criou limites que dificultaram sua constituição e funcionamento. Não há um único modelo de cooperativa, mas a proposta dos Pioneiros de Rochdale tornou-se referência em todo mundo (RECH, 1995).

Distinta das práticas de EcoSol, mas atuando no mesmo campo – o da transformação das relações de produção – a disputa dos mutirões autogeridos por apropriação da terra, da localização e da produção foi uma estratégia importante na organização e nas lutas de trabalhadores ao final dos anos 1980, sobretudo, na tentativa de equidade desta apropriação. O contexto histórico era o de lutar por democratização e construção dos movimentos pela base, último ciclo histórico de ascenso das lutas de massas populares antes de 2013.²²⁰ Por esta condição estratégica – a da produção do espaço –, os mutirões autogeridos se desenvolveram no campo da construção civil, mas não se generalizaram. Este setor da produção poderia ser controlável por trabalhadores em autogestão pelo fato de não ser um setor intensivo em máquinas e tecnologia capitalista como na grande indústria. A maquinaria e a grande indústria sintetizaram o conjunto de relações sociais de exploração e dominação tipicamente capitalista. A tendência com a maquinaria é a substituição do trabalho vivo

²²⁰ Tal argumentação se baseia nos ciclos históricos de Kondratiev, cujos períodos variam de 40 a 60 anos que corresponde ao retorno de um mesmo fenômeno. O ciclo apresenta uma fase ascendente e outra descendente. Por isso, as lutas populares em junho de 2013 parecem anunciar um novo ciclo de lutas sociais e urbanas desde os anos 1970. Ver *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo, 2013.

por trabalho morto, aspecto que ocorre de maneira distinta na construção civil em decorrência da forte tendência de extração da mais-valia absoluta. Como um setor com forte presença da manufatura, seu motor central é o *trabalhador coletivo* e o seu saber-fazer. No entanto, a autogestão só poderia superar gradativamente as dimensões das relações de heterogestão num contexto revolucionário, quando os trabalhadores pudessem assumir o controle como um coletivo de livres produtores. Em projetos habitacionais de princípios autogestionários,²²¹ o que move os indivíduos a participarem é o seu produto: a conquista da habitação própria.²²² Por isso, é necessário indagar se os processos de autogestão podem se desenvolver para além da produção habitacional e fábricas recuperadas no “novo” ciclo de lutas sociais que se abriu com as jornadas de junho de 2013.

Ademais, os limites da autogestão se encontram nos meandros das relações e mediações de *liberdade na necessidade, socialização na cooperação, apropriação na alienação*. Diante da complexidade crescente da recente divisão técnica e social do trabalho, as relações heterônomas se generalizaram no processo produtivo e econômico ao ponto de serem vistas de maneira naturalizadora, tal como ocorrida com a T-T. A profissionalização e os saberes especializados criam uma cultura da técnica tanto produtiva como de gestão dos negócios, reforçados pelas novas tecnologias da informação numa “sociedade em rede” da alienação e do fetichismo da forma mercadoria. Por isso, em que medida a autogestão na habitação questiona a dinâmica de reprodução ampliada do capital? Nesse sentido, Gorz (1976) havia caracterizado a autogestão como “*autonomia dentro da heteronomia*”, ao analisar que o trabalho em grupos autônomos não suprime a heteronomia, apenas a desloca. Todavia, em deslocamentos de relações nascem o imprevisto e o novo que põe em movimento as ações, ao permitir a discussão e o questionamento da relação entre causalidade (meios) e teleologia (fim) dos processos de produção e apropriação da vida.

No entanto, os princípios e práticas da EcoSol expõe as contradições analisadas por Marx (1988) entre produção e distribuição, troca e circulação que se assentam em juro e lucro como forma de distribuição, ao supor o capital como agente de produção e modo de reprodução. Assim, a troca privada, como momento da produção, pressupõe a produção privada.²²³ Como escapar então destas determinações sociais da produção privada? Para que a autogestão se desenvolva ao máximo

²²¹ Autogestão se fundamenta com base em sete princípios: 1º) adesão voluntária e livre; 2º) gestão democrática pelos membros; 3º) participação econômica dos membros; 4º) autonomia e independência; 5º) educação, formação e informação; 6º) intercooperação; e 7º) interesse pela comunidade.

²²² Em movimentos como a União dos Movimentos de Moradia (UMM) há um trabalho de preparação destes indivíduos desde os núcleos de base para ingressar num projeto habitacional autogestionário. Contudo, cabe a indagação sobre qual tipo de autogestão se pretende desenvolver - se apenas da produção habitacional e/ou do espaço urbano da cidade.

²²³ O resultado a que chegou Marx foi o de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade cujas manifestações aparecem sob formas distintas. Por isso, uma forma da produção determina as formas de consumo, distribuição, troca, e relações recíprocas determinadas nesses diferentes fatores. Para Marx a necessidade de consumo determina também a produção, cujo aspecto importante é a da ação recíproca entre os diferentes momentos.

seria necessário uma conjuntura revolucionária (transição socialista). Nessa conjuntura, a superação da produção privada é pressuposto num processo de socialização dos meios e do produto do trabalho. Produção social pressupõe apropriação social (e não apropriação privada). Tal processo permitiria a socialização por meio da apropriação social em contraposição a apropriação privada. A autogestão na produção de habitação, portanto, não superou a propriedade privada do imóvel e dos meios de produção na contradição entre relações de produção e forças produtiva. Não conseguiu inverter a lógica da produção e virá-la do avesso, acontecimento que seria possível mediante ao movimento real de autogestão pelos trabalhadores da cidade em contraposição a cidade do capital, ao exigir uma estratégia além da habitação, aspectos analisados após o último dia de mutirão.

3.2.7. Último dia de mutirão e ocupação da própria “casa-própria”

Dois momentos marcaram a vida dos trabalhadores da *Comuna* no final de 2012: o último dia de mutirão e a ocupação das próprias casas. Ambos remetem as dificuldades de realização das necessidades e, num só tempo, demonstra momentos de coletividade entre seus participantes.

O último dia de mutirão ocorreu em outubro de 2012. Nesse dia a tarefa dos mutirantes era a de concluir a última laje de uma casa para que a CEF realizasse a 10ª medição. Como a expectativa foi a de concluir o trabalho nesse dia, aconteceu algo inusitado que reflete momentos de alegrias num processo desgastante de quatro anos de obra. O trabalho se estendeu pela noite e os mutirantes da *Comuna* precisavam concluir para não trabalhar mais um dia. Ao anoitecer ficou difícil continuar o trabalho pela ausência de iluminação na obra. O que eles fizeram? Encostaram dois carros e ligaram as lanternas para assim dispor de iluminação para terminar a obra. O demorar da conclusão da laje provocou o descarregamento das baterias dos carros. Com isso, precisaram fazer ligação direta para carregar as baterias. Este ato na linguagem popular se define por “chupeta”. Então os mutirantes bricavam: “e agora, quem é que vai fazer a chupeta”, situação que provocou risadas e maneiras de descontração diante do processo difícil para se terminar as casas.

Com as casas concluídas em decorrência dos trabalhos do mutirão, faltava a Prefeitura de Jandira concluir a infraestrutura, sobretudo, a parte que permitisse a ligação de água, esgoto e energia elétrica. Isso não ocorreu devido a saída da empreiteira Brasil Líder e o desvio de recursos para esta finalidade. Devido a isso, os mutirantes da *Comuna* não poderia mudar para suas casas. Entretanto, na Comuna Alojamento as casas improvisadas estavam rachadas e algumas inclusive em vias de desabar. Isso tornou insustentável a permanência das famílias no alojamento num momento em que a morosidade estatal para se resolver tal questão se demonstrava lenta e sem resolução.

Diante desta realidade, as famílias em conjunto com o MST decidiram em dezembro de 2012 realizar a mudança e ocupar as próprias casas, como ato político que forçaria a Prefeitura a agilizar e resolver o impasse. Essa mudança ocorreu inicialmente de maneira desorganizada, haja vista a necessidade imediata desta população de sair da Comuna Alojamento e se instalar no ambiente construído. Mas com a chegada à nova morada, aos poucos esses trabalhadores foram habitando o espaço que haviam ajudado a construir mas que, para isso, necessitaram fazer ligações clandestinas de água e energia elétrica. Até o momento a questão da infraestrutura não foi resolvida pela Prefeitura.

Nesse processo, portanto, observamos que a produção e a apropriação permitiu unir relativamente os espaços que o capital separa: físico, mental e social. No próximo item uma exposição das relações e experiências para além da habitação.

3.3. Os espaços vividos além da habitação

A distância que separa o espaço *ideal* (que depende de categorias mentais) do espaço *real* (das práticas sociais) é aquela que muitas vezes é mediada pelo espaço físico existente. Na tríade espacial – físico, mental e social – as relações sociais são construídas e desconstruídas, inventadas e reinventadas, produzidas e reproduzidas e, no caso em questão, estão além da forma habitação. Isto posto, como criar e desenvolver um espaço social apropriado em que os sujeitos criadores definam suas forma, estrutura e função em simultânea representação com suas necessidades e liberdades, e que expressem o movimento da transformação de sua vida social? Em quais aspectos o processo da *Comuna* foi transformador para os seus sujeitos? Essas questões demonstram a necessidade de se questionar o espaço cartesiano-padrão que predomina no urbano,²²⁴ ao buscar no conjunto das relações sociais as formas e desformas de espacialidades diferenciais. Os espaços diferenciais são aqueles que reúnem as diferenças e os resíduos que resistem ao processo de urbanização. Ajudam a analisar a produção e a reprodução dos espaços mediante as relações sociais.

Na experiência da *Comuna*, outras relações para além da produção habitacional e urbana se construíram ao longo de sua história. Foram construídas relações nos âmbitos da Creche e as atividades educativas com as crianças; das coordenações de núcleo e da obra; das batucadas da *Unidos* e da Comuna do Samba; da oficina de costura; do núcleo audiovisual; das apresentações teatrais e culturais; e das visitas de aliados latino-americanos do MST.

²²⁴ Para Lefebvre (2006: 52) “ainda que ela não coincida com ele e que seu espaço seja tanto sua tumba quanto seu berço, isso não se realiza num dia. *Trata-se de um processo*”.

Essas diversas formas e conteúdos de relações sociais expressam espacialmente – a partir desse espaço criado pelos sujeitos – a história da *Comuna* como *espaço diferencial*. O *espaço diferencial* foi formulado por Lefebvre (1999: p. 117) da seguinte maneira:

Assim, toma igualmente sentido e alcance a teoria do *espaço diferencial*. As diferenças que emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala, reunido, confrontado pela/na realidade urbana. Contrastes, oposições, superstições e justaposições substituem os distanciamentos, as distâncias espaço-temporais. Recordemos alguns aspectos da teoria. O espaço (e o espaço-tempo) muda com os períodos, as eferas, o campo e a atividade dominante. Existem, pois, três camadas no espaço: o espaço rural, o espaço industrial, o espaço urbano, superpostas, interpenetradas, absorvidas, ou não, uma na outra [...]. Ora, esse espaço urbano difere radicalmente do espaço industrial pelo fato de ser *diferencial* (e não homogêneo) [...]. É o resultado de uma história que deve ser concebida como a atividade de “agentes” ou “atores” sociais, de “sujeitos” coletivos operando por impulsos sucessivos, projetando e modelando de modo descontínuo (relativamente) extensões de espaço. (LEFEBVRE, 1999: p. 117).

Com referência à essa teoria, pretendemos a seguir realizar uma abordagem de alguns *espaços diferenciais* que se fizeram presentes no processo da *Comuna*.

3.3.1. Entre a Creche e a Ciranda Infantil

O primeiro *espaço vivido e diferencial* desse conjunto de relações sociais, e que esteve presente desde a favela de Vila Esperança, foi a experiência da Creche que, após assumida pelo MST, se transformou em Ciranda Infantil. No momento de Creche, ainda na Vila Esperança, predominou o espaço concebido para esse fim e gerido pela Cáritas. Ao se transformar de Creche em Ciranda Infantil, esse *espaço vivido* por crianças e adultos-educadores, cuja intencionalidade foi a de propiciar uma pedagogia infantil em aprendizados para as crianças da *Comuna*, se transformou em relações mediadas pelo caráter lúdico das atividades assentadas na pedagogia do movimento.

As escolas do MST nasceram para atender a necessidade de ensino e alfabetização dos filhos de militantes em situações de luta e resistência. Ao viverem longos períodos sob a lona preta em acampamentos fincados no chão de barro, os filhos dos militantes – que se autodenominam *sem-terrinhas* – para não perderem os ciclos importantes de aprendizado, participavam das Cirandas Infantis – educação de crianças até 6 anos ou na faixa de alfabetização. A Ciranda nasceu da demanda das famílias, sobretudo, da necessidade de participação das mulheres no movimento que sempre ficavam com os filhos. Por ser uma organização de características rural, o MST carregava

fortes traços de conservadorismo no aspecto gênero – mulher em casa e homem na política.²²⁵ A proposição, feita inicialmente pelo Setor de Gênero, problematizava então o lugar da infância sem-terra dentro do movimento. Nesse sentido, a Ciranda foi concebida como espaço de construção da pertença dos *sem-terrinhas* – espaço de formação e reflexão – cuja elaboração se referencia no processo de luta em que as crianças também estão inseridas no movimento.

As atividades desenvolvidas nessas Cirandas se assentavam nos preceitos pedagógicos do setor de educação.²²⁶ Para que a educação dos *sem-terrinhas* não se perdesse ao longo da luta pela terra, foi construída com eles um aprendizado que permitisse uma “consciência revolucionária”, tal como definida pelo setor. No aprendizado com as crianças procurava-se trabalhar as formas coletivas de socialização entre as próprias crianças até as formas violentas de um processo de desocupação – presença da polícia, despejo. Estavam presentes no ensino palavras como lápis e enxada, além da concepção de união e de luta. Isso se fez necessário porque os *sem-terrinhas* viviam em acampamentos e assentamentos, e muitas vezes vivenciam conflitos e confrontos com a polícia e grupos externos ao MST. Num ambiente de extrema instabilidade de vida, as crianças não perdem o que sabem fazer de melhor: a criatividade. Através de estudos e brincadeiras, os *sem-terrinhas* construíram seu imaginário, sua identidade de pertença e os seus próprios brinquedos. Deixaram visíveis por meio de desenhos e cantorias espalhados pelos espaços seu modo de sentir e ver as relações e o mundo à sua volta.

No âmbito da Ciranda na *Comuna*, as crianças, que também se auto-identificam por *sem-terrinhas*,²²⁷ se educaram na relação construída conjuntamente entre Cáritas e MST, iniciada a partir da ocupação no Edifício dos Salesianos que permitiu constituir um espaço de educação. A gestão desta educação foi conduzida conjuntamente durante um tempo e criou um *espaço vivido*. Nesse momento, a formação de educadoras e educadores da *Comuna* ocorria através de um estágio com o Projeto Piá, projeto de proposição do CACTUS – Instituto de Educação e e Cultura²²⁸ –, lugar em que se entendia as necessidades da educação popular não apenas como ferramenta de transformação social, mas como uma ferramenta de disputa de projeto de sociedade.

²²⁵ Parte dessas informações foram levantadas em entrevista com militantes do Setor de Educação desenvolvem a Ciranda com as crianças na Comuna Dom Hélder e na Regional Gde. SP.

²²⁶ Os preceitos pedagógicos do setor de educação são: 1º) relacionar teoria e prática; 2º) combinar métodos de ensino e de capacitação; 3º) educar para o trabalho; 4º) vincular educação e cultura; 5º) incentivar a auto-organização dos estudantes; 6º) gerir democraticamente as escolas; 7º) criar coletivos pedagógicos; 8º) incentivar atividades de pesquisa; 9º) associar interesses coletivos e individuais, entre outros.

²²⁷ Mesmo num contexto urbano, as crianças da Comuna Dom Hélder vivenciaram processos de luta por terra urbana desde a Favela Vila Esperança. Nesse sentido, são também sem-terras. Muitas das crianças da Vila Esperança hoje são adultas e as crianças da ocupação no edifício salesiano hoje são adolescentes.

²²⁸ O CACTUS foi ligado à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e orientado pela professora Lisete Arelaro. Seu processo de pesquisa era coletivo e autogestionado. O Projeto Piá foi realizado no Centro Esportivo e Educacional “Raul Tabajara” no bairro da Barra Funda. Atendia 50 crianças com trabalhos de educação popular e formação política para jovens e adultos. Os educadores trabalhavam em sistema de rodízio e cuidavam da alimentação, da faxina e das atividades educacionais.

Lizandra Guedes, que já foi do Projeto Piá e desde 2009 faz parte do Setor de Educação do MST, fez uma declaração elucidadora sobre alguns processos ao dizer que:

Nesse período de 2006, 2007 e 2008 o Setor de Educação do movimento passa a coordenar o espaço da Creche. Aí chama-se Ciranda. De Ciranda-Creche, Creche-Ciranda. Algumas crianças identificavam como Creche, outras como Ciranda. Tem um processo que eu acompanhei de longe de uma fragilidade num determinado período em que então a Ciranda volta a ser só Creche. Esse período vai de 2009 a 2010. Que aí a Ciranda passa ser um espaço só gerido pela Cáritas, pela conjuntura de organicidade interna da Comuna naquele momento. [...] É o mesmo momento que passa a ser só Creche. A gente passa a colaborar na formação aqui. Então vinha um grupo fazer formação uma vez por semana, mas na dinâmica da Cáritas. Por problemas financeiros as atividades da Ciranda foram interrompidas em 2010. E quando a gente retoma o espaço a gente faz uma nova tentativa de ser o espaço da Ciranda com financiamento da Cáritas, como ela vinha fazendo em outro assentamento nosso que é o Dom Tomás. Funcionamos um ano assim. [...] E novamente dificuldades financeiras e a gente não consegue tocar as atividades diárias. Aí ficou uma Ciranda uma vez por semana.

No momento em que o MST assumiu, ele imprimiu seus pressupostos educacionais. A Ciranda-Creche e a Creche-Ciranda oscilou muito entre a parceira e financiamento com a Cáritas com a contribuição de outras educadoras, o que demonstrou um corte de gênero. Para Guedes, a Cáritas tem uma pedagogia própria de muitos anos distinta do MST, embora em diversos aspectos elas sejam semelhantes. O elemento que diferencia as concepções de Creche e Ciranda é a função que cada uma cumpre com as crianças. Enquanto a Cáritas assume a função através da Creche de fazer o processo de escolarização, o MST com a Ciranda faz um processo educativo de atividades não-escolarizadas ligadas a dinâmica do movimento através da pertença, da construção da identidade e do fortalecimento dos laços comunitários. A Ciranda tem a perspectiva de construir elementos de fortalecimento da organicidade interna desde as crianças até a comunidade. Então, o projeto nasceu das atividades com as crianças, construção dos laços com elas e que isso pudesse se disseminar para o conjunto da *Comuna*. Nesse sentido, a Creche ficou com as atividades de escolarização e a Ciranda com as atividades ligadas a construção de pertença. O Setor de Educação, portanto, teve a perspectiva de unificar esses projetos através de alguns eixos como a alfabetização de crianças. No momento, a Ciranda acontece aos finais de semana e a Creche ao longo da semana. As militantes que desenvolvem suas atividades são: Flávia, Lizandra, Janaína e Paula.

A educadora Paula, ao falar com paixão de seu ofício militante, declarou que no ano de 2012 houve uma intensa expectativa da mudança da *Comuna Alojamento* para a *Comuna* definitiva. Na

visão dela, não fazia mais sentido para as famílias reformarem ou mexerem nos espaços por causa da mudança para as novas casas. Com efeito, a Ciranda, como está inserida na organicidade do que as famílias estavam vivendo, permitiu as crianças vivenciarem essa dinâmica. O trabalho que elas desenvolveram foi no sentido de pensar o espaço em que estavam inseridas com as crianças:

Como a gente constrói nosso espaço de Ciranda? A gente queria construir e as crianças também. Como é que a gente constrói isso? Como que é um coletivo de criança? Qual que é a dinâmica de um coletivo de crianças? A gente ficou muito nessa questão de mudanças das casas. De reconstruir a história, porque havia muitas crianças mais novas que não acompanharam todos os momentos. Que sabiam das histórias, que viveram algumas coisas mas não acompanharam muito. Tinha muito essa discussão da favela. Então quando as crianças estavam brincando uma falava para outra: “Ah, favela, favela”. A gente ficou muito nisso: o que é uma favela? E aqui, é uma favela? Porque não é? A gente não tem um organização comunitária? O que distingue? O que tem lá e não tem aqui? E a gente foi construindo bastante isso com eles – essa discussão da favela, da comunidade e do coletivo.

Os espaços e as transições na vida dessas crianças da “comunidade” mudaram bastante desde a favela Vila Esperança, passou pela ocupação no Edifício dos Salesianos, pela *Comuna Alojamento* na rua Nicolau Maewisky até chegar a *Comuna*. Num período de 12 anos foram três mudanças significativas com despejos, presença de policiais, o tráfico, a insegurança, o movimento até o projeto da *Comuna*. A Creche-Ciranda também passou por momentos e fases distintas.

Para a educadora Flávia, o futuro dela está na *Comuna* e na Ciranda. Ela pretende estar por dentro dos encontros e das reuniões. Em relação as crianças, ela destacou:

O que me chamou muito à atenção foram as histórias que eles passaram antes. [...] Os maiorzinhos sempre contavam as histórias. E tem muitas histórias que marcaram na minha cabeça: as desocupações que teve; como eles chegaram lá na Nicolau. Ah, essa volta agora da Ciranda perguntei: “e aí, vocês estão gostando daqui?” “Não, eu gostava da outra Comuna”. E eu falei “mas porque, tem casa, tem tudo?” “Ah, mas lá era melhor, tinha mais espaço para brincar”. Porque aqui estava no começo e não estava tendo atividades. E eles estavam acostumados com lá, por causa do espaço.

Em seu relato a Flávia enfatizou que fez tal pergunta logo quando eles mudaram para a nova *Comuna*. Por isso, ela pretende ainda perguntar para eles sobre o que “acham de agora”. Ela adora trabalhar com as crianças e espera ouvir as novas histórias.

O Laércio, que participa de muitas frentes na *Comuna*, participou da entrevista e comentou a partir do relato dela. Ele lembrou que,

Engraçado agora que ela comentou. Na nossa primeira reunião com eles, eles falaram mesmo: “aqui é muito chato, só tem escada. Não dá para brincar e soltar pipa. Não dá para jogar bola, não tem espaço”. E lá tinha o campo de futebol. Os espaços eram bem maior. Para soltar pipa aqui é mais complicado.

A partir da visão das crianças, portanto, é possível perceber com simplicidade os espaços nos quais expressam significados para elas. As questões de “não dá para brincar e soltar pipa. Não dá jogar bola, não tem espaço”, remetem as considerações de que os espaços das crianças são distintos dos espaços dos adultos e não se restringem apenas à Creche e à Escola. Isso reforça a concepção de que o espaço das relações sociais não pode se restringir à espaços determinados por função, com uma forma e uma estrutura específica apenas para poucas de suas manifestações.

Diversas atividades foram construídas com as crianças. Entre tais atividades, algumas foram marcantes para as educadoras. A construção com as crianças da peça “*Fechar escolas é crime*”, para apresentação no encontro da Regional Gde. SP em 2011, no município de Várzea Paulista, foi uma delas. Houve também uma oportunidade marcante em 2012 com companhia de dança contemporânea infantil, que se apresentou no espaço da Ciranda. Para a Paula, foi muito emocionante ver a companhia no palco e as crianças maravilhadas. Outra atividade marcante foi quando as educadoras assumiram a Ciranda como espaço de escolarização, com a proposta de coletivizar todas as funções. Para Lizandra, o fato de não haver mais faxineiro, não haver ninguém superior e se desvincular das relações de trabalho capitalistas – processo duro, mais interessante – marcou este momento, e o coletivo de crianças e educadoras aprendeu muito.

As expectativas na nova *Comuna* para o presente e o futuro aparecem nos relatos de maneira animadora. Os espaços são vistos como espaços formativos em geral. Eles chamam de “espaço intersetorial”. A proposta é que as atividades formativas são de responsabilidade de um coletivo que atua em setores e que vai realizar coletivamente nos espaços. A juventude, as atividades com as crianças, o Cine Comuna, as festas, são atividades do conjunto dos setores. Para Lizandra: “Eu acho que a gente vai potencializar muita coisa. [...] Então o que vai marcar está por vir”.

Ademais, entre os espaços da Creche e da Ciranda estão as crianças, aquelas que representam o “futuro” – apesar de viver o presente – e a paz, tal como pintado genialmente por Portinari na obra *Guerra e Paz*: “A paz existe, e ela vive nas crianças”, tal como percebeu sensivelmente sua obra. Por isso, a preocupação de manter as atividades da Ciranda foi a de não perder esse espaço formativo de construção da identidade, da coletividade e do sentido da *Comuna* num momento em que cuidar de crianças e educá-las se torna um problema individual de cada família na sociedade. O que se tenta nessa experiência é a construção coletiva desse cuidado.

3.3.2. Nos batuques da Unidos da Lona Preta e da Comuna do Samba

Outro espaço percebido e vivido que esteve presente ao longo de três anos na fase de construção da *Comuna* foi a Escola de Samba Unidos da Lona Preta. A *Unidos* nasceu em fevereiro de 2005 e foi fundada por militantes assentados da Regional Gde.SP do MST. O espaço de seu nascedouro foi o assentamento Comuna da Terra Irmã Alberta, localizado no bairro de Perus, zona noroeste do município de São Paulo. A proposta inicial foi a de viabilizar a inserção e a formação da juventude por meio de atividades musicais, como estratégia de inserção em atividades orgânicas do MST que permitisse a politização e a organicidade desse juventude junto ao movimento. Por isso, a Unidos se designou por escola de samba, lugar onde se ensina e aprende samba, ao nascer com o propósito de preencher a lacuna no Setor de Cultura: de realizar atividades de formação e produção, através do samba, e garantir presença em marchas e manifestações.

Como analisado anteriormente, a Regional Gde.SP nasceu mediante as ocupações e consolidação de assentamentos nos municípios da RMSP. As características desses assentamentos – batizados de Comunas da Terra – era a de estarem situados entre o rural e o urbano e de serem constituídos por trabalhadores oriundos dos subúrbios e periferias de São Paulo e arredores, que tiveram em sua trajetória uma origem rural num passado remoto. A experiência de muitos desses trabalhadores nas periferias urbanas esteve próxima as rodas de samba, batucada e partido alto, aspecto que teria viabilizado sua proposição e permitiria um elo de ligação entre o samba urbano e suas origens rurais, característica do samba de São Paulo.

Para D'Andrea (2013: p. 232) a história da Unidos possui pelo menos duas fases bem nítidas. Até 2008, se caracterizou pelo formato de roda de samba com formações prévias e desfiles na época do carnaval, ao resgatar o caráter popular do samba em conjunto com às demandas políticas do MST. Depois de 2008, a Unidos cresceu e modificou sua organicidade. Foi nesse momento que seus encontros passaram a ser sediados na *Comuna*, momento em que se começou a desenvolver uma formação intensa de uma batucada com ensaios e encontros periódicos. Ademais, o primeiro carnaval de rua da Unidos foi em 2006, cuja proposição já vinha com a experiência de formação e intervenção artística. Esta atividade fortaleceu a relação do MST com a *Comuna*. A intervenção da *Unidos* no carnaval de 2009 aglutinou a militância, os aliados e moradores.

Nesses ensaios, a *Unidos* passou a reunir na *Comuna*, durante os meses de outubro e fevereiro do ano seguinte, os militantes assentados dos quatros espaços do MST na Regional Gde. SP – da *Comuna* (sede); da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino; da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga; e da Comuna da Terra Irmã Alberta – além de militantes de outros setores do movimento (educação, comunicação) e parceiros-aliados de outros coletivos urbanos, tais como:

integrantes do grupo de rap *A Família*; integrantes do grupo *Favela Atitude*; integrantes do *Movimento Passe Livre* (MPL), que ficou mais conhecido nacionalmente após as jornadas de junho de 2013; integrantes do coletivo cultural da zona leste *Dolores Boca Aberta* que, por meio do teatro e das questões estéticas, contribuiu com os debates sobre arte e cultura; e os integrantes da *Fábrica Flaskô*, fábrica localizada em Sumaré – região metropolitana de Campinas, ocupada desde 2003 pelos operários após sua falência, que lutam por sua estatização²²⁹ e dispõe de uma trajetória com samba e bateria pública na universidade. Portanto, como uma experiência do MST, a *Unidos* reuniu militantes-assentados e parceiros-aliados que constituíram uma batucada de aproximadamente trinta e cinco integrantes, se estendendo para até setenta pessoas²³⁰ em seus desfiles de carnaval pelas ruas da cidade de Jandira. Muitas dessas pessoas ajudaram na realização de outras funções como viabilizar a infraestrutura das atividades e do desfile, realizar trabalhos com as crianças em conjunto com a Ciranda Infantil, entre outras ações.

Como escola de samba, a *Unidos* realizou uma série de atividades formativas ao longo de sua estadia na *Comuna*, ao viabilizar encontros e reuniões entorno do samba militante. Em sua primeira fase, compôs em 2005 o samba-exaltação – ou hino como enfatizam os integrantes.

Na condição de espaço de encontro e construção de relações por meio da luta e do samba, a *Unidos* se apropriou do samba como *meio e fim* de um processo de politização pela cultura. Meio por ser por intermédio do samba que as pessoas se reúnem para produzir música e cultura. Fim por ser o samba a representação de uma das mais profundas raízes de resistência da matriz africanas que constituiu a formação do povo brasileiro, que permitiu tal resistência ao reunir pessoas entorno do samba como forma de luta para protestar, denunciar desigualdades e condições de vida. Não obstante, em sua segunda fase – que coincide com sua estadia na *Comuna* – a *Unidos* emplacou o lema *Batucada do Povo Brasileiro*, ao reconhecer esse histórico de luta e resistência através do samba e de reforçar uma forma ou face que as vezes é esquecida – a face crítica do samba. A *Unidos* aparece como mais uma das muitas batucadas existentes no país.

Ao se assumir como escola de samba em vez de bloco ou cordão carnavalesco, a *Unidos* construiu seus pressupostos com base em aprendizados políticos, artísticos e humanos. Não se aprende apenas samba, mas a se organizar politicamente e a conviver em sociedade.²³¹ Conforme os seus integrantes, a *Unidos* mantém uma relação de respeito e admiração por todas as escolas de samba, até porque alguns desses integrantes vivenciaram inúmeras experiências nas escolas de

²²⁹ A problematização detalhada do caso Flaskô é feita por: Filipi Oliveira Raslan, *Resistindo com classe: o caso da ocupação da Flaskô, Campinas*, Dissertação de Mestrado, 2007.

²³⁰ Ver a análise de Rosana Santos, *A formação humana dos militantes do MST através da Escola de Samba Unidos da Lona Preta*, Brasília, TCC, UNB, 2011.

²³¹ Os pressupostos construídos pelo coletivo da Unidos da Lona Preta foram descritos e analisados por Tiarajú Pablo D'Andrea, *A formação do sujeito periférico: cultura e política na periferia de São Paulo*, Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH USP, 2013.

samba de São Paulo.²³² Eles reconhecem as escolas de samba como patrimônios da cultura brasileira, apesar de não concordarem com os rumos atuais de produção e desfiles.

A retomada da *Unidos* foi resultado das articulações do então dirigente João Campos. Por isso, ela assumiu como um de seus objetivos realizar os desfiles de carnaval nas ruas de Jandira – único evento nessa época na cidade –, mas sempre destacou a importância do processo, já que a finalidade da escola vai além de um desfile. Com referência ao G.R.A.N. Quilombo do resistente Candeia, que defendia que uma outra escola de samba era possível, a *Unidos* iniciou, em sua segunda fase, um processo de formação que reunia o samba, a literatura e a política. Entre 2008 e 2009 finalizou a composição do samba de 2009 – o inspirador *Avante Juventude, a luta é pra valer: 50 anos da Revolução Cubana, 25 de MST*. A primeira parte deste samba nasceu sob composição de dois integrantes do Coletivo Dolores.²³³ Eles apresentaram a canção no Encontro Nacional da Juventude da Classe Trabalhadora do Campo e da Cidade, que reuniu mais de mil pessoas e ocorreu em agosto de 2008 na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro. Este samba tornou-se a trilha sonora do encontro. A segunda parte do samba foi composta por contribuição do mestre Tiarajú D’Andrea que fez uma homenagem aos 25 anos do MST e aos 50 anos da Revolução Cubana. Este processo de composição foi discutido coletivamente e caracterizou as formações artísticas e culturais posteriores na *Unidos*. Foi inspiração para um momento de esperança e energia com o início das obras na *Comuna*.

Diferentemente das escolas de samba tradicionais, que escolhem seus temas-enredos sob uma direção de carnaval e seus samba por meio de uma disputa entre compositores, na *Unidos* o tema é escolhido em debates coletivos de acordo com as linhas políticas do MST. Após tema definido, levanta-se nomes de debatedores para contribuir com a formação deste coletivo e de acordo com o tema escolhido. O processo de formação-composição do samba de 2010 ilustra bem o processo. O tema foi a questão urbana e cultural. Os debatedores variados: a urbanista Mariana Fix tratou da questão urbana; o Tito do Núcleo Cultural Força Ativa e o Luciano Carvalho do coletivo Dolores Boca Aberta, das questões culturais; e as contribuições de integrantes do MPL e da Usina.

Ao longo desta formação intitulada *Debatecombatucada*, os integrantes da Unidos anotavam – sob forma de verso ou de prosa – os principais aspectos para depois discutirem o samba. Junto aos debates houve também a formação com letras e vídeos de samba-enredo de outras escolas para se discutir além do tema a métrica, a rima e elementos de poesia. Depois, ocorria a discussão coletiva

²³² João Campos do MST foi e se mantém ritimista da G.R.C.S. Escola de Samba Vai Vai; Júlia Saragoça se mantém ritimista e compositora do G.R.E.S.M. Camisa Verde e Branco; Tiarajú D’Andrea foi ritimista e compositor no G.R.C.S. Escola de Samba Águia de Ouro; Sandro Oliveira foi ritimista no Grêmio Gaviões da Fiel Torcida e no G.R.C. Escola de Samba X-9 Paulistana; e Rodrigo (Pirulito) se mantém ritimista da G.R.C.E.S. Mancha Verde.

²³³ Os compositores da primeira parte foram a arquiteta Julia Saragoça e o historiador e músico Tita Reis. O coletivo Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes é um grupo composto por aproximadamente vinte pessoas que desenvolvem há 13 anos ações e trabalhos de teatro, música e poesia na zona leste de São Paulo.

de quais versos sereriam utilizados e se encaminhava para um coletivo reduzido, constituído por músicos e interessados em dar um acabamento melódico ao samba.²³⁴ Assim, o samba-enredo²³⁵ foi produzido na *Unidos*: um processo coletivo sem autor, porque todos que participam foram autores. Isso difere das escolas de samba tradicionais que reforçam a disputa entre autores e grupos, ao estabelecer uma diferenciação entre o artista-músico e os demais membros da escola numa atividade inserida na indústria cultural que tende a alienação do processo e da obra dos fazedores.

Produzido na *Comuna Alojamento*, o samba-enredo de 2010 representou uma convocatória em prol da união das lutas no campo e na cidade, ao levar em consideração a configuração da *Unidos* – militantes do MST e aliados de coletivos urbanos – bem como dos desafios apresentados para as Comunas da Terra e a nascente Comuna Urbana. Abaixo a letra do samba:

Povo do campo e da cidade: tamo junto e misturado

*Alô comunidades
Tamo junto e misturado
Povo do campo e da cidade
A Lona Preta chega dando o seu recado*

*Derrubar a cerca, eu vou
Pular catraca eu também vou
Pra resistir a remoção
É necessário manifesto, opinião*

*Ninguém vai fazer
A revolução sozinho
A construção desse caminho
É mão na massa e mutirão
Em todo o canto do planeta
Pelo dinheiro
O rico faz a guerra
O sangue da favela
É sangue sem-terra*

*A natureza, chorou, chorou, chorou
A propriedade, é a prisão do trabalhador
Hoje a terra tem um preço
Bem difícil de pagar
Pra sair do cativo
A solução é se juntar

Vamos pra rua
Vamos cantar
Sou batucada do povo brasileiro
Te chamando pra lutar!*

Nos encontros da *Unidos* entre 2008 a 2010 ocorriam, após os ensaios num bar em frente a Comuna Alojamento na rua Nicolau Maesvisky, os batuques da Comuna do Samba. Como uma roda de samba pós-ensaio de batucada e de um dia de mutirão, a Comuna do Samba marcou as noites de domingo e reunia as vezes mais pessoas e aliados do que nos ensaios da *Unidos*. Composta por integrantes da *Unidos* e da *Comuna*, a Comuna do Samba alegrava com resistência as noites com canções de Cartola, Noel Rosa, João Nogueira, entre outros sambistas da cultura popular, e composições próprias de alguns participantes. As rodas de samba representavam uma das manifestações urbanas de resistência da classe trabalhadora, e participavam alguns mutirantes que acabavam de vir da obra, a equipe da Usina, os militantes do MST e seus aliados.

²³⁴ Tiarajú D'Andrea faz uma análise detalhada em sua tese de doutorado. Op. cit.

²³⁵ O samba-enredo tem por característica contar uma história de pessoas, lugares e/ou contextos no âmbito social, político, econômico e até mesmo ideológico. O samba nasce e um enredo que, por sua vez, nasce do tema escolhido.

Já o processo do carnaval de 2011, com base no samba-enredo *Plantar o pão, colher a vida: para o mundo se alimentar sem veneno*, escolheu o tema da soberania alimentar e fez uma crítica a produção do latifúndio-agronegócio que se baseia no uso de agrotóxicos e produz alimentos transgênicos. O refrão do samba ficou bem conhecido nas manifestações de ruas no Rio de Janeiro e em São Paulo com uma apropriação bem interessante cantada pelas pessoas com relação as principais empresas do setor: “*Comida ruim ninguém aguenta (Fora Singenta!) / É veneno em todo canto (Fora Monsanto!) / Mata gente mata rio (Fora Cargil!) / Agronegócio é a mentira do Brasil.*”

Em 2012, a *Unidos* fez o carnaval na Comuna da Terra Irmã Alberta, espaço que necessitava de apoio político e atividades dos MST. O tema foi uma homenagem aos militantes do MST que lutam e nem sempre aparecem como sujeitos da história. O samba-enredo *E fez-se a luta: Uma homenagem a toda companheirada*, canta para aqueles que plantam a resistência popular, ao falar desde a infância sem-terrinha na ciranda, do pulso firme das mulheres em luta à consciência de classe em formação.

No ano de 2013, a *Unidos* voltou a fazer o carnaval de rua em Jandira, só que nesse momento na nova *Comuna* no Jd. São João. Ao se concentrar em frente ao espaço da Padaria Comunitária, seus batuques ressoaram no entorno convocando a população. De frente para a entrada do edifícios da CDHU – cujos moradores são oriundos do financiamento para população de baixa renda e tinham resistência e até preconceito em relação aos moradores da *Comuna* – estabeleceu-se uma nova relação com o bairro e entorno. Os moradores da CDHU participaram do desfile da *Unidos* pelas ruas do bairro, desfile que seguiu até o terminal do Fátima (bairro vizinho) e regressou ao seu ponto inicial – a Padaria Comunitária na *Comuna*.

Essa intervenção cultural e artística da *Unidos* promoveu o diálogo através do samba-enredo e representou a primeira grande atividade da *Comuna* no bairro. Os militantes do MST distribuíram as letras do samba para a população nas ruas, junto com um pequeno texto sobre a *Comuna*. Depois deste desfile de carnaval popular, os moradores da CDHU que, até então tinham preconceitos em relação aos moradores da *Comuna* por serem do MST, passaram a procurá-los e a participarem de atividades que ocorriam no interior da *Comuna*.

A *Unidos* representou uma atividade cultural que reuniu em diversos carnavais os diferentes setores e instâncias do MST, além dos aliados e a chamada militância. Entretanto, há uma dificuldade em realizar periodicamente os ensaios e as atividades: devido a questão geográfica de reunir todos os seus participantes num determinado lugar, tendo em vista que eles são de lugares e regiões diferentes, a frequência dos encontros ao longo do se tornam inviáveis. No caso dos militantes e assentados do MST, há grupos de diferentes Comunas na RMSF distantes umas das outras, que necessitam de transporte às vezes alugado para chegar ao outro espaço.

3.3.3. Núcleo Audiovisual e Documentário da Comuna

No processo da *Comuna* houve também a produção de um documentário proposto pela Usina em parceria com o MST (em seu início). Esse projeto foi encaminhado para a CEF com o nome de “Mutirão Comuna Urbana Dom Hélder Câmara” como uma proposta atrelada ao projeto de arquitetura. O objetivo de tal proposição era o de produzir autogestionariamente um documentário sobre a história da *Comuna* a partir de seus sujeitos. Este projeto nasceu da iniciativa da Usina que procurava consolidar um Núcleo Audiovisual (NA), com vista à realização de documentação audiovisual e produção de vídeos. Essa proposta reunia a intencionalidade de produzir o vídeo como linguagem criativa que representasse os processos, fomentasse discussões sobre as vivências em obras (e depois destas) e sua arquitetura. A Usina ampliou a proposição ao MST e, no projeto de arquitetura, previu um espaço para sediar o NA na *Comuna*.

Com a aprovação do projeto pela CEF, como uma iniciativa inédita para este tipo de proposição – já que elas são de atribuição da Petrobrás, os sujeitos acessaram um financiamento para adquirir equipamentos (filmadora, gravadores, microfones, luz) e produzir ao longo da obra o documentário. A proposta inicial foi a de que o projeto pudesse manter financeiramente os participantes nesta produção, entre eles membros da Usina, do MST e os mutirantes da *Comuna*, que passariam por uma formação com palestrantes.

O NA se configurou como núcleo espelhado – equipe da Usina e equipe do MST – que expressou a dinâmica do processo sob dois olhares distintos. Na *Comuna*, o NA agendava as atividades, fazia convite aos jovens e exibia filmes na formação.

O *espaço vivido* pelos integrantes do NA na *Comuna* foi interrompido durante o período com o desligamentos de militantes do MST. O NA foi retomado depois pela Usina e continuou-se o registro do processo de obra e parte da metodologia proposta para a produção do documentário.

A Usina convidou profissionais da área audiovisual para ajudar em registros, edição e discussão da proposta do documentário, haja vista que parte da proposição inicial de produção autogestionária não foi possível retomar. Nessa retomada, a proposição pedagógica foi a de trabalhar com a memória dos mutirantes, do MST, da Cáritas e da Usina através de fotos, imagens e conversas sobre suas histórias no mutirão autogerido. Com essa referência, foi possível construir um discurso para o documentário a partir dos depoimentos dos participantes, e aproveitar as inúmeras imagens registradas do processo vivido na obra e em outras situações em torno dela.

Houve algumas importantes discussões internamente na Usina sobre a linguagem, o repertório e as cenas que passariam a compor o documentário. Até o momento o documentário está com o nome de “*Um mutirão*” e deve ser lançado em breve em exibição na *Comuna*.

3.3.4. Espaço diferencial: o cotidiano no espaço produzido

A compreensão de aspectos do espaço urbano presentes no processo da *Comuna* se apresentou como um conjunto de relações sociais que reuniu as práticas espaciais (percebido), a representação do espaço (concebido) e o espaço de representação (vivido). Dessa triplicidade espacial, cuja relação contraditória expõe o movimento de seu devir, emergem as diferenças que se encontraram nesses espaços de relações reunidos e confrontados pela realidade urbana. Essa história recente da *Comuna* foi resultado de intervenções e atividades de sujeitos coletivos diversos que, reunidos por um projeto comum, construíram em seu “fazer-se” a espacialidade física, mental e social de um ambiente urbano habitado.

Inserida na dinâmica de produção do ambiente habitado, oriunda do processo de expansão urbana cujas tendências predominantes em curso são as de *reconfiguração urbana*, *desajuste espacial* e *individualismo desesperado*, a *Comuna* se desenvolveu contraditoriamente construindo um ambiente de *apropriação* na lógica de produção fetichizada de mercadorias. Esse processo de *apropriação* aconteceu na prática dos sujeitos desde sua concepção com os arquitetos da Usina, passando pela produção do espaço físico, até a ocupação definitiva das habitações como ato político em dezembro de 2012. No entanto, a produção física da *Comuna* demonstrou a contradição entre os processos de *socialização* e *cooperação*. A *socialização* esteve presente nas discussões do projeto participativo com a Usina, nos dias de mutirões quando havia interação e aprendizados entre esses trabalhadores – assentar tijolos, fazer tubulações, preparar o cimento –, nos atos políticos e cirandas com o MST, festas e carnavais que ocorreram com os parceiros em sua trajetória.

A partir da *Comuna*, destacamos quatro espaços significativos que expressam formas de *apropriação* do espaço produzido e vizinhança pelos sujeitos e que se configuram em contraposição aos condomínios fechados do entorno (Nova Paulista, Residencial Lago dos Cisne e Suíte Quebra Nozes), cujos habitantes destes enclaves-padrão não mantêm relações de vizinhança com o bairro.

O primeiro deles é o *espaço da infância*. As crianças da *Comuna* já não são as mesmas crianças da favela Vila Esperança. As que foram crianças na favela hoje são adolescentes e adultos, resultado de um processo de pouco mais de doze anos desde a favela. As atuais crianças nasceram ao longo da trajetória entre a ocupação do Edifício dos Salesianos, a *Comuna Alojamento* na rua Nicolau Maewisky até a *Comuna*. Por isso, o *espaço percebido* pela infância foi distinto em cada lugar e transicional entre um lugar e outro, ao se expressar como espaço da brincadeira entre escadas e amarelinhas, pipas e futebol, pega-pegas e esconde-escondes. Como já mencionado, as crianças na nova *Comuna* reclamam da ausência de espaços para brincar – jogar bola e soltar pipa. O projeto de infraestrutura previa a construção de uma quadra poliesportiva, aspecto de atribuição

da Prefeitura que não foi realizado por causa do desvio de recursos já mencionados. Além das brincadeiras, o espaço educativo da Ciranda e da Creche foi construído conjuntamente com as crianças. As crianças participam de encontros dos *sem-terrinhas* que ocorrem anualmente com gincanas, atividades educativas e recreativas, com o propósito de socializá-las junto às crianças de outros espaços e assentamentos do MST. O espaço físico na *Comuna* não comporta o espaço social.

Por sua vez, a Capela do Pe. João Carlos se configurou como *espaço da fé* e comunitário. Nesse espaço, além das atividades eclesiais como missas e celebrações religiosas que reúnem a população do bairro, ocorrem as atividades da Ciranda com as crianças, reuniões e assembleias em dias de chuva. Como a religiosidade católica esteve presente desde a favela Vila Esperança, esse *espaço vivido* das representações está representado no espaço físico da *Comuna*.

Outro espaço importante é o *espaço da política*, presente na reorganização dos Núcleos de Base (NB's) após a ocupação da *Comuna* – representados espacialmente por treze núcleos –, na retomada das assembleias e dos atos políticos no anfiteatro-arena. Os NB's nasceram na ocupação do Edifício dos Salesianos, e se ampliaram no processo de obra da *Comuna* com o objetivo de manter a organicidade dos participantes. Se desarticularam durante as contradições do processo de obra e foram retomados a partir das necessidades dos habitantes com referência à arquitetura dos núcleos espacializada fisicamente na *Comuna*.

Por fim, o *espaço da festa* que possibilita a reunião festiva dos habitantes e parceiros da *Comuna*, tal como a Festa Agostina em 2013 que ocorreu no anfiteatro-arena. Essa festa mobilizou seus habitantes com o objetivo de organizar barracas típicas de uma festa junina, o som para apresentação de uma banda de forró e um grupo teatral, e ensaios da popular quadrilha junina. A festa representou o momento de confraternização, diversão e socialização entre os participantes.

Figuras 33 a 34: Ato político e Festa Agostina



Foto 22: Ato político pelo término da infraestrutura Jul/13.



Foto 23: Festa Agostina de 2013. Fontes: Sandro Oliveira.

Figuras 35 e 36: Atividade da Ciranda e Missa na Capela da Comuna



Foto 24: Crianças pintam com educadora convite para a Ciranda. Fonte: Xandi.



Foto 25: Missa com Pe. João Carlos na Comuna. Fonte: Sandro Oliveira.

Estes quatro espaços de sociabilidade exemplificam a retomada de algumas atividades pelo MST e a continuidade das atividades do Pe. João Carlos na “comunidade”. São espaços sociointeracionais que demonstram a construção e a trajetória de uma população que habitava uma favela, ocupou um edifício abandonado e, através de sua luta organizada, conquistou um projeto habitacional que envolveu outros espaços de relações para além da habitação. Os espaços da *infância*, da *fé*, da *política* e da *feira* representam – em um só tempo e lugar – um conjunto de relações construídas como tentativas de configuração de espaços livres das determinações da mercadoria, apesar de inserida nessa relação (e lógica) de produção e reprodução social da vida.

Na *Comuna*, esses espaços não estão isolados uns dos outros e são construídos como *espaços vividos* inseridos num movimento social amplo em relação aos sujeitos, apesar de cumprirem determinadas funções que se estruturam sobre formas físicas.

Nesse sentido, as dimensões que a *Comuna* permitiu repensar sobre a (re)produção social a partir do espaço urbano estão associadas às forças sociais que buscam a re-totalização da vida cindida e fragmentada pelas relações de produção capitalista. A problematização de seu processo, inserida no contexto de aumento na produção habitacional, permitiu repensar alguns dos aspectos de redefinição do urbano como sendo o espaço do encontro, da simultaneidade e das diferenças. A *Comuna* foi (re)produzida em relações sociais contraditórias diante de tendências predominantes (favelização, condomínios fechados e edifícios de alto padrão), ao reunir sujeitos diferentes e práticas distintas. O encontro dessas diferenças expressou deslocamentos no espaço-tempo de relações e se configurou como experiência por meio da concepção, da produção e da apropriação.

Com efeito, a produção espacial da *Comuna* se desenvolveu mediante aos processos de trabalho e urbanização da sociedade. Do *trabalhador coletivo*, imerso na *cooperação* do capital, tentou-se a configuração de um coletivo de trabalhadores mediado pelo processo de *socialização*. Por intermédio da Cooperativa T-T, percebeu-se os limites da contradição entre trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, o que fez predominar a *cooperação*. Por isso, na construção desse “novo” operário tentou-se sua (des)construção que, por “ausência” de uma estratégia política comum de intervenção na produção do espaço e na formação do coletivo de trabalhadores da construção civil, reproduziu-se o modo de produção que se pretendia superar. É evidente que a superação não ocorre por força da vontade, mas por correlação de forças políticas e situações históricas específicas.

Entre o mutirão e a autogestão vimos os seus limites históricos impostos pela hegemonia capitalista. De procedimentos que poderiam ser inovadores na gestão popular de recursos públicos, em inovações tecnológicas e barateamento nos custos de produção, analisamos que há um componente de super-trabalho (trabalho não pago) na produção de habitação por autogestão, característico de um tipo de acumulação primitiva que decorreu da formação socioespacial das cidades brasileiras. A acumulação de capital se realizou com base na externalização dos custos de reprodução da força de trabalho (habitação). Se a autoconstrução foi a saída para grande parte da classe trabalhadora, o mutirão autogerido representou a sua superação ao estabelecer as bases reais, porém incompleta, da autogestão produtiva e territorial das cidades. A autogestão, portanto, se realizaria apenas num processo de transição societária cujo o conteúdo fosse o da socialização dos meios de produção e do produto do trabalho.

Nessa produção por escassez, a participação política e social na *Comuna* com base na construção do poder popular ficou prejudicada pela urgência da necessidade de habitar. A habitação expressa o processo de reprodução social. Por isso, há que se transformar o processo de produção para mudar as formas de reprodução. No entanto, outras relações e espaços se construíram baseando-se nas atividades culturais, educacionais e políticas do MST e aliados, o que fez com que a experiência da *Comuna* sintetizasse a tentativa do MST-urbano de se reinventar diante das necessidades imposta pela realidade urbana. O aprendizado que poderia ficar é o de que o espaço diferencial se constrói no fazer-se da classe na luta cotidiana e no cotidiano da luta. Nesse caso, o cotidiano do espaço (re)produzido.

Por fim, mesmo diante de potencialidades e limites da *Comuna*, há uma pergunta que ficará em aberto nessa dissertação: qual seria a estratégia e as táticas urbanas do MST após a construção da primeira Comuna Urbana?

Considerações Finais

*Para tornar-se sempre mais idêntico a si mesmo,
para se aproximar ao máximo da monotonia imóvel,
o espaço livre da mercadoria é doravante modificado
e reconstruído a todo instante.*

Guy Debord

O objetivo deste estudo foi o de compreender os impasses e as potencialidades da autogestão na produção habitacional a partir da experiência da *Comuna* entre os anos de 2008 a 2012. A partir da trajetória da *Comuna*, foi possível observar as disputas entre diversos sujeitos pela apropriação do espaço urbano mediadas por formas de propriedades (privada e pública), lutas políticas (atos, negociações e ocupações), projeto habitacional (concepção, produção e apropriação), e a tentativa de contra-propriedade, que expressaram a dinâmica do conflito social em torno da questão da terra e da produção do espaço.

Partindo do estudo, procuramos problematizar as tendências de produção do espaço urbano a partir do recente crescimento na produção habitacional – estatal e imobiliária. Desta produção, identificamos em meio ao fenômeno de redefinição do urbano três tendências correlatas em curso na metrópole: 1ª) a *reconfiguração urbana*, que se refere às recentes transformações espaciais conduzidas pelo setor imobiliário em decorrência da ausência de terrenos na cidade de São Paulo, ao alterar as formas de urbanização de ciclos anteriores de acumulação do capital e reconstruir partes das cidades em áreas estratégicas de valorização dos negócios imobiliários correntes, reforçando o padrão unifamiliar e individual de habitação. O “padrão Anália Franco” na zona leste e as “casas-ilhas” na zona oeste da cidade de São Paulo foram exemplos disso – alteram as formas de sociabilidade de vizinhança nos bairros; 2ª) o *desajuste espacial*, como tendência oriunda de ajustes espaciais do capital que expressam a desorganização espacial da cidade para a classe trabalhadora. O ponto nodal da relação entre localização e deslocamento expressa a *segregação socioespacial* e o *desajuste espacial* – uma cidade organizada para as elites e outra desorganizada para a classe trabalhadora; 3ª) o *individualismo desesperado*, como tendência de trabalhadores pauperizados-informais de baixa renda em “resolver” a imediaticidade do problema da habitação por meio de ocupações em área privadas e de riscos, ao construírem barracos como expressão da favelização²³⁶ e formas de sociabilidade inseridas na precarização da habitação oriundas das condições de trabalho –

²³⁶ A favelização é uma prática espacial que continua ocorrendo mesmo com o aumento da produção habitacional e os inúmeros imóveis vazios, ao demonstrar que o problema da habitação está inserido no conflito entre direito à propriedade e direito à moradia.

desconfiança e insegurança neste ambiente habitado. Esta forma de individualismo se originou com a expansão das relações de troca determinadas pela produção de mercadorias. Das relações de troca se originou o individualismo liberal fundamentado na propriedade privada como nexos social dos indivíduos mediado pela troca e o dinheiro na sociedade capitalista. A habitação se tornou mercadoria e com isso suas formas de apropriação também. Daí depreende-se o *individualismo desesperado*: se apropriar de um direito social e de uma necessidade básica de vida em sociedade pelos mecanismos conhecidos imediatamente: a ocupação de terrenos ociosos, como expressão de uma luta por um lugar na metrópole – expressão das relações entre as classes sociais na sociedade.

Com referência à estas tendências, o estudo problematizou os mecanismos e às mediações que reforçam a lógica do espaço como espaço de recorte administrativo municipal e local, ao explicitar por meio da trajetória da *Comuna* uma relativa contraposição a aliança da gestão urbana entre governos e empresas, por sua experiência que se configurou como processo de luta popular entre sujeitos diversos. Ademais, com o objetivo de desdobrar algumas discussões relativas a problemática da reprodução social a partir da produção do espaço, pretendemos desdobrar a seguir a experiência da *Comuna* inserida no espaço-tempo dessa reprodução, ao destacar o que o movimento de autogestão generalizada poderia contribuir em termos de apropriação das cidades.

A Comuna Urbana no espaço-tempo da (re)produção

O espaço-tempo da *Comuna*, como expressão das lutas sociais por um lugar na metrópole, define-se por sua localização (periferia de Jandira) e seu período de produção (de 2008 à 2012).

Nesse período temporal, ocorreram mudanças significativas no nível global das relações de produção capitalistas. Com os adventos das tecnologias da informação, reduziu-se o espaço-tempo das interações inter-planetárias por meio da Internet, como modo de agilizar as transações financeiras. Isso permitiu a criação de ambientes virtuais (as chamadas redes sociais) que intensificaram as interações virtuais, modificaram as formas de relações sociais e possibilitaram formas de comunicação que ocorrem quase que instantaneamente entre lugares distantes no planeta.

Reduzir o tempo através do espaço sempre foi uma busca do capital para circular livremente e superar as barreiras espaciais criadas por seu próprio movimento de expansão e acumulação. A redução do tempo no espaço se tornou possível (em partes) a partir do desenvolvimento da microeletrônica. A origem dessa mudança pode ser observada na passagem de Bernardo (2004):

A fragmentação dos trabalhadores requerida pelo toyotismo encontra na microeletrônica o instrumento adequado e orienta-lhe o desenvolvimento. A integração dos novos proletários

dos escritórios e do comércio com os velhos proletários das fábricas numa classe trabalhadora única realiza-se, no plano tecnológico, através da conjugação dos computadores com as máquinas eletrônicas. É graças a esta conjugação que se torna possível interromper o processo de concentração da força de trabalho e dispersar os assalariados, situando os meios de produção nas mais diversas partes do mundo, e apesar disto proceder à centralização administrativa necessária para obter economias de escala crescentes. A microeletrônica separa na prática dois tipos de economias de escala, as sociais e as físicas. Até a difusão dos computadores nos lugares de trabalho e à ligação sistemática da informática às máquinas, quaisquer economias de escala sociais tinham de se efetuar mediante uma concentração física dos meios de produção e dos assalariados, o que aliás pressionava também as empresas a procederem a uma concentração crescente da propriedade [...]. (BERNARDO, 2004: p. 110-111).

Bernardo analisou o processo de fragmentação e dispersão dos trabalhadores no âmbito de fábricas e empresas em decorrência da microeletrônica, aspecto que permitiu a reestruturação produtiva em unidades menores e localizadas em lugares diferentes. Como sua análise se circunscreve a fábrica e a empresa, torna-se necessário analisar a fragmentação no espaço de reprodução dos trabalhadores a partir do fenômeno urbano na metrópole. Para nós, o reencontro desses trabalhadores fragmentados pelo capital no ambiente de trabalho pode ocorrer sob diversas matizes no espaço urbano que, por sua vez, é um dos espaços importantes de sua reprodução social.

A reprodução social ocorre sob diversas contradições e a partir de dois vetores de expansão: 1º) a reprodução das classes capitalistas; 2º) a reprodução da força de trabalho. Esse aspecto remete considerar que na cidade do capital existe uma centralidade urbana organizada para as classes capitalista e uma periferização para a maior parte da classe trabalhadora. Não por acaso, as classes sociais habitam de maneira diferente a metrópole paulistana. Por isso, o ponto de partida de nossa análise foi a problematização da dinâmica de produção e apropriação da habitação em busca do sentido do urbano, já que esta se tornou um dos espaços fundamentais dessa reprodução.

No capitalismo não se produz apenas bens e objetos. Espaços, localizações, deslocamentos e sujeitos também são produzidos nessa relação de dominação. Como expressão dessa produção contraditória, o espaço urbano demonstrou historicamente uma dinâmica espacial que se desenvolveu de maneira distinta dos espaços nas redes sociais na Internet. Se há uma redução do tempo no espaço nas relações virtuais via comunicação, que permite até a organização de ações políticas de coletivos e movimentos organizados anticapitalistas, no espaço urbano o tempo de apropriação ainda está atrelada às propriedades fundiária e imobiliária. Dessa maneira, a dinâmica de produção social do espaço se configura mediante ao jogo político e econômico entre grupos, frações e classes sociais na apropriação do espaço produzido e de suas respectivas rendas, o que

torna a apropriação da habitação demorada para maior parte da classe trabalhadores em decorrência da morosidade dos tempos e ritmos de sua produção e privações impostas pela propriedade privada.

Em permanente construção urbana, a trajetória da *Comuna* representou a trajetória de trabalhadores que se desdobrou numa disputa por apropriação da terra urbana e de um lugar na metrópole. Inicialmente na favela Vila Esperança, ocorreu sob o tripé autoconstrução, loteamento irregular e casa própria. Na ocupação do Edifício dos Salesianos, enfrentou diretamente a especulação imobiliária e, desta ação política, conseguiu negociar uma saída por intermédio de um programa habitacional autogerido. Por meio da produção das 128 habitações e de seu espaço urbano, houve a inter-relação de um processo de concepção, produção e apropriação do espaço, aspecto que não ocorre na produção de habitação em geral.

Inserida em um contexto de ampliação da produção habitacional, o processo político-espacial da *Comuna* se contrapôs diretamente a proliferação de condomínios fechados, a favelização e as unidades do PMCMV. Como analisado por Skapp (2012):

Habitar a cidade, no sentido enfático do “direito à obra [...] e à apropriação” (LEFEBVRE, 2001, p. 135), significa poder determinar como se quer habitar, incluindo as características de espaços privados e públicos, as relações entre uns e outros, com o meio natural, com a vizinhança imediata e mediata, com as centralidades e redes urbanas mais abrangentes e assim por diante. As políticas públicas de habitação no Brasil estão longe dessa compreensão ampla. Quando são destinadas à produção de novos espaços de moradia, via de regra, partem da premissa de grande conjuntos de uso exclusivamente habitacional, com unidades-padrão para famílias-padrão e espaços coletivos e públicos tratados, senão como sobra entre edificações, como circulação ou equipamento de uso predefinido e monitorado. (SKAPP, 2012: p. 468).

Ao determinar relativamente algumas formas de habitar, o processo da *Comuna* ensaiou a construção de um *sujeito urbano* que se desenvolveu contraditoriamente por meio da produção do espaço a partir da habitação com vistas ao urbano. Nessa produção, pretendia-se a construção da autogestão produtiva e territorial. No entanto, a autogestão pretendida em sua produção se limitou a gestão de coordenação assumida pela T-T e o MST, com base na *cooperação* que se transformou em condução pragmática da obra. As contradições dessa *cooperação* se apresentaram como barreiras na superação das relações de produção tipicamente capitalista, aspecto que inviabilizou avançar na socialização da produção. Por isso, não é possível atribuir suas dificuldades apenas às barreiras da Lei de Cooperativas. O próprio cooperativismo precisa ser colocado em questão quando não se propõe superar a cooperação capitalista por formas de socialização da produção que envolve a divisão voluntária do trabalho, a autogestão financeira e produtiva, e a administração coletiva do

empreendimento. Ademais, há que se encarar também a superação da produção como fator de capital que busca a extração de mais-valia. Isso remete a se projetar a produção da anti-mercadoria, em outras palavras, a produção de valores de uso sem a troca. A disputa de fundos públicos para a produção de habitação representaria uma frente importante na formação do sujeito urbano autogestionário, mas estaria limitada a forma mercadoria que dinamiza também o Estado político.

Nas disputas entre sujeitos urbanos há um campo de disputa que se configura como gestão urbana e que está dominado pelo *empreendedorismo urbano*. Analisado e denominado por Harvey (2006), o *empreendedorismo urbano* representa um padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional e supranacional); diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, ONG's); e interesses privados (empresariais e individuais). As práticas espaciais oriunda deste empreendedorismo estabelece a máquina de crescimento urbano a partir de intervenções conjuntas, que resultam em parcerias público-privadas geridas por governos locais que direcionam investimentos para determinadas localizações como o objetivo de valorização imobiliária. Esta prática se configura por meio da busca da renda monopolista do espaço urbano. Ainda para o autor, a renda monopolista se apresenta como uma forma contraditória, pois o capital não conseguiu destruir a singularidade e deverá se apoiar em formas de diferenciação, aspecto que lhe permite destacar que é em tais espaços que todos os tipos de movimentos oposicionistas podem se organizar.

Esta é uma disputa que não se limita apenas à habitação. Envolve uma atuação urbana no sentido de se contrapor a urbanização capitalista que se desenvolve através de Operações Urbanas – tais como as ocorridas nas avenidas Faria Lima e Água Espraiadas na cidade de São Paulo; implementação de infraestrutura viária – tais como o Rodoanel Mário Covas, avenidas, pontes e viadutos com a finalidade facilitar a circulação das elites de suas casas para os locais de trabalho; transporte sobre trilhos – ampliação das linhas do Metrô e da CPTM em áreas de valorização imobiliária e não onde a população mais precisa; e as obras de complexos esportivos – tal como a Copa do Mundo de 2014, cuja abertura ocorrerá no estádio do Sport Club Corinthians Paulista que está sendo construído no bairro de Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo, com recursos do BNDES e isenções fiscais da Prefeitura de São Paulo.²³⁷

Nesse sentido, as lutas urbanas precisam encarar conjuntamente os problemas oriundos da relação entre localização e deslocamento. Não por acaso, durante as manifestações de junho o MPL passou a desenvolver ações conjuntas com movimentos de moradia da periferia junto com o MTST.

²³⁷ Como clube do coração do pesquisador, o Corinthians Paulista e seu projeto de estádio vinculado à Copa do Mundo já foi criticado em outros artigos e palestras, com a defesa de um estádio para a zona leste que reúne cerca de 4 milhões de habitantes, mas que poderia ser feito sob outras bases numa relação democrática e direta com o lugar.

A *Comuna* se desenvolveu como forma de produção que realizou algumas ações para além da habitação em conjunto com outros movimentos e grupos. A luta por habitação permitiu à esses sujeitos uma forma de inserção ao urbano. Deste urbano, produziu-se habitações, mas também o encontro e a simultaneidade entre outras necessidades: educação, cultura e trabalho. O deslocamento no tempo-espaço do capital na trajetória da *Comuna* possibilitou um breve reencontro coletivo com a história, aspecto que logo depois foi suplantado pelos domínios da vida cotidiana de reprodução capitalista. O reencontro com as saídas da história só pode ser encarado na construção da unidade do diverso e, para nós, o espaço urbano possibilita alguns desses encontros entre as diferenças no espaço político na construção de uma política do espaço, aspecto seguinte da análise.

Espaço político na política do espaço

O espaço político da *Comuna* foi concebido com referência aos NB's, que nasceram como modo de organicidade no Edifício dos Salesianos; a Ciranda; a Escola de Samba; a Oficina de Costura; e o Núcleo Audiovisual, que representavam os setores de educação, cultura e produção, além da frente de massa do MST-urbano. O seu espaço físico reuniu também as necessidades da população. No entanto, o que se conseguiu produzir de espaços na *Comuna* foi resultado de uma articulação de recursos e políticas entre as instâncias de Estado, ao permitir a construção de escola, creche, praças e um anfiteatro, aspectos que se tornaram possíveis mediante a relação com a Usina no mapeamento das possibilidades de financiamentos. O projeto de arquitetura se tornou referência e modelo na CEF, aspecto que poderia abrir caminhos para outras experiências de “Comunas”.

Após um processo longo de quatro anos de obras, com aprendizados e coletividade, desentendimentos e cisões, a apropriação da habitação e dos espaços coletivos possibilitaram a retomada da organização dos núcleos (apesar que nem todos estão organizados) e a re-aproximação dos indivíduos num novo ciclo com o habitar. Por isso, se apropriar do lugar para a vida aparece como uma possibilidade a ser construída, até porque remete a apropriação do modo de produção.

A organização de atividades tanto dos habitantes da *Comuna* como do MST foram retomadas no ano de 2013. Entretanto, a reprodução da vida desses trabalhadores está atrelada às necessidades de trabalho, educação e saúde que são acessadas no município e/ou fora dele. A cidade, nesse contexto, aparece como o principal lugar onde se desenvolve a reprodução da força de trabalho. Melhorias nas condições de vida não ocorrem apenas com aumento de salários e políticas de distribuição de renda. Dependem também de lutas políticas por transporte, acessibilidade, habitação adequada, saneamento, educação, saúde, entre outras. No entanto, a cidade é também o lugar dos negócios cujos negócios se realizam no lugar, sobretudo, os capitais fundiário, financeiro

e imobiliário que se apropriam da renda da terra, dos juros e dos lucros através da especulação, do financiamento e da produção. A luta pela cidade é a expressão da luta pela produção da vida social.

Devido a predominância dos negócios nas cidades que às transformaram em cidades dos negócios, foi proposto o direito à cidade como expressão das lutas por apropriação do urbano e construída uma Plataforma de Reforma Urbana. A urbanista Rolnik (2013: p. 9) enfatizou que:

[...] não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no Feirão da Caixa: o aumento da renda, que possibilita o crescimento do consumo, não “resolve” nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana (favela versus asfalto, legal versus ilegal, permanente versus provisório).

Nesse sentido, as políticas de distribuição de renda como Bolsa-Família, o aumento do salário mínimo e a expansão do crédito consignado são políticas que não resolvem o problema de apropriação das cidades, que estão imersas em desigualdades estruturais espacializadas e demonstram a apropriação desigual de seus territórios. Para complicar ainda mais, há um conjunto de relações entre sujeitos do setor imobiliário e partidos políticos mediadas por legislação urbana, serviços públicos, obras de infraestrutura e financiamento de campanhas eleitorais.²³⁸ Destas relações configurou-se o *empreendedorismo urbano* que, assentado na relação setor imobiliário e Estado, ampliou a produção do mercado residencial imobiliário e habitacional popular. Esse aumento na produtividade do capital imobiliário dinamizou a economia a partir do ano de 2009 e provocou o *boom* imobiliário de enormes proporções nas cidades.²³⁹

Ademais, como enfatizado por Maricato (2013) “o coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária/imobiliária, foi esquecido”. Soma-se à esse esquecimento a acomodação em espaços institucionais de movimentos sociais ligados à reforma urbana e de prefeituras sem tradição de controle do solo urbano que “transferem” o comando da dinâmica de produção do espaço ao setor imobiliário. Com isso, os espaços produzidos por essa urbanização capitalista reforçam a propriedade privada e a *segregação socioespacial*, ao piorarem a vida nas cidades.

Como atuar de modo transformador em cidades inseridas em relações de produção capitalista? Uma primeira pista para esta questão talvez esteja no fato de que as organizações da

²³⁸ Ver Ermínia Maricato, “É a questão urbana, estúpido!”, em *Cidade rebeldes*, São Paulo, Boitempo, 2013.

²³⁹ Segundo Maricato (2013) em 2010 o PIB nacional foi de 7,5% e o da construção civil de 11,7%. Em seis regiões metropolitanas, o desemprego, que atingia 12,8% em 2003, caiu para 5,8% em 2012. A taxa de desemprego da construção civil no período diminuiu de 9,8% para 2,7%. O investimento de capitais privados no mercado residencial cresceu 45 vezes, passando de R\$ 1,8 bilhão em 2002 para R\$ 79,9 bilhões em 2011, e os subsídios governamentais (em escala inédita no país) cresceram de R\$ 784.727 milhões para mais de R\$ 5,3 bilhões em 2011.

classe trabalhadora necessitem de seus lugares na metrópole e, esses lugares, necessitam estar articulados uns aos outros a partir dos problemas urbanos como *espaços de esperança*.²⁴⁰ Os lugares remetem a conquista de um espaço em algum bairro que permita uma relação com a centralidade da cidade. Por isso, ilhas de resistência urbanas tendem a não sobreviver. Nesse sentido, a *Comuna*, como processo e conceito em construção, aponta para a necessidade de apropriação autônoma dos meios e do produto do trabalho que, nesse caso, está diretamente ligado ao espaço. Sua experiência foi através do mutirão que, nesse contexto de ampliação da produção pública de habitação atrelada ao setor imobiliário, se encontra ao “final” de seu ciclo histórico. Sendo assim, como encontrar outras possibilidades de realização da produção apropriada do espaço que viabilize a participação dos sujeitos na concepção de um projeto?

Outra pista é a relação entre localização e deslocamento como estratégia de retomada do espaço urbano em sua amplitude cotidiana, aspecto que será desdobrado a seguir.

Espaço cotidiano na vida urbana: o elo perdido da classe?

Iniciadas em junho de 2013, as intensas manifestações de ruas desencadeadas pela luta organizada pelo MPL-SP contra o aumento das tarifas, anunciaram o acúmulo de revoltas populares que já haviam se manifestado em outros anos recente nas cidades brasileiras.²⁴¹ Essas revoltas re-introduziram na pauta política a questão urbana a partir do problema dos transportes coletivos e públicos, ajudaram a “desvelar o véu” que encobria a máquina de lucro das empresas de transportes coletivos, e permitiram repensar as formas de gestão nas cidades onde elas ocorreram. Da Revolta do Buzu em Salvador,²⁴² em 2003; passando pela Revolta da Catraca,²⁴³ em Florianópolis, em 2004; ao nascimento do MPL em 2005, que se referenciou nessas revoltas populares no interior do transporte coletivo que fomentaram uma dinâmica de lutas massivas ao escaparem de qualquer forma previamente estabelecida, se construiu uma trajetória de lutas que incidiu diretamente no ponto central do deslocamento nas metrópoles: o transporte coletivo e público.

Essas formas horizontais de organização se distinguem das formas verticais ao abrirem uma perspectiva de conquistas num curto prazo. Em Florianópolis, o movimento ocupou terminais e bloqueou a ponte de acesso à ilha e, com os seus protestos, forçou o poder público a revogar o

²⁴⁰ Ver David Harvey, *Espaços de esperança*, São Paulo, Loyola, 2004.

²⁴¹ Para o MPL (2013) as revoltas contra o aumento das tarifas se iniciaram em Salvador no ano de 2003, quando, em resposta ao aumento das passagens, uma série de manifestações que se estenderam por todo mês de agosto daquele ano tomou as ruas e ficou conhecida como a Revolta do Buzu.

²⁴² Ver Manolo, *Teses sobre a Revolta do Buzu*, disponível em: <passapalavra.info/2011/09/46384>. Acessado em 23 set. 2013.

²⁴³ Ver Leo Vinicius, *A guerra da tarifa*, São Paulo, Faísca, 2005.

aumento com a tática de paralisar a circulação da cidade, tática semelhante a dos Piqueteiros na crise econômica na Argentina em 2001. O MPL, por sua vez, nasceu dessa perspectiva como:

[...] uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações. Surge então um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior. (MPL, 2013: p. 15).

Tal perspectiva horizontal e autônoma originou-se como uma experiência de autogestão, presente no processo histórico de lutas dos trabalhadores em momentos que as organizações da classe trabalhadora criaram embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem.²⁴⁴ Nesse sentido, a autogestão é uma chave importante para se pensar quais cidades queremos e como elas serão geridas pelos trabalhadores. Tal forma de organização não pode estar desvinculada da vida cotidiana de seus sujeitos e cair em autonomismos liberais. Há que se encontrar uma síntese dessa relação: nem autonomismo irresponsável, nem dirigismo cego.

Essas lutas reivindicam a apropriação do espaço urbano produzido pela classe trabalhadora por meio do acesso à uma riqueza socialmente produzida e que está presente no valor de uso dos espaços nas cidades – teatro, cinema, futebol, universidade, habitação adequada, trabalho digno, saúde, entre outros. Por isso, a radicalidade das mobilizações de junho se originou das próprias contradições que as produziram nas cidades e que atinge a maior parte da classe trabalhadora: o sistema de transporte coletivo e público que, na lógica da mercadoria, impossibilita o deslocamento da maior parte da população de trabalhadores periféricos pela cidade, circulação que ocorre apenas em sua condição de força de trabalho que se desloca aos seus locais de exploração.²⁴⁵

Com base na ação direta nas ruas, essas lutas se desenvolveram pela retomada do espaço urbano negado à classe trabalhadora. Na visão do MPL-SP:

[...] A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. É assim, na ação direta da população sobre sua vida –

²⁴⁴ Ver Maurício Tragtenberg, *Reflexões sobre o socialismo*, São Paulo: Unesp, 2006.

²⁴⁵ Circulação casa-trabalho concedida ao trabalhador por meio do vale-transporte .

e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais –, que se dá a verdadeira gestão popular. (MPL, 2013: p. 16)

Essa verdadeira gestão popular foi ensaiada pelas manifestações que conseguiram revogar o aumento da tarifa na cidade de São Paulo e em outras cidades brasileiras. Entretanto, como o clamor popular foi por participação nas decisões políticas que afetam a vida da população, como pensar as estratégias de construção política de um movimento autogestionário por apropriação dos usos nas cidades sem perder o direcionamento político de classe? Desmercantilizar o transporte público e transformá-lo em direito como educação e saúde assumido pelo Estado representa passo importante ao ampliar os deslocamentos na metrópole, mas não resolveria o problema das localizações que são produzidas socialmente nessas contradições. As lutas são distintas (localização e deslocamento) mas com o mesmo conteúdo societário: a apropriação lutando contra a propriedade do espaço urbano.

As ocupações de terrenos por trabalhadores de baixa renda na RMSP e em outras cidades do estado continuam a acontecer com frequência. Recentemente, alguns casos de reintegração de posse e remoção marcaram por sua brutalidade o imaginário coletivo da sociedade brasileira. “A sombra do Pinheirinho” na cidade de São José dos Campos foi um destes. A “comunidade” do Pinheirinho sofreu uma operação de reintegração de posse violenta em janeiro de 2012, por meio de ação truculenta da Polícia Militar que não despejou apenas indivíduos “invasores”, mas uma história de resistência que se construiu coletivamente. Estima-se que havia cerca de 9 mil habitantes que ocupavam o terreno desde o ano de 2004, de propriedade da massa falida da Selecta S.A. cujo proprietário era Naji Nahas.²⁴⁶ O bairro do Pinheirinho localizava-se numa área três vezes maior que a do Vaticano (1,3 milhões de metros quadrados), e estava politicamente organizado sob a associação de moradores e o Movimento Urbano Sem Teto (MUST) – movimento associado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).²⁴⁷ Os habitantes organizaram espacialmente o bairro por meio de ruas largas, uma praça central chamada Zumbi dos Palmares com o parquinho das crianças, uma igreja e um barracão de madeira – espaço das assembleias e festas. Esse espaço construído em meio a precariedade expressava a organização coletiva de seus habitantes, lugar em que alguns desses trabalhadores construíram parte de suas vidas ao plantar, colher, criar animais e construir em mutirão os espaços coletivos. No entanto, diante de interesses privados que se sobrepôs por meio da reintegração de posse ao garantir o “sagrado” direito à

²⁴⁶ Naji Nahas ficou conhecido como mega-especulador ao introduzir na década de 1980 novos mecanismos de alavancagem artificial de preços de ações na Bolsa do Rio e a fez quebrar em 1989. Ele investiu em terrenos como modo de lavagem de dinheiro para atribuir um lastro real aos seu capital fictício originado da especulação financeira.

²⁴⁷ O Pinheirinho parece ser a única grande ocupação urbana que foi orgânica ao PSTU e a Conlutas.

propriedade, os habitantes decidiram resistir em luta como soldados, mas que no fundo eram “pedreiros, metalúrgicos, manicure, pais e mães de filhos ali nascidos”.²⁴⁸

A desapropriação do Pinheirinho representou a tragédia urbana de tratamento pelo Estado (dominado pelos interesses das classes dominantes na sociedade) em encarar os problemas sociais como problemas de polícia e defender a propriedade privada acima da vida desses trabalhadores. Sua reintegração de posse aconteceu de maneira violenta em um contexto em que não faltam recursos para a política habitacional e desenvolvimento urbano – políticas que reúnem inúmeros instrumentos legais que permitem cumprir a função social da propriedade, realizar a regularização fundiária e garantir o direito à moradia.²⁴⁹ Por isso, o conflito entre direito à propriedade e direito à moradia continua a se manifestar como expressão da reprodução social em ocupações de terras como enfrentamento da questão fundiária nas metrópoles.

Para nós, esses conflitos não expressam a dicotomia entre “mundo do trabalho” e “mundo da vida”, mas sim o movimento contraditório entre produção e reprodução social que se manifestam no espaço urbano. Entendemos que a habitação é um importante espaço de reprodução das classes sociais. Entretanto, ela própria está “prisoneira” das formas de propriedades fundiária e imobiliária nas cidades. A luta da força de trabalho pela apropriação de seu lugar para a vida se manifesta como conflito de reprodução, que se desenvolve na própria produção do espaço urbano. Não obstante, que os habitantes do Pinheirinho construíram suas casas naquele terreno ocioso, aspecto que aconteceu também na favela Vila Esperança em Jandira, analisada nesse estudo.

O cotidiano dessas lutas permitem evidenciar a luta no cotidiano desses sujeitos pela apropriação do espaço urbano. Mas quais seriam então os referenciais desse cotidiano? Em analogia à vida cotidiana, nos referenciamos no *espaço cotidiano* sugerido por Lefebvre (2006) que defende que esse espaço é “[...] aquilo que ‘resta’ quando se subtraem todas as atividades distintas, superiores, especializadas, estruturadas”. O *espaço cotidiano* define-se então como aquele que não demanda funções especializadas e representa um “solo fértil” no qual emergem avanços criativos, tal como aconteceu no Pinheirinho em que os habitantes organizaram espacialmente seu bairro. Esse espaço precisa ser encarado como a “menor escala” de exercício concreto do direito à cidade que, no contexto de participação direta, representa o direito coletivo de transformá-la. No entanto, como observado por Skapp (2012), o dilema dessa proposição estaria na abrangência dessa tal

²⁴⁸ Coletivo Usina, *A sombra do Pinheirinho*, disponível em: < usinactah.org.br/index.php/?ocultos/texto-pinheirinho/ > acessado em 24 set.2013.

²⁴⁹ Na análise da Usina “[...] os anos de existência do Ministério das Cidades não foram suficientes para encontrar uma solução negociada para o Pinheirinho e sua tragédia anunciada. Aliás, são centenas de despejos que estão ocorrendo no Brasil em nome dos grandes eventos esportivos patrocinados pelo governo federal. Se o Brasil ganha prêmios em sua “tecnologia social” de gestão da pobreza e urbanização de favelas, também é campeão na tecnologia de remoções forçadas sem solução planejada e negociada – lado negativo que é decorrência do falso positivo: a gestão premiada dos bolsões de pobreza, ao invés de políticas públicas plenas.” Coletivo Usina, *A sombra do Pinheirinho*.

“menor escala” e suas articulações com as demais, ao limitar relativamente as porções urbanas correndo o risco de ficar limitada ao “localismo” em escala “microlocal”.

Este parece ser um desafio não apenas apresentado ao processo das *Comunas*, mas aos demais movimentos de moradia que ocupam terrenos e prédios ociosos. O *espaço cotidiano* poderia se confundir com a vida cotidiana oriunda da reprodução das relações capitalistas. Então, a luta por transformação social não pode se restringir ao objeto de uso mediado pela troca (habitação). A ruptura do círculo de reprodução capitalista tornar-se-ia possível com a apropriação pelos trabalhadores dos *meios* e do *produto* do trabalho como valores de uso. Por isso, tal *espaço cotidiano* a ser construído está além da produção privada da vida e se configuraria como resultado de um processo coletivo entre os trabalhadores. Esse processo tende a reunir movimentos *cíclicos* e *lineares* entre nexos de causas e efeitos (linearidades) e resultados que geram de novo as suas condições e razões (ciclos), aspectos que dependem das práticas socioespaciais dos agentes. Nesse movimento, os sujeitos urbanos dessas experiências precisariam implodir a teoria e a prática da urbanização que fundamenta o espaço absoluto através de sua práxis social transformadora, e superar com isso a arquitetura, o urbanismo e o planejamento do espaço com suas hierarquizações estritas: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer (espaços cartesianos).

Essa homogeneidade dos espaços oculta as relações reais e seus conflitos que não se manifestam em seu espaço físico. Ao enxergarem o hiato existente entre uso e troca, os *sujeitos urbanos* poderiam superar o véu obscuro desses opostos, ao perceberem a necessidade de que um processo de revolução social no século XXI somente será possível mediante (e simultaneamente) ao movimento de revolução urbana. Tal revolução exige a construção de estratégias e formas variadas de autonomia que pode envolver grupos locais e regionais, indivíduos e organizações da classe trabalhadora (movimentos sociais), com referência a organização da autogestão generalizada. A autogestão parece ser a prática espacial de associação livre e gestão democrática direta que permite a organização pela base até à superestrutura. Todavia, não pode cair num autonomismo liberal dos indivíduos desvinculado do movimento da classe trabalhadora. Não há revolução que possa se originar de ações políticas da pequena burguesia presente em partidos políticos, sindicatos e até movimentos sociais, e de um anarquismo liberal praticista sem teoria social. A transformação social só pode ser as das forças sociais que constituem o movimento da classe, e não de suas frações. Nesse sentido, como o conceito do espaço poderia contribuir para religar o mental e o cultural, o social e o histórico? Para Lefebvre (2006) só seria possível mediante a uma lógica: a forma geral da *simultaneidade*, pois todo dispositivo espacial repousa sobre a reunião material de elementos dos quais se *produz* a simultaneidade (nesse caso o urbano).

O *espaço cotidiano* então se originaria da simultaneidade do urbano. Em meio as lutas por transformação da realidade, em tempos de hegemonia do capital, há uma tendência de que as organizações da classe trabalhadora constitua espaços de prática transformadora provisória. O que seria então essa prática transformadora provisória? No movimento transformador, a luta política necessitaria se construir com referência a revolução social total e a metapolítica (para além da política). A luta precisa contribuir para a desinstitucionalização e desburocratização das relações sociais de produção: unir produção e política, social e histórico no processo físico, social e mental.

Por uma relação direta, muitas ocupações de terra acabam por reproduzir o espaço cartesiano dominante. As ocupações são momentos de luta importantes na organização de segmentos da classe trabalhadora. Inspiradas na *Comuna*, ocorreram três ocupações urbanas em cidades distintas como resultado das necessidades de reprodução da classe trabalhadora na luta por habitação. A primeira foi em 2011 organizada pelo MST-CE na cidade de Fortaleza batizada de “Comuna 17 de Abril”. Esta ocupação reunia cerca de 100 famílias que lutavam para acessar o financiamento habitacional. A segunda envolveu a ocupação simultânea de dois terrenos na cidade de Itapevi no final de agosto de 2013. Organizada pela Regional Gde. SP do MST – que mobilizou os trabalhadores que sofreram uma reintegração de posse nesta cidade e aliados políticos como o coletivo Dolores, o MPL e outros coletivos – as ocupações foram batizadas de “Comuna Urbana II: Pe. João Carlos Pacchin” em homenagem ao Padre que acompanha desde a origem os habitantes da *Comuna*. Na finalização deste trabalho cerca de 150 famílias continuavam nessas ocupações à espera de uma resolução por parte do governo municipal desta localidade.

Outra experiência inspirada na *Comuna* foi a Comuna Dolores. Formada por cerca de 15 pessoas que compraram um terreno no bairro de Guaianases, zona leste de São Paulo, pretendem construir por mutirão 10 casas e uma cozinha coletiva. Membros do Coletivo Dolores, a maioria mora de aluguel e busca resolver o problema da habitação em um processo coletivo de construção.

De maneira distinta das *Comunas*, em 2013 uma série de ocupações de terras ocorreram no Parque Cocaia, região dos mananciais na zona sul de São Paulo. Em três dessas ocupações a Usina esteve desenvolvendo um trabalho de formação urbana, são elas: Recanto da Vitória, Jd. da Luta e Jd. da União. A Rede de Comunidades do Extremo Sul acompanha e contribui com a organização dessas ocupações. Esses trabalhadores já fizeram manifestação em frente a SEHAB da Prefeitura de São Paulo com apoio dos trabalhadores que moram na favela do Moinho, favela que passou por dois incêndios suspeitos e que resiste aos processos de expulsão dos pobres do centro das cidade.

O MTST, por sua vez, realizou em agosto de 2013 uma ocupação em um terreno com mais de 10 mil m² no bairro de Paraisópolis, zona sul de São Paulo, batizado de “Ocupação Faixa de

Gaza” por estar próximo as mansões do Morumbi. O movimento mantém ocupações em Osasco, Taboão, Embu e Santo André, e está em diálogo com a Usina.

Nessas ondas de ocupações fica evidente que os problemas que levaram esses trabalhadores às ocupações são os mesmos: habitações em situações precárias, coabitação e ônus excessivo de aluguéis. Como já analisado no capítulo 2, no ano de 2008 o déficit habitacional da RMSP estava em 510.326 e os domicílios vagos em 640.626. Isso demonstra que o problema da habitação não é o problema da habitação. Se a propriedade privada do imóvel fosse encarada por esses movimentos, talvez esses trabalhadores não precisassem ocupar terrenos e lutar para serem incluídos em algum projeto habitacional. Não seria necessário produzir novas habitações, porque os trabalhadores em sociedade já às produziram. No entanto, as ocupações questionam a especulação imobiliária e os terrenos ociosos espalhados pelas periferias das cidades e revelam os limites dessa luta: de que não é possível uma totalidade transformadora a partir da habitação, e sim a partir da classe e do urbano.

Por isso, repensar a (re)produção social do espaço permitiu (e permite) encarar alguns dos desafios encontrados nas práticas socioespaciais e nas teorias sobre o espaço urbano. Esse espaço que reúne os diversos espaços sociais – *espaço cotidiano*, *espaço diferencial*, *espaço concebido*, *espaço percebido* e *espaço vivido* –, tende a agravar o conflito inerente ao político e ao Estado como tal. Em um só tempo e lugar, o aperfeiçoamento da estrutura estatista através do planejamento possibilitou à economia política incorporar a produção do espaço (Baitz), cujo espaço passou a produzir também o anti-político no político (Lefebvre). Desta mediação nasce a metapolítica.

Os desafios são imenso e criar pontes entre as experiências urbanas uma necessidade. Enquanto as organizações políticas e movimentos sociais buscam entre os trabalhadores sua constituição enquanto classe, parece que tornou-se essencial incorporar o direito à cidade – obra e apropriação do urbano. Compreender a luta de classe exige atualmente a compreensão do processo de urbanização – *segregação socioespacial*, *espoliação urbana* e o *empreendedorismo urbano*. A crítica precisa ser formulada com referência a crítica à economia política da urbanização. Talvez assim seja possível superar a crise que imobiliza a esquerda política revolucionária na construção de seu projeto societário: o socialismo.

Para concluir a dissertação, sem que haja conclusão para o processo, buscamos no estudo recomeços e reencontros com a história através desses *sujeitos urbanos*, que emergem como microcosmos na metrópole em lutas por apropriação do espaço – um elo de unidade da classe. Como diferenças que são, ocupam o espaço urbano de diversas maneiras a exemplo dos Occupy que tomaram as ruas de países da África, Europa e EUA em 2011. Por isso, a *Comuna (occupy urbano)* só se realizaria enquanto conceito e prática em uma universalidade mediada pela revolução urbana e oriunda da livre associação dos produtores – realização do comum na superação público-privado.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- AMORIM, Henrique. *Teoria Social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho*. Caxias do Sul, RS: Educs. 2006.
- _____. *Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.
- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *O Ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. São Paulo: FAU USP, Dissertação de Mestrado, 2004.
- _____. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970*. ANPOCS, 33º Encontro, 2009.
- ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. “Minha Casa, Minha Vida”. <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/3580/9/>>.
- BAITZ, Ricardo. “A propriedade contra a posse e a propriedade 2”. São Paulo: GEOUSP – *Espaço e Tempo*, nº 22, pp. 91-109, 2007.
- _____. *Uma aventura pelos elementos formais da propriedade: Nas tramas da relativização, mobilidade e abstração, à procura da contra-propriedade*. São Paulo: GEO USP, Tese de Doutorado, 2011.
- BALL, Michael. *Re-building construction routledge*. London: Birkbeck College, 1998.
- BALTRUSIS, Nelson; D’OTTAVIANO, Maria. “Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana”. In. Caderno CRHI. Salvador, v. 22, n.55, p. 135-149, 2009.
- BARAVELLI, José Eduardo. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. São Paulo: FAU USP, Dissertação de Mestrado, 2005.
- BARROS, Francisco Toledo. *Formação profissional da construção civil: Experiências em busca da ‘desalienação’ do trabalho*. São Paulo: FAU USP, Dissertação de Mestrado, 2012.
- BARROS, Joana; BERGAMIM, Marta; RIZEK, Cibele. “A política de produção habitacional por mutirões autogeridos”. In. *R.B. Estudos Urbanos e Regional*, V. 5., No 1, 2003.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In.: *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. *Rua de mão única*. Obras Escolhidas V.II. São Paulo: Brasiliense, 5ª ed., 2000.
- BERNARDO, João. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BONDUKI, Nabil. *Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk, 2005.

- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio bonito: ensaio sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 11ª Ed., 2010.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A reprodução do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CORBUSIER, Le. *Precisões*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *Nas tramas da segregação: O real panorama da polis*. São Paulo: FFLCH USP, Dissertação de mestrado, 2008.
- _____. *A formação do sujeito periférico: Cultura e Política na periferia de São Paulo*. São Paulo: FFLCH USP, Tese de Doutorado, 2013.
- D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. *Condomínios fechados na região metropolitana de São Paulo: Fim do modelo centro rico versus periferia pobre?* São Paulo: FAU USP, Dissertação de Doutorado, 2008.
- ENGELS, Friedrich "Contribuição ao problema da habitação". In.: *Karl Marx e Friedrich Engels: textos*. São Paulo: Edições Sociais, Vol.2, 1976.
- EWBANK, Eduardo Galli. *Autogestão: Possibilidades de organização da força de trabalho na construção civil e suas implicações*. São Paulo: FAU USP, Dissertação de Mestrado, 2007.
- FARAH, M. P. S. *Processo de trabalho na construção civil: Tradição e mudança*. São Paulo: Annablume, 1996.
- FERNANDES, Florestan. "Classes sociais na América Latina." In: Fernandes, *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina*. São Paulo: Zahar, 1973.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERRARI, Terezinha. *Fabrilização da cidade e ideologia da circulação*. São Paulo: Terceira Margem, 2005.
- FERREIRA, Alvaro. *A cidade do século XXI: Segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto – IAB/SP, 1979.
- _____. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FIX, Mariana. *Parceiros da Exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. São Paulo: IE UNICAMP, Dissertação de doutorado, 2012.
- FREYRE, Gilberto *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global, 2004.

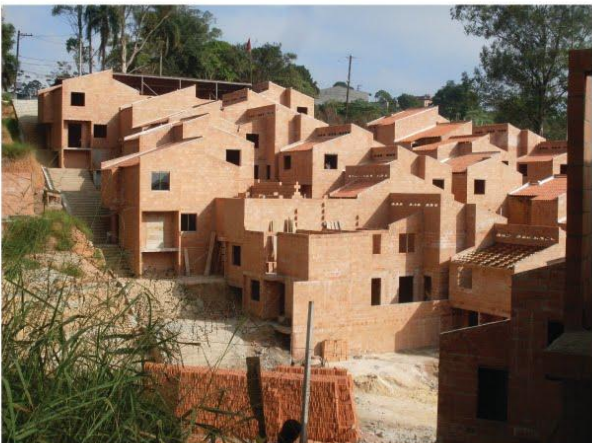
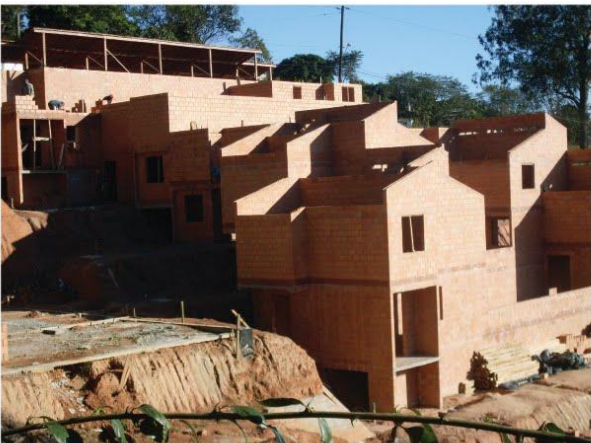
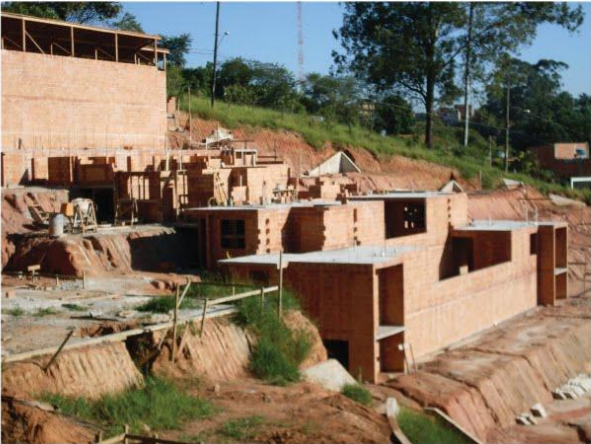
- GUERREIRO, Isadora. *Arquitetura-capital: a funcionalidade dos edifícios corporativos paulistas*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 2010.
- GOLDFARB, Yamila. *A luta pela terra entre o campo e a cidade: Reforma agrária, movimentos sociais e novas formas de assentamento*. São Paulo: Annablume, 2011.
- GORZ, André. *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Lisboa: Escorpião, 1976.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 4, edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HARVEY, David. “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído”. In. *Revista Espaço e Debates*, n 6, jun/set, 1982, p. 6-35.
- _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2ª Ed., 2006.
- IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LAPASSADE, Geogres; e LOURAU, René. *Chaves da sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- LEFEBVRE, Henri. *O marxismo*, Coleção “Saber atual”, São Paulo, Difel, 1974, pp.10-11.
- _____. *The production of space*. Translated: Donald N. Smith. Blackwell, 1991.
- _____. *A cidade do capital*. São Paulo: DP&A Editora, 1999.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. *A produção do espaço*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- _____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2009.
- LEME, Roberto Silva. *Edifícios de habitação coletiva em Campinas e as manifestações da arquitetura moderna*. Campinas: Dissertação de mestrado, PUCCAMP, 2009.
- LESSA, Sérgio. *Identidade e individuação*. Maceio: UFAL, 2006.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- _____. *A lógica da (des)ordem*. São Paulo: , 1982.
- LISBOA, Armando de Melo. *Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites*. Santa Catarina, UFSC, 2004.
- LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele Saliba. “O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica”. In. *Procedimentos de produção habitacional para população de baixa renda*, Coletânea Habitar - Finep, n. 5, 2006.
- _____. “O anão caolho”. In. *Novos estudos 76*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 2006.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Os impasses da política urbana no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2011.

- _____. “É a questão urbana, estúpido!”. In.: *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. “A acumulação por espoliação, luta pela terra e cidadania no Brasil”. *Simposio New Social Movements and Democracy in the Americas*. Tampa: Universidade do Sul da Florida, 2006, texto apresentado.
- MARTINS, José de Souza. (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política: para a crítica da economia política*. São Paulo. Coleção os Economistas: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- _____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1988
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MATHEUS, Delwek. *Comuna da terra Dom Pedro Casaldáliga: uma alternativa de uso e ocupação do solo*. São Paulo: Mimeo, 2007.
- MÉZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo / Unicamp, 2002.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- NASCIMENTO, Cláudio. “Autogestão e economia solidária”.
- NOVAES, Henrique Tahan. *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *O retorno do caracol à sua concha*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. *Reatando um fio interrompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “O campo brasileiro no final dos anos 80”. In: *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação Monopolista, Estado E Urbanização: A Nova Qualidade Do Conflito De Classes. In: Moisés, José Alvaro (Ed.). *Contradições Urbanas E Movimentos Sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- _____. “Políticas do anti-valor e outras políticas” In.: *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo. Boitempo, 2003.
- _____. “O vício da virtude”. In. *Novos estudos 74*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 2006.
- ORTELLADO, Pablo. “Autogestão do capital”. In.: *Revista Temporaes*. São Paulo: Humanitas, 1999.

- PERCASSI, Jade. *Educação popular e movimentos populares: emancipação e mudança de cultura política através de participação e autogestão*. São Paulo: FEUSP, Dissertação de Mestrado, 2008.
- POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *A nova classe média?* São Paulo: Boitempo, 2012.
- RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: Fase, 1995.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 2003.
- _____. “As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações”. In.: *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. São Carlos: IAU USP, Dissertação de Doutorado, 2010.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- SINGER, Paul. *Dominação e desigualdade: estrutura de classe e repartição da renda no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TANAKA, Giselle Megumi Martino. *Periferia: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. São Paulo: FAU USP, Dissertação de Mestrado, 2006.
- TAULLE, José Ricardo. *Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas*. Porto Alegre, Indic. Econ. FEE, v. 32, n. 1, p.197-220, 2004.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- TONE, Beatriz Bezerra. *Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do capital fictício*. São Paulo: FAU USP, Dissertação de Mestrado, 2010.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Unesp, 2006.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- WACQUANT, Loic. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2001.
- USINA, Coletivo. “A comuna urbana”, *Revista Piseagrama*. <<http://piseagrama.org/artigo/695/a-comuna-urbana/>>. São Paulo, 2011.

Anexos

Figuras 37 a 63: Processo da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara



Fonte: Usina.



Fonte: Usina.



Fonte: Usina.



Fonte: Usina.



Fonte: Usina.



Construção de uma casa junto à outra casa. Fonte: Usina.



Anfiteatro/Arena, final da rua interna e casas. Fonte: Usina.



Escola – Infraestrutura inacabada. Fonte: Usina.



Vista da Comuna em relação às habitações de médio padrão do entorno. Fonte: Usina.



**Apropriação: interior de uma das casas.
Fonte: Usina.**



Criança brica de amarelinha nas escadarias da Comuna. Fonte: Sandro Oliveira.



Trabalho passado, história presente. Fonte: Sandro Oliveira.



Ligações clandestinas de água – os famosos “gatos”. Fonte: Sandro Oliveira.



Padre João Carlos com as crianças da Comuna Urbana. Fonte: Sandro Oliveira.



Desfile da Unidos da Lona Preta na Comuna Alojamento, rua Nicolau Maewisky.
Fonte: Folha de São Paulo.



Comuna Urbana 2 – Itapevi, RMSB (Fonte: Sandro) Comuna 17 de Abril, Fortaleza – CE

Reportagens sobre a Comuna e o setor imobiliário

Comuna Urbana (MST) Dom Helder Câmara, um sonho possível

“Quando se sonha sozinho é apenas um sonho. Quando se sonha juntos é o começo da realidade”

Claudio França, Maria Jane, Regiane Pereira, Odair José (Du), Wesley Santana, Regis, Sandro, Ball, Santino, Dinho, Sueli Fernandes uma das coordenadoras da Creche, Isadora Guerreiro, arquiteta da Usina; são algumas das pessoas que estão ligadas diretamente ao projeto, a exemplo do casal Jane e Cláudio.

(15.10.10) Um exemplo para todo o Brasil! Gente com histórias diferentes mas com um sonho em comum, viver e morar dignamente na Grande São Paulo. Depois de morarem em algumas favelas e tendo que enfrentar verdadeiras lutas na busca do direito por um teto, nasceu desta necessidade de 128 famílias, vulneráveis ao tráfico e outros riscos sociais dos grandes centros, o sonho de possuírem a casa própria. Isto somado à sensibilidade do padre João Carlos, da cidade de Jandira (Grande São Paulo), que pela Cáritas Brasileira sustenta uma creche instalada dentro da área dos barracos, o que segundo o padre, foi o início para a visualização de um projeto de moradia digna para essas pessoas.

O padre João Carlos pediu ao saudoso acerbispo de SP, dom Evaristo Arns que escrevesse ao presidente Lula solicitando apoio ao projeto de associativismo urbano. Anos depois da morte de dom Evaristo, em 2008 o governo federal sinalizou pela Caixa Econômica, a liberação dos recursos a fundo perdido, do Ministério das Cidades, supervisionado pelo MST. A Prefeitura de Jandira já havia desapropriado o terreno e assim começou a construção de 128 casas onde a maioria foi erguida por empreiteiras. Com a defasagem dos recursos e outros problemas de ordem técnica um grupo de homens e mulheres da própria Comuna Urbana montaram a Cooperativa Treme-Treme (um dos integrantes Cláudio França, em cima de uma das casas disse “esse treme-treme aqui não vai dar certo...”

A Treme-Treme trabalha com a assessoria de engenheiros, arquitetos e técnicos da Usina – CTAH (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado). Durante a semana trabalham na obra pedreiros, serventes e um mestre-de-obras contratados pela Cooperativa que até já foi convidada para construir um conjunto habitacional em Suzano (interior de SP). Aos sábados e domingos ocorrem os mutirões nos quais as famílias divididas em três núcleos dão a sua parcela de mão-de-obra sempre acompanhada pelo pessoal da Usina.

Cada unidade habitacional com sala, cozinha, dois quartos e área de serviço (sobrado geminado) custará em torno de 3 mil reais para cada família, e a previsão de entrega das chaves é para abril de 2011. A Comuna Urbana que fica 5 km da estação de trem terá uma arena para anfiteatro, padaria e horta comunitária, uma creche e escola de ensino fundamental, além de oficinas de corte e costura e informática. Os jovens ainda terão a disposição todo equipamento de som e áudio para realizar um documentário sobre a Comuna Urbana. O padre João Carlos informou que a padaria beneficiará alguns produtos produzidos na Comuna Rural, no município de Franco da Rocha.

Fonte: <http://www.jlocal.com.br/bastidores.php?pesquisa=3402>

Um sonho coletivo em construção

Revista Fórum

Conheça a história da Comuna Urbana Dom Helder Câmara, em Jandira, onde os trabalhadores desenvolvem e executam tarefas nas mais diversas áreas, mostrando que é possível trabalhar por um futuro melhor em conjunto

Por Nina Fideles

A palavra comuna carrega diversos significados. Autonomia, liberdade, coletivo, organização. Ao longo da história temos vários exemplos de como espaços de emancipação estruturavam a produção rural, a vida social e econômica das pessoas, a saúde, a educação. No Brasil, experiências como estas também se fazem presentes, seja no campo ou na cidade, por meio de organizações, de coletivos e de pequenas iniciativas. No estado de São Paulo, por exemplo, existem as Comunas da Terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, e também a Comuna Urbana Dom Helder Câmara, localizada em Jandira, na Grande São Paulo.

A história desta última começa no ano 2000, quando uma área ao lado da estação ferroviária do Sagrado Coração foi ocupada por 237 famílias. Seria a primeira etapa da luta por moradia travada por estas pessoas que tinham, em sua maioria, o comércio em trens como fonte de renda. Gente como Regiane Pereira Rosa, de 29 anos, que morava no quintal da sogra e que, quando soube da movimentação na estação, juntou-se às demais famílias. Cláudio Ferreira de França, com 47, e sua esposa Maria Jane Borges da Silva, com 31, também foram para a nomeada Vila Esperança. “Como quase todo brasileiro, estava desempregado, com a mulher grávida e ainda pagando aluguel. Fui para o Sagrado em 2001”, conta Cláudio.

Depois de cinco anos vivendo ali, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) reivindicou a área e propôs uma indenização de R\$ 300 por família. Mas uma série de negociações fez com que a empresa pagasse R\$ 1.200. Considerando o iminente despejo e um pequeno valor nas mãos para decidirem de vez suas vidas, surgiu a proposta de ocupar outra área, desta vez, organizados pelo MST.

Enquanto a CPTM pressionava as famílias para se retirarem da área e elas ainda discutiam o valor da indenização, a repressão policial contra as famílias na Vila se intensificava. “Tinha vezes que, às três horas da tarde, a gente tinha que ficar trancado em casa, com aquele sol, muito calor, tudo por conta da polícia. Eles não queriam nem saber quem era trabalhador e quem não era”, revela Regiane. Quando as negociações com a empresa de transportes chegou a um dado limite, as famílias tinham três opções: pegar o dinheiro e ir embora, apostar na proposta da prefeitura de entrar para a fila de uma provável residência na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) ou então ocupar a área e dar continuidade à luta. Apenas 60 famílias resolveram ficar. Cláudio arriscou na ocupação; Regiane, num primeiro momento, não. “Acabei pegando a fila da CDHU, mas depois fui convencida a seguir com o projeto do MST.”

Apenas com os colchões, cobertas e itens básicos, as 60 famílias realizaram a ocupação no dia 12 de novembro de 2005. E, paralelamente, as famílias iam sendo despejadas da Vila Esperança. “Os ônibus vinham fazer o apoio para pegar nossas coisas, e logo em seguida o trator já passava por cima de nossas casas...”, conta Cláudio.

Nova etapa, novos desafios

A área ocupada era um prédio circular com vários quartos que, para Regiane, mais parecia uma espécie de Carandiru. As famílias, junto com outras que haviam desistido da CDHU, se organizaram em núcleos e setores de discussão e atuação. E assim o Jardim Alvorada serviu de morada pelo período de um ano e dois meses, entre pedidos de reintegração de posse, liminares, reuniões e apelos oficiais ao governo federal, parlamentares e outras pessoas públicas.

Depois de tanto divulgar a situação e pressionar, o governo federal, por meio de um projeto da Secretaria de Habitação, anunciou a compra de um terreno para a construção das futuras moradias e verba para o serviço de infraestrutura, a ser realizado pela prefeitura do município de Jandira. Isso levaria anos e a pressão para que as famílias deixassem o Alvorada estava ficando maior. Cláudio conta que “em outubro, já havia saído uma notificação oficial para que a gente deixasse o local e só poderíamos ir para o terreno comprado quando toda a infraestrutura e as casas fossem construídas. E neste meio tempo, graças a Deus, saiu também um financiamento das casas por meio da Caixa Econômica Federal”.

Após tantos processos de enfrentamento, lutas, ocupações, manifestações e negociações, hoje as famílias que fazem parte do projeto da Comuna Urbana se encontram em uma área alugada pela prefeitura no bairro Vale do Sol, enquanto acontece a construção das casas. O processo de mutirão envolve, além das famílias, divididas em três núcleos para o trabalho em finais de semana na obra, um coletivo de arquitetos e engenheiros que presta assessoria técnica a movimentos populares, a Usina – CTAH (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado).

Todo o processo de criação da planta foi realizado coletivamente em inúmeras discussões. Para atingir todas as necessidades e gostos, foram criadas quatro tipologias de casas, todas as 128 com 68m². O projeto foi pensado de forma a contemplar a vida social e econômica das famílias. Foram construídas estruturas para o funcionamento de uma padaria, oficina de costura, creche com berçário, anfiteatro, quadra esportiva, sala de cultura e reuniões, e também um espaço para o trabalho de audiovisual.

De acordo com Isadora de Andrade Guerreiro, 28 anos, arquiteta da Usina, cada um dos núcleos tem tarefas específicas como a coordenação, com duas pessoas, outra responsável pelo almoxarifado, pessoas encarregadas da segurança do trabalho, cozinha e limpeza dos espaços coletivos. São realizadas reuniões de planejamento e avaliação da obra semanalmente. “O importante é que a coordenação do processo – coordenadores de obra, movimento e Usina – consiga direcionar e potencializar as questões que inevitavelmente aparecem, politizando-as e amplificando seu alcance”, afirma.

“Já estamos há quatro anos aqui e há dois trabalhamos todos em mutirão”, conta Jane, que faz parte da equipe de compras da construção. “Eu larguei o emprego que me pagava melhor, mas quis sair porque era minha casa, meu projeto”. Hoje, trabalhando na Comuna e tendo mais tempo com a família, ela pôde voltar a estudar. Terminou o colegial, faz curso superior de Recursos Humanos e ressalta que pretende utilizar todo o conhecimento adquirido na graduação na sua comunidade.

Regiane, ao contar o que aprendeu no mutirão, trata todos os termos técnicos com muita tranquilidade. O trabalho varia de acordo com as necessidades da obra, há dias em que ele é mais pesado como, por exemplo, nos dias de “encher a laje”, mas o mutirão também é responsável pela limpeza do espaço e, portanto, deve cuidar da manutenção dos materiais. Nos dias de mutirão, mulheres e homens, seja na

hora do almoço ou em algum intervalo para um café, conversam sobre a disposição dos móveis, as cores, as plantas, o quintal...

A Usina já atuou anteriormente com a Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, no município de Franco da Rocha, e Isadora aponta que "a particularidade da Comuna Urbana Dom Helder Câmara também se relaciona com o financiamento e a organização para o trabalho. O primeiro tem uma característica de liberação dos recursos por etapas, que devem ser cumpridas de maneira muito rápida para que a obra tenha fluxo financeiro. Esta limitação foi um dos fatores que levaram os trabalhadores, já de tradição urbana, a compor uma cooperativa para dar mais produtividade ao processo".

Os finais de semana estão reservados para os mutirões que se revezam e, nos dias de semana, trabalhadores empregados por uma empreiteira fazem o trabalho. Foi assim no começo. No decorrer do processo, por conta de alguns atrasos na liberação do dinheiro para a continuidade da obra, Cláudio conta que em um período de 20 dias com tudo parado nos dias de semana, juntou outros seis companheiros dispostos a trabalhar e continuar levantando as casas.

Assim surgiu a Treme Treme, um coletivo organizado de trabalhadores que substituiu a empreiteira. O nome remete a algo instável, que balança; no entanto, Cláudio explica que "no primeiro dia a gente tinha que fazer uns telhados e eu nunca tinha feito aquilo. Subi na casa e comecei a tremer. Disse que este 'treme-treme' todo não ia dar certo, daí o nome Treme Treme", conta.

Wesley Silva Santana, 27 anos, que também faz parte do Treme Treme, conta que no início todos ficaram receosos, "mas, após três meses de trabalho da cooperativa, realizamos uma medição e percebemos que houve um grande salto de qualidade e 80% de aproveitamento. Bem mais do que os outros empreiteiros que passaram por aqui".

Para Regiane, nestes dois anos de mutirão o saldo é positivo. Mesmo com as dificuldades do início, as casas estão sendo erguidas e a estrutura de blocos, cimento e areia da Comuna, pensada e planejada no papel, começa a sair dele e se tornar realidade.

Para além do concreto

Segundo Jane, os desafios vão muito além do mutirão. Existe todo um processo de formação, também almejado pelos militantes e coordenadores do processo. Com as estruturas voltadas para oficinas e tantas outras atividades já pensadas, a responsabilidade também é maior.

As oficinas de padaria e de costura já estão em andamento, assim como os trabalhos com a horta agroecológica e o audiovisual. Neste último, segundo Wesley, "a ideia é sempre conseguir agregar ainda mais a juventude neste projeto, e que por meio do audiovisual seja possível fazer uma formação política. E os desafios são constantes, como a falta de estrutura e equipe", desabafa.

E na Comuna também tem samba. É lá que a Bateria Unidos da Lona Preta, já com seis anos de vida, tem se reunido para realizar seus ensaios; há dois anos tem colocado o bloco da Batucada do Povo Brasileiro nas ruas de Jandira na época do carnaval. A Unidos consegue reunir várias pessoas de outras Comunas da grande São Paulo, militantes urbanos e coletivos como o Movimento Passe Livre (MPL) e o Coletivo de Educação Popular Candeeiro, que contribui também nos trabalhos com a creche e na época do carnaval fica responsável pela participação das crianças Sem Terrinha. A festa conseguiu reunir cerca de 500 pessoas em cada um dos dois desfiles, envolvendo a comunidade e a população do bairro.

Para Odair José Pereira, 23 anos, conhecido como Dú, “foi no processo de mutirão e nas outras atividades que o pessoal conseguiu se conhecer melhor e criar grupos de afinidade”. Junto com Wesley e outros, ele também acompanha a juventude e o trabalho audiovisual – equipe que envolve também pessoas da Usina –, e conta que, por mais de sete meses ininterruptos realizaram o Cine Comuna e passaram filmes para os jovens e para as crianças todos os sábados. “Com direito à pipoca”, enfatiza. “Hoje, uma boa parte dos jovens está envolvida no mutirão e entende melhor o processo por que os pais estão passando e de que eles podem participar. A parte cultural está mais espontânea, vejo que estão correndo atrás”.

Dú é casado com Sueli Fernandes da Silva, 34 anos, uma das coordenadoras da creche que funciona com o apoio da entidade católica Cáritas, e atende 62 crianças de 3 a 12 anos. Ela e mais duas educadoras, uma coordenadora, dois cozinheiros e uma faxineira tocam os trabalhos na creche das 7 às 17h. A creche funciona desde o Alvorada e sempre teve a presença do padre João Carlos, considerado pelas famílias uma das figuras fundamentais na história da Comuna Urbana. “Ele foi quem sempre nos acompanhou, nos incentivou a lutar pelo o que é de nosso direito”, declara Cláudio.

Envolvida no setor de educação desde o início da ocupação do Alvorada, Sueli conta que “lá tinha muitas dificuldades porque davam aula numa salinha pequenininha que entrava água quando chovia”, ressalta. Regiane também sonha. “Eu quero a minha casa, a casa dos meus filhos, quero paz... Quero dar continuidade à minha luta mesmo com a minha casa pronta”, e complementa: “acredito que se cada um pegasse o dinheiro do projeto para sozinho realizar alguma coisa, não teríamos nada hoje”.

A previsão para o término das obras e inauguração das casas é para o ano que vem. Mas com certeza nestes mais de dez anos juntos, enfrentando todos os empecilhos e dificuldades, as famílias da Comuna Urbana Dom Helder Câmara estão mais maduras, fortalecidas, mas ainda com muitos desafios pela frente neste eterno processo de escrever a própria história, diariamente. “Tenho até um medo do que nos espera. Tantas lutas, tantas coisas, tantos desafios. Mas vamos lá!”, exulta a animada Jane

Fonte: http://www.revistaforum.com.br/conteudo/detalhe_materia.php?codMateria=8667

Construtoras apostam em apartamentos pequenos de alto padrão em SP

27/01/2013 - 06h30

DANIEL VASQUES

FOLHA DE SÃO PAULO

Quem disse que luxo é prerrogativa de apartamento grande? Para atender a uma demanda farta em São Paulo, a de jovens profissionais em boa situação financeira, crescem os lançamentos de apartamentos compactos de alto padrão.

Em geral, esses imóveis têm de 30 metros quadrados a 55 metros quadrados, são em formato estúdio (sem paredes internas) e oferecem serviços de arrumação básica, estacionamento com manobrista e, em alguns casos, posto de recarga para carros elétricos, recursos que costumam ser cobrados à parte da taxa condominial.

Para ficar com cara de hotel, um "conciERGE" e uma secretária trilingue também podem fazer parte do pacote.

Fernanda Frazao/Folhapress



O administrador de empresas Marcio Prado, 36, comprou um imóvel compacto de padrão que pretende alugar

Em bairros nobres como Vila Madalena, Brooklin, Itaim Bibi, Vila Olímpia e Jardim Anália Franco, os compactos de alto padrão viraram nicho para investimento.

No Living Design Vila Madalena, 80% das unidades vendidas tiveram esse destino, segundo Guilherme Rossi, dono da incorporadora GR Properties. O empreendimento oferece limpeza das unidades, costura, sapataria, lavanderia, personal trainer, bufê, massagista e manicure.

Por um apartamento de 34 metros quadrados no condomínio, o administrador Marcio Prado, 36, pagou pouco mais de R\$ 400 mil (cerca de R\$ 12.000 por metro quadrado). Ele diz ter "pago caro", mas planeja recuperar o investimento alugando o imóvel. Se já estivesse pronto, afirma que pediria R\$ 3.500 por mês.

"É num desses que um garoto de 22 anos quer morar; se não pode comprar, aluga".

Cyro Naufel, da imobiliária Lopes, atribui o alto percentual de investidores à boa localização dos edifícios e à dificuldade de encontrar aplicação de renda fixa com bom retorno, em cenário de Selic (taxa básica dos juros) a 7,25%, menor nível histórico.

Alugando o imóvel mais à frente, Naufel diz que o proprietário visa a garantir o pagamento da prestação com o rendimento do aluguel.

O presidente da Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança), Octavio de Lazari Junior, vê com entusiasmo o segmento para quem investe: "O preço de morar nessa ilhas de prosperidade é elevado, e por isso há um grande índice de investidores".

Carolina Daffara/Editoria de Arte

ALTO PADRÃO

Veja o perfil dos imóveis compactos



PÚBLICO-ALVO

- > Investidores
- > Executivos ou empresários
- > Solteiros ou casais sem filhos

? Quanto custam?
Metro quadrado em geral é de R\$ 10 mil a R\$ 15 mil

? Têm dormitórios?
A maioria é no formato "estúdio", cuja única divisão é a parede do banheiro

? Posso incluir mais um cômodo?
Algumas incorporadoras permitem incluir uma parede sem aumento no preço; também é possível, em alguns casos, comprar dois apartamentos e uni-los



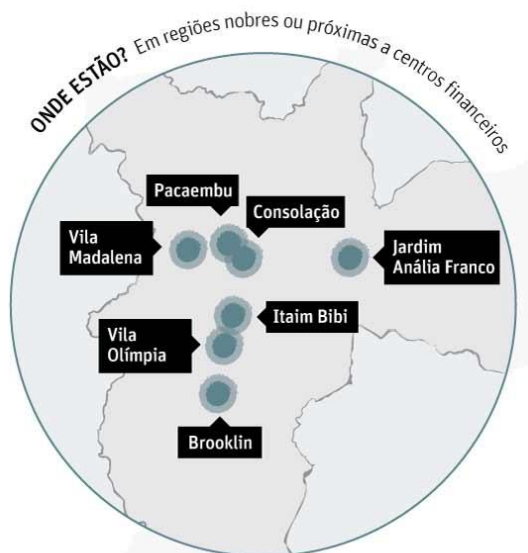
PONTOS POSITIVOS

- > Preço total menor
- > Diversos serviços típicos de hotel
- > Bem localizado
- > Espaços amplos e 'descolados', como salão de festas na cobertura



PONTOS NEGATIVOS

- > Valor do metro quadrado alto
- > O imóvel é muito pequeno
- > Se casal tiver filhos, quarto a mais fará falta
- > Se usar serviços cobrados à parte, valor pode pesar



PACOTE COMPLETO

Veja itens presentes em alguns dos empreendimentos*

Divulgação



> Arquitetura descolada, como no London SP Residence

> Secretária trilingue na recepção

> Pé-direito triplo

> Tela no hall que informa temperatura, trânsito e

> Piscina com raia ou suspensa

> Salão de festas na cobertura

> Bicicleta elétrica de empréstimo para moradores

> Central de recarga de carros elétricos

> Academia e fitness

PREÇO

> Incorporadoras dizem não ter estimativa da taxa de condomínio

> Segundo a Aabic, valor será semelhante ao

